

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

VIRGINIA DE SOUZA

**HOMENS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:
POBREZA, FORMAÇÃO DAS MASCULINIDADES E SUA INTERFACE
NO COTIDIANO FAMILIAR**

**PONTA GROSSA
2021**

VIRGINIA DE SOUZA

**HOMENS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:
POBREZA, FORMAÇÃO DAS MASCULINIDADES E SUA INTERFACE
NO COTIDIANO FAMILIAR**

Tese apresentada para obtenção do título de Doutora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Área de concentração: Estado, Direitos e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof. Dr^a Edina Schimanski

**PONTA GROSSA
2021**

S729 Souza, Virginia de
Homens beneficiários do Programa Bolsa Família: pobreza, formação das masculinidades e sua interface no cotidiano familiar / Virginia de Souza. Ponta Grossa, 2021.
236 f.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas - Área de Concentração: Cidadania e Políticas Públicas), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Edina Schimanski.

1. Família. 2. Masculinidades. 3. Pobreza. I. Schimanski, Edina. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cidadania e Políticas Públicas. III.T.

CDD: 306.85

TERMO DE APROVAÇÃO

VIRGÍNIA DE SOUZA

“Homens beneficiários do Programa Bolsa Família: pobreza, formação das masculinidades e sua interface no cotidiano familiar”.

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor(a) no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Assinatura pelos Membros da Banca:



Prof.^ª. Dr.^ª. Edina Schimanski – UEPG -PR - Presidente

Prof.^ª. Dr.^ª. Luciana Rosar Fornazari Klanovicz - UNICENTRO-PR- Membro Externo

Prof. Dr. Rafael Siqueira de Guimarães - UFSB - BA - Membro Externo

Prof. Dr. Márcio José Omat – UEPG-PR - Membro Interno

Prof.^ª. Dr.^ª. Augusta Pelinski Raiher – UEPG-PR - Membro Interno

Prof.^ª. Dr.^ª. Elizabeth Trejos-Castillo - Texas Tech University - USA Suplente Externo

Prof.^ª. Dr.^ª. Lenir Aparecida Mainardes da Silva - UEPG-PR - Suplente Interno

Ponta Grossa, 09 de dezembro de 2021.

AGRADECIMENTOS

Desejo exprimir os meus agradecimentos a todos/as aqueles/as que, de alguma forma, permitiram que esta tese se concretizasse.

Primeiramente, um agradecimento especial à professora Dra. Edina Schimanski, orientadora desta pesquisa, por ter acreditado em mim e nas minhas capacidades. Agradeço-lhe ainda a condução do tema de trabalho, que, com empenho e dedicação, me fez ultrapassar dificuldades surgidas no processo.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas e aos docentes, por darem oportunidade de aprender a aprofundar meus conhecimentos de forma interdisciplinar.

Aos professores: Dra. Luciana Rosar Fornazari Klanovicz (UNICENTRO), Dr. Rafael Siqueira de Guimarães (UFSB), Dra. Augusta Pelinski Raiher (UEPG) e ao Dr. Marcio José Ornat (UEPG), pelas valorosas contribuições na qualificação e participação na banca de doutorado.

Aos sujeitos significativos participantes da pesquisa, que muito contribuíram com as análises propostas no projeto de pesquisa.

À minha família, pela parceria e compreensão nos momentos de ausência, por conta das horas de trabalho em busca do conhecimento científico, tão importante para mim.

A todos/as, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Este trabalho visa compreender o cotidiano das famílias com chefia masculina, beneficiárias do Programa Federal Bolsa Família. A pesquisa busca identificar a interface da formação das masculinidades em famílias cujo pai é o responsável pelo cuidado, educação e manutenção de seus filhos, bem como as estratégias de sobrevivência dessas famílias em situação de pobreza. Tem como *lócus* de pesquisa o Programa Bolsa Família, sendo os sujeitos significativos, os beneficiários do programa, residentes na Região dos Campos Gerais – PR, em municípios que apresentam maior Índice de Vulnerabilidade Social - IVS. A pesquisa é de cunho quanti-qualitativo, sendo utilizados dados do CADÚNICO, do Governo Federal, para análise correspondente aos municípios dos Campos Gerais - PR e dos beneficiários do Programa, como também se utiliza de entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados. Estudar a categoria masculinidades fez descortinar comportamentos e ações quanto às formas de agir e pensar sobre os papéis sexuais e a hierarquização na família. O estudo possibilita dar visibilidade a homens heterossexuais que não correspondem à imagem hegemônica vigente, mesmo tendo a masculinidade como referência a ser seguida. A pesquisa revela que a família pode significar local de proteção e de agregação de valores e sentimentos, como também pode significar um local de desproteção social e violação de direitos. Aponta-se para a existência da demanda de um pai envolvido na criação dos filhos, com algumas limitações quanto a assuntos pertinentes ao corpo e sexualidade feminina. Por outro lado, esses homens estão quebrando os padrões estabelecidos pela sociedade em relação ao padrão de gênero, com novas formas de exercer a paternidade e os cuidados com a prole.

Palavras-chave: Família. Masculinidades. Pobreza.

ABSTRACT

This study aims to understand the daily life of families with male leadership, beneficiaries of the Federal Bolsa Família Programme. The research seeks to identify the interfaces of masculinity formation in families whose father is responsible for care, education and maintenance of their children. Its research locus is the Bolsa Família Programme, being significant subjects, the beneficiaries of the programme, and residents in the Campos Gerais - PR Region. Family vulnerabilities and survival strategies of this population layer will be entered, who is in poverty situation. The research is quantitative-qualitative nature, using data from CADÚNICO, of Federal Government. Analysis corresponding to the municipalities of Campos Gerais - PR and the beneficiaries of the Programme, as well as semi-structured interviews were used as a data collection tool. Studying the masculinities category made it uncover behaviors and actions regarding the ways of acting and thinking about sexual roles and hierarchy in the family. The study allows visibility to heterosexual men who do not correspond to the current hegemonic image, even having masculinity as a reference to be followed. The research reveals that the family can mean a place of protection and aggregation of values and feelings, as well as may mean a place of social lack of protection and violation of rights. It is pointed to the existence of the demand of a father more participatory and involved in raising children, with some limitations regarding issues pertaining to the female body and sexuality. On the other hand, these men are breaking the standards established by society in relation to gender standard, with new ways of exercising parenthood and care for offspring.

Keywords: Family. Masculinities. Poverty.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	- Mapa de localização do Estado do Paraná	118
FIGURA 2	- Mapa do Estado do Paraná e Formações Fitogeográficas.	121
GRÁFICO 1	- Classificação por Tipologia Familiar - Município de Imbaú	127
GRÁFICO 2	- Classificação por Tipologia Familiar- Município de Ivaí	129
GRÁFICO 3	- Classificação por Tipologia Familiar- Município de Ortigueira.....	131
GRÁFICO 4	- Classificação por Tipologia Familiar- Município de Piraí do Sul.....	132
GRÁFICO 5	- Classificação por Tipologia Familiar- Município de Reserva	133
GRÁFICO 6	- Classificação por Tipologia Familiar- Município de Sengés	135
GRÁFICO 7	- Classificação por Tipologia Familiar- Município de Ventania	137
GRÁFICO 8	- Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família – 2004 a 2020 ..	147
GRÁFICO 9	- Valor médio pago às famílias por meio do programa Bolsa Família – 2004 a 2020- Valores Deflacionados	151
GRÁFICO 10	- Pessoas de 18 a 24 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família Homens e Mulheres	152
GRÁFICO 11	- Representatividade de pessoas de 25 a 34 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família.....	153
QUADRO 1	- Caracterização dos Sujeitos de pesquisa	159

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Produções sobre famílias monoparentais e masculinidades.....	25
TABELA 2 - Produções sobre masculinidades.....	26
TABELA 3 - Análise da pobreza multidimensional - por Mesorregiões - Estado de Santa Catarina.	101
TABELA 4 - Municípios que compõem a Regional Ponta Grossa – PR.....	124
TABELA 5 - Municípios participantes da pesquisa – Beneficiários do Programa Bolsa Família e famílias monoparentais.....	126
TABELA 6 - Quantidade de pessoas do sexo masculino e feminino no CADÚNICO	146
TABELA 7 - Perfil do responsável legal das famílias beneficiárias (em % de número de pessoas).....	154

LISTA DE SIGLAS

ASCOFAM	Associação Mundial de luta contra a Fome
BPC	Benefício da Prestação Continuada
BVG	Benefício Variável Gestante
BVJ	Benefício Variável Jovem
BVN	Benefício Variável Nutriz
CADÚNICO	Cadastro Único
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CONEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FHC	Fernando Henrique Cardoso
HPI	Índice de Pobreza Humano
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NIS	Número de Identificação Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PBE	Programa Bolsa Escola
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PT	Partido dos Trabalhadores
RMV	Renda Mensal Vitalícia
SAPS	Serviço de Alimentação e de Previdência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - FAMÍLIA: UMA BREVE INTRODUÇÃO HISTÓRICA E A FORMAÇÃO DAS MASCULINIDADES NA SOCIEDADE OCIDENTAL CONTEMPORÂNEA	24
1.1 LEVANTAMENTO DE PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE O TEMA FAMÍLIA E MASCULINIDADES.....	24
1.2 FAMÍLIA - UMA BREVE INTRODUÇÃO.....	26
1.3 A FORMAÇÃO DA FAMÍLIA BRASILEIRA.....	31
1.4 PARTICULARIDADES DA FAMÍLIA NO BRASIL MERIDIONAL.....	45
1.5 A FAMÍLIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA	51
1.6 CONSTITUIÇÃO DAS MASCULINIDADES.....	62
CAPÍTULO 2 - CATEGORIA POBREZA - ABORDAGEM DO UNIDIMENSIONAL AO MULTIDIMENSIONAL E AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DAS CAMADAS POPULARES	78
2.1 POBREZA E SUAS VÁRIAS CONCEPÇÕES: DO UNIDIMENSIONAL AO MULTIDIMENSIONAL	79
2.2 OLHARES SOBRE A POBREZA E A FOME NO BRASIL.....	88
2.2.1 Pobreza no Brasil Meridional: uma aproximação sob o viés unidimensional e multidimensional	97
2.3 AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA COMO VIÉS PARA ENFRENTAMENTO DA POBREZA.....	105
2.4 POBREZA E AS FAMÍLIAS COM CHEFIA MASCULINA	108
2.5 AS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS COM CHEFIA MASCULINA E O AUXÍLIO EMERGENCIAL EM 2020	112
CAPÍTULO 3 - CONHECENDO O LÓCUS DA PESQUISA: MUNICÍPIOS DOS CAMPOS GERAIS - PR E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	117
3.1 A REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS - PR.....	117
3.2 CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	126
3.2.1 Aspectos gerais do município de Imbaú	126
3.2.2 Aspectos gerais do município de Ivaí	128
3.2.3 Aspectos gerais do município de Ortigueira	130
3.2.4 Aspectos gerais do município de Pirai Do Sul.....	131
3.2.5 Aspectos gerais do município de Reserva.....	133
3.2.6 Aspectos gerais do município de Sengés.....	134
3.2.7 Aspectos gerais do município de Ventania.....	136
3.3 REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS - PR E A PANDEMIA DA COVID-19	138
3.4 CARACTERIZANDO O PROGRAMA FEDERAL BOLSA FAMÍLIA.....	141
CAPÍTULO 4 - CONHECENDO OS SUJEITOS SIGNIFICATIVOS DA PESQUISA: EM BUSCA DE UMA REALIDADE DESCONHECIDA	156
4.1 PERFIL DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS BRASILEIRAS A PARTIR DA PNAD/2015.....	157

4.2	CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DE PESQUISA: FAMÍLIAS MONOPARENTAIS COM CHEFIA MASCULINA- BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	159
4.2.1	Perfil dos participantes significativos da pesquisa	160
4.2.2	Famílias monoparentais com chefia masculina: significados sobre família e os papéis sociais	161
4.2.3	Famílias monoparentais com chefia masculina: vulnerabilidades e estratégias de sobrevivência em meio à pobreza	172
4.2.4	Famílias monoparentais com chefia masculina: formação das masculinidades e sua interface no cotidiano familiar	185
4.2.5	Famílias monoparentais com chefia masculina: mudanças a partir da monoparentalidade	197
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	208
	REFERÊNCIAS.....	212
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA – 2021	231
	ANEXO A – TERMO DE DEPOIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	233
	ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO	234

INTRODUÇÃO

O interesse em estudar sobre homens beneficiários do Programa Bolsa Família em condição de pobreza, sobre a formação das masculinidades e sua interface no cotidiano familiar se deu, a princípio, por conta de observar a invisibilidade das famílias com chefia masculina, nas mais diversas áreas, uma vez que muitos estudos abordam famílias de modo geral, e, quando focam nas famílias em tipologia monoparental, em sua maioria, abordam sobre as famílias com chefia feminina.

Entende-se que proporcionar debates e reflexões sobre determinados temas é fertilizar um terreno de aprendizagens e descobertas, oferecendo ferramentas para compreender as múltiplas diferenças e desigualdades existentes na sociedade, dando visibilidade para realidades até então desconhecidas.

Ao realizar levantamento de produções teóricas sobre famílias monoparentais e masculinidades, no período de 2010-2020, no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, considerando as áreas de Ciências Sociais e Humanas, obtiveram-se os seguintes dados: 2.227 produções, sendo 1.656 dissertações de mestrado, 92 produções em mestrado profissionalizante e 479 teses. Ao se refinar a pesquisa buscando produções em Ciências Sociais Aplicadas e Humanas, utilizando a palavra-chave masculinidades, obtiveram-se 273 resultados. Destas 273 produções, resultaram 189 produções de Mestrado, 7 em mestrado profissional e 77 teses.

Seguindo o levantamento das produções sobre masculinidades, entre 2010 e 2020, especificamente nas Ciências Sociais, obtiveram-se: 35 resultados, sendo 25 dissertações de mestrado, 1 produção em mestrado profissional e 9 teses. Das 9 teses encontradas, 2 abordaram sobre masculinidades e trabalho; 2 masculinidade e mídia; 1 masculinidade e programas sociais; 1 masculinidade e saúde; 1 masculinidade e direito; 1 masculinidade e violência; 1 masculinidade e comunicação.

Observa-se que a presente tese irá dialogar com diferentes olhares sobre as masculinidades, em diferentes áreas, no entanto, o direcionamento sobre masculinidades e família apresenta uma lacuna teórica, havendo poucas produções em nível de mestrado e doutorado com esse tema específico, ficando aquém das expectativas. Portanto, discutir essa temática dará visibilidade para a questão de

gênero, formação das masculinidades e sobre a categoria família de modo geral, principalmente com enfoque às famílias das camadas mais empobrecidas da sociedade.

Almeja-se discutir categorias teóricas e empíricas, conhecendo, dessa forma, o cotidiano dos homens cisgêneros¹ heterossexuais que estão sozinhos com os filhos, em suas múltiplas vulnerabilidades, bem como almeja-se aprofundar sobre as estratégias de sobrevivência utilizadas por essas famílias para minimizar a ausência de respostas efetivas do Poder Público. Pensa-se em adentrar à questão da formação das masculinidades e sua interface no cotidiano das famílias em que os homens não possuem a figura feminina na divisão de papéis sociais, lançando-se um novo olhar sobre a realidade vivenciada por eles. O estudo levará a reflexões sobre uma realidade desconhecida, dando visibilidade a homens que não correspondem, em sua existência concreta, à imagem hegemônica vigente, mesmo tendo a masculinidade hegemônica como referência a ser seguida.

Ressalta-se que, ao longo do processo histórico, observam-se traços representativos da condição feminina e masculina, descrevendo o homem numa condição de superioridade biológica em detrimento à mulher. Estudar a categoria masculinidades faz descortinar comportamentos e ações quanto às formas de agir e pensar sobre os papéis sexuais e a hierarquização na família.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1998) abre um leque de possibilidades para a garantia de direitos de diferentes formações familiares. No entanto, somente o avanço legislativo não é capaz de garantir que os estudos se aprofundem na diversidade de famílias existentes na sociedade e se construam possibilidades de ações frente a essa demanda, na elaboração de Políticas Públicas para o atendimento das suas múltiplas vulnerabilidades.

Vale salientar que, durante a trajetória profissional, a pesquisadora retornou à academia em vários momentos para aprofundar seus conhecimentos, a fim de compreender a diversidade de situações que envolviam a prática profissional, procurando desvencilhar a realidade dinâmica, complexa e dialética em que atuava. A trajetória profissional encorajou ao ingresso no doutorado em Ciências Sociais

¹ Segundo Bagagli (2018), cisgênero diz respeito à pessoa que se reconhece como pertencente ao gênero que foi compulsoriamente designado quando nasceu. Configura uma concordância entre a identidade de gênero o sexo biológico de um indivíduo e o seu comportamento considerado socialmente aceito para esse sexo.

Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR, possibilitando compreender a dinâmica que envolvia o cotidiano das famílias, relacionando-o com as múltiplas vulnerabilidades vivenciadas por elas, particularmente as que se encontram em condição de pobreza.

A importância na abordagem do tema se reveste do aprofundamento sobre a formação da família brasileira considerando a mestiçagem² existente, bem como a compreensão da construção das masculinidades em torno das relações familiares. Todavia, a discussão pretende avançar na realidade vivenciada pela camada mais empobrecida da sociedade, especificamente a camada atendida pelo Programa Federal Bolsa Família. A relevância da investigação está pautada no processo de construção das masculinidades e sua interface no cotidiano das famílias pesquisadas, entendendo a formação da masculinidade como um padrão de práticas e modelos que expressam as relações de poder, na divisão entre o masculino e o feminino. Há uma naturalização da dominação masculina através de formas do agir e pensar sobre os papéis sexuais e a hierarquização na família e na sociedade.

Portanto, a presente tese tem como objeto de estudo as famílias chefiadas por homens, os quais encontram-se sozinhos cuidando dos filhos e em situação de pobreza. Tem-se como hipótese que, nas relações cotidianas das famílias monoparentais com chefia masculina, a formação das masculinidades apresenta interface no cotidiano, reproduzindo regras e normas preestabelecidas, de uma sociedade que reforça a divisão de papéis sociais e hierarquização.

Para dar sequência ao processo de construção do objeto de pesquisa, estabeleceu-se como pergunta de partida: Os homens em condição de pobreza que se encontram sozinhos nos cuidados, manutenção e proteção dos filhos, constituindo família em tipologia monoparental, reproduzem no cotidiano familiar a formação das masculinidades?

² O termo mestiçagem será utilizado nesta tese para a compreensão sobre a formação da sociedade brasileira entre diferentes grupos étnicos-raciais. Entende-se que a utilização do termo mestiçagem descortina alguns conceitos preexistentes, de uma sociedade que naturaliza a unificação étnica cultural, a qual, ao longo do processo histórico, induz ao entendimento de uma superioridade étnica branca sobre as demais etnias, a partir da ideologia do branqueamento social. A mudança de alguns conceitos pode contribuir para o aprofundamento de temas como o mito da “democracia racial” e o mito das “3 raças”, abordados por Munanga (2005) e Gonzales (2020). Segundo Gonzales (2005), o mito da democracia racial, enquanto modo de representação/discurso, encobre a realidade vivida pelo negro no Brasil. Para a autora, o efeito maior do mito da democracia racial é a crença de que o racismo inexistente no Brasil graças ao processo de miscigenação, subentendendo uma harmonização entre as etnias e não uma dominação de uma etnia sobre a outra, por vezes utilizando-se a violência.

Ante ao proposto, definiram-se objetivos, a fim de aprofundar o conhecimento sobre o objeto de pesquisa. Para tanto, tem-se como objetivo geral:

- Compreender a formação das masculinidades e sua interface no cotidiano de famílias em situação de pobreza, cujos responsáveis familiares são homens, beneficiários do Programa Bolsa Família, da Região dos Campos Gerais - PR e estejam sozinhos nos cuidados, manutenção e proteção dos filhos.

E como objetivos específicos:

- Conhecer quantitativamente as famílias com chefia masculina, em tipologia monoparental, beneficiárias do Programa Federal Bolsa Família, residentes nos Campos Gerais - PR, em municípios com maior IVS – Índice de Vulnerabilidade Social;
- Compreender como as famílias nas quais os homens são os responsáveis/titulares no Programa Bolsa Família, que se encontram em situação de pobreza, vivenciam o cotidiano em relação aos cuidados, manutenção, educação e proteção dos filhos;
- Identificar quais vulnerabilidades e estratégias de sobrevivência que se estabelecem no cotidiano das famílias, em situação de pobreza, que têm o pai como beneficiário titular do Programa Bolsa Família, e esteja sozinho com os filhos;
- Compreender a formação das masculinidades nas famílias cuja chefia familiar masculina apresenta tipologia monoparental, beneficiárias do Programa Federal Bolsa Família.

Almejando alcançar os objetivos traçados, primeiramente realizou-se o levantamento quantitativo dos municípios da Região dos Campos Gerais - PR que apresentavam maior Índice de Vulnerabilidade Social - IVS. Isto se deu devido ao entendimento de que, nos municípios com maior IVS, adentrar-se-ia às vulnerabilidades locais onde os beneficiários residem. Isto posto, aliado ao perfil de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, as quais se encontram em situação de pobreza, chegar-se-ia aos sujeitos significativos da pesquisa, ou seja, associando as vulnerabilidades sociais dos locais onde os sujeitos residem às vulnerabilidades no cotidiano destes sujeitos, em suas particularidades e singularidades, adentrar-se-ia ao universo das múltiplas vulnerabilidades.

Com relação aos critérios de seleção dos municípios, elegeram-se aqueles municípios vinculados ao Escritório Regional de Ponta Grossa - PR, subordinado à Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, do Governo do Estado do Paraná. Nessa etapa, foram elencados 18 municípios pertencentes a essa área, dentre os 18, 7 participaram da pesquisa, os quais apresentaram maior IVS.

Segundo o Atlas da Vulnerabilidade Social, disponibilizado pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2017a), o IVS constitui-se de um índice sintético que reúne indicadores do bloco de vulnerabilidade social complementar ao IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. O IVS traz 16 indicadores estruturados em três dimensões: infraestrutura urbana, capital humano, renda e trabalho. Essas dimensões apresentam um conjunto de ativos, recursos ou estruturas cujo acesso, ausência ou insuficiência, indicam o padrão de vida das famílias, ou seja, se este indicador se encontra alto, sugere-se a observância do não acesso aos direitos sociais.

O índice possui uma escala de 0 a 1, isto é, quanto maior a proximidade ao número 1, maior o índice de vulnerabilidade social do município, estando classificado da seguinte forma: 0 a 0,20 (nível de vulnerabilidade muito baixo); de 0,21 a 0,30 (baixo), de 0,31 a 0,40 (médio), de 0,41 a 0,50 (alto), de 0,51 a 1 (muito alto).

Dos 18 municípios pertencentes à abrangência do Escritório Regional de Ponta Grossa - PR, vinculado à Secretaria da Família e Desenvolvimento Social do Estado do Paraná, chegou-se aos municípios de: Imbaú (0,385), Ivaí (0,315), Ortigueira (0,462); Piraí do Sul (0,316); Reserva (0,395); Sengés (0,376) e Ventania (0,376). O restante dos municípios apresentou IVS baixo, não revelando o critério para participação na pesquisa.

Segundo Richardson (2010), há dois grandes métodos de pesquisa: o quantitativo e o qualitativo. Para o autor, “[...] esses métodos se diferenciam não pela sistemática pertinente a cada um deles, mas, sobretudo pela forma de abordagem do problema” (RICHARDSON, 2010, p. 70). Na pesquisa empreendida, utilizou-se o método quantitativo e, posteriormente, o método qualitativo. Para Richardson (2010, p. 70), “[...] o método quantitativo, como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas”. Por outro lado, acrescenta que o “[...] método precisa estar apropriado ao tipo de estudo que se deseja realizar”. Diante disto, utilizou-se também a pesquisa qualitativa. Richardson (2010) afirma

que essa tipologia de pesquisa “[...] tem como objeto situações complexas ou estritamente particulares”, ou seja,

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON, 2010, p. 80).

Identificados os 7 municípios classificados pelo IVS, realizou-se contato com os responsáveis pelo Programa Bolsa Família e pela Gestão da Assistência Social local, a fim de obter os dados necessários para o andamento da pesquisa. Os dados em relação à quantidade de beneficiários do Programa Federal Bolsa Família estão disponíveis no site do Ministério da Cidadania, ou mesmo, no portal de transparência de cada município, no entanto, o número de beneficiários que possuem a tipologia monoparental masculina foi adquirido por meio de acesso ao Cadastro Único (CADÚNICO) e entrada no cadastro individual de cada sujeito, uma vez que a informação sobre a tipologia familiar não é divulgada no site (BRASIL, 2020).

As classificações de tipologias foram realizadas manualmente, ou seja, cadastro por cadastro, dos municípios correspondentes. Um dos exemplos que se pode elencar, nesse momento, seria do município de Reserva, com 1929 famílias cadastradas no Programa Bolsa Família. Verificou-se cada um dos cadastros para classificar a tipologia de cada família e, dessa forma, obter a quantidade de famílias com chefia masculina, em tipologia monoparental. Tal procedimento foi realizado nos 7 municípios selecionados para participarem da pesquisa.

A princípio, para a quantidade de participantes de cada município, pensou-se na porcentagem de 10% do total de famílias monoparentais chefiadas por homens, no entanto, devido à quantidade de homens nessa tipologia, haveria municípios que não conseguiriam atingir a marca de 1 (uma) pessoa que pudesse participar do processo, como os municípios de Sengés, Ventania e Imbaú. A fim de contornar o impasse, utilizou-se o critério de dois sujeitos por município, contemplando-se a isonomia no processo, independentemente da quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família que tivesse a tipologia de monoparentalidade masculina.

A partir do levantamento da quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família, dos municípios selecionados, pôde-se conhecer numericamente as famílias nas condições de pobreza, bem como na tipologia monoparental cujo responsável familiar fosse o homem, dando visibilidade à realidade na qual se pretendia adentrar. Realizado o levantamento da quantidade de famílias monoparentais chefiadas por homens, estabeleceu-se contato com os Centros de Referência da Assistência Social – CRAS,³ a fim de que os técnicos de referência daquele equipamento social fizessem o primeiro contato com os participantes, explicando os objetivos da pesquisa e a forma como a pesquisadora faria a coleta de dados.

Esse procedimento foi realizado em vista da necessidade de adesão maior das famílias, uma vez que, o contato via Política de Assistência Social, daria maior credibilidade e confiança aos participantes, tendo em vista que eles são beneficiários dessa Política Pública e possuem vínculos de confiança com esse equipamento social.

Para se chegar aos sujeitos significativos que participaram da pesquisa, estabeleceram-se alguns critérios, como as famílias que tivessem maior quantidade de filhos sob sua responsabilidade. Caso houvesse empate na seleção dos sujeitos, o critério utilizado seria o de maior tempo de cadastro no CADÚNICO. No surgimento do não aceite para participar da pesquisa, utilizou-se o critério de disponibilidade do entrevistado em participar do processo.

No início do processo de coleta de dados, as entrevistas foram realizadas presencialmente, primeiramente no município de Piraí do Sul e, posteriormente, no município de Sengés. Os CRAS dos municípios foram de fundamental importância para que houvesse o primeiro contato com os sujeitos significativos, uma vez que os profissionais de referência dos municípios possuem vínculos com a comunidade local. Realizado esse processo e tendo o aceite dos entrevistados, iniciou-se a aplicação de entrevistas semiestruturadas, com um roteiro preestabelecido.

Com base nos escritos de Minayo (2006), justifica-se que a utilização de dados quantitativos e qualitativos não se opõe, ao contrário, se “[...] complementam,

³ O Centro de Referência da Assistência Social - CRAS constitui-se unidade de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades sociais e riscos nos territórios. Desenvolve ações que objetivam o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como a ampliação do acesso aos direitos de cidadania (BRASIL, 2009).

pois, a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (MINAYO, 2006, p. 22). No emprego da pesquisa qualitativa, utilizou-se como instrumento, para abordagem dos sujeitos, a entrevista semiestruturada.

Para Triviños (1987), a entrevista semiestruturada:

[...] no enfoque qualitativo, não nasceram a priori. Elas são resultados não só da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno social que interessa, não sendo menos importantes seus contatos, inclusive, realizados na escolha das pessoas que serão entrevistadas (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Ainda, segundo Triviños (1987), na entrevista semiestruturada, o informante segue “[...] espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146), colocado pelo investigador/pesquisador, e, desta forma, participa na elaboração do conteúdo da pesquisa. O autor acrescenta que a entrevista semiestruturada na pesquisa qualitativa favorece a descrição dos fenômenos sociais, como sua explicação e compreensão de sua totalidade (TRIVIÑOS, 1987).

Como a realidade é dinâmica e está sempre em movimento, quando se iniciou o processo de coleta de dados através das entrevistas, o Brasil e o mundo foram surpreendidos pela pandemia da Covid-19 (COrona Virus Disease - Doença do Coronavírus). Diante disso, a pesquisa teve que ser redirecionada em face de vários decretos na esfera nacional, estadual e municipal, colocando as localidades, por vezes, em *lockdown*.

Perante a crise sanitária que se estabeleceu mundialmente e em nível nacional, as entrevistas foram realizadas por aplicativo, respeitando-se os Decretos municipais e *lockdown* de cada localidade. Os contatos, via aplicativo, foram realizados mediante consentimento dos participantes, em que houve gravação das falas e posterior transcrição. Feito as transcrições, pode-se selecionar os depoimentos significativos para análise, e, desta forma, se eleger categorias empíricas para aprofundamento teórico sobre o objeto de pesquisa.

Com relação ao material coletado, ele foi analisado utilizando-se a técnica de análise de conteúdo, dentro de um enfoque de natureza dialética. Segundo Triviños (1987), com base nos estudos de Bardin (1977), análise de conteúdo se constitui de:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens (BARDIN, 1977, p.21 *apud* TRIVIÑOS, 1987, p. 160).

Para Triviños (1987), a análise de conteúdo é caracterizada por ser um meio para estudar as “comunicações” entre os homens, o qual coloca ênfase no conteúdo das mensagens. Para o autor, a análise de conteúdo possui um conjunto de técnicas, como a classificação dos conceitos, sua codificação e categorização. Esse conjunto de técnicas é indispensável na utilização deste método. Triviños (1987) acrescenta ainda que a análise de conteúdo possui três etapas: pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial. De modo geral, a pesquisa aqui empreendida utilizou-se dessas etapas.

Num primeiro momento, utilizou-se a pré-análise, que seria a organização do material, ou seja, o estudo dos dispositivos legais que permeiam o objeto de pesquisa, bem como a organização dos artigos e dissertações que discutem a temática e a bibliografia em geral, determinando-se, assim, o *corpus* da investigação (TRIVIÑOS, 1987). Na segunda fase do método, partiu-se para descrição analítica, utilizando-se o material de documentos, submetendo-o a um estudo aprofundado, orientado pelos referenciais teóricos. Nessa etapa, procuraram-se sínteses coincidentes e divergentes de ideias sobre o tema trabalhado. Na terceira fase, que se constituiu da interpretação referencial, procurou-se a reflexão com base no material teórico produzido, estabelecendo relações com o material empírico, aprofundando as conexões, ideias, vinculando-as com variáveis complexas da vida social (TRIVIÑOS, 1987).

Para a abordagem do objeto de pesquisa, foram utilizadas categorias analíticas para o desenvolvimento do trabalho, dentre elas: família, pobreza, estratégias de sobrevivência e masculinidades. Segundo Minayo (2006), as categorias analíticas são aquelas que retêm as relações sociais fundamentais e podem ser consideradas balizas para o conhecimento do objeto nos seus aspectos gerais.

Com o desenvolvimento da pesquisa de campo, se elegeram categorias empíricas que, como esclarece Minayo (2006), são construídas no desenvolvimento do trabalho de campo, as quais têm a propriedade de conseguir apreender as

determinações e as especificidades que se expressam na realidade empírica. Dentre as categorias empíricas aprofundadas, pode-se citar a categoria cotidiano.

Triviños descreve (1987, p. 55-56):

[...] as categorias não constituem um número definido. Aparecem novas categorias em razão das atividades que desenvolve o homem atuando sobre a natureza e a sociedade, em seu afã de conhecer e transformá-las. O conteúdo mesmo das categorias muda e se enriquece com os progressos do conhecimento.

Registra-se que, na trajetória da pesquisa, alguns entraves foram inevitáveis, como a dificuldade de deslocamento até os municípios participantes. Por vezes, enfrentaram-se chuvas e estradas de chão, devido à moradia do entrevistado estar localizada na região rural do município selecionado. Inverno, associado às chuvas e estrada de chão causaram dificuldades e esforço físico para se chegar ao sujeito significativo da pesquisa, uma vez que as estradas rurais ficam intransitáveis e, por vezes, os carros não conseguem trafegar, havendo a necessidade de o deslocamento ser feito a pé, o que ocorreu com a pesquisadora desta tese.

Outra situação vivenciada no processo diz respeito aos contatos com os sujeitos, os quais, por vezes, não eram encontrados via telefone que constava no banco de dados do CADÚNICO, como também não eram encontrados no endereço fornecido. Havia a necessidade de procura em outros bairros do município, em contato com parentes e vizinhos, o que demandou tempo de procura e localização. Isto se deu porque os sujeitos, por vezes, não residiam em casa própria e transitavam entre um bairro e outro. Nesse processo, houve momentos de substituição do sujeito para a pesquisa por não ter sido localizado pela pesquisadora e pelos técnicos de referência dos CRAS. Esse fato não comprometeu a seleção dos sujeitos significativos, muito embora tornou-se moroso e cansativo.

Registra-se também que, com a pandemia, as visitas presenciais aos municípios tornaram-se inviáveis, optou-se pelo contato via aplicativo. As entrevistas por aplicativo demandaram uma nova forma de abordagem, uma vez que os entrevistados não possuíam o aplicativo *Meet*, nem o aplicativo *Zoom*, havendo a necessidade de utilização do *WhatsApp*, mais comum nessa camada da população.

Outra situação vivenciada no decorrer do processo foi em relação ao acesso à internet. Por vezes, com instabilidade de sinal, houve dificuldade de se dar sequência às entrevistas, tendo que ser interrompidas e retomadas, com alguma

frequência, o que demandou perseverança da pesquisadora e do entrevistado para a continuidade ao processo.

A pandemia da Covid-19 trouxe novas formas de organização do cotidiano das pessoas, de modo geral, as restrições em decorrência da contaminação do vírus também dificultaram o processo de pesquisa empírica. O acesso aos profissionais do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) – que por estarem na linha de frente no atendimento à população encontravam-se sobrecarregados com as demandas – por vezes, deixando em segundo plano, a localização dos possíveis entrevistados, o que dificultou também o acesso aos sujeitos significativos, o que veio a atrasar o processo de coleta de dados.

Mesmo ocorrendo esses percalços no processo de coleta das entrevistas, elas foram realizadas a contento, obtendo-se um material significativo para a análise proposta inicialmente. Realizada a coleta e análise dos depoimentos, na sequência, apresenta-se o material teórico produzido na forma de quatro capítulos.

No Capítulo 1 – Família: uma breve introdução histórica e a formação das masculinidades na sociedade ocidental contemporânea; aborda-se sucintamente a trajetória histórica da família ocidental. Traz a experiência do Brasil quanto à mestiçagem, costumes e valores na formação da família brasileira. Aborda-se sobre a dimensão estrutural, funcional, relacional e simbólica da família, considerando que os estudos sobre família perpassam por uma perspectiva dinâmica, analisando a instituição em permanente modificação ao longo do tempo. Aponta-se que o Brasil, por apresentar dimensão territorial extensa, exibiu uma diversidade na formação das famílias em suas particularidades. Discute-se sobre o conceito plural de família, o qual permite abrigar os mais diversos arranjos familiares, envolvendo afetividade, cuidado, responsabilidade econômica, independentemente de sua formação ou tipologia. Mesmo havendo diversas tipologias, a família contemporânea apresenta algumas tendências e aspectos relevantes como a maior dependência face ao Estado, maior independência face à rede de parentes e maior importância do indivíduo nas relações familiares. O Capítulo traz alguns apontamentos sobre a solidariedade parental, a qual constitui um aspecto importante de análise sobre as famílias pobres. Ao longo do Capítulo, aborda-se também a categoria gênero como elemento constitutivo das relações sociais. Discute sobre suas interfaces, aprofundando sobre a formação das masculinidades que são permeadas pelas

relações de poder e hierarquizações. Enfoca a ordem de gênero instituída, que oprime as mulheres, bem como os homens. Aprofunda sobre a construção das masculinidades, abordando a incorporação das definições preestabelecidas tradicionalmente como os comportamentos destinados ao feminino e aos comportamentos destinados ao masculino.

No Capítulo 2 – Categoria Pobreza: abordagem do unidimensional ao multidimensional e as estratégias de sobrevivência das camadas populares; aborda-se sobre a categoria pobreza como um conjunto de fatores que dificultam o desenvolvimento humano, compreendendo a pobreza como uma criação humana, em que os homens constroem o mundo social, no qual produzem a riqueza e a pobreza humana. O Capítulo baseia-se nos estudos que levam em consideração os fatores geográficos, biológicos e sociais que interferem no impacto exercido pela pobreza no indivíduo. Avança nas discussões ao abordar o acesso aos bens imateriais como um dos fatores que repercutem na pobreza da população, analisando a pobreza em termos de oportunidades, capacidades e vulnerabilidades, ou seja, mudando a concepção de pobreza unidimensional para o entendimento da pobreza multidimensional. Em um dos tópicos, aborda-se sobre a pobreza e a fome no Brasil, destacando que, em alguns momentos históricos, a pobreza foi vista como “caso de polícia” e justada sobre repressão do Estado. O Capítulo destaca o processo histórico de combate à fome no Brasil e a implantação do Programa Bolsa Família. Faz uma análise da pobreza unidimensional e multidimensional no Brasil Meridional (Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná). Destaca as estratégias de sobrevivência utilizadas pela camada mais empobrecida no enfrentamento da pobreza, configurando as estratégias de sobrevivência enquanto “solução” imediata à precariedade e à pobreza e, por vezes, como resposta à ausência de políticas sociais.

No Capítulo 3 – Conhecendo o *lócus* da pesquisa: municípios dos Campos Gerais e o Programa Bolsa Família; aborda-se sobre a Região dos Campos Gerais - PR, região localizada no Centro-leste do Paraná. Na pesquisa empreendida, utiliza-se a divisão territorial utilizada pelo Escritório Regional de Ponta Grossa - PR, o qual classifica a Região dos Campos Gerais em 18 municípios. Dentre os 18 municípios de abrangência, elegeram-se 7 que participaram da pesquisa, os quais

apresentaram maior IVS – Índice de Vulnerabilidade Social. O Capítulo apresenta aspectos gerais de cada município, bem como a caracterização do Programa Bolsa Família em cada localidade selecionada para a pesquisa aqui empreendida. Adentra ao Cadastro Único (CADÚNICO), demonstrando dados quantitativos quanto às famílias beneficiárias. Conclui sobre a maior representatividade feminina no Programa Federal e da baixa escolaridade dos beneficiários do programa.

No Capítulo 4 – Conhecendo os sujeitos significativos da pesquisa: em busca de uma realidade desconhecida, adentra-se ao cotidiano dos sujeitos significativos residentes em cada município selecionado, compreendendo as particularidades das famílias com chefia masculina cujos homens estão sozinhos nos cuidados, manutenção e proteção dos filhos. Traça-se um perfil das famílias monoparentais brasileiras a partir da PNAD/2015. Caracteriza-se os sujeitos participantes da pesquisa, realizando um perfil socioeconômico dos homens chefes de famílias monoparentais. Estabelece-se um paralelo entre o conteúdo aprofundado nos capítulos anteriores e os depoimentos dos sujeitos, realizando a análise do conteúdo proposto no início do processo. Dentre as categorias aprofundadas, destacam-se: família, pobreza, masculinidades, estratégia de sobrevivência e cotidiano.

Para uma análise mais aprofundada sobre a formação das masculinidades e sua interface no cotidiano familiar das famílias em condição de pobreza, com chefia masculina em tipologia monoparental, apresenta-se o material produzido nesta tese, com discussões sobre a categoria família, a formação das masculinidades, pobreza, estratégias de sobrevivência, dentre outras categorias que proporcionaram aprofundamento sobre a realidade vivenciada pelos homens chefes de família, beneficiários do Programa Federal Bolsa Família.

CAPÍTULO 1

FAMÍLIA: UMA BREVE INTRODUÇÃO HISTÓRICA E A FORMAÇÃO DAS MASCULINIDADES NA SOCIEDADE OCIDENTAL CONTEMPORÂNEA

A família constitui-se em um termo polissêmico, ou seja, apresenta vários significados utilizados para designar laços de sangue, de aliança ou mesmo para designar a instituição que rege esses laços. Ao mesmo tempo em que a família pode designar a partilha de uma unidade residencial, pode também designar um grupo de parentes aliados que não partilham a residência, mas mantêm a parentela e suas relações. O termo família ainda pode designar uma linhagem nobre, um grupo de pessoas que partilham a mesma história e/ou patrimônio, uma parentela ou mesmo reputação (SEGALEN, 1999).

Na década de 1970, houve um novo fôlego para os estudos da família, quando as pesquisas passaram a incorporar análises sobre a condição feminina, a criança, o casamento, o concubinato (SCOTT, 2014). A experiência histórica do Brasil, pelo contato com a população indígena, populações luso-brasileiras, populações espanholas, hispano-americanas e africanas, lança novos elementos para um melhor conhecimento dos diferentes sistemas ou regimes demográficos que caracterizam o povo brasileiro, bem como particularidades na formação da família brasileira.

A partir da diversidade na formação do povo brasileiro, neste Capítulo pretende-se discutir teoricamente sobre a família constituída no Brasil Colônia até a Contemporaneidade, tendo em vista que a presente tese abordará sobre as famílias em situação de vulnerabilidade social, especificamente as famílias chefiadas por homens em tipologia monoparental, da Região dos Campos Gerais – PR, bem como sobre a formação das masculinidades, com base nos estudos de Connell; Messerschmidt (2013) e Bourdieu (2011, 2012, 2014).

1.1 LEVANTAMENTO DE PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE O TEMA FAMÍLIA E MASCULINIDADES

Para que se possa adentrar ao tema família, faz-se necessário, num primeiro momento, realizar um levantamento das produções existentes no meio acadêmico sobre a temática proposta. Para este fim, foi realizado um levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, no período de 2010 a 2020, sobre as produções com o tema família, nas mais diversas áreas. Neste levantamento, obtiveram-se:

16.601 produções, sendo 10.448 dissertações de mestrado, 2.433 produções de mestrado profissional, 3.451 produções no doutorado e 269 nos demais níveis. Ao classificar as produções, encontraram-se: 6.142 na área de Ciências da Saúde; 4.057 em Ciências Humanas; 1.911 em Ciências Biológicas; 2.132 em Ciências Sociais Aplicadas, 2.090 na área Multidisciplinar e 269 nas demais áreas. Ao se refinar a pesquisa em Ciências Sociais e Ciências Humanas abrangendo famílias monoparentais e masculinidades, apresentaram-se: 2.172 produções, sendo 1.023 em Ciências Sociais e 1.149 em Ciências Humanas (CAPES, 2022).

Observou-se, com o levantamento, que nos anos de 2010 a 2012 houve uma crescente produção acadêmica relacionada a famílias monoparentais e masculinidades. Posteriormente a este período, houve um declínio nas produções acadêmicas específicas com este tema.

TABELA 1 – Produções sobre famílias monoparentais e masculinidades

Ano	Produções
2010	485
2011	540
2012	596
2013	147
2014	142
2015	127
2016	157
2017	186
2018	205
2019	171
2020	164

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (2022)

No levantamento específico sobre masculinidades, na área de Ciências Humanas e Sociais foram obtidas: 273 produções, sendo 189 dissertações de mestrado, 7 de mestrado profissional e 77 teses. Focando-se somente nas Ciências Sociais, têm-se 35 produções sobre masculinidades, sendo 25 dissertações de mestrado; 1 produção em mestrado profissional e 9 produções de tese. Dentre as 35 produções sobre masculinidades, algumas destacaram-se por apresentar categorias propostas nesta tese, como por exemplo: a dissertação de mestrado de Natalia Maroun, em 2015, intitulada “Homens e masculinidades na perspectiva do cuidado: o desafio da ótica de gênero na proteção social”; em 2013, “Masculinidades, gênero e pobreza: o lugar dos homens e do masculino na proteção social básica de Niterói/RJ”,

da autora Daguiomar de Oliveira Barbosa; em 2017, “Corpos penetrantes e masculinidades: um estudo crítico às práticas patri(viri)arcais”, de Glauber Lucas Ceará Silva; e em 2020, a tese “O não lugar dos homens nas ações do Programa Bolsa Família: experiências de beneficiários e profissionais do município do Rio de Janeiro”, de Daniel de Souza Campos (CAPES, 2022).

Com relação às 9 produções de teses localizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, observam-se reduzidas produções ao longo dos anos, na área de Ciências Sociais Aplicadas, com o tema masculinidades.

TABELA 2 -Produções sobre masculinidades

Ano	Produções
2010	02
2011	02
2012	01
2013	02
2014	00
2015	02
2016	03
2017	03
2018	07
2019	08
2020	05

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (2022)

Das 9 teses encontradas, 2 abordavam sobre masculinidades e trabalho; 2 masculinidade e mídia; 1 masculinidade e programas sociais; 1 masculinidade e saúde; 1 masculinidade e direito; 1 masculinidade e violência; e 1 masculinidade e comunicação.

Diante do levantamento, observa-se que o objeto de estudo proposto nesta tese traz um tema original, o qual possibilita a visibilidade das famílias monoparentais com chefia masculina em situação em pobreza, sendo esta população ainda pouco estudada pelas Ciências Sociais Aplicadas.

1.2 FAMÍLIA - UMA BREVE INTRODUÇÃO

Para além das discussões econômicas sobre a classe trabalhadora na Inglaterra ou sobre o capitalismo propriamente dito, Friedrich Engels representa um

dos autores conhecidos quando se analisa a família, enquanto categoria teórica, bem como elemento indispensável no contexto do capitalismo.

A obra de Engels *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* foi lançada em 1884, baseada no livro de Lewis Henry Morgan⁴, intitulado *Ancient Society*, o qual apresentava um estudo sobre gens dos indígenas da nação iroquesa, nos Estados Unidos da América. Especificamente no Prefácio de seu livro, lançado em 1891, quarta edição, Friedrich Engels menciona que, até a década de 1860, não se podia pensar em uma história da família, devido à forte influência dos cinco livros bíblicos do profeta Moisés. Engels destaca que o estudo da história da família começa, de fato, em 1861, com o livro de Bachefen (*Direito Materno*), e somente em 1871 surge em cena Lewis Morgan, com estudos que apontaram para um sistema de parentesco dos iroqueses, difundido em todo o Continente Americano (ENGELS, 1891).

Para Engels (1891), Morgan tomou como ponto de partida os sistemas de parentesco, reconstituindo as formas de família correspondentes. Segundo Engels (1891), a primitiva gens de direito materno, como anterior a gens do direito paterno dos povos civilizados, tem sua importância tanto quanto a teoria da evolução de Darwin para a biologia e a teoria da mais valia, difundida por Marx, para a economia política.

Engels (1984) esclarece que a palavra *famulus* quer dizer escravo doméstico, e família é o conjunto dos escravos pertencentes a um homem. A referida expressão foi inventada pelos romanos para designar um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de pessoas escravizadas, com direito de vida e morte sobre todos eles. No entanto, nem sempre o sistema de parentesco foi caracterizado por essa forma de matrimônio. Com base nos estudos de Morgan, Engels (1984) caracteriza os sistemas de parentesco e as formas de matrimônio que levaram à formação da família.

Na primeira etapa da família, denominada consanguínea, os grupos conjugais classificavam-se por gerações, do modo que todos os avós possuíam matrimônio entre eles. Os pais e filhos não podiam se dar em matrimônio, no entanto, irmãos, primos e primas de primeiro e segundo graus podiam casar-se entre si. A próxima

⁴ Segundo Almeida (2010), Lewis Henry Morgan foi um pioneiro da pesquisa de campo em que procurou provar a unidade humana e a origem asiática dos povos ameríndios. Procurou provar o sistema de parentesco por meio da sequência progressiva de formas de família. O autor destaca que Engels criticou os antropólogos ingleses por atacarem Morgan e ao mesmo tempo plagiarem os resultados de sua pesquisa.

etapa da família, Engels (1984) denomina punalua. Nesta etapa os irmãos e primos não podiam passar pelo matrimônio entre si, a ordem social era formada a partir do gens, na maioria dos povos, ou seja, havia um círculo fechado de parentes consanguíneos, por linhagem materna. O autor acrescenta que, nessas formas de família, por grupos, não se podia saber com certeza quem era o pai de uma criança. Esse tipo de organização tornou cada vez mais difícil as uniões, pois alguns parentes não podiam se casar entre si, as quais foram substituídas pela família sindiásmica (ENGELS, 1984).

O matrimônio na forma sindiásmica constituiu-se na união baseada por pares, e não mais por grupos; neste estágio, o homem vivia com uma mulher, exigindo a rigorosa fidelidade da companheira. A linhagem ainda era considerada por parte da mulher, o que garantia o direito materno, em caso de dissolução do vínculo conjugal. Para Engels (1984), a família sindiásmica foi o estágio evolutivo que permitiu o desenvolvimento da família monogâmica.

A família monogâmica não se revestiu em todos os lugares e épocas de forma rígida. A monogamia nasceu da concentração de grandes riquezas nas mesmas mãos (as dos homens) e do desejo de transferir essas riquezas, por herança, aos filhos destes homens. Vale destacar que a instituição família modificou-se ao longo dos séculos, e em diferentes lugares apresentou características distintas (ENGELS, 1984).

No entanto, segundo Silveira (2012), quanto mais às relações foram perdendo seu caráter primitivo, por força do desenvolvimento das condições econômicas, as relações se tornavam mais opressoras para as mulheres. À medida que a posição do homem ganha mais importância em função do aumento da riqueza, essa característica passa a interferir na herança e na hereditariedade. Para Engels (1984), o homem apoderou-se da direção da casa e a mulher viu-se degradada, convertida em servidora.

Na família monogâmica, houve o predomínio do homem nas relações familiares, sua finalidade expressou a procura de filhos cuja paternidade fosse indiscutível. Os filhos, na qualidade de herdeiros diretos, entrariam um dia, na posse dos bens de seu pai. O matrimônio poderia ser rompido somente pelo homem, foi à primeira família que não se baseava em condições naturais, mas econômicas (ENGELS, 1984).

Vale ressaltar que Engels baseou suas análises na sociedade do século XIX, com suas particularidades, porém sua análise torna-se relevante se realizadas as

devidas proporções, não realizando um anacronismo, mas trazendo elementos importantes para que se entenda a família monogâmica na contemporaneidade, pois alguns elementos ainda “ecoam” nas diversas tipologias de família constituídas ao longo do processo civilizatório ocidental.

No Ocidente, a família esteve sujeita a profundas mudanças, principalmente relacionadas à Revolução Industrial e pós-industrial. De acordo com Amaro (2014), a partir do século XVIII a família tradicional, que vivia centrada na comunidade, na rede de parentes, e nos padrões preestabelecidos pela geração anterior, foi perdendo a sua função de produção, passando a ser cada vez mais uma unidade de consumo (AMARO, 2014).

Na família tradicional, a maioria das famílias dependia da agricultura, sendo mais numerosas, as crianças além do contato com os pais possuíam uma rede alargada de parentes e de relações com toda a comunidade. Com o aumento da produção, por conta da industrialização, a produção deslocou-se do lar para as fábricas, as famílias numerosas passaram a ser menores, sem grandes amarras à rede de parentes (AMARO, 2014).

Vê-se que, ao longo do processo histórico, a transformação da família tem sido explicada por várias perspectivas. Segundo Amaro (2014), na Sociologia, as teorias da família têm sido influenciadas por três perspectivas: a positivista, a interpretativa e a crítica. A linha de inspiração marxista, que possui uma perspectiva mais crítica, aponta que a família nuclear faz parte da própria lógica capitalista de produção, e essa tipologia de família se firma na divisão sexual do trabalho. A mulher se ocupa preferencialmente das tarefas domésticas, contribuindo para que o homem tenha maior disponibilidade para a produção. Por outro lado, a mulher que trabalha fora de casa tem uma sobrecarga de papéis, por não deixar de desempenhar suas funções tradicionais e, ao mesmo tempo, contribuir para o orçamento familiar (AMARO, 2014).

Com relação ao processo de socialização das crianças, ele possui a função de produzir novos trabalhadores socializados nos valores do próprio sistema. Há uma pressão exercida pelo sistema, aos que trabalham muitas vezes em condições precárias. Esses trabalhadores encontram algum alívio no seio da família, a qual proporciona atividades de convívio que possibilitam manter o trabalhador em condições aceitáveis para desempenhar suas atividades laborais (AMARO, 2014).

Em termos de significação, a família apresenta mais de um significado, em múltiplos contextos, isto porque a família possui várias dimensões, seja pela sua estrutura, função, relações estabelecidas ou pelos valores e dimensão simbólica, em seu interior. A dimensão estrutural, descreve Amaro (2014), diz respeito à forma como se adquire a qualidade de membro daquela família, devido à posição de seus membros, estabelecida em seu interior; a dimensão funcional, diz respeito à proteção, satisfação das necessidades, socialização das crianças ou apoio emocional entre os cônjuges; a dimensão relacional, diz respeito às relações afetivas entre os membros da família; a dimensão simbólica, diz respeito aos valores e atitudes dos membros da família em relação ao poder, ou ao ideal de vida dos seus membros. De modo geral, Amaro (2014) esclarece que o estudo das várias dimensões da família deve perpassar por uma perspectiva dinâmica, considerando a instituição em permanente modificação ao longo do tempo.

A noção de parentesco torna-se essencial ao conceito de família, sendo este o parâmetro também utilizado por Morgan, quando pesquisou os sistemas de parentesco dos iroqueses, já mencionado por Engels (1984). Sabe-se que estas análises foram realizadas em outras sociedades, em diferentes temporalidades, no entanto, ainda “ecoam” no modo de vida e nas relações de parentesco na contemporaneidade. Amaro (2014) define parentesco como um conjunto de relações que se estabelecem por ascendência comum, ou por motivo de aliança. O parentesco por ascendência é designado pela consanguinidade e pela aliança (afinidade). Segundo o autor, alguns sociólogos ainda identificam outro tipo de parentesco - o parentesco social - o qual corresponde aos laços formados por apoio social, exemplificando a relação estabelecida através do apadrinhamento, ou seja, a relação entre padrinho, madrinha, afilhado e compadrio.

A noção de parentesco, consanguinidade, afinidade, moradia em comum são elementos que podem auxiliar na classificação da tipologia das famílias, ou mesmo como as famílias estão constituídas. Esse polimorfismo é discutido por Segalen (1999), que apresenta as múltiplas formas de famílias. Para a autora as famílias podem apresentar várias tipologias, ou seja, as famílias nucleares, compostas pelo casal e seus filhos; as famílias extensas, compostas pela entidade familiar do “lar simples” (nuclear), como também por parentes ascendentes, descendentes ou colaterais; as famílias monoparentais, compostas por qualquer um dos pais e seus descendentes, isto é, somente a mãe com seus filhos ou somente o pai com seus

filhos; as famílias recompostas, situação pós-divórcio (separação) compostas por madrastas, padrastos e filhos.

As definições de Amaro (2014) são semelhantes às descritas por Segalen (1999), com acréscimo das tipologias unipessoais e homoparentais. Para Amaro (2014), as famílias unipessoais são aquelas constituídas por uma só pessoa, podendo ser pessoas solteiras, viúvas ou divorciadas; as famílias homoparentais são aquelas constituídas por duas pessoas do mesmo sexo com ou sem filhos. Apesar das muitas significações e características estabelecidas à família, por vários autores, Ferreira (2013) ao estudar a família Ocidental, descreve algumas características apresentadas nessa forma de relacionamento. Para o autor:

Apesar da panóplia de famílias existente na nossa sociedade, podemos dizer que a típica família ocidental é monogâmica (uma só pessoa durante o matrimônio); é sobretudo endogâmica (o que significa que a maior parte das pessoas casa-se ainda no âmbito do seu grupo racial, étnico, religioso e classe social de pertença); é na maioria dos casos de tipo nuclear, pais e filhos solteiros (muito embora possam fazer parte da sua estrutura outros parentes); é neolocal (que significa a ocupação de um novo espaço habitacional diferente do pertencente às famílias de origem do casal); é quase sempre de tipo igualitário (o que significa uma igualdade de direitos de deveres perante a lei); é patrilinear já que a mulher acrescenta o apelido do marido e os descendentes adotam o do pai); é bilateral na medida em que se consideram parentes os elementos chegados ao casal e a propriedade deste se transmite-se aos filhos (FERREIRA, 2013, p. 32).

Diante da diversidade de tipologias de famílias na contemporaneidade e das muitas características que as compõem, faz-se necessário compreender a formação da família brasileira, uma vez que constitui o foco desta pesquisa. Não se pode deixar de mencionar que o processo de mestiçagem se fez presente desde a colonização do Brasil, fator que pode ter interferido em particularidades na formação da família brasileira e em singularidades que serão abordadas no tópico seguinte.

1.3 A FORMAÇÃO DA FAMÍLIA BRASILEIRA

No Brasil, em razão da mestiçagem de três etnias – indígena, europeia e africana –, houve uma diversidade na formação dos costumes, valores e crenças que contribuíram para que a família brasileira tivesse suas próprias características e particularidades. Diante disto, realizou-se, neste tópico, uma aproximação teórica sobre a formação da família brasileira, tendo como parâmetros as obras de Darcy Ribeiro (1995) e Mary Del Priore (2013; 2015; 2018).

Para se adentrar ao tema formação da família brasileira deve-se levar em conta alguns aspectos apontados por Novais (2018), no livro *História da vida privada no Brasil*, em que o autor descreve as contradições do processo de colonização do país. Segundo ele, o Brasil se constituiu a partir de uma terra de contrastes, em partes, povoada para a permanência e certa estabilidade, e, em outras partes, um povoamento rarefeito, em permanente mobilidade. Para Novais (2018), havia uma sociedade voltada “para fora”, organizada para a exportação e, por outro lado, uma economia voltada para a subsistência, ou seja, voltada “para dentro”. Isto repercutiu nas características do povo brasileiro e, conseqüentemente, na formação dos tipos de famílias, em suas moradias, no modo de vida da população.

Houve um ponto fundamental que influenciou a relação social dominante, que repercutiu na esfera do cotidiano e da intimidade nos domicílios, a escravidão, delineando-se três tipos básicos no sistema de relações. Novais (2018) as destaca: relações intraclasses senhoriais, relações internas da vida das pessoas escravizadas e relações intermediárias entre senhores e cativos. Essas esferas interpenetravam-se, criando situações e momentos de aproximação, distanciamento e conflito. Esses fatores precisam ser levados em conta na formação familiar, nas formas de moradia, nas relações cotidianas afetadas por essa clivagem (NOVAIS, 2018).

Autores como Amantino e Freire (2013) destacam o contingente de pessoas escravizadas no Brasil Colônia, que era composto, em sua maioria, pela mão de obra masculina. Um dos principais motivos seria o maior valor monetário das mulheres em determinadas regiões da África, devido à perpetuação da memória geracional se impor, por meio das relações de parentesco matrilinear, bem como pelos trabalhos agrícolas desempenhados pelas mulheres nas regiões da África. Outro fator que valorizava o preço das mulheres no mercado de pessoas escravizadas seria a comercialização junto a mercadores islâmicos, que as levavam para regiões do Oriente, onde serviam como concubinas, realizavam trabalhos domésticos e, por vezes, tornavam-se esposas de seus senhores.

Amantino e Freire (2013, p. 21) afirmam que “[...] o que se percebe é que a preferência pelos homens africanos, em relação a mulheres e crianças, foi influenciada pelas peculiaridades dos mercados, africano e brasileiro, possuidores de dinâmicas próprias”. Importante destacar essa particularidade brasileira, uma vez que a falta de mulheres, segundo os autores, pode ter contribuído para que centenas de

homens buscassem alívio para seus desejos muitas vezes em formas não aceitas pela Igreja.

Algranti (2018), autora que também discute sobre a formação da família brasileira, cita a falta de mulheres brancas no Brasil Colônia, a presença de pessoas escravizadas negras e indígenas, bem como a expansão do território e a precariedade de recursos e produtos que levaram a transformações de costumes e práticas constituídos na Metrópole.

No Brasil Colônia, foi muito frequente aos portugueses unirem-se com as índias, por vezes, ato justificado em vista da falta de mulheres de origem portuguesa. (FIGUEIREDO, 2015). As índias assumiram lugar de provedoras de alimentos frente à falta de mulheres brancas, ensinando a socar o milho, preparar a mandioca, fazer redes, entre outros afazeres. Posteriormente, segundo Algranti (2018), as portuguesas comandaram as grandes vivendas rurais e tiveram as mulheres negras como aliadas nos afazeres domésticos (ALGRANTI, 2018).

Em pesquisa com dados preliminares divulgada pela USP (Universidade de São Paulo) no Projeto “DNA do Brasil”⁵, aponta-se que, no sequenciamento do genoma de 1.247 brasileiros, provenientes de comunidades remanescentes e de grandes centros, como São Paulo, apontaram que 75% dos cromossomos Y na população brasileira são de herança europeia; 14,5% são de africanos; apenas 0,5% são de indígenas, e outros 10% são metade do leste e do sul asiático. No que diz respeito a porcentagens femininas, tem-se 70% de mães africanas e indígenas que deram origem à população brasileira, sendo 75% dos pais de origem europeia (GOMES, 2020). Segundo os pesquisadores, a exploração violenta e o extermínio em massa fizeram com que homens indígenas quase não deixassem descendentes. Eles representam 0,5% do genoma na população, enquanto mulheres nativas somam 34% (GOMES, 2020).

No período colonial, em virtude da prática de união com as índias nativas, a Coroa tomou medidas consistentes em relação à política familiar. Havia a insistência da Coroa em estimular a realização de matrimônios entre a população de pura

⁵ Segundo o site do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação - Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF, o Projeto DNA do Brasil, desenvolvido pela USP, tem como responsável técnica a dra. Lygia da Veiga, Bacharel em Física, Phd em Genética Humana e chefe do laboratório Nacional de Células tronco da USP. O Projeto pretende sequenciar o genoma de 15 mil brasileiros, montando um banco de dados clínicos e genômicos da população, a fim de aumentar significativamente as pesquisas genéticas, permitindo melhor diagnóstico e prevenção de doenças com componentes genéticos dos brasileiros (BRASIL, 2022).

descendência portuguesa, ou seja, “[...] toda ação estava orientada por um caráter nitidamente racial: tratava-se da preservação da pureza de classe dos ‘homens bons’, o que, em última instância, reforçava a elite em âmbito local” (FIGUEIREDO, 2015, p.170). Por mais que houvesse instrumentos punitivos que condenavam as relações extraconjugais, a população utilizava seu próprio modo de vida familiar.

Daibert Jr (2013), mencionando o livro *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, destaca sobre as relações discretas entre sacerdotes e suas comadres. Isto por conta de não poderem assumir os filhos provenientes de relações íntimas com essas mulheres. Alguns padres educavam sua prole como se fossem afilhados ou sobrinhos, por conta do celibato exigido pela Igreja.

O autor acrescenta que os descendentes dessas relações herdavam uma formação intelectual privilegiada, ocasionando uma ascensão social, casavam-se nas melhores famílias, destacavam-se na política, na diplomacia, nas letras. Por um lado, aponta que os clérigos apresentavam comportamentos respeitados e honrados. No entanto, menciona sacerdotes promíscuos que espalhavam uma prole por onde passavam, com relacionamentos instáveis, sem compromisso. Esses apontamentos servem para pensar sobre as contradições e desafios da experiência do celibato e nas mais diversas tipologias de família no território nacional, inclusive famílias “não oficiais” mantidas pelos padres (DAIBERT JR, 2013).

Em virtude de apresentar dimensão territorial extensa, o Brasil exibiu uma diversidade na formação das famílias e em suas particularidades. Especificamente a estrutura familiar em Minas Gerais apresentou relações familiares apoiadas no compromisso informal entre as partes envolvidas. Essa prática foi combatida pelas visitas promovidas pelo bispado, objetivando averiguar o comportamento dos fiéis. Ocorriam denúncias sobre as mais variadas formas de relacionamento de casais, sendo um elemento em comum a não oficialização da Igreja. Diante do cenário, buscou-se a disseminação da família legítima como forma de solucionar a prática do “amancebamento” e resistência ao casamento oficial. A base da ação eclesiástica centrava-se no combate às uniões consensuais, pois, através do casamento, o desejo e a carne poderiam viver devidamente domesticados, havendo nas relações obrigações recíprocas, em que a sexualidade fosse disciplinada e estivesse sob a vigilância dos padres e da ordem cristã (FIGUEIREDO, 2015).

Diante disto, compreende-se que muitos dos valores morais e religiosos advindos da crença católica com base judaico-cristã influenciaram consideravelmente

a formação da família brasileira, no que diz respeito à união entre homens e mulheres da época, e a submissão feminina em prol da masculina. A religião contribuiu consideravelmente para a criação de dogmas, como a indissolubilidade do casamento, revelado no sacramento do matrimônio (SAMARA, 2002).

Segundo Samara (2002), a família no Brasil foi considerada uma instituição indispensável para a vida social, o bem-estar social significava antes de tudo o pertencimento a algum grupo familiar. A partir dessa formação familiar, com base religiosa, traçam-se papéis sociais, ou seja, o que seria próprio para o comportamento do homem, e o que seria próprio para o comportamento da mulher, no interior da família.

No Brasil Colônia a Igreja se concentrava na “conquista” dos que não professavam a mesma crença, para sua cristandade e manutenção dos colonos na estrita ortodoxia. Nas Índias de Castela instaram-se os Tribunais de Fé, na América portuguesa tiveram as visitações (presença da inquisição), as quais recebiam delações da rede de familiares e vizinhança, quando havia casos que contrariavam a ordem cristã (NOVAIS, 2018).

No que diz respeito às famílias dos senhores de engenho, Samara (2002) expressa que os papéis sexuais eram bem definidos, o marido tinha o poder de decisão e a tarefa de proteger e sustentar sua esposa e filhos, à mulher era destinado à organização da casa e os cuidados com a família. Trabalhos recentes sobre a formação da família brasileira criticaram o modelo monolítico descrito por Gilberto Freyre acerca da família patriarcal, os quais apontam para inúmeras práticas que se inserem de contravenções às normas impostas pela Igreja e pelo Estado, que colocaram o casamento como sacramento bastião da família, da união dos corpos e das relações sexuais. Estudos apontam que fatos como adultérios, concubinatos e filhos ilegítimos eram registrados nos documentos paroquiais (SAMARA, 2002) .

A prática do concubinato, na época colonial, incomodava profundamente os moralistas, representantes eclesiásticos e o governo, no entanto, os colonos continuavam a viver de forma a desafiar as leis da Igreja Católica, vizinhança e a excomunhão. Algranti (2018) cita que essa “não família” predominou na nossa sociedade.

Nos primeiros séculos de ocupação da Colônia a figura do pai gozava de uma imagem muito forte. Teoricamente cabia-lhe velar por tudo, comandar o trabalho e os castigos, mesmo que ausente fisicamente. O pai apresentava uma imagem austera a

quem era atribuída à função de transmissão de valores culturais e patrimoniais, dentre outros. Ao pai era conferido poderes que ultrapassavam a maioria dos filhos; a sujeição dos filhos era absoluta. O poder familiar não competia à mãe, somente ao pai. O castigo físico era costumeiramente aplicado pelo pai, surras e palmadas mediavam às relações parentais (DEL PRIORE, 2013b).

A autoridade patriarcal era exercida preferencialmente sobre os filhos homens uma vez que esses seriam os futuros herdeiros do esforço do pai. (DEL PRIORE, 2013b). O pai tinha o poder de matar seu filho ou filha que o desonrasse, podia tratá-lo ou castigá-lo como uma pessoa escravizada. Havia então um “despotismo paternal”. Mesmo sendo delegado e reconhecido socialmente tais poderes sobre sua família, não era incomum que a mulher ao ver-se sozinha com a prole, devido à ausência do pai, reconstituísse sua vida ao lado de outro companheiro. Caso isso não ocorresse, segundo Del Priore (2013b, p. 162), a mulher “[...] liderava a casa e a família com o mesmo poder e autoridade do pai”.

A honra patriarcal era um capital simbólico da maior importância. Atacá-la ou reivindicá-la consistia em atitude corrente em todas as classes sociais e definia limites no cotidiano das pessoas. Honra que, roubada a um filho, tantas vezes exigiu vingança (DEL PRIORE, 2013b, p.167).

Por conta do tipo de trabalho, em grande parte, os homens se sujeitavam as mudanças, por vezes, abandonavam relacionamentos familiares, isso impedia de dar maior atenção aos filhos, ou mesmo conviver com eles. Grande parte das crianças, principalmente na primeira infância, tinha apenas contato com a mãe e com outras mulheres. De acordo com Scarano (2018), isso acontecia com filhos de pessoas escravizadas e também com filhos de homens livres e brancos.

Para Ribeiro (1995), enquanto crescia os núcleos açucareiros na costa nordestina, a população paulista desenvolvia outro tipo de atividade, por não ter grandes engenhos de açúcar, tampouco pessoas escravizadas. “[...] ao fim de um século e meio de implantação, os núcleos paulistas mais importantes eram arraiais de casebres de taipa ou adobe, cobertos de palha” (RIBEIRO, 1995, p.364). Para o autor, esses homens dirigiam as bandeiras de devassamento dos sertões e viviam com suas famílias em sítios no interior, em condições de pobreza.

Com relação à família dos bandeirantes, ela se estruturava patricêntrica e poligínica, com dominação por um chefe, essencialmente o pai, suas mulheres com

suas respectivas proles e os parentes dela. As índias que eram cativas do grupo eram amantes do pai e dos filhos deste grupo, só aos poucos o casamento religioso se impõe como sacralização da mãe dos filhos legítimos (RIBEIRO, 1995). A grande esperança dos paulistas enquanto bandeirantes, nas entradas no sertão, sempre foi encontrar minas de ouro, prata ou pedras preciosas, destaca Darcy Ribeiro (1995).

No que diz respeito à família paulista, ela apresentava características próprias, formada por um número reduzido de integrantes, era frequente a existência de pessoas solteiras morando sozinhas (SAMARA, 2002). Por outro lado, os pais mantinham famílias legítimas em casa e a ilegítima em outra casa. As famílias se caracterizavam pelo número reduzido de filhos, como também os casais novos constituíam domicílios independentes de seus pais quando se casavam. Para Samara (2002, p.17):

Na estrutura familiar paulista, ao contrário do que se percebia no modelo patriarcal, os laços de parentesco e amizade não norteavam a organização do núcleo doméstico. O que determinava esta organização era a ligação de trabalho. Apesar de se tratar de uma sociedade escravocrata, encontramos, numa parcela dos domicílios, a presença de agregados [...]. Os agregados eram domésticos, ajudantes, aprendizes, lavradores, etc. Existiam também agregados ligados à família por laços pessoais. Enfim à família paulista apresenta características próprias.

Nas zonas de mineração, a sociedade brasileira apresentava outras particularidades, nela desenvolveu-se uma classe senhorial de autoridades reais e eclesiásticas, de ricos comerciantes e mineradores. Houve uma grande massa de pessoas escravizadas, tanto africanos como nativos que foram trazidos das zonas açucareiras. A atividade de mineração criou condições para uma vida urbana mais complexa e ostentosa, se comparada a qualquer outra região do país (RIBEIRO, 1995).

Para Algranti (2018), houve muitas formas de família no Brasil Colonial, como as famílias extensas e famílias com mulheres sozinhas com filhos, havendo a multiplicidade e especificidades em função das características regionais da colonização e da estratificação social. A condição legal e racial dividia os indivíduos entre brancos e negros, livres e pessoas escravizadas, urbano e rural.

Para a autora, o espaço do domicílio reunia pessoas unidas das mais variadas formas, ou seja, domicílios compostos por mães viúvas ou irmãs solteiras, padres com suas escravas, concubinas e afilhados, em outros domicílios verifica-se a presença

de mulheres com seus filhos, porém sem maridos, casal de cônjuges e a concubina do marido, os quais viviam sob o mesmo teto.

Algranti (2018) dá ênfase aos domicílios descritos nos inventários do século XVI ao XIX, em suas discussões sobre famílias e vida doméstica, ressaltando que, ainda que a moradia tenha a função de dar abrigo, ela também constitui local onde atividades se desenvolviam no dia a dia, trazendo elementos da intimidade dos que residiam no local. Para a autora, deve-se recuperar o espaço da intimidade e do domicílio para se aproximar de seus habitantes e das formas de convívio e sociabilidade doméstica, das formas de relacionamento existentes entre seus membros.

Nas casas mais simples da cidade, era costume ter à disposição 1 ou 2 cativos para todos os serviços. No mundo rural, as senzalas se faziam presentes nas grandes fazendas, as quais abrigavam um número maior de pessoas escravizadas. Os cativos⁶, quando não tinham as senzalas ou galpões para suas acomodações, por falta de espaço nos domicílios, esticavam à noite suas esteiras em qualquer lugar, inclusive na cozinha. As senzalas variavam suas estruturas, algumas cobertas de palha ou telhas, erguidas com tijolos, madeira ou pedras; outras abrigavam mulheres; outras dispunham de divisórias. Porém, na vida dos colonos, a divisão interna das casas não era fator relevante, tampouco propiciava a intimidade no domicílio (ALGRANTI, 2018).

Com relação às dependências das casas de homens pobres e livres, tanto no campo como na cidade, consistiam em pequenas choupanas com um ou dois cômodos utilizados para dormir, cozinhar e, por vezes, abrigar alguma oficina pequena. Já os indivíduos com posses dispunham de mais aposentos. O primeiro cômodo possuía uma janela para a rua, o qual servia de sala, apresentava um corredor lateral que dava acesso aos outros cômodos, por vezes sem janelas, os quais serviam para dormir. No final do corredor, instalava-se a cozinha, que conduzia para

⁶ A historiadora Laura Moutinho, autora do livro *Razão, cor e desejo*, em análise sobre os relacionamentos afetivo-sexuais inter-raciais no Brasil e África do Sul, aponta que a nação brasileira foi gerada a partir de estupros. O historiador Hilário Ferreira (autor de *Catirina, minha nêga, tão querendo te vendê*), afirma que, ao estudar a história da escravidão no Brasil, observa-se que o processo de mestiçagem não foi “igual, suave e harmonioso”, e a explicação para essa discrepância passa necessariamente pela violência sexual de gênero. Esses depoimentos foram feitos a UOL, em dezembro de 2020, quando da análise dos dados produzidos pelo Projeto “DNA do Brasil”, em que os historiadores corroboram os dados preliminares que apontam que homens africanos deixaram somente 14,5% do seu DNA na população brasileira, os homens indígenas apenas 0,5% e os homens brancos 75% (BEZERRA, 2020).

o quintal, sendo esse modelo um padrão geral para quase todo o país, que perdurou até o século XIX.

Segundo Algranti (2018), havia poucas janelas nas residências, sendo a falta de chaminés um agravante porque enchia de fumaça os ambientes internos. A autora faz algumas ressalvas em relação à descrição dos domicílios, entendendo que não se dispõe de registros pessoais detalhados, mas somente informações disponíveis, muitas vezes formuladas a partir de um olhar exterior, baseado em experiências diversas de viajantes.

Ainda no que diz respeito à arquitetura dos domicílios, Algranti (2018) destaca que as rótulas de treliça de madeira proporcionavam certa discricção da parte interna das casas. Assim, as treliças de madeira discretamente escondiam o que se passava nos lares, espacialmente a parte interior, o que poupava seus moradores de olhares de transeuntes. As rótulas começaram a ser substituídas a partir da vinda da família real. Para a autora, “[...] as rótulas desapareceram justo quando se passou a dar maior atenção à decoração dos interiores [...] o que denota a preocupação com o bem-estar [...] ambientes mais agradáveis para o convívio familiar e a intimidade” (ALGRANTI, 2018, p. 71).

Quanto às casas mais abastadas, tanto no meio rural como nas cidades, variavam de região para região. Em Minas Gerais, uma única cobertura continha a casa, os quartos de hóspedes, a moenda, o engenho. No Nordeste, havia construções isoladas no mesmo terreno ao redor da casa grande, que, segundo Algranti (2018), permitiam maior privacidade no interior das casas. Nas casas mais ricas, observa-se certa preocupação com a intimidade, havendo salas e espaços definidos para mulheres, hóspedes, pessoas escravizadas; cômodos destinados ao repouso, ao lazer, à alimentação. No entanto, os quartos se comunicavam entre si, o que impedia a intimidade, uma vez que era preciso atravessar um cômodo para se chegar ao outro.

No Brasil Colônia, os fogões e jiraus foram utilizados do lado de fora das casas, deixados como uma forma de divisão dos espaços entre senhores e pessoas escravizadas. No entanto, à medida que as refeições se tornam momentos importantes de reunião em família, a cozinha mudou sua localização no interior das residências. A preservação da intimidade e a readequação dos espaços internos da casa demonstrou um cuidado maior com essa preservação somente em meados do século XVIII e início do século XIX (ALGRANTI, 2018).

Para Algranti (2018, p.76):

A sala de jantar e o quarto de dormir, por exemplo, são dois espaços dignos de atenção, ligados à intimidade dos corpos e à intimidade das famílias, cuja evolução cronológica é extremamente difícil precisar, uma vez que aparecem registros sobre eles já no século XVI, enquanto no XIX ainda há superposição de funções nos aposentos de casas abastadas.

No que diz respeito às atividades cotidianas, elas eram marcadas pela luz solar. As velas de sebo eram apagadas cedo e impediam a convivência maior entre os membros do domicílio; somente com a introdução de candeeiros de querosene houve mudanças nas práticas sociais, havendo serões noturnos e outras reuniões sociais. A leitura silenciosa ou em voz alta consistia em outra forma de se desfrutarem a intimidade e o convívio familiar, além da utilização do baralho e dos tabuleiros de xadrez e gamão. No entanto, o ato da leitura não era um hábito difundido, devido à grande parte da população ser “iletrada”, até o início do século XIX (ALGRANTI, 2018).

O casamento entre as demais raças e qualquer pessoa branca era legalmente impedida no Brasil. A permissão veio a ocorrer somente após se decretar a extinção da escravidão indígena, por intermédio de uma lei do Marquês de Pombal, por Carta-Régia de 4 de abril de 1758 (OLIVEIRA, 2004).

Oliveira (2004) acrescenta que prevalecia moralmente entre os colonizadores o que aprenderam e trouxeram de Portugal, ou mesmo aquilo que seus ancestrais sabiam e lhes repassaram, ou seja, baseavam-se nas concepções do cristianismo medieval, influenciados pela normatização do Concílio de Trento, “[...] quando era pacífico de respeitar o homem como chefe de família e a mulher como eterna subalterna do marido e responsável direta de fato, pela guarda e criação dos filhos” (OLIVEIRA, 2004, p.40), o que denota a formação da masculinidade arraigada na formação da família brasileira.

Outro traço marcante da formação da masculinidade no Brasil Colônia e Brasil Império diz respeito aos ritos de passagem. Schnoor (2013) destaca que o *sinhomoço*, entre 15 e 16 anos, devia seguir junto às tropas em largos trechos de viagem para fazer negócios e iniciar seu próprio pecúlio. Nesse período da vida, o “ioiô” era lançado a esta dura vida. O jovem tinha que ter seu chicote pronto para sacar e “riscar o chão”, caso ocorresse alguma ofensa. Não recuar a um conflito era símbolo de masculinidade.

Sobre sua masculinidade não podia pairar a menor dúvida. “Era uma sociedade em que o pai informava não o nascimento de um menino, mas que havia nascido um macho”. (SCHNOOR, 2013, p.95). O menino entre 12 e 13 anos deveria desvirginar-se precocemente, pois após essa idade era considerado “donzelão”, sendo ridicularizado por não conhecer intimamente uma mulher (SCHNOOR, 2013).

Com relação às crianças concebidas fora do casamento, ou mesmo as crianças rejeitadas por outras situações, eram deixadas nas portas de casa alheia ou em instituição de abrigo. Em Portugal, as Santas Casas de Misericórdia constituídas pelas irmandades religiosas tornaram-se a principal rede de assistência às crianças abandonadas. Essa realidade portuguesa, menciona Silva (2014), cruza o Atlântico, e no Brasil Colonial o fenômeno do abandono também fora praticado nos séculos XVII e XVIII. As rodas dos expostos ficavam restritas aos grandes centros urbanos da colônia e o abandono domiciliar, denominado “fogos”, era praticado em outras localidades da colônia.

Silva (2014) refere que o abandono de crianças ao longo do período colonial teria maior relação com a honra de mulheres solteiras do que com dificuldades das famílias na criação dos filhos, pela situação de pobreza. No período colonial, as famílias optaram por abandonar suas crianças nas portas dos domicílios para salvaguardar a honra não apenas de famílias que se estabeleciam em uniões consensuais, mas também para ocultar as fraquezas da carne, consideráveis imorais aos olhos do controle normativo, quando essas crianças eram fruto de um concubinato. Segundo Silva (2014), a mobilidade geográfica masculina do período colonial trouxe como consequência uma vida conjugal intermitente, como também uma estrutura familiar caracterizada pela dispersão.

No que diz respeito às crianças no Brasil Colonial, Del Priore (2018) ressalta que o castigo físico não era utilizado pelos indígenas, tendo sido introduzido pelos padres jesuítas, pois consideravam a correção como uma forma de amor. Para eles, o muito “mimo” deveria ser repudiado. Vícios e pecados deviam ser combatidos, utilizando-se açoitamentos e castigos. Em meados do século XVIII, a palmatória era utilizada como instrumento de correção. A formação da criança tinha o objetivo transformá-la em um indivíduo responsável (DEL PRIORE, 2018).

Segundo Scarano (2018), a falta de maiores referências sobre as crianças não significa que tenham sido desvalorizadas em si, pois eram consideradas devido à continuação da família, participavam das festas e dos acontecimentos. Entretanto, a

morte de uma criança não era encarada como uma tragédia, mas aceita como uma fatalidade, de modo que umas morriam, outras nasciam, sendo assim eram substituídas umas pelas outras (SCARANO, 2018).

As crianças das camadas populares costumavam andar sozinhas ou com suas genitoras que vendiam produtos nas ruas, as crianças auxiliavam suas mães em seus trabalhos. Nas palavras de Scarano (2018, p. 111), “[...] a rua fazia parte da vida como espaço coletivo e as crianças mineiras, como as de diferentes lugares, perambulavam com ou sem finalidade. Não eram mantidas segregadas [...]. A rua fazia parte de seu mundo”. As crianças negras frequentavam as habitações de seus “donos”, principalmente se suas genitoras trabalhassem naquele local, inclusive serviam de distração para mulheres brancas que viviam reclusas.

Com relação aos ritos, sempre que possível, a população em geral batizava as crianças, mesmo os filhos dos escravizados. Naquele período isso era visto com seriedade por todos, seja pelos “donos” das pessoas escravizadas, ou pelas negras forras, com filhos livres, pois, se o contrário ocorresse, passariam a ser mal-vistas pela população em geral.

No que diz respeito à defesa da “honra”, representava uma experiência forte entre os homens. Sant’Anna (2013) expressa que a perda da virgindade de moças podia ser vingada por seus pais e irmãos para punir aqueles que desonravam um nome, uma família. A honra do homem casado estendia-se ao corpo de sua prole e de sua esposa. A honra de uma mulher solteira era sinônimo de castidade, ao passo que para a mulher casada, era revestida da fidelidade ao marido, presa às normas sexuais impostas à esposa pelo matrimônio. Ao homem eram reservados os desafios impostos pelas asperezas da vida, como também, era preciso mostrar-se ativo sexualmente às mulheres. Ao homem estava reservada a prova de coragem e virilidade. Era difícil para o homem a partilha do medo (SANT’ANNA, 2013).

Elucida Sant’Anna (2013) que, dentro do universo da virilidade masculina havia o receio da impotência, a qual era equivalente ao temor de ser destruído pela gonorreia ou pela sífilis. A atividade com mulheres comprovava a masculinidade, fossem elas com as esposas ou com prostitutas. Por vezes, homens casados mantinham as duas relações, ou seja, com a esposa e as meretrizes. Historicamente a coragem também foi considerada um elemento central na formação de um verdadeiro macho. Para Sant’Anna (2013), há milênios, a masculinidade esteve vinculada ao uso de armas e a coragem no enfrentamento do sofrimento físico e das

doenças. O medo da homossexualidade também atormentava as mais ilustres cabeças. Diante disso era comum iniciar a vida sexual com meretrizes. Virilidade implicava uma iniciação sexual precoce, e fazer filhos era considerado “marcar posição” (SANT’ANNA, 2013).

Segundo Fausto (2012), no Brasil Colônia a população viveu, em sua grande maioria, no campo. Esse quadro modificou-se, em parte, pela crescente influência dos grandes comerciantes e pelo crescimento do aparelho administrativo. A invasão holandesa e sobretudo a vinda da família real para o Rio de Janeiro tiveram importância no desenvolvimento dos centros urbanos.

A guerra que Napoleão movia na Europa contra a Inglaterra, em princípios do século XIX, refletiu também na Coroa portuguesa. Em novembro de 1807, cerca de 10 a 15 mil pessoas embarcaram rumo ao Brasil. Fausto (2012) enfoca que, a partir da vinda da Família Real para o Brasil, ocorreu uma reviravolta nas relações entre Metrôpole e a Colônia, houve abertura dos portos, sendo a Inglaterra a principal beneficiária da medida.

Assim, o Rio de Janeiro tornou-se o ponto de entrada dos produtos manufaturados ingleses, favorecendo também os proprietários rurais que exportavam seus produtos. A vinda da família real deslocou definitivamente o eixo da vida administrativa da Colônia para o Rio de Janeiro, mudando a fisionomia da cidade. A presença da corte implicou numa alteração do cenário urbano da Colônia.

O primeiro jornal editado na Colônia se deu em 1808, e houve também abertura de teatros, bibliotecas, academias científicas para atender aos requisitos da Corte e da população urbana que se expandia. Segundo Fausto (2012), a quantidade de habitantes aumentou consideravelmente de 50 mil para 100 mil pessoas.

Ao longo da segunda metade do século XIX, a política econômica remodelou as cidades com a multiplicação das atividades comerciais e dos serviços. No interior das moradias, inicia-se a distinção entre espaço público e privado. Conforme Del Priore (2013b), tornaram-se espaços distintos o domicílio e lugar de trabalho. No entanto, nas camadas populares, os pequenos artesãos “labutavam” onde comiam e dormiam, nas áreas rurais, a separação entre casa e rua não tinha se concretizado, mas as mudanças chegaram. No final do século XIX, o chefe de família saía cedo para o trabalho, regressando à noite para a vida privada.

Para Del Priore (2013b), ao longo de um século, a imagem do pai ganhou novos contornos, houve um recuo ao poder do patriarca. Os primeiros traços dessa

mudança podem ser vistos na insubordinação dos filhos em relação ao pai e às escolhas de seus companheiros(as). Fugas, raptos de noivas e a não escolha dos companheiros (as), por parte dos “pais despóticos”, davam indícios dessas mudanças. A autora cita que os filhos foram ganhando visibilidade pública, jovens foram tomando os lugares de maior importância na administração, na política, na diplomacia, na magistratura.

Del Priore (2013b) destaca que, na transição da vida rural para a vida urbana, houve a perda do prestígio do patriarca. Para a autora, se outrora se pedia a benção do pai, com respeito e quase medo, nesse momento, a situação vai tomando outro rumo. Os pais já não são chamados de “senhor pai”, mas de “papai”, de “paizinho”. Nesse sentido, passa a haver uma nova intervenção no funcionamento das famílias e no papel dos pais, no final do século XIX.

O lema “Ordem e Progresso” incentivou a construção de um país civilizado. Na verdade, temia-se que as más condições de vida das camadas populares enfraquecessem o sentimento de família. Novos papéis designados à mulher na sociedade também interferiram na imagem que se fazia do chefe da casa. Ao trazer salários para a casa, as mães ganham um novo espaço no ambiente familiar (DEL PRIORE, 2013b).

A honra que outrora era um problema regulado pelo patriarca passa a ser uma questão nacional, defendida pela intervenção do Estado, uma vez que os pais deveriam assumir um projeto de valorizar a intimidade do lar, com a instauração de uma família moderna e higiênica. A ideia era que a vida dos trabalhadores, bem como das classes populares fosse organizada pela Igreja, poderes públicos, higienistas e patrões. Seria um meio de tornar o operário honesto e trabalhador (DEL PRIORE, 2013b).

Pensar sobre a família e a diversidade que envolve essa categoria não se constitui uma trajetória fácil, implica pensar as nuances e tipologias de família ao longo do processo histórico, na diversidade que a mestiçagem proporcionou, não de uma forma linear, mas dialética, sempre em movimento, respeitando-se as características de cada local, de cada sujeito, de cada povo, de cada etnia.

Com essa exposição, pode-se ter uma noção de como a família brasileira foi se estruturando a partir da mestiçagem, com formas diferenciadas de se organizarem socialmente. Pode-se ter uma noção sobre as relações entre os homens brancos e as índias nativas e dos homens brancos com as negras oriundas do tráfico, uma vez que

eram escassas as mulheres brancas no Brasil Colônia. Diante disto, a poligamia se fazia presente, bem como a forma poligâmica de se relacionar.

O entendimento sobre a trajetória e formação da família brasileira se justifica para que se entendam muitos valores e crenças estabelecidas ao longo do processo histórico, seja na formação da família extensa, seja na formação da família nuclear, da família monoparental, dentre outras tipologias de famílias. Independentemente da tipologia, as famílias tiveram influência da formação patriarcal, em que o homem, patriarca, submete os outros membros da família ao seu poder, principalmente frente à interferência da religião católica, advinda dos valores judaico-cristãos, através dos jesuítas e franciscanos que se instalaram no Brasil Colônia e do homem branco, europeu, heterossexual.

No tópico seguinte, adentrar-se-á às particularidades das famílias do Sul do país, uma vez que a singularidade dessa formação pode ter interferido no processo de formação das tipologias existentes no Brasil, especificamente nas famílias monoparentais chefiadas por homens, as quais fazem parte do universo de pesquisa aqui proposto.

1.4 PARTICULARIDADES DA FAMÍLIA NO BRASIL MERIDIONAL

Tendo em vista que o *locus* da pesquisa empreendida diz respeito à Região dos Campos Gerais - PR, faz-se necessário compreender melhor como se davam as relações familiares no Sul do Brasil, uma vez que houve uma intensa imigração no país nos séculos XIX e XX, como também a prática social do escravismo, fatos que podem ter interferido no processo de formação da família sulista e, conseqüentemente, das famílias moradoras na Região dos Campos Gerais - PR.

Com relação à fronteira oeste do Rio Grande do Sul, segundo Petiz (2014), ela foi marcada por uma base econômica interna, em que predominavam as pequenas e médias propriedades. Mais da metade das pessoas escravizadas viviam em propriedades que variavam de 1 a 10 cativos, o que dificultava a formação da família escravizada, pois a união ocorria, usualmente, dentro dos próprios plantéis.

Esse fator constituiu um entrave redutor da proporção de pessoas escravizadas que conseguiam uma relação conjugal estável, tanto pela idade divergente entre homens e mulheres como também pelo número reduzido de

mulheres. Plantéis com maior número de pessoas escravizadas facilitavam a localização de possíveis cônjuges para os cativos.

Petiz (2014) aponta que as pessoas escravizadas com laços de parentesco viviam em famílias chefiadas por mulheres solteiras, cerca de 70% do total, enquanto 30% compunham de famílias nucleares. As famílias legitimadas pelo matrimônio não foram predominantes na região, sendo um total de 33,8% entre 1755 e 1809, e de 24,6% entre 1810 e 1835. As constituídas por mães solteiras e seus filhos representaram 66,2% em 1810 e 75,4% em 1835. Esse perfil pode ser resultado de certo desinteresse dos senhores na oficialização da união dos escravizados, a fim de se evitar a intervenção da Igreja, quando tivesse que vender separadamente um dos cônjuges.

Para Petiz (2014), a vida das pessoas escravizadas não se baseava na promiscuidade e os cativos não eram apenas “mercadorias”, havia, sim, um jogo de “interesses”. Nesse jogo, a formação da família das pessoas escravizadas apareceu como um meio de garantir a permanência dos cativos na propriedade, já que possivelmente evitariam fugir e deixar os parentes para trás. A região de Pelotas, no Rio Grande do Sul, também se caracterizou por pequenos e médios proprietários, que tinham entre 1 e 9 pessoas escravizadas.

Os casamentos entre as pessoas escravizadas foram em número bastante reduzidos, sendo frequentes as relações ditas “ilícitas” entre os cativos e que se davam de maneira furtiva. Mesmo nas senzalas as pessoas escravizadas organizavam-se segundo suas próprias hierarquias, utilizavam como estratégias de sobrevivência a escolha de padrinhos e madrinhas de prestígio (MOREIRA; GARCIA, 2014).

Nos estudos de compadrio, observam-se as alianças sociais entre as pessoas escravizadas, negros e pardos livres, verificando o parentesco espiritual, tanto como estratégia para criar laços com pessoas de estratos sociais superiores para obtenção de proteção como também funcionava como meio de socialização de modo a formar uma comunidade de pessoas escravizadas e livres pobres (SCOTT, 2014).

A baixa incidência de casamentos legais entre as pessoas escravizadas não revela a ausência de relações familiares entre a população cativa na região de Pelotas - Rio Grande do Sul. Segundo Pessi (2014), havia na região várias tipologias de famílias, com as mais diversas configurações: mãe com filhos, tias, sobrinhos, primos, irmãos sem mães no mesmo plantel. Para Moreira e Garcia (2014), as pessoas

escravizadas negras possuíam lógicas próprias para suas práticas sociais, sexuais e familiares, havendo uma identidade social diferenciada de seus senhores.

Com relação à geração de filhos, muitas vezes as mulheres escravizadas procriavam até o limite de suas condições reprodutivas, as cativas pelotenses tinham filhos em idades bastante avançadas chegando muito perto do limite biológico. Devido aos longos intervalos entre gravidez, de cerca de três anos entre um filho e outro, a capacidade de reprodução da mulher escravizada seria muito limitada, forçando o incremento da fecundidade em idades mais avançadas (PESSI, 2014).

De acordo com Pessi (2014), não era costume entre os escravistas a divisão de famílias escravizadas, seja pela venda ou na ocorrência de divisão da herança entre os donos da propriedade, mesmo antes das leis específicas sobre a separação das famílias de pessoas escravizadas. Em Pelotas, observou-se que tanto a venda quanto a herança entre os donos de plantéis não parecem ter alterado a estabilidade das famílias escravizadas.

O impulso para a imigração só veio quando o braço da pessoa escravizada teve que ser substituído pelo braço imigrante. Segundo Dreher (2014), a proposta de colonização com pequenos proprietários ressurgiu nas primeiras décadas do século XIX, em que se buscou criar ampla classe de cidadãos livres, baseada na pequena propriedade da terra, no regime de trabalho familiar e na policultura, privilegiando o mercado interno (DREHER, 2014).

Para Dreher (2014), as famílias imigrantes e suas crianças chegaram ao Rio Grande do Sul a partir de 1824. Controlar a natalidade era algo difícil, dessa forma, impunha-se a necessidade do casamento tardio. As mulheres se casavam aos 25 ou 27 anos de idade, tinham em torno de cinco filhos, dos quais alguns morriam. No entanto, era muito filho para pouco rendimento, resultando, por consequência, na fome quase sempre crônica.

Na zona rural, praticamente não havia condições de sair dessa situação, ou seja, sem-terras não podiam ter animais, sem animais não havia adubo, sem adubo não havia produção. A salvação alimentar da família quase sempre se dava pela criação de galinhas, com o esterco das galinhas saía o adubo para a horta. A colheita do campo era em boa medida utilizada para pagar impostos e dívidas (DREHER, 2014).

Estima-se que 45% dos nascidos morriam antes de atingir 10 anos de idade. As crianças não eram dispensadas do trabalho infantil, desde cedo elas participavam

da lavoura ou eram criadas como aprendiz de artesão. Muitas mulheres morriam antes do final de sua vida fértil, sendo madrastas e padrastrós figuras importantes no cotidiano das famílias imigrantes (DREHER, 2014).

Para Witt (2014), era comum encontrar homens e mulheres casando-se pela segunda ou terceira vez, pois viver sozinho ou administrar a propriedade com vários filhos sem o auxílio de um cônjuge poderia se transformar numa tarefa difícil. Havia também certa pressão social para que os viúvos realizassem novos casamentos.

A sociedade criada no Rio Grande do Sul com as picadas⁷ não ficou restrita somente a colonização alemã. Desde 1875 outras etnias também fizeram parte do contingente de imigrantes, como os italianos e poloneses. Nessas picadas que se organizou a vida familiar na qual conviviam mais de uma geração (DREHER, 2014).

As regras de imigração para o Sul do país diferenciavam-se das regras às famílias que se localizavam em São Paulo. Os imigrantes italianos que se localizavam em São Paulo haviam sido atraídos para a grande lavoura de café, ameaçada pelo movimento abolicionista da metade do século XIX. A imigração italiana que se deu especificamente em São Paulo se fez pelo regime de colonato, que regulava as relações entre fazendeiros de café e os imigrantes. As famílias que se instalaram no Sul apresentaram condições sociais distintas, ou seja, baseadas na pequena propriedade, na livre iniciativa e no trabalho familiar (HERÉDIA, 2014).

Uma das particularidades dos imigrantes registradas por Dreher (2014) diz respeito ao domicílio. Segundo o autor, a cozinha era o local mais utilizado da família, a princípio construída fora do corpo da casa, uma vez que havia a probabilidade de incêndio, caso o fogão de chapa pegasse fogo. A construção de fogões por metalúrgicas transformou a estrutura da casa, passando a cozinha a ser incorporada ao restante do domicílio.

No que diz respeito às práticas de sociabilidade, o baile era o mais difundido entre os imigrantes e seus descendentes, ocorria tanto nos clubes sociais como em vendas e nas casas das famílias. Havia também encontros nos cultos e missas

⁷ A picada é uma forma básica de penetração na floresta subtropical. A demarcação dos lotes obedece a critérios de natureza topográfica, numa das extremidades o rio ou seu afluente servia de limite. A geografia determinava o tamanho de cada uma das comunidades humanas. A picada, inicialmente, era uma trilha de acesso a uma propriedade organizadora de uma vida comunal. Era uma unidade humana na qual se encontravam: um templo, a escola, o cemitério, a residência do professor ou padre/pastor, o salão de festas da comunidade, a casa comercial (DREHER, 2014).

dominicais. Essas práticas possibilitavam a formação de casais e possíveis matrimônios. O controle do namoro variava conforme a cultura regional de origem dos jovens. Dreher (2014) menciona que, na colônia italiana e polonesa, havia maior controle sobre os namoros; entre os alemães havia maior aposta na responsabilidade dos namorados e noivos.

Na colônia imigrante, a mulher não ficou restrita somente às atividades do lar, ela manejava arado, cuidou dos animais, sempre teve tripla jornada de trabalho. Não raro, aos 13 ou 14 anos, a menina já era considerada apta para o casamento. No Brasil, os jovens imigrantes contraíam matrimônio aos 16 ou 17 anos (DREHER, 2014).

Para Witt (2014), o casamento era sinal de mobilidade, tanto espacial quanto social. Os arranjos via casamento davam continuidade a interesses presentes em cada família, o genro que porventura tivesse uma profissão que se assemelhasse à do sogro poderia ser bem-vindo para dar continuidade aos negócios. O compadrio operava também no sentido de cimentar as relações de parentesco.

A vida familiar era marcada por vários ritos de passagem. As crianças recém-nascidas de comunidades cristãs eram levadas por familiares a igreja para receberem o batismo, na puberdade à catequese, seguida de ritual junto à comunidade em que era admitida pela primeira vez a eucaristia ou santa ceia. O casamento também se constituía um rito de passagem, a princípio com vestimentas pretas, o branco passou a ser utilizado nos centros urbanos ao longo do século XIX e se popularizou no século XX (DREHER, 2014).

Em 1895, registra-se no Paraná a chegada dos primeiros imigrantes ucranianos. Segundo Andreazza (1996), de maneira geral, as famílias pioneiras não vieram sozinhas, mas envolviam pai, mãe, filhos, avós, tios e primos. Devido ao desenraizamento geográfico de toda família, para instalação em uma nova vida, percebe-se o valor da família enquanto unidade para o trabalho. Alguns contratos de colonização especificavam o perfil de imigrante desejado, os quais enfatizavam a instalação de famílias chefiadas por homem em idade que garantisse o pleno potencial para o trabalho.

As famílias também apresentavam como característica a possibilidade de crescimento da prole e, em sua maior parte, eram formadas por mulheres entre 15-24 anos, que se casavam com rapazes entre 20 e 29 anos. Os índices das idades ao se casar mantiveram-se como matriz cultural dos imigrantes (ANDREAZZA, 1996).

Com relação aos casamentos, os noivos eram escolhidos pelos pais, conforme costume na Europa, e havia o padrão endogâmico quase que absoluto entre os filhos dos pioneiros. Andrezza (1996, p. 136) esclarece que a “[...] endogamia pode ser entendida como expressão do conservadorismo de uma sociedade tradicional”. Diversos estudos indicam que, nos meios tradicionais, os arranjos matrimoniais contavam com um mediador entre as famílias dos noivos, denominado *stárosta*, e aos noivos estava reservado o papel de meros coadjuvantes nas negociações matrimoniais.

No que diz respeito à religião, na igreja havia uma disposição específica para os fiéis, obedecendo uma divisão por sexo e por estado civil. O traje feminino implicava ter mangas compridas, ao homem convinha ir à igreja de terno ou, no mínimo, com paletó. Segundo Andrezza (1996), os rutenos tinham um padrão mais rígido perante a sexualidade, reservava-se o exercício da sexualidade especificamente para o casamento. Na organização social da comunidade ucraniana, sexo e matrimônio constituíam binômio indissociável.

Especificamente na Colônia Antonio Olyntho, localizada no sul do estado do Paraná, as ucranianas apresentavam uma fecundidade alta e o desuso da contracepção. A análise geral dos registros demográficos aponta uma abstinência sexual entre as imigrantes ucranianas solteiras, aos homens era dado o direito de buscar prazeres fora do casamento. Havia prostíbulos na localidade, tais casas apareciam na paisagem local (ANDREAZZA, 1996).

Quanto ao modelo domiciliar, baseava-se mais frequentemente na residência patrilocal, em que a mulher assume a família do marido como sua. Havia submissão e obediência da jovem esposa para com a sogra. Geralmente, a prática da coabitação estabelecia-se com duas famílias conjugais e três gerações.

Na cultura ucraniana, as mães solteiras não podiam usar tranças, nem cabelos compridos, próprios das donzelas; deviam usar lenço na cabeça, assinalando o estatuto de mulher casada, porém sendo proibida de participação em rituais comunitários, de modo que as posições sociais eram definidas com símbolos externos.

De acordo com Andrezza (1996), as famílias dos descendentes ucranianos apresentavam-se numerosas, mantinham socialmente válido o tradicional preceito camponês no que se refere ao papel de mulher casada, que implicava desenvolver prole numerosa (ANDREAZZA, 1996).

Com relação à família italiana, era marcada por um forte espírito de solidariedade. Desde o casamento, quando a família se constituía oficialmente, suas regras eram respeitadas com intuito de assegurar a estrutura familiar. O casamento monogâmico era sustentado por princípios religiosos que não aceitavam a dissolução dos laços firmados com o matrimônio. Os preceitos religiosos reforçavam os papéis masculinos, o que dava legitimidade à família patriarcal, não havia dúvida quanto à autoridade paterna, o pai exercia o papel principal de chefe da família e a produção familiar lhe dava autonomia para a subsistência. A família era numerosa, o que representava muitos braços para o trabalho (HERÉDIA, 2014).

Quanto à mulher italiana, suas atividades eram restritas não exercendo na sucessão a possibilidade de mando, de controle da propriedade e da participação administrativa. As famílias italianas trouxeram consigo valores da cultura de origem que mantiveram por meio de algumas práticas sociais condizentes aos valores presentes na religião, no trabalho, nas relações de parentesco e vizinhança. O trabalho e a religião eram valores fundamentais para a família italiana, elementos de identidade cultural desses imigrantes. No Rio Grande do Sul, a passagem da família extensa para a família nuclear se deu à medida que houve a migração do campo para a cidade, devido ao processo de industrialização do Brasil, na metade do século XX (HERÉDIA, 2014).

A imigração teve papel relevante no desbravamento do território nacional e na formação da família brasileira. Pensar no Brasil Meridional é também pensar no contato com populações variadas que lançaram elementos diversos, nos valores, na cultura, no modo de vida do povo brasileiro. Observa-se com isso que compreender a trajetória da família do Brasil Meridional torna-se significativa no entendimento de como a família brasileira possui particularidades que enriquecem o modo de vida do povo brasileiro.

A partir desse entendimento e realizadas algumas considerações sobre a família do Sul do país, no tópico seguinte, o estudo sobre a família brasileira contemporânea subsidiará a compreensão das famílias, que são o foco da presente tese, ou seja, as famílias com chefia masculina, em situação de vulnerabilidade social.

1.5 A FAMÍLIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Durante o século XIX, a sociedade brasileira sofreu uma série de transformações, seja pela consolidação do capitalismo, pelo incremento de uma vida

urbana, pela ascensão da burguesia, seja pelo surgimento de uma nova mentalidade na organização das vivências familiares e domésticas (D'INCAO, 2015).

Logo, o desenvolvimento das cidades e da vida burguesa influenciou na disposição do espaço no interior das residências, tornando-as mais aconchegantes. Esse processo deixou ainda mais claro os limites do convívio e as distâncias sociais entre a nova classe social e o povo, permitindo um processo de privatização da família, sendo marcada pela valorização da intimidade (D'INCAO, 2015). O casamento entre famílias ricas e burguesas era usado como degrau de ascensão social ou uma forma de manutenção do status. A mulher da elite começou a marcar presença em cafés, bailes, teatros e acontecimentos da vida social, a autoridade familiar mantinha-se em mãos masculinas, do pai ou do marido, no entanto, os homens eram dependentes da imagem que suas mulheres traduziam para o restante das pessoas e do grupo de convívio. As mulheres casadas ganharam uma nova função: contribuir para o projeto familiar de mobilidade social através de sua postura nos salões, como anfitriãs (D'INCAO, 2015).

D'Incao (2015) enfoca que, nesse contexto, reforça-se a ideia de que ser mulher implica ser dedicada integralmente, um ideal que só pode ser atingido na esfera familiar da família burguesa e higienizada. Ainda segundo a autora, havia um controle direto sobre as moças “casadeiras”. No entanto, o autor sugere que, nas classes populares, a aproximação entre os namorados era mais fácil, mais livre, talvez por conta da escassez de recursos a serem trocados pelas uniões conjugais (D'INCAO, 2015).

O desenvolvimento urbano modificou o perfil da coragem e das precauções contra o mal. Sant'Anna (2013) elucida que a virilidade rural foi se modificando, dando lugar a outra concorrência, feita de competições, novas drogas, aventuras amorosas que substituíam as antigas travessuras e pelejas da vida no meio rural. As emboscadas e navalhadas continuaram comuns, mas o jovem burguês não queria ser confundido com tais enfrentamentos.

Segundo a autora, um macho verdadeiro não ria à toa e jamais chorava, precisava mostrar seriedade, firmeza e prontidão, homem “de verdade” não balançava o corpo para andar. As barbearias eram espaços masculinos por excelência, lugares de encontros entre homens, embora o barbeiro cuidasse dos cabelos, o título dado ao estabelecimento referia-se à barba, uma característica tipicamente masculina (SANT'ANNA, 2013).

Müller (2013) discorre que, desde o berço, os pais esperam um comportamento das meninas e outro dos meninos, o que é traduzido em condutas diferenciadas. Para a autora, quando aprende as primeiras lições, a criança passa a incorporar definições preestabelecidas tradicionalmente, como: homem não chora, menina não diz palavrões, menino não brinca de boneca, menina não sobe em árvores, mulheres são frágeis e dóceis, homens são fortes e duros.

Com relação ao sertão nordestino, Falci (2015) menciona que as mulheres das classes mais abastadas eram treinadas para desempenhar o papel de mãe (prendas domésticas), costurar, bordar, orientar os filhos. As mulheres menos afortunadas ajudavam no sustento e na educação da numerosa prole, faziam doces por encomendas e bordados. Para a autora, a moça de elite se casava debaixo de cuidados, observações e recomendações de toda sociedade. O modo de casamento da mulher pobre e da escrava, em geral, não era “acertado” pela família, nem envolvia dotes. Um dado importante é que os homens de prestígio e boa situação social sempre tiveram possibilidade de constituir duas ou três famílias, devido ao desequilíbrio demográfico das regiões interioranas no Brasil do século XIX (FALCI, 2015).

As famílias do Sul do Brasil, segundo Pedro (2015), demonstravam sua “distinção social”, entre outras coisas, pela dedicação de suas mulheres exclusivamente aos papéis familiares. Os jornais do Rio Grande do Sul do século XIX escreviam para essas pessoas, definindo formas de comportamento. A nova família “civilizada” que se pretendia compor deveria ser diferente daquela do restante da população: qualquer parente, além de pai, mãe, filhos, atrapalharia. Para a autora, nas cidades do Sul, imagens idealizadas sobre a família foram frequentes a partir da segunda metade do século XIX, durante a formação das elites nos centros urbanos.

A Proclamação da República pode ser vista como um marco no reforço de novos modelos femininos. Esse período promoveu internas transformações das elites que vinham se configurando no decorrer do século XIX. Novos personagens, de diferentes origens étnicas, passaram a circular nas capitais do Sul e a disputar espaços políticos junto à elite urbana de origem portuguesa, que buscava prestígio econômico e social, e, entre outras coisas, a diferenciação de suas mulheres (PEDRO, 2015).

Pedro (2015) destaca que as imagens idealizadas de mulher, possíveis para as elites urbanas, foram cobradas das mulheres das camadas populares, tornando-se referências para o julgamento de suas demandas e para a aplicação de punições por

parte do poder público. Enquanto esposas, tornava-se necessário às mulheres, antes de tudo, saberem “agradar”. Também para os homens eram publicados “Os 10 mandamentos do marido”, em 1896, no jornal *Gazetinha*.

A autora relata que não eram apenas as mulheres o alvo da normatização, possivelmente todas as campanhas estavam voltadas para a construção da figura de pai, esposo, trabalhador; essas recomendações tinham a finalidade de transformar homens e mulheres em “pais e mães responsáveis”. Observa-se, no comportamento social, certa normatização do “ser feminino” e “ser masculino”. A formação da feminilidade é cobrada da população, bem como a formação da masculinidade, ou seja, o que seria propício no comportamento da mulher e no comportamento do homem (PEDRO, 2015).

A aceleração da urbanização provocou um progressivo movimento das populações pobres para as capitais, onde procuravam se estabelecer nas áreas centrais. Essa população ocupava, em sua maioria, habitações coletivas, casas de cômodos ou cortiços. Os cortiços simbolizavam o atraso e a corrupção moral para os grupos dirigentes que desejavam derrubar tais habitações (SOIHET, 2015). No Rio de Janeiro, a derrubada dos cortiços das áreas centrais era indispensável, por serem considerados focos de epidemias. A medicina e os interesses econômicos uniram-se no propósito de transformar a velha cidade numa metrópole moderna que deveria atrair estrangeiros e capitais. No entanto, os cortiços desenvolviam redes de solidariedade que garantiam a sobrevivência das famílias mais empobrecidas.

Soihet (2015) acrescenta:

fica claro o empenho das autoridades em impedir a presença dos populares em certos locais, no esforço de ‘afrancesar’ a cidade para o desfrute das camadas mais elevadas da população e para dar mostras de ‘civilização’ aos capitais e homens estrangeiros que pretendiam atrair (SOIHET, 2015, p. 366).

Com relação às mulheres das camadas populares, elas possuíam características próprias, ligadas às suas condições concretas de existência. Para Soihet (2015), grande parte das mulheres das camadas populares não se adaptavam às características dadas como universais ao sexo feminino, ou seja, a submissão, ao recato, a delicadeza, a fragilidade. Eram mulheres que trabalhavam muito, em sua maioria não eram casadas formalmente, pronunciavam palavrões, não sendo “enquadradas” aos estereótipos atribuídos ao sexo frágil.

No entanto, muitos costumes e valores das mulheres dos segmentos dominantes se apresentavam fortemente às mulheres das camadas populares. O casamento formal, por exemplo, constituía-se uma aspiração. Muitas mulheres, embora reagissem ao predomínio masculino, acreditavam serem de sua responsabilidade as tarefas domésticas, mesmo que tivessem que dividir com o homem o ganho vindo de seu trabalho (SOIHET, 2015).

No Rio de Janeiro, apesar de a grande maioria das mulheres da classe trabalhadora não contrair o casamento formal, ele se afigurava como um valor [...] a condição de 'casada' por si só pressupunha um comportamento irrepreensível da mulher. Isso parece denotar a influência da cultura dominante sobre as camadas populares (SOIHET, 2015, p.369).

Com relação aos homens das camadas populares, devido às condições de vida, não conseguiam assumir o papel de mantenedores da família, previsto pelas ideias dominantes. Soihet (2015) corrobora esse homem que se via longe de poder assumir o papel de dominador, típico dos padrões da época, haja vista que ele sofria a influência dos padrões culturais, no entanto, em sua prática de vida, revelava uma situação bem diversa em termos de resistência de sua companheira, sendo acometido de insegurança.

No Brasil do século XIX, práticas corporais institucionalizadas estabeleceram certa *performance* pública para os homens. Melo (2013) aponta que essas *performances* apresentaram modelos de comportamentos para os homens tanto em suas exposições corporais como em relação às suas atitudes. A prática de atividades físicas e a ideia de masculinidade dialogaram entre elas. Nas palavras de Melo (2013, p. 129), “[...] os esportes ofereceram ao mundo masculino a oportunidade de exporem publicamente suas provas de heroísmo e valentia, cujas demonstrações mais explícitas são algumas marcas corporais: cicatrizes, cortes, arranhões”.

Nesse viés, a demonstração pública de desempenho, aliada a condições de privações, estabelecia padrões de diferença entre homens e mulheres, identificando intrinsecamente o mundo dos “machos”. Práticas físicas constituíam ocasiões para homens exibirem suas “qualidades”, como coragem e destreza. Em certos momentos, as práticas físicas eram apresentadas como solução para combater a imobilidade, que gerava homens fracos e efeminados, ferramenta importante para formar jovens másculos e ativos.

A apresentação dos exercícios demonstrava virilidade, altivez, coragem. Algumas revistas da época vinculavam a difusão do ideário moderno, os quais criavam modas e impunham comportamentos, inclusive masculinos, intrinsecamente relacionados às práticas esportivas (MELO, 2013).

Na primeira década do século XX, confere-se espaço a esportes que utilizam implementos tecnológicos, como o automobilismo e a aviação, e, mesmo não se utilizando a demonstração de força muscular de outros esportes, essas modalidades valorizaram certos atributos masculinos. Segundo Melo (2013):

Carros e aviões rapidamente passaram a ser compreendidos como extensões das expressões de masculinidade por serem, de um lado, sinal de sucesso financeiro e, de outro, por celebrarem ideias como velocidade, aventura, tecnologia. Os homens envolvidos como tais modalidades não poucas vezes eram encarados como heróis (MELO, 2013, p. 148).

Em suma, seja enfrentando cavalos, mares bravios ou máquinas, os homens valorizados socialmente passaram a ser aqueles que “[...] enfrentavam os perigos e expunham publicamente sua potência e virilidade” (MELO, 2013, p.152).

Retomando-se as reflexões a respeito dos vínculos familiares, Itaboraí (2017) corrobora que sempre existiram formas alternativas de organização, muitas das quais foram marginalizadas e tratadas como “fora do padrão”, patológicas, sobretudo se emergissem das classes mais empobrecidas, tendo em vista certa naturalização de um modelo de família considerada “normal”. Para a autora:

O período de 1976-2012 caracteriza-se por uma intensa modernização no país, com profundas transformações como urbanização, industrialização e difusão da educação e cultura de massa. Nesse período também ocorrem diversas transformações nas leis que regulam a vida familiar, como a lei do divórcio (1977) e a lei que pune a violência contra a mulher (2006) (ITABORAI, 2017, p. 31).

No entanto, as leis mencionadas por Itaboraí (2017) só se fizeram presentes a partir das mudanças que ocorreram na própria sociedade e no interior das famílias. Nos anos 1970, por exemplo, com a propagação da pílula anticoncepcional, houve maior liberdade sexual, trazendo consigo a separação entre a sexualidade e a reprodução. Os anos 1980/90, diante da inseminação artificial e as fertilizações *in vitro* possibilitaram a separação de gravidez e relação sexual entre homens e mulheres (SCHIMANSKI, 2014).

Esses fatores alteraram substancialmente os padrões sociais de família, o que culminou na modificação nas próprias leis, a fim de contemplar as mudanças que emergiam da sociedade. Pode-se citar a Lei do divórcio, em 1977, dentre outras.

Vê-se que o modelo tradicional de família extensa, formada nos moldes patriarcais, e a família nuclear, composta pelo pai, mãe e filhos foram sendo questionados, conjugados com as conquistas de autonomia das mulheres. Ao romper com vínculos conjugais não satisfatórios, através das separações e do divórcio, estabeleceu-se um grau de liberdade dentro desses arranjos, possibilitando novos arranjos até então não respaldados pela lei.

Durante muito tempo nosso legislador viu no casamento a única forma de constituição de família, negando efeitos jurídicos à união livre, mais ou menos estável, traduzindo essa posição em nosso Código Civil do século passado. Essa posição dogmática, em um país no qual largo percentual da população é historicamente formado de uniões sem casamento, persistiu por tantas décadas em razão de inescandível posição e influência da Igreja Católica (VENOSA, 2014, p.37).

Outro fator de igual importância diz respeito à possibilidade de a mulher sair para o mercado de trabalho, o que contribuiu para que houvesse uma reorganização no interior das famílias.

Machado *et al.* (2005) fazem uma análise sobre o crescimento do trabalho feminino, classificando as causas desse crescimento. Para os autores, a análise perpassa fatores culturais, econômicos e demográficos. No que diz respeito ao fator cultural, vê-se as mudanças nas expectativas sociais e pessoais quanto ao papel feminino na sociedade; com relação ao fator econômico, houve crises que impulsionaram mais membros das famílias a trabalharem; e o fator demográfico, tendo em vista a redução da fecundidade e tamanho das famílias.

Por outro lado, Lavinias (2011) considera dois fatores para o crescimento do trabalho feminino: a queda da fecundidade e a elevação da escolaridade das mulheres. O importante é destacar que a mulher de classe média urbana, a partir dos anos 1970/1980, passa a desenhar uma nova trajetória histórica, saindo para o mercado de trabalho, seja por condições econômicas, seja por realização profissional. Isso repercutiu na organização do ambiente familiar, principalmente nas atividades domésticas de cuidados com a casa e a prole.

Nesse sentido, havendo autonomia econômica, podem-se vislumbrar avanços quanto aos direitos trabalhistas, políticos e legislativos que influenciaram a sociedade

e, por sua vez, nas próprias famílias. O que anteriormente poderia estar impedindo as mulheres de fazerem suas próprias escolhas, como a falta de autonomia econômica, em escolher ter filhos ou não, em denunciar relacionamentos abusivos, a partir dessas mudanças houve maior liberdade, desencadeando mudanças significativas nas famílias.

Nos anos 1968, a divisão entre os sexos, que até então parecia ter a ordem natural das coisas, entra em mutação, havendo questionamentos, seja pela introdução de novos hábitos, seja por novos papéis que os jovens passaram a reivindicar. O modelo tradicional de virilidade, por exemplo, como força, segurança, independência, potência sexual é reapropriado por essa juventude, dentro de uma historicidade (MÜLLER, 2013).

Com mudanças substanciais na dinâmica familiar e social, discutir sobre as famílias é tratar de novas formas de se relacionar existentes em nossa sociedade, nem melhor, nem pior uma em relação à outra, mas, sim, formas e estruturas familiares diferenciadas.

Para Lacerda (2006), nas Constituições Brasileiras anteriores a de 1988, somente a família advinda do casamento mereceu proteção constitucional, considerando, assim, o casamento o único meio de formação familiar.

Entretanto, na CF/1988, segundo Lobo (2000, p.44):

Operou-se a mais radical transformação no tocante ao âmbito de vigência da tutela constitucional à família. Não há qualquer referência a determinado tipo de família, como ocorreu com as constituições brasileiras anteriores. Ao suprimir a locução 'constituída pelo casamento' (art. 175 da CF de 1967-69), sem substituí-la por qualquer outra, pôs sob tutela constitucional 'família', ou seja, qualquer família. 'A cláusula de exclusão desapareceu'.

Diante disto, vê-se que a Carta Magna veio anuir transformações que já vinham sendo percebidas no interior da sociedade, aparecendo no texto constitucional como catalisador de um processo de ruptura de padrões e de introdução de novos paradigmas, voltados para uma nova e mais abrangente percepção da família (LACERDA, 2006).

Particularmente, a família de tipologia monoparental, formada por qualquer um dos pais e seus filhos, foi reconhecida oficialmente após a Constituição Federal de 1988. No entanto, ao se analisar historicamente, muitas mulheres já no período colonial acabavam por cuidar sozinhas de seus filhos, por conta da migração dos

companheiros para conseguir a subsistência familiar, ou mesmo devido ao concubinato, já existente na época (DEL PRIORE, 2013a).

A Constituição Federal de 1988, promulgada em 5 de outubro de 1988, em seu artigo 226, ampliou o conceito de família no Brasil. Na verdade, a CF de 1988 representou um marco não só no ponto de vista da união estável, mas também abriu um leque de possibilidades para novas formações familiares. A Carta Magna estabeleceu a garantia do “status” de família à situação em que a criança está sob a guarda de qualquer um dos pais, o que outrora não se concebia.

A partir deste marco legal, a família monoparental passa a ter esse status, como também, a família constituída através de união estável. A CF/88 inovou na definição de igualdade nas relações familiares, entre os cônjuges e na igualdade dos filhos (TAVARES; FRINHANI, 2017). A partir da CF/88, falar em família é falar em diversidade.

No entanto, no ano de 2013 tramitou no Congresso Nacional o Projeto de Lei conhecido como Estatuto da Família, no qual o Poder Legislativo propunha o conceito de família necessariamente formada por pessoas de sexos diferentes, restringindo-se, desta forma, a diversidade alargada partir da CF/1988 e estabelecida por decisões judiciais. Tavares e Frinhani (2017) destacam que a presença de uma família não está limitada aos tipos exemplificados no artigo 226, novas configurações identificadas pelo envolvimento afetivo não devem ser excluídas da proteção do Estado, mesmo sem existir disposição no texto legal.

O Estatuto da Família, proposto pelo Deputado Anderson Ferreira, do Partido Republicano de Pernambuco, define, em seu artigo 2º, como núcleo familiar aquele formado a partir da união entre um homem e uma mulher, pelo casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes. Dessa forma, exclui as demais tipologias, como as famílias homoafetivas (TAVARES; FRINHANI, 2017). As relações familiares abarcam um pluralismo de tipologias, tornando-se difícil apresentar um conceito único e absoluto de família. As autoras consideram que não existe um modelo padrão, rígido a ser seguido, entendendo-se o conceito de família plural, o qual permite abrigar os mais diversos arranjos, envolvendo afetividade, cuidado, reponsabilidade econômica, independentemente de sua formação ou tipologia.

Amaro (2014) também reforça essa concepção ao asseverar que uma das características da sociedade contemporânea é a pluralidade das formas de família, o

que torna difícil isolar as características comuns aos vários tipos de família que se apresentam. No entanto, mesmo havendo as diversas tipologias, as famílias contemporâneas apresentam algumas tendências ou aspectos em comum que são relevantes, como: a maior dependência face ao Estado; maior independência face à rede de parentes, e a maior importância do indivíduo nas relações familiares.

A crescente dependência da família ao Estado é verificada em todas as áreas, com intervenções de caráter jurídico, econômico ou institucional. Para Amaro (2014, p.9):

Do ponto de vista jurídico, o Estado regula, entre outros, o casamento, o divórcio, a interrupção voluntária da gravidez ou as responsabilidades parentais; do ponto de vista econômico, regula o trabalho, as reformas, as prestações da Segurança Social, a poupança, o acesso à habitação, etc.; finalmente, do ponto de vista institucional, o Estado organiza o sistema escolar, a guarda de crianças, favorece a emancipação da mulher ou procura prevenir a violência na família.

No que diz respeito à família tornar-se menos dependente da rede de parentes, Amaro (2014) argumenta que, na família contemporânea, há menos interferência na regulação dos padrões de comportamento quanto às escolhas do cônjuge e ao estilo de vida adotado pelos filhos. Há maior importância do indivíduo nas relações familiares. Ele assinala que há, também, a valorização das decisões individuais e da independência respeitando-se as escolhas das profissões, relações amorosas ou mesmo local de residência.

Corroborando o que foi discutido anteriormente sobre a família contemporânea, Del Priore (2013b) debate sobre a posição do pai nessas relações. Anteriormente, o pai detinha todos os poderes paternos e conjugais, sendo o pico numa pirâmide familiar; hoje, no alto da pirâmide, encontram-se os filhos. Os “direitos” paternos foram substituídos por “deveres”. Isso não significa que se está em uma sociedade sem pais, mas em uma sociedade que reorganiza as funções paternas, ressalta a autora. Há uma multiplicidade de papéis de pais entre vários homens, instituídos pelo casamento, pelo biológico e pelo afetivo.

Destaca Del Priore (2013b, p.182-183):

O desmantelamento da imagem autoritária de pai teve início a partir dos anos 1970 ou 1980. A laicização das classes mais altas, a baixa demografia, reduzindo o tamanho das famílias, a modificação profunda das formas de casamento ou de trabalho, na cidade e no campo, os triunfos de técnicas de biologia [...], a reivindicação de liberdades novas na família, o

intervencionismo do Estado, que por meio de suas leis esvaziou o poder do velho e feroz patriarca, tudo colaborou para o fim de modelos tradicionais, embora muito do *pater familiae* subsista, ao lado da figura do pai divorciado, homossexual, viúvo, migrante, adotivo, ausente, enfim, novas realidades para uma nova ordem social.

Para Del Priore (2013b), o papel de pai não é algo natural, cada sistema social marca um rito, uma pluralidade de pais e genitores sob uma culturalidade que vai se construindo ao longo do tempo, com rupturas e permanências de valores novos e/ou tradicionais.

Direcionando-se as discussões sobre a família em situação de vulnerabilidade social em decorrência da pobreza, Sarti (2007) faz alguns apontamentos quanto à centralidade da família, para os mais empobrecidos. Segundo a autora, nesse contexto, a família funciona como uma rede de apoio e ramificações; ela tem prioridade sobre os indivíduos, de modo que a vulnerabilidade de um de seus componentes fragiliza a família como um todo. A rede de solidariedade parental constitui um aspecto importante de análise sobre as famílias pobres. Para Sarti (2007, p.31), “[...] a família pobre, constituindo-se em rede, com ramificações que envolvem o parentesco como um todo, configura uma trama de obrigações morais que enreda seus membros”.

Portanto, pensar na categoria família é pensar na primeira instituição à qual o sujeito tem contato de socialização, em suas características, formações e mudanças. Nessa direção, passa-se a compreender o cotidiano das famílias com chefia masculina cujos homens estejam sozinhos, nos cuidados, manutenção de proteção dos filhos, uma vez que os valores que permeiam as relações familiares repercutem diretamente na forma de agir de seus membros, em suas relações sociais. Diante disto, refletir a respeito da formação das famílias ao longo do processo histórico e numa determinada sociedade auxilia na reflexão sobre como se dá a relação na família foco desta tese, que também incorpora os valores, crenças, cultura da sociedade à qual está inserida.

A partir dessa discussão, as relações estabelecidas no interior da família, como também nas suas mais diversas relações sociais, devem ser consideradas para o entendimento do objeto de pesquisa aqui proposto. Pensar sobre família é pensar sobre sociedade, comunidade, relações sociais, conjuntura, estrutura, raça, classe, gênero. Assim, o ser mulher dentro do contexto da família tem um sentido e um significado social e cultural; da mesma forma para o homem, na constituição de sua

masculinidade, há um processo de construção social que implica na forma como ele vai desenvolver seu “papel” social na família enquanto homem, companheiro, pai.

Uma das variáveis significativas para o entendimento das relações familiares diz respeito à virilidade. Müller (2013) aponta que a virilidade não é um atributo natural dos homens, mas fruto de um conjunto de processos educativos e sociais, visando à perpetuação da dominação masculina. Aprofundar o conhecimento sobre a formação das mais variadas tipologias de família, da formação da família brasileira, de como se dão as relações no âmbito privado, possibilita compreender as estratégias utilizadas pelas famílias em seu cotidiano, bem como a construção social dessas relações. As relações de poder e subordinação que também compõem esse cenário ajudam a desvelar a formação dos papéis sociais, além da formação da masculinidade hegemônica que envolve essa dinâmica.

Sabe-se que, no decorrer do processo histórico, houve um investimento e uma construção de papéis sociais e traços representativos da condição feminina e masculina, descrevendo o homem como contraste da mulher. O homem teria um “calor vital”, uma superioridade biológica em detrimento da mulher. Dessa forma, compreender sobre masculinidades também é discutir sobre relações entre os homens e as mulheres e sobre relações de homens com outros homens, de relações familiares, de relações de gênero.

Estudar teoricamente sobre gênero implica compreender as interfaces que permeiam essa categoria e, dentre tais interfaces, a formação das masculinidades, as quais são permeadas pelas relações de poder e hierarquizações. Aprofundar o conhecimento sobre masculinidades é reconhecer a natureza social da formação dessa variável; a identidade masculina e a paternidade estão intimamente ligadas, como a construção da masculinidade ligada à virilidade.

Diante disso, pensar sobre as famílias e, dentre elas, as famílias monoparentais com chefia masculina, impulsiona a conhecer mais profundamente as categorias gênero, masculinidade e virilidade, as quais serão discutidas no tópico seguinte.

1.6 CONSTITUIÇÃO DAS MASCULINIDADES

Resgatando as interpretações de Engels (1984) sobre família, vê-se que o estabelecimento da monogamia permitiu ao homem saber quem eram seus descendentes, a fim de perpetuar suas posses e o poder de uma linhagem

incontestável. Nessa relação, o papel social da mulher também se modifica, o sistema familiar passa a ser patrilinear e patriarcal, exigindo-se da mulher a fidelidade no casamento como meio de assegurar a descendência, daquele determinado homem (DUPUIS, 1989).

Para Sullerot (1993), a paternidade e a identidade masculina estão intimamente ligadas. Segundo a autora, a paternidade nas sociedades patrilineares foi a grande força motriz da divisão entre o público e o privado, ou seja, aos homens coube o saber e o poder e às mulheres o espaço privado da casa. Infere-se, a partir dessas reflexões, que houve uma hierarquização das relações no ambiente familiar e a predominância da autoridade do homem, do marido, do pai.

A discussão em torno da diferença entre sexos não é recente. Até o século XVIII, o enfoque se firmava na diferença sexual entre o homem e a mulher, em que prevalecia a concepção dominante como o monismo sexual (*one-sex-model*), no qual dominou o pensamento anatômico, ou seja, a mulher era um sujeito 'menos desenvolvido' na escala da perfeita metafísica, tendo o homem um valor maior se comparado às mulheres (SILVA, 2000). O modelo de perfeição e superioridade estava representado na anatomia masculina e a inferioridade na figura feminina.

Somente na passagem do século XVIII para o século XIX surgiram pequenas mudanças nas concepções, havendo a queda do conceito de unicidade e perfeição do corpo masculino para o *two-sex-mode*⁸. Neste período, justificam-se as diferenças, impondo-se concepções morais aos comportamentos femininos e masculinos, visando contemplar as exigências da sociedade burguesa (SILVA, 2000).

Nessa concepção, manteve-se a inferioridade feminina, firmando-se um conceito neoplatônico científico e religioso. Neste pensamento ideológico, as atividades da mulher eram rigidamente restritivas, limitando-a ao mundo doméstico e à própria família, e ao homem as atividades direcionadas para o mundo social, político e interações sociais (SILVA, 2000).

⁸ Segundo Rohden (1998), estudos de Laqueur mostram que até o século XVIII, o pensamento ocidental dominante era o de "*one sex model*", concepção herdada dos gregos de que havia apenas um sexo biológico, ou seja, o modelo ideal do corpo humano era o homem, a mulher era considerada um homem invertido e inferior. O útero era o escroto feminino, os ovários eram os testículos, a vulva um prepúcio e a vagina um pênis. Este pensamento ocidental será substituído pelo "*two-sex-model*" entre os séculos XVIII e XIX. Para Laqueur, essa passagem tem dois focos de origem: uma mudança epistemológica e uma mudança política. A mulher passa de "homem" invertido a ser o oposto do homem. Para Laqueur (1994) após esta mudança de concepção, homens e mulheres como opostos, é que se tornam possíveis as categorias lesbianismo e homossexualidade (ROHDEN, 1998).

Referia-se à mulher enquanto ser frágil, desprovida de “calor vital”, reforçando-se o patamar de inferioridade que até então prevalecia. Segundo Silva (2000, p.10), “[...] a mudança de concepção veio apenas a reiterar a supremacia masculina, e não levar a mulher a um patamar de maior prestígio”. Prevalece-se a discussão sobre gêneros aos ditames das regras e papéis sociais e culturais estabelecidos pela sociedade burguesa do século XIX.

As Revoluções Francesa e Industrial, bem como as Guerras Mundiais trouxeram uma reconfiguração no papel do homem burguês, que tentava se “reconstruir”, procurando consolidar uma masculinidade e virilidade hegemônica, comum a todos os homens. Algumas ameaças como a feminilidade inerente a alguns homens, a noção de bissexualidade introduzida por Freud, colocam em prova a obrigatoriedade do homem ser o sexo forte, caracterizando-se, assim, a primeira crise da identidade masculina (SILVA, 2000).

A preocupação com uma possível feminização por parte de alguns homens fizeram com que investissem e construíssem para si uma série de papéis e traços representativos da sua condição ‘masculina’, de forma que descrevesse melhor o atual homem vitoriano, em contraste com o seu oposto, a mulher, e mais inadvertidamente, a seu inverso, o homossexual (SILVA, 2000, p.11).

Diante desta identidade sexual e de gênero do homem vitoriano, descreviam-se a forma de vestir, andar, maneiras de se comportar, forma física, dentre outros atributos de masculinidade e virilidade. Nesse contexto, homens e mulheres deveriam restringir-se ao papel social de acordo com sua identidade biológica.

Por conta das duas Guerras Mundiais, da industrialização, da luta pelos direitos, pela saída das mulheres do espaço privado para o público, dos movimentos feministas, houve uma verdadeira avalanche de pesquisas e estudos sobre papéis sociais e gênero. Segundo Silva (2000, p. 13), “[...] o novo homem agora admitia sua fraqueza, sua fragilidade; o corpo já não servia para impor uma condição masculina [...] a forma de vestir, de falar, de se comportar, já não mais se sustentariam por si só”.

O movimento feminista propunha uma discussão sobre os papéis sociais estabelecidos pela norma burguesa, não só para as mulheres como também para os homens; esteve ligado à luta pelo reconhecimento da igualdade das mulheres em relação aos homens, com diferentes correntes de pensamentos (GARCIA, 2011).

Simone de Beauvoir foi uma das precursoras das teorias feministas. No *Dicionário Crítico de Gênero* (2019), consta que a obra da autora marcou o pensamento do século XX, influenciando gerações posteriores. Na obra *Segundo Sexo*, de 1949, Beauvoir discute sobre a submissão das mulheres e dentro deste marco afirma que o corpo feminino se submete ao macho nas finalidades do prazer e da reprodução.

Em seu segundo volume, com *slogan*: “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, Simone de Beauvoir discute sobre a sujeição econômica das mulheres, que as impedem de romper com a dependência, no entanto, acrescenta que a libertação no plano econômico não implica de modo imediato uma situação moral, social e psicológica igual à dos homens (DALMÁS; MÉNDEZ, 2019).

Os estudos da filósofa Simone de Beauvoir propuseram compreender o modo como as mulheres foram historicamente associadas à fragilidade e à inferioridade, apontando para uma perspectiva da libertação da mulher através do trabalho, bem como que seria preciso uma nova humanidade que desde a infância educasse meninos e meninas com as mesmas possibilidades de futuro (DALMÁS; MÉNDEZ, 2019).

Destaca Carneiro (2019) que se reconhecem três períodos que distinguem diferentes movimentos do feminismo. O primeiro período, localizado no século XIX, tinha como luta a igualdade de direitos contratuais e de propriedade, a luta contra a subordinação das mulheres aos maridos e ao casamento, luta pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. O segundo período se deu nas décadas de 1960 e 1970, com críticas ao etnocentrismo, havendo a emergência das feministas negras, como Ângela Devis e Alice Walker. O terceiro período, que se deu a partir dos anos 80, século XX, pontua a crítica ao racionalismo essencialista e às categorias de identidade como sexo-gênero, raça-etnia e classe social (CARNEIRO, 2019).

A partir dos movimentos feministas, emergem estudos sobre gênero. As mulheres passam a reivindicar seu espaço social e alguns segmentos dos homens começam a redefinir o novo homem, aquele que admitia sua fragilidade, ou seja, “[...] uma possível quantidade de feminilidade já passava a ser admitida pelos homens” (SILVA, 2000, p.11).

Scott (1989) pontua que as preocupações teóricas relativas ao gênero, como categoria de análise, só apareceram no final do século XX. Menciona que algumas das teorias formuladas desde o século XVIII construíram uma lógica sob analogias,

com a oposição masculino/feminino; outras reconheceram uma “questão feminina”; outras se preocupavam com a formação da identidade sexual subjetiva, no entanto, o gênero como meio de falar de sistema de relações sociais não tinha aparecido (SCOTT, 1989).

Para a autora, o termo gênero fazia parte das tentativas das feministas contemporâneas para reivindicar certo campo de definição, tendo em vista o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens. As feministas não só começaram a encontrar uma via teórica própria, como elas também encontraram aliados cientistas e políticos (SCOTT, 1989).

Nas palavras de Scott (1989, p.21), “[...] gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, [...] é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Para a autora, o gênero implica quatro elementos relacionados entre si: símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (contraditórias); conceitos normativos das instituições religiosas, educativas, políticas, científicas, jurídicas (oposição binária); noção do político, e identidade subjetiva. Quando procuramos encontrar as maneiras como o gênero legitima e constrói as relações sociais começamos a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade. (Ex. como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política) (SCOTT, 1989).

Outra teórica, porém, da terceira geração que discute gênero, é Judith Butler (2016), segundo a qual gênero é uma representação, não algo que se adquire, ele é experienciado cotidianamente. Diante disto, não existe uma única forma de “fazer-se homem” ou fazer-se mulher, pois isso depende das formas de vivência desses sujeitos que se fazem em diferentes tempos e espaços. Para Butler (2016), há pessoas que não se encaixam na visão restritiva e simplista de macho/fêmea e fêmea/macho.

Portanto, discutir sobre gênero ultrapassa a discussão do binário homem *versus* mulher, implica aprofundar teoricamente a categoria ao ponto de emergir interfaces. Dentre as interfaces, pode-se citar a formação das masculinidades que são permeadas pelas relações de poder e hierarquizações.

As masculinidades são engendradas em dois campos inter-relacionados de relações de poder, ou seja, nas relações entre os homens e as mulheres e nas relações dos homens com outros homens (homens afrodescendentes e não afrodescendentes; heterossexuais e homossexuais; homens adultos e idosos; homens das camadas médias e das camadas populares) (KIMMEL, 1998).

Diante disso, discutir masculinidades implica reconhecer as nuances da categoria gênero e as interfaces com a formação das masculinidades que poderão surgir para discussão sobre as famílias monoparentais chefiadas por homens, as quais fazem parte do universo de pesquisa aqui proposto. Portanto, problematizar as relações de poder e as masculinidades hegemônicas nos conduz ao campo das masculinidades subalternas, que poderão variar o comportamento masculino, tendo em vista que se adentrará ao cotidiano das famílias monoparentais, chefiadas por homens em condição de pobreza.

Para Connell⁹ e Messerschmidt (2013), o conceito de masculinidade hegemônica teve início nos anos 1980, sendo originário a partir dos estudos de gênero. Os primeiros estudos sobre esta categoria foram propostos no campo sobre desigualdade social nas escolas australianas, havendo uma discussão conceitual relacionada à construção das masculinidades. Para os autores, as fontes básicas foram as teorias feministas sobre o patriarcado e, posteriormente, sobre o papel dos homens nesta relação. Isso justifica a necessidade de se discutir, primeiramente, sobre gênero e, depois, adentrar à categoria masculinidade, para que se possa ter uma aproximação maior ao objeto de pesquisa.

Nos anos 1970, a Psicologia Social e a Sociologia discutiam sobre masculinidades, reconhecendo sua natureza social e as possibilidades de transformação da conduta dos homens. Nestes estudos, o poder e as diferenças foram conceitos centrais no movimento de liberação gay, “[...] o qual desenvolveu uma análise sofisticada da opressão do homem, assim como da opressão pelo homem” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 244). Houve, então, um despertar para as discussões de uma hierarquia das masculinidades a partir da experiência de homossexuais com a violência e com o preconceito dos homens heterossexuais (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

Nesse ponto, algo que se pode também refletir diz respeito à heterossexualidade compulsória discutida por Butler (2016). Segundo a autora, tanto sexo como gênero são atos normativos nos quais se repetem os valores heterossexuais, considerados como normais e apropriados. Para Butler (2016), a

⁹ Registra-se que os textos de Connell utilizados nesta tese são assinados como Robert William Connell. Após 1997, iniciou-se o processo de transição de Connell para o gênero feminino, a partir de então Connell passa a ser chamada de Raewyn Connell (BOTTON, 2020).

heterossexualidade compulsória não se refere diretamente a questões relativas às práticas sexuais, o alvo da matriz heteronormativa é manter o sexo heterogêneo, separando em duas formas que se diferenciam substancialmente. Portanto, há uma representação na figura de um homem masculino heterossexual ou de uma mulher feminina heterossexual, dando parâmetro de normalidade.

Segundo Goés (2020), a heterossexualidade compulsória baseia-se no casal constituído apenas por pares de sexo oposto. As demais formações amorosas/sexuais diferentes desse “padrão” tornam-se repulsivas, assumindo a forma de objeto de inferioridade. Para a autora, a heterossexualidade compulsória refere-se à crença de que os corpos sexuados são responsáveis por determinados papéis e “status” na vida social, sendo a natureza responsável por definir a importância dos sujeitos de acordo com a biologia.

Goés (2020) aponta que a heterossexualidade compulsória objetiva tornar pessoas heterossexuais pautadas em um motivo moral, no entanto, constituindo como um regime político em busca de promover uma série de manutenção de papéis da mulher (reprodutivo) e do homem (capacidades laborais), por meio de padrões estabelecidos pelo caráter patriarcal.

Assim, para compreender a formação das masculinidades e sua interface no cotidiano das famílias monoparentais com chefia masculina implica compreender a conduta dos homens em relação à educação e cuidados com os filhos e a própria casa. Se esses homens se utilizam de estratégias ou não para enfrentarem as dificuldades, por conta de estarem sozinhos, sem a presença de suas companheiras, na divisão dos papéis sociais, e, se conseguem perceber alguma opressão simbólica, seja da sociedade ou de outros homens devido à sua posição no núcleo familiar, enquanto tipologia monoparental.

Para Silva e Ornat (2011), a imagem hegemônica não apresenta uma generalização na vida concreta de todos os homens. Homens, tanto quanto mulheres, são transpassados pela idade, raça, religião, sexualidade. Para os autores, isso faz com que haja grupos subordinados de homens, os quais em sua existência concreta, não correspondem à imagem hegemônica. No entanto, a masculinidade hegemônica é tida como uma referência a ser seguida (NOGUEIRA; MIRANDA, 2017).

Os estudos sobre as masculinidades confirmam a pluralidade existente em seu interior e a complexidade da construção de gênero para os homens, trazendo para

discussão alguns conceitos, como de hegemonia, por exemplo. Para Connell e Messerschmidt (2013, p.245),

a masculinidade hegemônica foi entendida como um padrão de práticas que possibilitou que a dominação dos homens sobre as mulheres continuasse [...] a hegemonia não significa violência, apesar de poder ser sustentada pela força; significa ascendência alcançada através da cultura, das instituições e da persuasão.

Os autores apontam que:

As masculinidades hegemônicas podem ser construídas de forma que não correspondam verdadeiramente à vida de nenhum homem real. Mesmo assim esses modelos expressam, em vários sentidos, ideais, fantasias e desejos muito difundidos. Eles oferecem modelos de relações com as mulheres e soluções aos problemas das relações de gênero. Ademais, eles se articulam livremente com a constituição prática das masculinidades como formas de viver as circunstâncias locais cotidianas. Na medida em que fazem isso, contribuem para a hegemonia na ordem de gênero societal. (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p.253).

Connell e Messerschmidt (2013) colocam a importância de discutir o conceito de masculinidade hegemônica abordando também o comportamento “positivo” por parte dos homens. Um dos exemplos citados pelos autores seria quando o homem traz para casa seu ordenado, sustenta uma relação sexual e constitui-se um bom pai. Os autores citam duas formas de hegemonia, a interna e externa. Para os autores, a hegemonia externa diz respeito à institucionalização da dominação dos homens sobre as mulheres, e a hegemonia interna se refere à ascendência social de um grupo de homens sobre todos os homens.

Especificamente a hegemonia interna, as masculinidades subordinadas e marginalizadas não possuem impacto na construção da masculinidade hegemônica. As “[...] masculinidades não hegemônicas existem em tensão com, mas nunca penetram ou impactam a masculinidade hegemônica”. Para Connell e Messerschmidt (2013), a masculinidade hegemônica se apropria de outras masculinidades, há um hibridismo, a fim de se estabelecer em relação à hegemonia externa.

De modo mais explicativo:

A masculinidade hegemônica não se adapta simplesmente às condições de transformação histórica. Em vez disso, o bloco masculino hegemônico é uma hibridização cuja apropriação de elementos diversos o faz capaz de se reconfigurar e adaptar às especificidades de novas conjecturas históricas’. Como exemplo desse processo Demetriou discute o crescimento da

visibilidade da masculinidade gay nas sociedades ocidentais. Isso fez com que se tornasse possível para muitos homens heterossexuais se apropriarem de 'partes e pedaços' dos estilos e das práticas de homens gays e constituírem uma nova configuração híbrida de prática de gênero (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p.261).

Portanto, como bem colocam Silva e Ornat (2011, p.34), "[...] a ordem de gênero instituída não oprime apenas as mulheres, mas também os homens, que, para manterem o poder como homens, oprimem tanto as mulheres como outros homens e inclusive a si mesmos". Isto posto, pensar sobre a construção da masculinidade hegemônica e a opressão de homens pelos próprios homens nos possibilitará desvelar a realidade presente das famílias em tipologia monoparental chefiadas por homens, os quais, a priori, não apresentam o modelo de masculinidade estabelecidos pela sociedade.

Campos *et al.* (2019) destacam que a masculinidade hegemônica não se constitui necessariamente universal. Para os autores [...] homens pobres, negros ou homossexuais, em consonância com a dimensão de gênero, ocupam posições sociais subalternas e, portanto, distantes do ideal do modelo de masculinidade hegemônica de homens de classe média, brancos e, sobretudo, heterossexuais" (CAMPOS *et al.*, 2019, p.243).

Portanto, ao se discutir sobre famílias monoparentais com chefia masculina, beneficiários do Programa Bolsa Família, deve-se levar em conta que esses homens têm como referência a masculinidade hegemônica, no entanto, numa condição de subalternidade, pela condição social e pobreza, em que vivem. Junto à categoria masculinidade hegemônica, emerge também a discussão sobre virilidade.

O termo virilidade na antiguidade estava relacionado à bravura, potência e dominação sexual, como sendo representação do masculino. Na passagem da antiguidade à modernidade a virilidade agrega outros valores como a sagacidade (VIGARELLO, 2013).

Para Bourdieu (2014, p. 79), "[...] a virilidade, como se vê, é uma noção eminentemente relacional, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo", ou seja, está relacionada à oposição a feminilidade, mas também uma expressão da masculinidade interna, dentro das relações entre os próprios homens.

Para Billerbeck (2018), o panorama histórico a respeito da virilidade transforma o construído culturalmente em natural. Para a autora, dentro desta estrutura o “ser homem” significa ser forte, potente, ligados a exaltação do corpo masculino, justificando e reconhecendo a superioridade tanto física quanto psíquica e moral do corpo masculino.

Portanto, estudar a formação das masculinidades e, dentro desta variável, a virilidade torna-se primordial quando se pesquisam as famílias monoparentais chefiadas por homens. Isto implica analisar a formação da masculinidade hegemônica e suas relações internas, em que existem hierarquias de um grupo para com o outro, e os homens que não estão neste padrão estabelecido acabam por sofrer opressão dos valores e atitudes dos que estão no poder-comando.

Connell (1995) enfoca que, ao se utilizar o conceito de masculinidade hegemônica, tem-se a possibilidade de problematizar e compreender questões relacionadas ao poder ou mesmo à desigualdade, tanto fora como dentro do núcleo familiar.

Diante das reflexões sobre masculinidades, virilidade e masculinidade hegemônica, vê-se que o homem, na contemporaneidade, encontra-se oscilante entre os antigos valores e a urgência de mudanças, por conta de toda dinâmica social, seja pelas relações familiares que se modificaram, seja pelas novas tecnologias, mídias, pela crescente urbanização, dentre outros fatores.

A formação das masculinidades, por vezes internalizada, aponta por contradições entre o que deveria ser e como realmente se vive no real. Devido à aquisição de novos papéis a paternidade é permeada por conflitos internos e contradições diante da nova situação.

Segundo Freitas *et al.* (2007, p. 138), “[...] a paternidade é exercida sob referenciais de masculinidades e de feminilidade que orientam as representações ideológicas que orientam as representações ideológicas hierarquizantes dos papéis sociais de homens e mulheres”, e essas qualificações definem o modo de inserção desse sujeito na cultura da qual ele faz parte (FREITAS *et al.*, 2007).

Portanto, pensar em famílias monoparentais chefiadas por homens, é também pensar nessas categorias que permeiam o fazer-se pai, dentro das formações de masculinidades, ou seja, os homens em famílias monoparentais afastam-se do modelo tradicional de homens rígidos, distantes da educação de sua prole, há uma

aproximação maior de seus filhos, delineando um novo modelo de pai, que rompe com os estereótipos patriarcais.

Com respaldo nas análises de Bourdieu (2012), o qual discute sobre o mundo social e suas arbitrarias divisões, e dentre essas divisões a divisão entre o masculino e o feminino, vem-se relevantes alguns conceitos trabalhados pelo autor para o entendimento das famílias com chefia masculina, em tipologia monoparental.

Nos estudos na Cabília, Bourdieu (2012) aborda os aspectos daquela sociedade, onde há uma naturalização da dominação masculina através dos símbolos e de um machismo estrutural, por vezes inconscientes. O autor faz discussões sobre a visão androcêntrica daquela sociedade, que se impõe como neutra e legítima a ordem social. Dessa forma, a sociedade está organizada de cima para baixo, segundo o princípio androcêntrico, ou seja, nas atribuições para cada um dos sexos, na divisão social do trabalho ou mesmo no que é reservado aos homens e o que é reservado às mulheres.

Ainda, discute sobre a forma taxônica, binária de oposição entre as situações do cotidiano, ou seja, o “baixo”, o “inferior” sendo coisas de mulher e, em oposição, coisas de homem sendo consideradas superiores, como “direito” e “reto”. Para as mulheres, os aspectos inferiores; para os homens, os aspectos superiores da sociedade. Relacionando-se esse conceito com as famílias chefiadas por homens em tipologia monoparental, se analisa se esses homens não se sentem inferiores a outros homens por estarem cumprindo tarefas antes naturalizadas às mulheres, como os cuidados com a prole e a casa, ou mesmo com outras atribuições destinadas ao “papel feminino”.

Trazendo-se essa análise para a realidade vivenciada pelas famílias com chefia masculina, em tipologia monoparental, reflete-se se a visão androcêntrica incorporada pelos agentes repercute nas relações estabelecidas entre o genitor e sua prole, ou mesmo em sua comunidade, uma vez que a visão taxônica e androcêntrica permeia a sociedade contemporânea ocidental.

Um dos exemplos sobre a visão androcêntrica que se pode citar diz respeito a quando se menciona genericamente sobre determinado assunto que diz respeito tanto a homens quanto a mulheres. Neste caso, generaliza-se para o masculino, ou seja, menciona-se o homem para designar, por vezes, homens e mulheres. Essa visão androcêntrica está presente no cotidiano das relações sociais, seja no âmbito público

ou no privado, havendo uma hierarquização internalizada em que o masculino seja superior ao feminino.

Para Bourdieu (2012), o princípio da perpetuação dessa relação de dominação reside principalmente dentro da unidade doméstica. Diante disso, em famílias monoparentais, com chefia masculina, essas relações podem estar sendo reproduzidas inconscientemente, o que pode perpetuar a construção naturalizada dessa hierarquização. O autor descreve: “[...] incorporamos sob formas de esquemas inconscientes de percepção as estruturas históricas da ordem masculina” (BOURDIEU, 2012, p.13), sendo a força da ordem masculina evidenciada no fato de que ela dispensa qualquer justificação. A visão androcêntrica impõe-se como neutra e não há necessidade de se enunciar, para legitimá-la.

O interessante das discussões de Bourdieu (2012) é que a divisão biológica entre os sexos, tanto debatida em nossa sociedade, como o homem sendo o sexo mais forte e a mulher mais frágil, com base no corpo masculino e no corpo feminino, especificamente a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, ocorrida na divisão social do trabalho (BOURDIEU, 2012). Isso posto, observam-se, na sociedade contemporânea, os efeitos que a biologização do social produziu nos corpos e nas mentes dos indivíduos, ou seja, uma construção social naturalizada do que seria cabível ao homem, como também a mulher.

Outro conceito destacado por Bourdieu (2011) que igualmente merece destaque nesta tese diz respeito ao *habitus*. Ele elucida que as relações entre os agentes sociais e a estrutura social é mediada pelo *Habitus*, que constitui uma espécie de “grade” de leitura do indivíduo para com o mundo. Nas relações sociais, seja na família, na escola, nas mais diversas instituições, essa grade de leitura se manifesta e é perpetuada, pois é internalizada e reproduzida pelos agentes.

O *habitus* constitui-se de “[...] um sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador de práticas e de ideologias características de um grupo de agente” (BOURDIEU, 2011, p. 191). Isto significa dizer que, os comportamentos, valores, modo de agir das pessoas, o conhecimento adquirido, na relação homem sociedade, são incorporadas e interiorizadas nas relações com o mundo objetivo, e isto faz com que o agente reproduza, por vezes, inconscientemente esses valores ou mesmo, essa cultura. As estruturas objetivas do mundo social podem dirigir as ações

dos indivíduos, influenciam diretamente em suas ações, porém essas estruturas existem porque são frutos das ações dos próprios agentes.

Portanto, pensar o *habitus* como mediador entre a subjetividade do sujeito e a objetividade do mundo real faz entender a reprodução de valores quanto a comportamentos distintos entre homens e mulheres, estabelecidos pela sociedade e reproduzidos pelos indivíduos, por vezes, inconscientemente. Vê-se então que os agentes, nesse caso específico os homens inseridos em famílias de tipologia monoparental, por vezes reproduzem valores incorporados e interiorizados dos padrões existentes enquanto homens, heterossexuais, provedores, viris. Isto se dá devido a essas estruturas estabelecidas, sendo o modo de agir, a partir da relação que teve com a sociedade, reproduzindo inconscientemente valores e a cultura adquirida nessa relação, mesmo que contraditórias.

A partir do conceito de *habitus*, pode-se entender que as experiências pessoais, as relações com outros agentes moldam os sentimentos, pensamentos e ações desses homens. Mesmo estando em tipologia monoparental, sem a presença de outro adulto nos cuidados, manutenção e educação da prole, esses homens podem estar reproduzindo relações de tipologias familiares cujos “modelos” são disseminados na sociedade contemporânea. Isto porque incorporaram os valores preestabelecidos pela sociedade, enquanto grade, ou mesmo modelos de comportamentos.

Segundo Thiry-Cherques (2006), o *habitus* é um sistema de disposições, de fazer, de sentir, de pensar, de perceber que nos levam a agir de determinada forma. No entanto, as disposições não são mecânicas, nem deterministas, são plásticas e flexíveis, são adquiridas pela interiorização das estruturas sociais e de tal forma interiorizadas, que chegamos a ignorar que existem, são rotinas corporais e mentais inconscientes que nos permitem agir sem pensar. O *habitus* não designa simplesmente um condicionamento, designam simultaneamente um princípio de ação. Engendram e são engendradas pela lógica do campo social. O *habitus* é produto da experiência biográfica individual, da histórica coletiva e da interação entre essas experiências. Não se constitui destino, possui uma margem de liberdade do agente, são reversíveis e podem ser aprendidas.

O *habitus* é composto pelo “*ethos*” que são os valores em estado prático que regem a moral no cotidiano. Essa dimensão torna-se relevante quando se analisa o cotidiano das famílias monoparentais com chefia masculina, no sentido de entender

como se dão esses valores práticos no cuidado com a casa e os filhos, uma vez que esse modelo de cuidado, que permeia a sociedade contemporânea, ainda estabelece essa prática às mulheres. Isto posto pensar sobre a realidade do homem sozinho, nas tarefas do lar e com sua prole, à luz do “*ethos*” poderá descortinar o cotidiano e uma melhor análise do que esse agente vivencia, sofre e reage diante dos valores estruturantes e estruturados do *habitus*, pois o “*ethos*” constitui-se de um conjunto de despesas morais que estão interiorizadas e podem emergir nas práticas cotidianas inconscientemente.

Aprofundando-se a análise sobre o *habitus*, encontra-se outra dimensão dessa categoria, o *hexis*, que são os princípios interiorizados pelo corpo, como expressões corporais, posturas que não são dadas pela natureza, mas adquiridas. Assim sendo, analisar as expressões corporais existentes no cotidiano das famílias monoparentais com chefia masculina, no que diz respeito à postura dos homens ali inseridos, constitui-se de abundante recurso para identificação das atitudes internalizadas quanto à masculinidade hegemônica, no que diz respeito a como esse homem se expressa estando a cumprir o “papel” de provedor e cuidador. O “*ethos*” se constitui da identidade societal do agente, tomados como parte essencial da constituição biológica dos indivíduos, sendo associado à construção da masculinidade e da feminilidade (THIRY-CHERQUES, 2006).

Outra dimensão de destaque, a partir do *habitus*, diz respeito ao “*eidos*”. O “*eidos*” constitui-se como o modo de pensar específico, a apreensão intelectual da realidade. Para Thiry-Cherques (2006, p. 33), o “*eidos*” “[...] é princípio de uma construção da realidade fundada em uma crença pré-reflexiva no valor indiscutível nos instrumentos de construção e nos objetos construídos”, ou seja, os componentes cognitivos, de como o agente apreende a realidade.

Logo, como os homens das famílias monoparentais são desafiados cotidianamente e como apreendem essa realidade constitui-se dimensão significativa para o entendimento do “*habitus*”, uma vez que as dimensões “*ethos*”, “*hexis*” e *eidos* são articuladas de uma mesma categoria, ou seja, o “*habitus*”.

Portanto, o *habitus* é tanto individual quanto coletivo, segundo Thiry-Cherques (2006), e perpassa estruturas objetivas e as condutas individuais: a fração da sociedade, do grupo, do coletivo estão depositados em cada indivíduo. O *habitus* é uma interiorização da objetividade social, a qual produz uma exteriorização da interioridade (THIRY-CHERQUES, 2006). Desse modo, pensar na formação das

masculinidades nos faz descortinar comportamentos e ações dos indivíduos quanto às formas de agir e pensar sobre os papéis sexuais e a hierarquização na família, especificamente as famílias de tipologia monoparental masculina, as quais fazem parte do universo de pesquisa aqui proposto. O *habitus* está inscrito no indivíduo, como o indivíduo se situa em um determinado universo social: o campo, que atém um *habitus* específico.

Segundo Bourdieu (2012), a divisão entre os sexos parece estar na ordem das coisas, seja na casa, no mundo social, no *habitus* dos agentes. A perpetuação de dominação reside, principalmente, dentro da unidade familiar, onde se incorpora, sob formas de esquemas inconscientes, as estruturas históricas da ordem masculina. É na família que cabe o papel principal na reprodução da dominação, que se impõe a experiência da divisão sexual do trabalho, ou seja, nas atividades atribuídas a cada um os sexos. A relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres reserva aos homens o lugar de assembleia ou espaço público e o espaço privado da casa reservada às mulheres.

Como bem menciona Bourdieu (2012, p. 18), “[...] a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo”. A divisão socialmente construída entre os gêneros pode ser vista como justificativa natural da diferença. A família sendo a principal guardiã desse capital simbólico.

As estruturas de dominação são reproduzidas e os agentes contribuem para que se perpetue essa dominação, com a reprodução das instituições, seja a Família, a Igreja, a Escola e o Estado. Bourdieu (2012) assevera que a Igreja inculca uma moral familiarista dominada pelo dogma da inferioridade das mulheres age de maneira mais indireta sobre as estruturas históricas do inconsciente, sobretudo da simbologia dos textos sagrados. A Escola continua a transmitir os pressupostos da representação patriarcal, baseada na evidência evolutiva da relação homem/mulher e adulto/criança, ou seja, em estruturas hierárquicas. O papel do Estado veio ratificar as prescrições do patriarcado, a partir de uma visão ultraconservadora, que faz a família patriarcal o princípio e modelo da ordem social, colocando num lugar mais alto os homens em relação às mulheres, dos adultos sobre as crianças, inscrevendo princípios fundamentais da visão androcêntrica.

Portanto, pensar sobre a visão androcêntrica que permeia a sociedade, bem como a formação das masculinidades à luz da categoria *habitus*, possibilita compreender os sistemas de disposições socialmente construídas e incorporadas nas

relações com o mundo objetivo, permitindo o desvelar do cotidiano das famílias monoparentais com chefia masculina, que fazem parte do universo de pesquisa aqui proposto. Diante disso, a construção deste primeiro Capítulo, que apresentou a formação da família brasileira e a formação das masculinidades, traçou um percurso interessante de desvelamento da realidade, a fim de melhor compreender o cotidiano vivenciado pelas famílias monoparentais chefiadas por homens.

No Capítulo seguinte, pretende-se compreender outra categoria de igual importância: a pobreza, tendo em vista que agregar monoparentalidade e pobreza possibilitará uma melhor compreensão das múltiplas vulnerabilidades dos homens beneficiários do Programa Federal Bolsa Família, que se encontram sozinhos nos cuidados, educação e manutenção de seus filhos.

CAPÍTULO 2

CATEGORIA POBREZA - ABORDAGEM DO UNIDIMENSIONAL AO MULTIDIMENSIONAL E AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DAS CAMADAS POPULARES

No Capítulo anterior, abordou-se sobre a categoria família, termo considerado polissêmico, o qual designa tanto a partilha de uma unidade residencial como uma linhagem, uma parentela, dentre outros aspectos já citados por Segalen (1999), Samara (2002) e Del Priore (2013; 2015; 2018). Tratou-se, também, sobre a formação das masculinidades e como essa formação está inter-relacionada às relações de poder, seja entre homens e mulheres, seja nas relações dos homens com outros homens. Abordou-se sobre a masculinidade hegemônica e a subordinação de grupos que não correspondem à imagem hegemônica tida como referência na sociedade.

No Brasil, em vista da mestiçagem da população, fez-se um resgate sobre a formação dos valores, costumes e crenças que contribuíram para a constituição da família brasileira; adentrou-se, também, a alguns aspectos e contradições no processo de colonização que interpenetraram na formação familiar do Brasil Meridional.

Por apresentar dimensão territorial extensa, o Brasil exibiu uma diversidade na formação das famílias e particularidades que foram necessárias abordar, a fim de realizar aproximações sucessivas ao objeto de pesquisa, cujo foco constitui-se das famílias monoparentais com chefia masculina. Abordou-se sobre a normatização estabelecida pela Igreja e pela família e o quanto essa relação influenciou na formação das masculinidades estabelecidas aos homens, na reserva da coragem e virilidade impostas a eles.

Nesse viés, fez-se uma abordagem sobre os ritos de passagem, “papéis sociais” e as imagens idealizadas às mulheres e aos homens que se tornaram referenciais para julgamentos e aplicações de punições, ao longo do processo histórico. Com as mudanças na dinâmica familiar e social, discutir sobre famílias é tratar de novas formas de se relacionar existentes na sociedade, como abordado no Capítulo anterior, nem melhores, nem piores, mas formas e estruturas familiares diferenciadas. As relações familiares, ao longo do processo histórico, abarcaram um pluralismo de tipologias, o que torna difícil um único conceito de família.

Necessária foi essa trajetória para que se adentrassem a questões pertinentes às famílias chefiadas por homens, em tipologia monoparental, as quais fazem parte

do universo desta pesquisa, bem como adentrar ao *lócus* (Programa Bolsa Família), o qual possui centralidade na família de modo geral.

Neste Capítulo, far-se-á uma aproximação teórica sobre a categoria pobreza e as estratégias de sobrevivência das camadas populares, tendo em vista que as famílias a serem abordadas na pesquisa se constituem das camadas mais empobrecidas. Resumidamente, este Capítulo foi construído pensando-se a pobreza de uma forma multidimensional, para além do recorte monetário, sendo pensada como um conjunto de fatores que dificultam o desenvolvimento humano.

Na sequência, trar-se-á a abordagem sobre as estratégias de sobrevivência utilizadas pelas famílias em condição de pobreza, com foco nas monoparentais, chefiadas por homens.

2.1 POBREZA E SUAS VÁRIAS CONCEPÇÕES: DO UNIDIMENSIONAL AO MULTIDIMENSIONAL

O tema pobreza chama a atenção por constituir um elemento que perpassa o cotidiano e que, por vezes, apresenta explicações simplistas e simplificadas. Talvez isto se dê pela forma como se naturaliza a condição da pobreza e se marginaliza quem está nessa condição. Porém, analisar a pobreza não é algo simples, algo que se descortina num “abrir e fechar de olhos”, mas implica analisar uma combinação de fatores.

Ressalta-se que as famílias a serem abordadas nesta pesquisa são oriundas das camadas mais empobrecidas da sociedade, portanto, torna-se necessário compreender a categoria pobreza para o aprofundamento do objeto de pesquisa. Segundo Costa (2010), a pobreza é resultado de um conjunto de fatores que dificultam o desenvolvimento humano, portanto, não resulta de fatores naturais, é uma criação humana, os homens constroem o mundo social e são eles que produzem a riqueza e a pobreza humana. Para a autora, “[...] a pobreza é um fenômeno presente na realidade social criada pelos homens em cada contexto histórico” (COSTA, 2010, p.177).

Diante disto, pensar a pobreza é pensar nas relações sociais que permeiam o cotidiano dos homens e das mulheres, desde as mais simples às mais complexas, bem como analisá-la numa perspectiva multidimensional.

Towsend (2006) considera que a compreensão e o alívio da pobreza têm representado grande preocupação humana, por muitos séculos. Desde a década de 1880, três concepções alternativas de pobreza vêm sendo discutidas, com base internacional e trabalho comparativo. Esses trabalhos enfocam principalmente as ideias de subsistência, necessidades básicas e privação relativa.

As ideias de subsistência foram resultado do trabalho elaborado por nutricionistas em Victorian, Inglaterra. As famílias foram definidas como estando em pobreza quando seus rendimentos não eram suficientes para obter o mínimo necessário para a manutenção física. A ideia de subsistência foi exportada para os Estados-Membros do antigo Império Britânico, para definir os salários na África do Sul e enquadrar planos de desenvolvimento na Índia e na Malásia. O uso da subsistência foi criticado porque implica que as necessidades básicas humanas são principalmente as necessidades físicas e não sociais. Logo, as pessoas não são somente organismos que requerem subsistência de fontes de energia física; elas são seres sociais que se realizam nos trabalhos como cidadãos e trabalhadores. Além disso, não são simplesmente consumidoras de bens físicos, mas produtoras desses bens, desempenhando papéis em suas várias associações sociais (TOWSEND, 2006).

Outro ponto a se destacar no âmbito da abordagem sobre a pobreza diz respeito ao enfoque para as necessidades básicas, incluídas na categorização de pobreza “absoluta”. Na década de 1970, essa perspectiva começa a exercer ampla influência, apoiada fortemente pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Dois elementos foram incluídos para seu entendimento: primeiro, necessidades mínimas de consumo de uma família – alimentação adequada, abrigo e roupas, bem como mobília e equipamentos; segundo: lugar, serviços essenciais prestados por e para a comunidade em geral, como água potável, saneamento, transporte público, saúde, educação (TOWSEND, 2006).

Nas áreas rurais, as necessidades básicas também incluíam acesso à terra, ferramentas agrícolas e acesso à agricultura. O conceito de necessidades básicas seria, então, uma extensão do conceito de subsistência, além das necessidades materiais de apoio físico, individual, à sobrevivência, existência de instalações e serviços de assistência médica, saneamento e educação. O conceito de necessidades básicas desempenhou um papel de destaque nos planos nacionais de desenvolvimento promovidos pela comunidade internacional, especialmente a Organização das Nações Unidas (ONU) (TOWSEND, 2006).

No final do século XX, um terceiro grupo desenvolveu o significado de pobreza, o qual enfatizou o caráter relativo da noção de pobreza: a privação relativa. Na perspectiva da “Relatividade”, aplica-se a renda, outros recursos e também as condições materiais e sociais. Para Townsend (2006), não basta descrever a pobreza como uma condição aplicável àquele cujo rendimento disponível é baixo em relação ao de outros. Para ele, isto é deixar de distinguir conceitualmente entre desigualdade e pobreza. As pessoas pobres não são apenas vítimas de uma má distribuição de recursos, mas carecem desses recursos ou lhes são negados.

Segundo Townsend (2006, p. 6),

It is not enough to describe poverty as a condition applying to those whose disposable income is low relative to that of others. This is to fail to distinguish conceptually between inequality and poverty. Poor people are not just the victims of a maldistribution of resources but, more exactly, they lack, or are denied, the resources to fulfil social demands and observe the customs as well as the unfolding laws, of society. This criterion lends itself to scientific observation, measurement and analysis of multiple deprivations¹⁰.

A partir desses estudos as discussões começaram a ser delineadas em torno do fenômeno, abrindo a discussão para noções de pobreza absoluta e pobreza relativa. Para Rocha (2008, p.11),

Pobreza absoluta está estreitamente vinculada às questões de sobrevivência física; portanto, ao não atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital. O conceito de pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos com objetivo social.

Porém, para a maioria das concepções que vêm sendo propostas, a pobreza continua correspondendo à ideia de “falta” ou “deficiência” de “coisas”. Discute-se, desta forma, sobre a materialidade da pobreza. Carneiro (2005) reflete que, em sociedades monetarizadas, num contexto de economia de mercado, a definição de pobreza é entendida como insuficiência de renda. Portanto, a definição de pobreza é

¹⁰ Não basta descrever a pobreza como uma condição aplicável àquele cujo rendimento disponível é baixo em relação ao dos outros. Isso é deixar de distinguir conceitualmente entre desigualdade e pobreza. Os pobres não são apenas vítimas de uma má distribuição de recursos, mas exatamente carecem, ou lhes são negados, os recursos para atender às demandas sociais e observar os costumes e as leis em curso da sociedade. Este critério se presta à observação científica, medição e análise de múltiplas privações (TOWNSEND, 2006, p.6, tradução nossa).

dada por sua mensuração, “[...] sendo pobres os que se situam abaixo de uma linha de rendimento monetário” (CARNEIRO, 2005, p.68).

Chambers (2006), em seu artigo “*What is poverty*”, destaca que a redução, o alívio e a eliminação da pobreza constituem um parâmetro de medida para o desenvolvimento discutido pela ONU, quando lançados os “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, no ano 2000. Nesse artigo, Chambers (2006) traz um conjunto de perspectivas e significados na abordagem da pobreza.

A primeira perspectiva apontada pelo autor usa a palavra pobreza referindo-se a medidas, ou seja, a pobreza é o que pode ser ou foi medido. A medição e a comparação podem fornecer infinitas possibilidades de debate. Quando especialistas usam a palavra pobreza, especialmente economistas, estão se referindo à pobreza de renda ou à sua *proxy* consumo-pobreza. O segundo conjunto de significados discutido pelo autor diz respeito à falta material. Além da renda, inclui falta ou baixa qualidade de abrigo, roupas, móveis, meios de transporte etc., e também tende a incluir o acesso precário a serviços. O terceiro conjunto de significados sobre pobreza deriva de Amartya Sen, que é expresso como privação de capacidades, indo para além da falta material, como, por exemplo, o respeito na sociedade. Um quarto *cluster* apontado pelo autor amplia o conceito de pobreza numa visão multidimensional de privação (CHAMBERS, 2006).

Para Chambers (2006), os quatro grupos de significados de pobreza foram construídos por “nós”, por profissionais do desenvolvimento, são expressões da “nossa” educação, formação experiências e reflexões, refletem “nosso” poder, como pessoas não pobres, para fazer definições de acordo com nossas percepções. Segundo Chambers (2006, p.3):

These four clusters of the meanings of poverty have all been constructed by ‘us’, by development professionals. They are expressions of ‘our’ education, training, mindsets, experiences and reflections. They reflect our power, as non-poor people, to make definitions according to our perceptions. And the primacy we accord to poverty alleviation, reduction or elimination implies that these meanings that we give are fundamental to what development should be about¹¹.

¹¹ Esses quatro grupos de significados de pobreza foram todos construídos por “nós”, por profissionais do desenvolvimento. São expressões da “nossa” formação, mentalidades, experiências e reflexões. Eles refletem nosso poder, como pessoas não pobres, de fazer definições de acordo com nossas percepções. E a primazia que atribuímos à redução, ou eliminação da pobreza implica que esses significados que damos são fundamentais para que o desenvolvimento deva ser (CHAMBERS, 2006, p.3, *tradução nossa*).

No entanto, salienta Chambers (2006), essas dimensões sobre a pobreza são todas abstrações em vários graus reducionistas, com base em análise e opiniões. Esses pontos de vista ignoram o “foco” da definição e da descrição, ou seja, os próprios “pobres”, as pessoas em condições vulneráveis, excluídos ou privados.

Por sua vez, economista e Prêmio Nobel em 1998, Sen (2010) cita que não se pode estabelecer uma linha de pobreza e aplicá-la rigidamente a todos da mesma forma. Deve-se levar em conta as características e circunstâncias pessoais. Para o autor, os fatores geográficos, biológicos e sociais interferem no impacto exercido pela pobreza no indivíduo. Segundo Sen (2010, p.18), “[...] o que as pessoas conseguem realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas”.

Sen (2010) acrescenta que ser pobre é ter um nível de rendimento insuficiente para desenvolver determinadas funções básicas. Os pobres seriam aqueles que estão excluídos não só de bens materiais, mas também do acesso aos bens imateriais, ou seja, participação na sociedade, na política. O autor acrescenta que a liberdade é fator primordial para o desenvolvimento. Fatores sociais e econômicos, como educação, acesso a serviços de saúde e emprego seguro são importantes para oferecer às pessoas a oportunidade de enfrentar o mundo com coragem.

Nesta direção, não estabelecendo pobreza somente como a falta de renda, destacam-se os estudos de Rahnema (2000), os quais leva a se pensar a pobreza pelo viés da discriminação, como também pela consciência do sujeito da própria condição de pobreza. Nessa perspectiva, a percepção do sujeito constitui-se de algo subjetivo e sociocultural, situação em que a pobreza adquire o exato significado associado à palavra, ou seja, como é vista, sentida e vivenciada por esse sujeito.

Rahnema (2000) destaca que os destituídos materialmente, despojados em geral de coisas materiais, veem suas dificuldades de maneira negativa. Por conseguinte, a consciência dos pobres de suas dificuldades e de sua condição de pobreza é inevitavelmente afetada também pela maneira como os outros os veem, também enfoca a respeito do espaço-tempo sociocultural, isto é, como em diferentes comunidades e diferentes tempos as mesmas materialidades são percebidas diferentemente pelos sujeitos. Desta forma, o conceito de pobreza torna-se multifacetado, ou seja, tem muitas faces e nuances.

Para Salas e Sáinz (2006, p.104):

los sujetos más vulnerables (individuos, grupos o comunidades) son al mismo tiempo los más pobres, toda vez que la pobreza se conceptualiza, por deficiencia, como una condición caracterizada por la privación (absoluta o relativa) de recursos (económicos y sociales) indispensables para satisfacer las necesidades socialmente consideradas como básicas¹².

Outro ponto a se destacar no tocante à pobreza: está relacionada com a falta de autonomia. Segundo Costa (2010, p. 179), “[...] Enquanto um indivíduo está preso ao sistema mais elementar de necessidades, não se abrem para ele as possibilidades de objetivações”. Para a autora, os acessos aos meios essenciais à reprodução biológica não são acessíveis para todos os indivíduos e isto limita o indivíduo a ter acesso às objetivações mais refinadas desenvolvidas pela humanidade, como, por exemplo: a arte, a ciência, a estética.

Carneiro (2005) conclui que, caso se façam análises a partir do viés de renda, as intervenções na área da pobreza tornam-se limitadas, uma vez que só bastaria fornecer renda para alterar a situação de vida das populações pobres.

Outro ponto a se destacar, abordado por Brandão (2002), diz respeito à desfiliação do trabalhador do mundo do trabalho. O autor faz uma análise sobre esta categoria, discutindo sua precarização e a desfiliação do trabalhador, aprofundando sobre os indivíduos que não conseguem sequer ser explorados pelo mercado de trabalho. Esses indivíduos seriam aqueles “supérfluos”, “sobrantes”, ou seja, “[...] que não possui um lugar demarcado na sociedade exatamente porque não carrega competências que sejam úteis para o conjunto desta” (BRANDÃO, 2002, p.147), aumentando assim, a vulnerabilidade em massa.

Segundo o autor, no geral, encontra-se uma população que não possui possibilidades de ser diretamente “explorada pelas redes do capitalismo globalizado”, e isso acaba gerando quadros de pobreza e sofrimento objetivo e subjetivo que afloram nas periferias brasileiras (BRANDÃO, 2002).

Para Costa (2010), na sociedade capitalista, o trabalho é um elemento subordinado e explorado pelo capital, logo, não são as necessidades humanas que imperam, nem a inclusão dos homens na órbita do trabalho e do consumo, via mercado. O que impera é o lucro para o capital.

¹² [...] os sujeitos mais vulneráveis (indivíduos, grupos ou comunidade) são ao mesmo tempo os mais pobres, toda vez que a pobreza se conceitua, por definição, como uma condição caracterizada pela privação (absoluta ou relativa) de recursos (econômicos e sociais) indispensáveis para satisfazer as necessidades socialmente consideradas básicas (SALAS; SÁINZ, 2006, p.104, *tradução nossa*).

Fukuda-Parr (2006), em seu artigo *“The Human Poverty Index: A multidimensional measure”*, faz uma síntese sobre a pobreza enquanto foco das políticas públicas, seja em nível global, nacional ou comunitário, considerando a pobreza como um problema multidimensional. Nas últimas décadas, novas perspectivas sobre pobreza mudaram o foco de renda e consumo como a condição definidora das pessoas pobres. Estudos levaram a uma compreensão de pobreza como um conjunto complexo de privações. Essas perspectivas reorientaram o conceito de pobreza como uma condição humana que reflete falhas nas muitas dimensões da vida, seja pela fome, desemprego, falta de moradia, doenças, injustiça social, todos elementos que somam um ataque à dignidade humana.

Conforme Fukuda-Parr (2006, p. 7):

These alternative perspectives have refocused the concept of poverty as a human condition that reflects failures in many dimensions of human life – hunger, unemployment, homelessness, illness and health care, powerlessness and victimisation, and social injustice; they all add up to an assault on human dignity. Strategies to eradicate poverty require not only economic growth and redistribution but also direct intervention in many areas such as expanding education, removing discrimination and securing social justice; different types of deprivations in human lives are interrelated and reinforce one another¹³.

Estratégias para erradicar a pobreza exigem não apenas crescimento econômico e redistribuição, mas também intervenção direta em outras áreas como expansão da educação, combate à discriminação e a garantia da justiça social. Para a autora, vários tipos de privações na vida humana estão inter-relacionados e se reforçam, por exemplo, a falta de educação que se torna um obstáculo para outros importantes aspectos do bem-estar de uma pessoa, como o acesso ao emprego e à renda, cuidados básicos com a saúde (FUKUDA-PARR, 2006).

Esses fatores estão inter-relacionados com a discriminação e falta de acesso à justiça. Para Fukuda-Parr (2006), essas ideias não são novas, mas o que é relativamente novo é o surgimento dessas concepções entre os formuladores de políticas, os especialistas. Isto reflete na adoção dos Objetivos de Desenvolvimento

¹³ Essas perspectivas reorientaram o conceito de pobreza como uma condição humana que reflete falhas em muitas dimensões da vida humana - fome, desemprego, falta de moradia, doença e saúde, impotência e vitimização e injustiça social; todos eles somam um ataque à dignidade humana. As estratégias para erradicar a pobreza requerem não apenas o crescimento econômico e a redistribuição, mas também a intervenção direta em muitas áreas (FUKUDA-PARR, 2006, p. 7, tradução nossa).

do Milênio e no tratamento da pobreza pelo Banco Mundial, que analisou a pobreza em termos de oportunidades, capacidades e vulnerabilidades.

A abordagem analítica de “capacidades” foi desenvolvida e difundida através da PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Eles conceberam a pobreza como um reflexo da falta de oportunidades nas principais áreas: educação e saúde. Apesar da mudança para a dimensão multidimensional do conceito de pobreza, o monitoramento continuou a ser realizado na medida de renda (FUKUDA-PARR, 2006).

Em 1990, a medida de renda correspondia a US\$ 1 (um dólar) por dia, desenvolvido e atualizado regularmente pelo Banco Mundial, indicador usado para monitorar o tamanho e as tendências de pobreza global. Por apresentar algumas lacunas para mensurar a pobreza, em 1996, foi introduzido no Relatório de Desenvolvimento Humano o Índice de Pobreza Humano (HPI), que constitui uma medida definida na capacidade e espaço de desenvolvimento humano (FUKUDA-PARR, 2006).

Nesse contexto, a pobreza constitui-se pela privação do desenvolvimento humano, a negação de escolhas básicas e oportunidades para se ter uma vida saudável, criativa, livre, para desfrutar um padrão de vida decente, incluindo liberdade política e escolhas culturais. De acordo com Fukuda-Parr (2006), o HPI é uma medida de privação de capacidade, visa capturar a “pobreza humana” como algo diferente da “pobreza de renda”, ou seja, visa alcançar os recursos básicos necessários para o funcionamento humano, em vez de determinar o nível de consumo ou renda. A autora refere-se a cinco “instrumentais de liberdade” como essenciais para uma vida digna: instalações econômicas, oportunidades sociais, liberdade política, segurança e garantias de transparência.

Nesse sentido, Fukuda-Parr (2006) assevera que as estimativas do Índice de Pobreza Humano (HPI) mostram uma série de pontos fortes: 1º- países que mostram níveis mais altos de pobreza humana em relação à pobreza de renda apontam para a necessidade de maior atenção política, especialmente o provisionamento de políticas públicas relacionadas à saúde e educação; 2º embora o Índice de Pobreza Humano não capture toda a extensão de privações em vidas humanas, abrange os aspectos essenciais da vida que se relacionam com políticas econômicas e sociais, que vão além da renda sozinha; 3º - o Índice de Pobreza Humano demonstra viabilidade de uma medida agregada multidimensional, em oposição à pobreza de renda; 4º - o

Índice de Pobreza Humano usa dados internacionalmente comparáveis e, embora existam lacunas, as lacunas nesses dados são menores que as lacunas das estimativas de dólares (U\$) por dia.

Diante disto, pode-se inferir que a pobreza, na sociedade capitalista ocidental, está diretamente relacionada às decisões políticas, gestão de recursos, bem como aos níveis de investimento das riquezas produzidas socialmente, atreladas ao grande capital e não com foco na população em geral. Portanto, analisar essa categoria no Brasil é também analisar o processo de exclusão de grande parte da população, não porque o Brasil seja um país pobre ou tenha escassez de riquezas, mas pela má distribuição de renda.

Para Gomes e Pereira (2005, p. 359):

O Brasil não é um país pobre, e sim um país desigual. De acordo com estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA [...] o Brasil ocupa o 9º lugar em renda per capita, dentre os países em desenvolvimento, mas cai para o 25º lugar quando se fala em proporção de pobres. Isto coloca o Brasil entre os países de alta renda e alta pobreza. Ao mesmo tempo em que está entre os 10% mais ricos, integra a metade mais pobre dos países em desenvolvimento, sendo um dos primeiros do mundo em desigualdade social. Aqui, 1% dos mais ricos se apropria do mesmo valor que os 50% mais pobres. Há no País 56,9 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza e destas, 24,7 milhões vivem em extrema pobreza.

Ainda segundo Gomes e Pereira (2005), se vive num país que gera riqueza para poucos e pobreza para muitos, desencadeando um processo de *apartheid* social, situação em que a população mais pobre se encontra excluída das políticas sociais básicas como trabalho, educação, saúde, habitação, alimentação.

Indo na direção de pensar a pobreza a partir desta perspectiva nos possibilita uma visão mais expandida desta categoria, rompendo com a unidimensionalidade, a partir da renda, passando para o nível mais dinâmico de pensar a pobreza, num viés multidimensional.

Isto posto, pensar a pobreza de uma forma multidimensional faz repensar sobre as famílias em condição de pobreza atendidas pelo Programa Federal Bolsa Família, que fazem parte do universo de pesquisa proposto nesta tese. O Programa Federal aborda a pobreza pelo recorte de renda, o que não dá conta das múltiplas vulnerabilidades das camadas mais empobrecidas, tendo em vista as particularidades já abordadas quanto ao não acesso à educação, saúde, dentre outros fatores.

Pensar em pobreza também implica pensar em gênero, raça, etnia, território onde reside a população. Buscar entender tais vulnerabilidades nas famílias com chefia masculina possibilita entender as particularidades dessa tipologia familiar, como também as singularidades dos sujeitos inseridos neste contexto. Pensar teoricamente sobre pobreza descortina a realidade vivenciada por muitos que não se apropriam da riqueza produzida socialmente. Portanto, no tópico seguinte, se discutirá sobre a pobreza no Brasil e como ela é percebida pelas Políticas Públicas, especificamente pelo Programa de Transferência de Renda Bolsa Família, *lócus* desta tese.

2.2 OLHARES SOBRE A POBREZA E A FOME NO BRASIL

No Brasil, há diversas linhas para a medição dos níveis de pobreza utilizadas nas Políticas Públicas, com recorte de renda, numa perspectiva unidimensional. Inicia-se, neste tópico, a discussão a partir do Brasil Império e do Brasil República, realizando-se uma breve retrospectiva dos eventos que marcaram o país, tendo como foco a fome e a pobreza, indo em direção às discussões feitas pelos sociólogos Josué de Castro, nos anos 1930, e Herbert de Souza, nos anos de 1990, até a contemporaneidade, com os programas de transferência de renda nos anos 2000.

No Brasil Império, vê-se a expansão da economia cafeeira e o crescimento demográfico, havendo com isso um crescimento dos núcleos urbanos. Com a Proclamação da República, criou-se uma nova conjuntura política, alguns centros tornaram-se estados membros da federação, o que intensificou a implantação de um projeto de modernização econômica e social, como, por exemplo, no estado de São Paulo (RÜCKERT, 2019).

Segundo Rückert (2019), devido ao crescimento acelerado, houve uma normatização do espaço urbano, com o combate aos focos de insalubridade e a busca pelo controle da pobreza. Isso ocorreu na agenda das autoridades políticas tanto em nível estadual quanto nas municipalidades. Nesse contexto, defrontou-se com múltiplas formas de percepção da pobreza. Para o autor, dentro de uma mesma cidade viviam grupos de pobres que compartilhavam das mesmas dificuldades de garantir sua subsistência, seja mendigos, crianças “abandonadas” (órfãos, crianças que trabalhavam ou que sobreviviam de atos ilícitos), indigentes, miseráveis. Ao mesmo tempo em que o “Poder Público” reconhecia a importância da caridade,

disciplinava o comportamento dos pobres, concedendo o direito de mendigar, caso comprovassem sua necessidade. Aponta Rückert (2019, p. 322), “[...] nas primeiras décadas da República, a Intendência produziu diversas leis para controlar o comportamento dos pobres e criou instituições voltadas especificamente para combater os problemas gerados pela pobreza”.

Dentre as medidas adotadas para o combate à pobreza, houve a fixação de exigências, nos grandes centros, para a construção de residências no perímetro urbano, assim como a regulamentação das esmolas e a fixação do funcionamento dos bares. De um lado, houve um crescimento da repressão à “vadiagem” e, por outro lado, a implantação gradual de instituições assistenciais voltadas para as classes menos favorecidas. Em 1890, o Código Penal, em seu artigo 399, na Primeira República, tipificava a “vadiagem” como crime, todos que não possuíssem ocupação profissional e não comprovassem residência fixa estavam sujeitos a serem detidos e punidos com a acusação de prática de “vadiagem” (RÜCKERT, 2019).

Em São Paulo, especificamente no ano de 1893, autoridades promoveram estudos sobre as condições de habitação dos operários. Os estudos produziram registros sobre como viviam as camadas mais empobrecidas na capital do estado. Com visitação nos cortiços, foram apontados problemas como excesso de moradores por metro quadrado, precariedade do saneamento, estruturas comprometidas, falta de ventilação nas habitações. Os estudos objetivavam promover ações para prevenir a transmissão de doenças e reduzir os índices de mortalidade. Na ocasião, foi proposta a demolição ou reforma de prédios considerados insalubres, o discurso higienista contribuiu para que se colocasse como problema a ser controlado a presença dos pobres no espaço público (RÜCKERT, 2019).

Outra questão relevante na transição do século XIX para o XX foi a manifestação de uma preferência por trabalhadores estrangeiros em detrimento dos trabalhadores nacionais. Nesse contingente nacional, estavam incluídos os negros e mulatos, havia um discurso do branqueamento¹⁴ da população, desconsiderando-se a importância dos trabalhadores nacionais (RÜCKERT, 2019).

¹⁴ O tema do branqueamento e da branquitude é discutido por autores conceituados como Maria Aparecida Silva Bento (2002) e Lea Vainer Schucman (2012). Pode-se citar ainda Albert Memmi, Frantz Fanon, Alberto Guerreiro Ramos. Para Schucman (2012), “[...] branquitude é produto da história e uma categoria relacional, não tem significados intrínsecos, mas sim, socialmente construídos em espaço e tempo” (SCHUCMAN, 2012, p.21). A autora, baseada nos escritos de Skidmore (1976), acrescenta que a tese do branqueamento se baseava na presunção da superioridade branca.

Segundo Schucman (2012), o imaginário de branqueamento teve grande aceitação na intelectualidade brasileira e na política de Estado. Nas primeiras décadas do século XX, objetivava-se que o país alcançasse o progresso segundo o ideal de civilização europeia. Para Bento (2002), havia uma expectativa de que o Brasil se tornasse um país branco, como consequência do cruzamento de raças.

Destaca-se que, no Brasil República, o crescimento acelerado da pobreza provocou preocupações ao governo, as elites acreditavam que os pobres eram os responsáveis pelas epidemias que atingiam a capital brasileira, conseqüentemente, os cortiços tornaram-se alvo principal das autoridades sanitárias. A elite do Rio de Janeiro, impregnada de preconceitos e desconfianças, não conseguia perceber a pobreza como um efeito do sistema escravista. Após a abolição da escravatura, os libertos poderiam desfrutar os ganhos do seu trabalho, no entanto disputavam as oportunidades com os trabalhadores brancos, imigrantes, dentre eles os portugueses (RÜCKERT, 2019).

Como ocorreu na cidade de São Paulo, a destruição dos cortiços na área central do Rio de Janeiro tornou-se uma prioridade para o “Poder Público”, por questões políticas e sanitárias. Essa atitude atingiu uma gama de pobres que residiam nas habitações coletivas, as quais foram destruídas durante a remodelação da área central da cidade.

Impedidos de residir no centro, muitos pobres se dirigiram para os subúrbios e favelas que estavam se formando nas periferias da capital; enquanto outros se deslocaram para cortiços existentes em bairros próximos do centro, onde se defrontaram com a elevação dos aluguéis - uma consequência da valorização financeira dos imóveis urbanos (RÜCKERT, 2019, p. 335).

Numa cidade que pretendia ser moderna, Rio de Janeiro constituiu-se de desigualdades sociais, apresentando uma numerosa e crescente população de pobres. Devido aos conflitos existentes, a partir de mandos e desmandos do “Poder Público” em relação ao espaço urbano, com leis mais rígidas e ações sanitaristas de combate a endemias, a pobreza foi tratada como caso de polícia. Para Rückert (2019, p. 339), “[...] o uso da força policial e do sistema prisional para conter as tensões sociais, apesar de incentivado pelas autoridades políticas, era uma tarefa árdua e de resultados insatisfatórios”.

Outro ponto importante que se destaca ao se abordar a pobreza no Brasil diz respeito à fome. Essa questão constitui a outra face da mesma moeda, ou seja, das

precárias condições de vida das classes menos favorecidas. Em 1946, o médico e pesquisador Josué de Castro escreveu o clássico *Geografia da Fome*. Professor, geógrafo e político, Josué de Castro (1908-1973) realizou uma sondagem sobre o fenômeno da fome no país. Considerado um cientista social, destacou a importância de não se ocultar o problema da fome no Brasil e no mundo. Revelou a fome nos mangues do Recife, no Nordeste açucareiro, bem como as diferentes formas de fome, como a subnutrição, desnutrição e a fome epidêmica. Destacou o problema da seca, quando ela persistia e os recursos alimentares se esgotavam, levando o sertanejo a lançar mão de outras estratégias de sobrevivência, consumindo “iguarias bárbaras” do sertão, como raízes, sementes e animais resistentes à seca (VASCONCELOS, 2008).

Andrade (1997) escreve que, no ano de 1930, no início de suas pesquisas, Josué de Castro fez um ensaio sobre o problema alimentar da população operária do Recife, aplicando questionários em três bairros, os quais denominou bairros “operários”. Concluiu, com este estudo, que o trabalhador se alimentava mal em relação à quantidade e qualidade dos alimentos, como também habitava mal. Ainda, destacou que a maioria deles vivia em fome e morria de fome, por conta dos salários não serem suficientes para selecionar os alimentos necessários, com calorias que fornecessem a quantidade de que necessitavam. Nesse ensaio, Castro destacou o problema da fome, salientando que não seria apenas biológico, mas, sobretudo, econômico e social. Em sua trajetória acadêmica e profissional, o autor publicou vários livros, dentre eles: *O problema da Alimentação no Brasil* (1933); *Salário mínimo* (1935), *Alimentação e raça* (1936), dentre outros.

A carreira política de Josué de Castro desenvolveu-se a partir de 1940, quando participou do SAPS (Serviço de Alimentação e de Previdência Social), no governo de Getúlio Vargas. Segundo Andrade (1997, p. 175), “[...] era a oportunidade que passava a ter o professor e cientista de pôr em prática os seus conhecimentos teóricos”. Ao atuar nos setores de ensino e administração, Josué de Castro se convencia da importância do conhecimento geográfico para a visão de totalidade da realidade brasileira, relacionando a fome e a pobreza com condições naturais e estruturas sociais.

Em *Geopolítica da Fome*, outro livro publicado por Josué de Castro, ele mudou sua escala de trabalho, analisando o problema da fome no mundo, alertou para a existência de uma fome oculta, na qual havia a deficiência alimentar em proteínas,

sais minerais e vitaminas. Para Josué de Castro, se a pobreza é a maior responsável pela fome aguda, à incidência da fome oculta se deve a problemas ligados aos sistemas de exploração econômica, dentre outros fatores ligados aos costumes e hábitos alimentares (ANDRADE, 1997).

Amorin (2019) descreve que Josué de Castro dedicou grande parte do livro na discussão sobre as consequências do sistema monocultor colonial, o qual amparado no latifúndio seria o responsável pela perpetuação da pobreza, sendo os ciclos econômicos de exploração (cana de açúcar, ouro e café) como formas destrutivas dessas regiões, produtoras de desigualdade social e da fome. O regime de trabalho escravista aliado a esses ciclos de economia destrutivos produziu uma elite dominante e uma população de miseráveis.

Durante toda a sua vida, Josué de Castro centrou suas preocupações no problema da fome, estabelecendo suas conexões com o social, o econômico e o político. Ao se posicionar sobre o sistema entorno do flagelo da seca, o qual beneficiava os grandes proprietários rurais, os grandes comerciantes e os políticos, classificando-os como “industriais da seca”, criou desconfortos políticos em torno de suas ideias, bem como ao defender a realização de reforma agrária no Brasil, objetivando que o trabalhador rural tivesse acesso à posse e ao domínio da terra, onde pudesse desenvolver atividades agrícolas, atendendo ao mercado e ao abastecimento familiar (ANDRADE, 1997).

No ano de 1964, o golpe militar abateu-se sobre a maioria dos brasileiros de ideias progressistas, e Josué de Castro, como outros parlamentares, técnicos, políticos, administradores tiveram seus direitos políticos cassados. Não tendo mais condições de voltar ao Brasil, Josué de Castro estabeleceu-se em Paris continuando sua luta contra a fome e o subdesenvolvimento (ANDRADE, 1997).

No Brasil, nos anos 1990, destaca-se a atuação de Hebert de Souza (Betinho), sociólogo, o qual liderou o movimento social denominado Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, com apogeu entre 1993-94. Segundo Vasconcelos (2004), desde meados dos anos 1980 presenciava-se no Brasil uma série de estratégias de combate à fome, sendo a alimentação considerada direito de todos e dever do Estado, na Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, em 1987.

No entanto, foi somente em 1992, com o agravamento do cenário político no Brasil, que entidades e sociedade civil constituíram o Movimento pela Ética na Política, o qual, após ter conseguido êxito contra a corrupção e a impunidade, com a aprovação

do *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello, deu origem a outra empreitada, a constituição do movimento social Ação pela Cidadania Contra a Miséria e pela Vida (VASCONCELOS, 2004). Com a liderança de Herbert de Souza, o movimento foi lançado oficialmente de 8 de março de 1993. O movimento tinha como objetivo mobilizar a sociedade para mudanças urgentes na realidade econômica, política e social do país, devido à exclusão, a fome e a miséria que assolava o país. Na ocasião, havia uma estimativa de 32 milhões de brasileiros famintos existentes no país (VASCONCELOS, 2004).

Vários setores da sociedade formaram os Comitês, tendo membros de sindicatos, universidades, igrejas, ONGs, intelectuais, artistas; sua abrangência consistia em local, municipal e estadual. Cada Comitê tinha dois tipos de ações: 1 - ações emergenciais de combate à fome (ajuda alimentar), e 2 - ações de pressão sobre a opinião pública (divulgação, denúncias, debates) (VASCONCELOS, 2004). Vasconcelos (2004), ao recorrer à obra de Josué de Castro, deparou-se com as semelhanças entre a Ação da Cidadania, desenvolvida no Brasil no ano de 1993, e a Associação Mundial de Luta contra a Fome - ASCOFAM, organização internacional não governamental, fundada em 1957, em Genebra, sob a presidência de Josué de Castro.

No âmbito político, o Movimento de Ação da Cidadania conseguiu sensibilizar o então Presidente Itamar Franco, que assumiu o compromisso de implantar a proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar, apresentada pelo presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo Vasconcelos (2004), em 18 de abril de 1993 foram lançados o Plano de Combate à Fome e à Miséria, com proposta de criação do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar). Houve, então, a partir desse momento, uma ação conjunta entre o CONSEA e a Ação da Cidadania, com ações de caráter emergencial no combate à fome e a miséria no Brasil.

No início de 1995, o Presidente Fernando Henrique Cardoso instituiu o Programa Comunidade Solidária, extinguindo o CONSEA, criando em seu lugar o Conselho da Comunidade Solidária, presidido pela então primeira-dama do país, Sra. Ruth Cardoso, esposa de Fernando Henrique Cardoso (VASCONCELOS, 2004). Nessa perspectiva, desenvolve-se o Projeto de Comunidade Solidária, porém com cunho assistencialista, o qual foi se desenhando no país e, paulatinamente, os programas de combate à fome (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação) (SILVA, 2015).

Kerstenetzky (2012) aponta que, no Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), houve um esforço de estabilização econômica. O esforço envolveu um forte ajuste fiscal, com efeitos consideráveis sobre as políticas sociais, os gastos sociais cresceram modestamente. Naquele período, criaram-se programas de renda condicionalizantes e focalizados. Na área da assistência social, no ano de 1996, criou-se o BPC - Benefício da Prestação Continuada, com extinção da renda mínima vitalícia (instituída no regime militar); em 2001, houve a introdução de programas de transferência de renda como o PETI (Programa de erradicação do Trabalho Infantil); em 2002, o Programa Bolsa Escola, o auxílio gás e o salário família aos trabalhadores com renda baixa. Para Kerstenetzky (2012, p. 224), “[...] o gasto social federal na função assistência saltou de 1,7% para 2,8%, e de menos de 0,1 do PIB em 1995 para 0,6% em 2002 e foi o BPC o principal responsável”.

Na área da saúde, em 1996, criou-se a CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, programas de atenção básica são direcionados às comunidades carentes como Programa Saúde da Família e Programa de Atenção Comunitária, bem como introduz-se a lei dos medicamentos genéricos, tornando a saúde mais acessível, principalmente para as camadas mais empobrecidas (KERSTENETZKY, 2012).

Na área da educação, seguindo a estratégia de “recalibragem interna” adotada pelo governo, os gastos ficaram praticamente estagnados, somente no nível fundamental se expandiram. A educação infantil e o ensino fundamental passam a ser municipalizados, ao passo que a responsabilidade pelo ensino médio ficou a cargo estadual, e o ensino superior de responsabilidade federal (KERSTENETZKY, 2012).

No que diz respeito à questão agrária, houve considerável progresso, com o assentamento de mais de 600 mil famílias de agricultores sem-terra. Assim, “[...] Os gastos em organização agrária cresceram 45% em termos reais entre 1995 e 1998 [...]” (KERSTENETZKY, 2012, p. 227).

Ainda descreve Kerstenetzky (2012) que, no Governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2009), houve interação entre as políticas sociais e as políticas econômicas, num modelo de “crescimento redistributivo”. Neste período, houve a valorização do salário-mínimo e resultados na redução da pobreza e desigualdade. No ano de 2004, o Governo unificou os programas sociais: o auxílio gás, o bolsa alimentação e o bolsa escola (implantados no governo de Fernando Henrique Cardoso). A unificação resultou no Programa Federal Bolsa Família, criado pela Lei

10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto 5.209/2004. No ano de 2007, é firmado o Pacto pela Valorização do Salário-mínimo, em que este se torna uma política de governo, repercutindo inclusive nos salários dos trabalhadores informais e nos benefícios de transferência de renda, que têm o salário-mínimo como valor de referência (KERSTENETZKY, 2012).

Neste momento, no Brasil, houve avanços quanto à introdução de regras visando à equidade vertical. Para Kerstenetzky (2012, p. 238) “[...] se traduziram na extensão do acesso à proteção social ao vasto contingente de trabalhadores informais e na ampliação da assistência social”. No entanto, especificamente os programas de transferência de renda como o BPC e RMV (Renda Vitalícia) perdem importância relativa, neste governo, sendo o Programa Bolsa Família, responsável por cerca de 60% do total de transferências assistenciais (KERSTENETZKY, 2012).

O Programa Federal Bolsa Família possui o viés de análise da pobreza, pelo recorte de renda, a cada ano estabelece-se valores para a medição da pobreza e extrema pobreza. Para o ano de 2019 o programa estabeleceu o valor de até R\$ 89,00 (oitenta e nove reais, *per capita*), como pobreza extrema, e de R\$ 89,01 (oitenta e nove reais, e um centavo *per capita*), a R\$ 178,00 (cento e setenta e oito reais *per capita*) como pobreza. Diante dos critérios de elegibilidade as famílias se autodeclararam sem renda, ou com renda insuficiente para sua subsistência, para o acesso a esse programa social (BRASIL, 2020).

No Programa Bolsa Família, as famílias têm algumas atribuições a serem cumpridas, dentre as quais a pesagem das crianças até 7 anos de idade, além do acompanhamento na área da educação, apresentando a frequência escolar para as crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos. Caso alguma condicionalidade não seja cumprida, o benefício poderá ser bloqueado, suspenso ou cancelado (BRASIL, 2020). Além deste monitoramento, há uma fiscalização, por parte do governo, situação em que há o cruzamento de dados dos beneficiários, se houve aumento de renda familiar, dentre outros. A partir disso são emitidas listagens para os municípios, para averiguação e acompanhamento das famílias beneficiárias.

O Programa Bolsa Família está vinculado à Política da Assistência Social, sendo essa Política Pública parte do tripé da Seguridade Social¹⁵. A Assistência Social

¹⁵ Após a Constituição Federal de 1988, a Seguridade Social passa a ser constituída pelo tripé Saúde, Previdência Social e Assistência Social. A LOAS-Lei Orgânica da Assistência Social, Lei nº 8.742 de 07/12/1993, dispõe sobre a organização da assistência social, sendo em 2004 aprovada a Política

está organizada por meio do SUAS - Sistema Único da Assistência Social, tendo por objetivo garantir a proteção social aos cidadãos, disponibilizando serviços, benefícios, programas e projetos. O SUAS articula recursos dos municípios, estados e da União para a execução e o financiamento da Política Nacional da Assistência Social (BRASIL, 2020c).

O SUAS foi instituído pela Lei 12.435 de 6 de julho de 2011, a qual complementa a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, nº 8.742/93, garantindo uma gestão descentralizada e participativa, cujo foco é a matricialidade sociofamiliar, uma de suas bases estruturantes, organizando toda a rede socioassistencial no apoio às famílias em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2020c).

O Programa Bolsa Família também possui a centralidade na família, constituída a partir do domicílio, ou seja, todos os que moram na mesma moradia são considerados para composição familiar e de renda. No entanto, segundo o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, do ano de 2006, a família compreende:

[...] um conjunto de pessoas com laços de consanguinidade, de aliança, de afinidade, de afetividade ou de solidariedade, cujos vínculos circunscrevem obrigações recíprocas, organizados em torno de relações de geração e gênero. Arranjos familiares diversos devem ser respeitados e reconhecidos como potencialmente capazes de realizar as funções de proteção e de socialização de suas crianças e adolescentes (BRASIL, 2006, p.69).

Deve-se estar alerta para as divergências entre concepções e interpretações do que seja família para distintas Políticas Públicas. Para o cadastramento no CADÚNICO, vinculado ao Ministério da Cidadania, as pessoas que moram sob o mesmo teto são consideradas para a composição da família; para outros benefícios como BPC (Benefício da Prestação Continuada) são outras regras para a composição familiar, sendo o grau de parentesco e estado civil, variáveis consideradas na análise, e para a Política da Criança e do Adolescente vigora a diversidade de laços familiares, havendo, desta forma, maneiras diversas de concepções e interpretações sobre a mesma categoria, nas Políticas Públicas brasileiras.

Nacional da Assistência Social, a qual apresenta diretrizes para efetivação da Assistência Social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. No ano de 2011, é aprovada a Lei 12.435 em 06/07/2011, a qual institui o SUAS - Sistema Único de Assistência Social. A Política da Assistência Social propõe o atendimento à família como núcleo capaz de oportunizar autonomia ao indivíduo. O eixo matricialidade sociofamiliar destaca-se no âmbito da Política da Assistência Social, superando a focalização, contrapondo-se à lógica individual que direciona as intervenções para o indivíduo de maneira isolada. (SOUZA *et al.*, 2019).

Portanto, pensar sobre tipologias de famílias implica contextualizar o conceito, historicizá-lo, bem como compreender a conjuntura da época e o cenário que compôs o desenvolvimento de determinada Política Pública.

A partir desse entendimento, no tópico seguinte se abordará a categoria pobreza no Brasil Meridional, especificamente no Paraná, em vista da necessidade de aproximações sucessivas ao objeto de pesquisa, cujo *lócus* constitui-se o Programa Federal Bolsa Família, da Região dos Campos Gerais - PR, sendo as famílias monoparentais com chefia masculina os sujeitos participantes da pesquisa.

2.2.1 Pobreza no Brasil Meridional: uma aproximação sob o viés unidimensional e multidimensional

No Capítulo 1, ao abordar a categoria família, destacou-se sobre as particularidades da família no Brasil Meridional, ou seja, da Região Sul do país, uma vez que se almejava conhecer especificidades das famílias constituídas no estado do Paraná, particularmente a Região dos Campos Gerais, a qual constitui o *lócus* de pesquisa.

Com relação à categoria pobreza, também se faz necessário conhecer as particularidades da Região Meridional do Brasil, tendo em vista a dimensão territorial do país, a ocupação desigual do território em diferentes níveis de desenvolvimento, bem como suas especificidades regionais, que devem ser considerados numa pesquisa interdisciplinar.

Ao se adentrar à categoria pobreza, na Região Sul do Brasil, inicia-se a abordagem a partir do estado do Rio Grande do Sul (RS), tem-se como referência o artigo de Silva *et al.* (2015). Segundo os autores, o problema da pobreza, em geral, é decorrente de políticas macroeconômicas inconsistentes que, ao longo do tempo, levam a estagnação, ao desemprego e à queda de investimentos na econômica. Esses elementos refletem no baixo crescimento econômico, o qual agrava ainda mais a pobreza.

Para Silva *et al.* (2015), o estado do Rio Grande do Sul encontra-se na região com as menores taxas de extrema pobreza do Brasil, destacando-se como uma das regiões mais industrializadas do país e economicamente desenvolvida. Segundo os autores, quanto às taxas de pobreza, a Região Sul registrou, em 2004, 3,1%; em 2010, 1,7%, e em 2014, 1,1%. No entanto, o estado do Rio Grande do Sul apresentava

aproximadamente 8 milhões de indivíduos na condição de extrema pobreza para o ano de 2014, dado importante a ser analisado ao se levar em consideração não somente a pobreza monetária, como também a pobreza multidimensional, a partir da privação de capacitações básicas.

O estudo de Silva *et al.* (2015) utilizou seis dimensões, desde o acesso a alimentos e água, como a comunicação e informação, educação, condição de moradia, saúde, trabalho e demografia. Para elaboração de um indicador multidimensional, utilizou também 22 variáveis extraídas da PNAD. O estudo apontou que a percentagem de pessoas que não têm abastecimento de água potável, proveniente da rede geral de distribuição, em seus domicílios caiu de 5,22%, em 2007, para 4,57%, em 2014. Quanto à privação monetária, houve uma redução de 3,23% para 1,70% no mesmo período. No que diz respeito à dimensão água e alimentos, houve redução de 8,18% em 2007, para 6,08% em 2014, diminuição de 2,10% da pobreza multidimensional.

As dimensões que apresentaram maiores impactos de redução de privação foram a internet, seguida do computador. A internet com redução de 29,05% de 2007 para 2014, e a privação de computador, com uma redução de 27,86%. No entanto, segundo Silva *et al.* (2015), embora os graus a respeito da privação de computadores e internet tenham apresentado queda, ainda permaneceram consideravelmente elevados os índices de privação: internet com 48,73% e computador com 40,39%.

A dimensão da educação aparece com o percentual de maiores indicadores de privação, ou seja, passa-se de 93,03% em 2007 para 89,78% em 2014, com queda de 3,26% no nível de indicadores de privação. No que diz respeito à habitação, aproximadamente mais de um quarto da população não possuía uma moradia própria já quitada em 2014. Comparando-se 2007 a 2014, segundo Silva *et al.* (2015), percebe-se um aumento de 0,15% na privação de moradia. No esgotamento sanitário, houve uma queda de 4,87%.

Com relação à dimensão do trabalho, houve redução de 7,35% de 2007 para 2014. Segundo Silva *et al.* (2015, p. 17), a taxa de privação é elevada, mais de 50% da população sofre de privação de trabalho digno, “[...] ou seja, metade da população em 2014 ainda trabalham em situação de trabalho precário”.

Silva *et al.* (2015) concluem que houve uma melhora nas condições de vida da população do Rio Grande do Sul, entre os anos de 2007 e 2014, porém não de forma homogênea no estado. Os resultados sugerem uma redução da pobreza

multidimensional de 22,57% no ano de 2007, para 19,90% em 2014, sendo a pobreza rural mais intensa do que a pobreza urbana. O maior impacto percebido na pesquisa foi entre os idosos, os quais são considerados os mais privados se comparados aos outros grupos etários: “Na análise da pobreza entre os grupos quase não existe diferença entre homens e mulheres, [...] a persistente privação concentra-se em ser maior entre os homens.” (SILVA *et al.*, 2015, p. 22).

Com relação à pobreza no estado de Santa Catarina, tem-se como referência Silva (2018), o qual aborda sobre a multidimensionalidade da pobreza no estado e suas mesorregiões, uma vez que a utilização de uma abordagem puramente monetária poderia ser insuficiente para capturar as várias formas de pobreza.

Silva (2018) utilizou a metodologia “AF”¹⁶ para abordagem do fenômeno da pobreza multidimensional, que leva em consideração um leque de carências que a população enfrenta, combinando estes dados com a metodologia Foster-Greer-Thorbecke (FGT), que vem a ser as medições de pobreza pela renda de maior utilização.

Conforme dados do IBGE, de 2010, o Estado de Santa Catarina conta com 295 municípios, e possui 6 mesorregiões: Grande Florianópolis, Norte Catarinense, Oeste Catarinense, Sul Catarinense, Região Serrana e Vale do Itajaí (SILVA, 2018). Dentre as seis mesorregiões do estado, a região que apresenta o maior contingente populacional é o Vale do Itajaí, equivalente a 24,15% da população Catarinense. Para Silva (2018), nas últimas décadas o estado vem apresentando um acentuado êxodo rural, ocasionando um aumento das populações urbanas, porém economicamente marginalizados.

Com relação à população do estado de Santa Catarina, Silva (2018) destaca que não houve uma distribuição homogênea pelo território, ocorrendo uma concentração em determinadas mesorregiões, como o Vale do Itajaí e Norte Catarinense. A capital, Florianópolis, no ano de 2010, possuía 17.573 pessoas vivendo em aglomerados subnormais (favelas). Houve um processo de favelização generalizado em todos os municípios da região, por meio de um mecanismo de ocultamento da pobreza, também presente na Mesorregião do Vale do Itajaí. Em

¹⁶ Para Silva (2018), o método “AF” é capaz de capturar a incidência de pobreza, em determinado grupo, além de aferir a intensidade da pobreza. Acrescenta que a metodologia adotada é flexível e pode incorporar um amplo conjunto de dimensões e indicadores, como também, detalhar a medição por etnia, sexo, ou qualquer outra categoria.

Blumenau, as precárias condições de moradia e infraestrutura somam pelo menos 47 áreas responsáveis por formar um abismo social entre a periferia e o marketing criado na região pelos jornais locais (SILVA, 2018).

Nas Mesorregiões do Oeste Catarinense e Mesorregião Serrana, a falta de oportunidade e qualidade de vida surge paralela à concentração fundiária. A região do Contestado possui as cidades com os piores índices de desenvolvimento de Santa Catarina, fruto da concentração histórica da terra. Na pesquisa realizada por Silva (2018), o estado apresentou um contingente de 267.399 pessoas consideradas multidimensionalmente pobres, num total de 723.029 pessoas, ou seja, uma incidência de 36,98% de pobreza. A distribuição dessas pessoas entre as 6 mesorregiões, na incidência de pobreza, ficou assim dispostas: Mesorregião Oeste com 47,87%; Mesorregião Serrana com 39,90%; Mesorregião Sul com 36,68%; Vale do Itajaí com 33,89%; Mesorregião Norte com 31,85%, e a Grande Florianópolis com 25,98% (SILVA, 2018).

Com base nos índices a partir do método (AF), quanto às privações, para o estado de Santa Catarina, Silva (2018) aponta: 76,89% não tinham acesso a esgotamento sanitário; 26,62% ao abastecimento de água; 12,13% a acesso correto ao destino do lixo; 21% à condição de ocupação de imóvel; 2,16% à alfabetização; 27,15% ao emprego e 38,63% da população não possuía mais que 7 anos de estudo. O esgotamento sanitário apresenta-se bastante deficitário no que se refere à coleta e tratamento.

Com relação ao indicador anos de estudo, mostram que o número de matrículas no Ensino Fundamental no estado concentrou cerca de 2% do total de matrículas do país para o ano de 2010, isso representa o menor número de alunos no ensino Fundamental entre os três estados sulinos. No entanto, segundo Silva (2018), o estado apresenta bom resultado na área da alfabetização, possivelmente associado ao Programa Brasil/Santa Catarina alfabetizado, parceria entre a Secretaria de Estado da Educação e o Ministério da Educação, Santa Catarina está entre os estados com menor taxa de analfabetismo do país.

No que diz respeito à intensidade da pobreza, Silva (2018) aponta que, em média, as pessoas são privadas em 41,12% dos indicadores considerados em seu estudo. O índice de pobreza multidimensional foi de 15,12%, o que significa que o total de indicadores em que os pobres sofrem privações representa 15,12% do máximo possível na amostra em estudo.

A Tabela 3 apresenta análise multidimensional da pobreza em relação à incidência de pobreza e intensidade nas 6 mesorregiões de Santa Catarina.

TABELA 3 - Análise da pobreza multidimensional - por Mesorregiões - Estado de Santa Catarina.

Mesorregião	Incidência pobreza (IC)	Intensidade (Privações)	Índice Pobreza Multidimensional (IPM)
Sul Catarinense	36,68%	40,49%	14,85%
Serrana	39,90%	43,96%	17,54%
Oeste Catarinense	47,87%	42,05%	20,13%
Norte Catarinense	31,85%	40,68%	12,96%
Vale do Itajaí	33,89%	40,04%	13,57%
Grande Florianópolis	25,98%	39,62%	10,29%

Fonte: Silva (2018), organizado pela autora.

Os dados nos mostram que, no Oeste Catarinense, a incidência de pobreza foi de 47,87%, seguido da Mesorregião Serrana, que foi de 39,90%, apesar de a intensidade da pobreza ser de 43,96% na Mesorregião Serrana contra 42,05% do Oeste Catarinense. Isto mostra que na Mesorregião Serrana os pobres padecem de um maior número de privações. Segundo Silva (2018), a intensidade da pobreza é muito parecida nas 6 mesorregiões, ou seja, aquelas consideradas pobres estão sofrendo um número de privações semelhantes.

Ao decompor o índice de pobreza multidimensional, Silva (2018) concluiu que o estado de Santa Catarina precisa evoluir no saneamento básico (incluindo esgotamento sanitário e abastecimento de água potável), no ensino e na geração de empregos.

No que diz respeito ao estado do Paraná, ao se abordar sobre a pobreza, baseou-se, a princípio, na pesquisa de Silva *et al.* (2014b), em que os autores utilizam como parâmetro a pobreza unidimensional, numa dimensão espacial, com recorte de renda, baseada nos valores estipulados pelo Programa Bolsa Família, associado à metodologia da econometria espacial utilizando as variáveis: renda média, grau de urbanização e índice de Gini. Posteriormente, apresentam-se os estudos de Albuquerque e Cunha (2012), realizado nos anos de 1995 e 2009, no qual se apresenta a visão de pobreza multidimensional no Paraná, analisando 6 dimensões, com 18 componentes e 21 variáveis, com base nas informações da PNAD.

Segundo Silva *et al.* (2014b), a partir de 2003 houve queda dos índices de pobreza no Brasil, acompanhados pelo aumento real na renda média da população, sobretudo nos estratos mais pobres da população.

Com relação ao Paraná, o estado possui 399 municípios, sendo considerado um estado rico, se comparado a outros estados brasileiros, no entanto, segundo os autores Silva *et al.* (2014b), a Região Centro-Sul do Paraná destaca-se por apresentar cidades com maior porcentagem do número de moradores em domicílios com rendimento mensal, *per capita*, abaixo da linha de pobreza. Este fato também ocorrendo no Litoral-Sul do estado. Dos 399 municípios, 12 apresentam taxa de pobreza acima de 20%, enquanto 87 municípios apresentam taxas abaixo de 5%. Os autores ressaltam que na região Metropolitana de Curitiba encontram-se os municípios de maior e menor rendimento domiciliar mensal per capita do estado, sendo o maior rendimento em Curitiba e o menor no município de Dr. Ulysses. As menores taxas de pobreza estão em algumas cidades da região metropolitana de Curitiba e no noroeste do estado.

Com relação à Região Centro Sul do Estado, apresenta alto índice de pobreza. Vários são os motivos que explicam o fenômeno. O primeiro devido a motivações políticas, uma vez que a emancipação precoce dos municípios, sem a devida infraestrutura e fontes de receita, para ampliar e melhorar as condições de vida de seus habitantes influencia nos indicadores. O segundo motivo, o alto índice de pobreza diz respeito à baixa urbanização, ou seja, grande parte da população vive na zona rural, porém com estrutura agrícola baseada em latifúndios, extrativismo e subsistência, que intensificam os problemas relacionados à pobreza (SILVA *et al.*, 2014b).

Na Região Centro-Sul, destaca-se o município de Laranjal, o qual possui o maior percentual de pobreza do estado, sendo 25,3% e o terceiro menor rendimento domiciliar mensal per capita do estado. Nessa Região, com altas taxas de pobreza, evidenciam-se os municípios: Nova Laranjeira, Inácio Martins, Goioxim, Coronel Domingos Soares, Mato Rico e Rio Bonito do Iguçu. A taxa média de pobreza nesses municípios é de 22%, correspondendo a 134,8% superior à taxa média de pobreza no estado do Paraná, que é de 9,4% (SILVA *et al.*, 2014b).

A Região Norte-Central do Paraná é caracterizada pela maior quantidade de municípios com menor taxa de pobreza. Entre os 10 municípios com menores percentuais de taxa de pobreza, destacam-se: Maringá, Florai e Mirasilva. A taxa

média de pobreza destes municípios é de 1,9%, bem abaixo da taxa estadual. Na Região Norte-Central encontra-se também o segundo e quarto melhor rendimento mensal per capita do estado, nos municípios de Maringá e Londrina (SILVA *et al.*, 2014b).

Silva *et al.* (2014b) concluem que, com uma incidência de pobreza baixa, se comparada com outros estados brasileiros, nota-se que algumas cidades do Paraná apresentam proporção de pobres superior a 20%. No tocante à intensidade de pobreza, os municípios encontram-se aglomerados. Os municípios com baixo índice de pobreza estão cercados por municípios com a mesma característica, pode-se dizer que a pior condição de pobreza está na Região Centro-Sul e a melhor na Região Norte-Central e Oeste do estado do Paraná. Os resultados indicam que a influência espacial que ocorre nos municípios paranaenses é significativa, constituindo-se um elemento importante no estudo sobre a pobreza.

Outro estudo no Paraná sobre o tema pobreza foi realizado por Albuquerque e Cunha (2012), porém abordando a pobreza multidimensional, mensurando a pobreza nos anos de 1995 e 2009. O índice de pobreza multidimensional neste estudo foi obtido a partir das informações da PNAD. O trabalho considera seis dimensões na elaboração de um indicador de pobreza multidimensional (condição habitacional, saneamento, educação, trabalho, renda, demografia). Além das 6 dimensões, foram utilizados 18 componentes e 21 variáveis, escolhidas a partir da revisão da literatura sobre pobreza, baseados no enfoque das necessidades básicas e capacidades.

Segundo Albuquerque e Cunha (2012), o resultado do trabalho sugere uma redução de 26,69% na pobreza do estado do Paraná de 1995 para 2009. No entanto, o esgotamento sanitário adequado e coleta de lixo apresentaram situações mais vulneráveis no estado, tanto em 1995 quanto em 2009. Em 1995, 66% dos domicílios não possuíam esgotamento sanitário adequado e 21,6% eram desprovidos de coleta de lixo. Em 2009, o esgotamento sanitário apresentou 33,7% e a coleta de lixo 9,2%, havendo queda de 49% e 57,3%, respectivamente, no período de 1995 a 2009. A dimensão educação também apresentou grandes deficiências em relação à escolaridade dos adultos. Em 1995, uma porcentagem de 83% dos domicílios apresentava adultos residentes que não possuíam ensino fundamental, ensino médio ou ensino superior. Em 2009, houve uma queda na proporção de domicílios em que os adultos não possuíam a escolaridade apontada em 1995, ou seja, em 2009 baixou para 72,7% dos domicílios pesquisados que apresentaram tais vulnerabilidades.

Destaca-se que a variável “criança na escola” teve queda considerável para o ano de 1995, sendo 5,7% nos domicílios pesquisados e, em 2009, 0,9% domicílios existentes com crianças fora da escola.

No que diz respeito à dimensão trabalho, para o ano de 1995, 62,3% dos domicílios apresentavam adultos em ocupação no setor informal ou que estavam desempregados. Em 2009, essa proporção se reduz para 52%. Segundo Albuquerque e Cunha (2012), apesar da variação negativa de 1995 para 2009, o indicador é preocupante, pois expressa que em uma parte significativa dos domicílios ainda há indivíduos desamparados pelas políticas de seguridade social.

Com relação à dimensão renda, os estudos de Albuquerque e Cunha (2012) apontam que, em 1995, a variável renda domiciliar per capita apresentou uma proporção de 28,7% que se encontravam na linha de pobreza e, em 2009, essa proporção reduziu para 11%. No caso de extrema pobreza, o Paraná teve uma redução de 10,82% para 3,52%. Nos resultados obtidos a partir do indicador multidimensional de pobreza, revelou-se uma significativa mudança nesse perfil, de 27,9% em 1995, dos pobres entre a população paranaense, e 20,4% em 2009. O estudo aponta que, ao se utilizarem as seis dimensões analisadas, percebe-se avanços na redução do grau de vulnerabilidade dos domicílios paranaenses (ALBUQUERQUE; CUNHA, 2012).

Neste tópico, podem-se vislumbrar aspectos importantes sobre a categoria pobreza, sendo abordada sob duas perspectivas. Os estudos nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul utilizaram os conceitos da pobreza multidimensional, com variáveis de acesso à educação, saúde, moradia, dentre outros. Por outro lado, o estudo da pobreza no estado do Paraná utilizou o conceito de pobreza pelo viés unidimensional, trazendo para análise a mensuração por renda e o viés multidimensional nos estudos de Albuquerque e Cunha (2012), no qual se apresentam 6 dimensões analisadas.

Este tópico se fez necessário para que se conhecessem as vulnerabilidades apresentadas no Sul do país, especificamente no Estado do Paraná, e, desta forma, tivesse um panorama da Região e do Estado onde os sujeitos de pesquisa residem, a fim de conseguir uma maior aproximação da realidade local. A partir dos estudos sobre pobreza e das vulnerabilidades da população, possibilitam-se aproximações sucessivas ao objeto de pesquisa desta tese.

No tópico seguinte se abordará como as famílias em condição de pobreza enfrentam suas vulnerabilidades e como utilizam estratégias de sobrevivência para minimizar a situação vivenciada por elas.

2.3 AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA COMO VIÉS PARA ENFRENTAMENTO DA POBREZA

Entende-se que as famílias pobres, em meio às dificuldades enfrentadas, são desafiadas por não acessarem as riquezas produzidas socialmente. Essas famílias criam mecanismos de enfrentamento no contexto da pobreza, ou seja, utilizam as estratégias de sobrevivência, que se centram no campo das necessidades.

Para Silva (2011), as estratégias de sobrevivência configuram-se enquanto “solução” imediata à precariedade e à pobreza e como resposta à ausência de políticas sociais. Essas estratégias são utilizadas, por vezes, para compensar os baixos rendimentos do principal provedor do domicílio.

Para Draibe (2014, p. 111):

As expressões estratégia familiar e estratégia de sobrevivência foram cunhadas nos estudos e abordagens antropológicas dos comportamentos de famílias pobres para dar conta do modo integrado com que agem, visando otimizar tanto o acesso quanto a distribuição dos recursos que logram alcançar. Ancorados na organização e prioridades internas que, na prática, estabelecem, estes comportamentos definem, a cada momento do ciclo familiar, o lugar de cada um dos seus membros na unidade doméstica.

Com base nos estudos de Sposati (1985) as estratégias de sobrevivência podem ser utilizadas no plano doméstico de satisfação das necessidades e no plano coletivo que inclui objetivos externos mais amplos. A autora classifica as estratégias em três tipos: solidariedade conterrânea e parental, a qual é perceptível com laços de confiança entre as gerações estabelecidas pela família; a solidariedade apadrinhada, perceptível quando há o estabelecimento de uma rede de confiança, constituindo-se através da indicação de um parente ou amigo a algum trabalho, ou mesmo, a realização de atividades em que há o oferecimento de trabalhos esporádicos, popularmente denominados “bicos” e a solidariedade missionária, perceptível na ausência do Estado, quando as famílias mais empobrecidas recorrem à sociedade organizada, por meio de entidades religiosas, no âmbito da filantropia e da caridade (SPOSATI, 1985).

Para Sposati (1985), as estratégias de sobrevivência estariam erguidas sob três pilares: 1º) a capacidade de cooperação e junção dos esforços populares na solução e redução dos problemas; 2º) vinculadas à solidariedade entre os setores populares (organização enquanto classe social), e; 3º) enfrentamento das soluções tradicionais das políticas sociais.

Silva (2011, p. 102 e 105) que também discute a temática, compreende que:

as famílias pobres que convivem em seu cotidiano com situações de esfacelamento, enfraquecimento e degradação, acabam por ter que desenvolver maiores capacidades de resistência, para não correrem o risco de degradar ainda mais a sua situação. Portanto, [...] devem em tempos de incertezas e pobreza ser habilidosas, espertas para criar condições de enfrentamento às expressões da questão social.

Seguindo esta direção, os autores portugueses Balsa *et al.* (2000) classificam as estratégias como atenuantes dos efeitos nocivos da pobreza, distribuindo-as também em tipologias. Para os autores, na utilização das estratégias, as camadas empobrecidas utilizam recursos, o que classificam como recursos coletivos e individuais. Os recursos individuais podem ser regulados no interior da unidade familiar e os recursos coletivos são regulados por instâncias externas às famílias, centram-se nas relações das famílias com associações e instituições. Os autores ainda fazem uma subdivisão entre esses recursos, distinguindo-os entre: recursos normativos; recursos contra normativos, e recursos alternativos. Para melhor entendimento:

- 1- Recursos Normativos: são aqueles promovidos pelas instituições e valorizados pelos grupos dominantes, não fere a legislação; são vinculados às formas idôneas de se garantir a sobrevivência.
- 2- Recursos contra normativos: se vinculam a atos ilícitos, podendo até serem sancionados.
- 3- Recursos alternativos: são utilizados de maneira pouco convencionais ou até mesmo inesperados de enfrentar as adversidades, utilizando a astúcia, modos pouco convencionais (relacionam-se a criatividade das pessoas).

Silva (2011) cria novas definições e terminologias para definir as estratégias de sobrevivência utilizadas pelas camadas mais empobrecidas. Para a autora as

estratégias devem ser entendidas enquanto práticas, pois há ações concretizadas. Diante disto, a autora estabelece cinco práticas:

- 1- Práticas coletivas de sociabilidade em que há uma relação de confiança, utilizando práticas de agregar pessoas ao convívio, mesmo sem grau de parentesco, para ajudar nas despesas e, ao mesmo tempo, fornecer-lhes cuidados (agregados); utilização do êxodo migratório, como prática de sair do lugar e tentar novos desafios em outras localidades, por vezes, levando todos os membros da família, e, por fim, a utilização de mendicância, como práticas de sociabilidade.
- 2- Práticas de inserção social: em que há o acesso às políticas públicas; utilização do trabalho formal com carteira assinada, ou mesmo utilização de cursos de qualificação como instrumentos para o aumento da renda.
- 3- Práticas de sustentabilidade formais e informais: estratégias vinculadas a busca pela renda. Estão relacionados com recursos materiais e normativos, podendo relacionar-se com práticas de risco.
- 4- Práticas de rede social: utilização de recursos sociais disponíveis, estabelecidas por meio da solidariedade institucional local ou regional, através das quais as famílias recebem apoio das instituições.
- 5- Práticas de risco: utilização de recursos, por vezes, não lícitos como: ocupação de terrenos; utilização de “gato” em ligação clandestina de luz; tráfico de entorpecentes; trabalho infantil, dependência química lícita e ilícita.

Para a autora, que classifica as estratégias de sobrevivência nestas cinco práticas, as estratégias enquanto práticas coletivas de sociabilidade, inserção social e sustentabilidade estão associadas aos recursos normativos defendidos por Balsa *et al.* (2000) e à solidariedade conterrânea e parental defendida por Sposati (1985). As estratégias enquanto práticas de rede social estão associadas aos recursos alternativos defendidos por Balsa *et al.* (2000) e à solidariedade missionária defendida por Sposati (1985), e, por fim, as estratégias enquanto práticas de risco estão associadas aos recursos contra-normativos de Balsa *et al.* (2000). Para Silva (2014, p. 20), “[...] as estratégias de sobrevivência enquanto práticas são ações concretas em meio à fome, precariedade de renda, desemprego, subalternidade e desesperança”.

A partir dessas definições, vê-se que cada autor utiliza uma terminologia, no entanto, entende-se que uma terminologia não anula a outra, sendo as tipologias complementares entre si.

Tendo em vista as discussões neste Capítulo sobre as categorias pobreza e estratégias de sobrevivência utilizadas em meio à precariedade de renda, desemprego e outros fatores que vulnerabilizam as famílias das camadas mais empobrecidas, pode-se adentrar a conceitos importantes de análise, para compreensão do objeto de pesquisa cujo *locus* constitui-se do Programa Federal Bolsa Família, especificamente nas famílias monoparentais chefiadas por homens.

Objetivando o estudo sobre as famílias monoparentais com chefia masculina, no tópico seguinte pretende-se relacionar a questão da pobreza e o homem inserido neste contexto.

2.4 POBREZA E AS FAMÍLIAS COM CHEFIA MASCULINA

Como discutido nos tópicos anteriores, a pobreza constitui-se um dos fatores que tornam as famílias e os indivíduos mais vulneráveis, em termos de acesso a bens materiais. Apontou-se que, no contexto de pobreza, as famílias das camadas mais empobrecidas utilizam estratégias de sobrevivência para acessarem as condições necessárias para manutenção familiar. Portanto, pensar em pobreza no cotidiano das famílias monoparentais, chefiadas por homens, torna-se relevante, uma vez que possibilita compreender o dia a dia daqueles que estão/são invisíveis para a sociedade.

De modo geral, a representação que se tem da figura masculina na sociedade contemporânea atribui ao homem a virilidade, força e provisão de sua família. O homem, na tipologia monoparental, por estar sozinho nos cuidados com a prole, possui o atributo do cuidado e educação dos filhos, o que “desconfigura” as atribuições representadas pela masculinidade hegemônica, que atribui o cuidado e educação da prole à mulher.

Segundo Lyra *et al.* (2007, p. 84), qualquer discussão sobre o cuidado se remete “[...] imediatamente ao “universo feminino”, pois desde a infância, com a educação familiar e escolar, há um claro incentivo e uma cobrança de que o cuidado esteja presente na postura das meninas”, por outro lado, “[...] aos meninos é reservado

o espaço da rua, com brincadeiras que na maioria das vezes exigem mais esforço físico”.

Portanto, discutir a presença do homem numa condição de pobreza e monoparentalidade entrelaça categorias que reportam vulnerabilidades, ou seja, a monoparentalidade, por ser caracterizada pela presença de somente um dos genitores junto à prole (constituindo-se uma dificuldade a mais nas relações de cuidado, manutenção e educação dos filhos); e a pobreza, outra vulnerabilidade, devido às dificuldades em proporcionar a subsistência e manutenção da família.

Destaca-se que a inserção masculina nos espaços de cuidado com os filhos quebra a “lógica” da divisão sexual do trabalho naturalizada na sociedade. A divisão entre os sexos que parecia estar na ordem das coisas, como algo “normal”, natural parece ter sido readequada nesta nova tipologia familiar, ou seja, parece haver uma ruptura no “padrão”, do espaço “público” reservado aos homens, e do espaço da “casa”, reservada às mulheres.

Campos (2016) discute sobre o lugar dos homens em condição de pobreza no Programa Bolsa Família e sobre a inviabilidade deles nas ações da assistência social. Para o autor, houve uma reinvenção das políticas sociais, pós-1988, com um sistema de proteção social que norteou as políticas sociais, no entanto,

um problema dessas políticas estaria no fato das mesmas desconsiderarem as frequentes alterações ocorridas na vida dos indivíduos e das próprias famílias [...] sobrecarregando as mulheres com as responsabilidades de cuidados com os familiares (CAMPOS, 2016, p.46).

Campos (2016) destaca que a mulher aparece como ator que assume importância fundamental neste processo, porém, idealiza-se “[...] o papel feminino do cuidado como algo natural e acabam por desconsiderar as múltiplas dimensões da solidariedade familiar, que frequentemente é permeada por relações contraditórias entre gerações e gênero” (CAMPOS, 2016, p.47). Acrescenta que, neste enfoque, acabam contribuindo para a segmentação e perpetuação da cultura patriarcal de fragilidade e subalternidade da mulher, favorecendo a cultura protetiva e não necessariamente emancipatória.

Neste ponto, vê-se a importância da discussão, devido ao direcionamento dado a política social, especificamente ao Programa Bolsa Família, que institui, no parágrafo 14 da Lei 10.836 de 09 de janeiro de 2004, que o pagamento dos benefícios

previstos será feito preferencialmente à mulher, reafirmando lugares já conhecidos nas relações sociais, (o lugar da mulher nos cuidados com a prole e a casa), os quais sedimentam ainda mais a divisão das feminilidades e masculinidades existentes na sociedade.

Para Mazzarotto (2019), o Programa Bolsa Família, enquanto Política Pública, constitui relações baseadas no gênero ao empoderar e responsabilizar as mulheres enquanto beneficiárias/titulares do Programa. Para a autora, o Programa invisibiliza e desresponsabiliza os homens. Outro ponto importante diz respeito às responsabilidades entre adolescentes/meninas e adolescentes/meninos.

Mazzarotto (2019) menciona que dentro do Programa Bolsa Família se estabelece que adolescentes/meninas após os 14 anos deverão ter acompanhamento pela saúde, devido à idade fértil, porém não estabelece esse critério aos adolescentes/meninos, como se a responsabilidade da contracepção e fertilidade fosse somente da mulher. Para a autora, as posições dos sujeitos construídas dentro do Programa aparecem naturalizadas, ou seja, sobre as adolescentes/meninas, a responsabilidade sobre a fertilidade e prevenção a gravidez, e sobre os adolescentes/meninos o Programa Bolsa Família silencia.

Quando a Política Nacional de Assistência Social preconiza a família como núcleo central na operacionalização dessa política pública, acaba atribuindo à mulher-mãe a responsabilidade tradicional do cuidado e do cumprimento das condicionalidades dos programas sociais. Para Campos *et al.* (2019), pouco tem sido feito para superar o esvaziamento da presença masculina nos serviços socioassistenciais, dando o exemplo do Programa Bolsa Família (CAMPOS *et al.*, 2019).

O posicionamento do Programa Federal especificando o cadastro preferencialmente às mulheres dá margem para duas perspectivas: primeira, a priorização feminina atribuindo às mulheres o cumprimento das responsabilidades ligadas à função do cuidar; segundo, há uma reificação da noção do homem como irresponsável pelo cuidado (CAMPOS *et al.*, 2019).

O silêncio sobre esses homens que se encontram em situação de vulnerabilidade social pode reforçar traços impostos pelo padrão cultural hegemônico que demarcam concepções referentes à masculinidade (os homens não são confiáveis, não se responsabilizam pelo cuidado com a família e não sabem gerenciar o recurso oferecido pelo programa em prol da satisfação familiar) (CAMPOS *et al.*, 2019, p. 248).

Observa-se uma contradição no Programa, ao mesmo tempo em que reforça a mulher o “papel” de cuidado com a prole, com a família, responsabilizando-a com as condicionalidades, caso não faça a pesagem das crianças até 6 anos, ou mesmo quanto à frequência escolar, também a coloca com o atributo de sustento da casa, ao estabelecer sua titularidade na conta do banco e as definições de como gastar o dinheiro. Como bem colocado por Mazzarotto (2019), a mulher assume a atribuição de provedor, que durante muito tempo foi atribuído aos homens.

Estudos como o de Marins (2017), sobre a participação dos homens, em condição de pobreza, nos recursos oriundos do Programa Bolsa Família apontam sobre as resistências deles no gerenciamento e participação no programa de transferência de renda. Segundo a autora, os homens, quando estão no cadastro de suas companheiras, sentem-se humilhados ao receberem um dinheiro que não foi solicitado por eles, havendo uma compreensão de que, com a utilização do recurso, haveria a constatação do fracasso deles, como provedor financeiro, incapaz de sustentar suas próprias famílias.

Para o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE (2008), em estudos sobre o Programa Bolsa Família, em relação ao mercado de trabalho, os homens estão em situação mais favorável que as mulheres, ou seja, 77,4% dos homens tiveram trabalho remunerado no mês anterior à pesquisa, se comparado a 41,4% das mulheres. No que diz respeito à educação e renda domiciliar, os homens apresentaram situação menos favorável. Homens que não sabem ler e escrever constituem o dobro da porcentagem de mulheres. Os dados apontam para 30,2% dos homens que não sabem ler e escrever e 17,7% das mulheres, nas mesmas condições.

Quanto à renda, apesar de mais homens inseridos no mercado de trabalho, 33,9% apresentam renda *per capita* inferior a R\$ 60,00, comparados a 28,9% dos domicílios em que o titular seja a mulher. O Relatório conclui que “[...] os titulares do Programa Bolsa Família do sexo masculino são tão ou mais vulneráveis que as mulheres titulares, ao menos no que diz respeito à renda e a escolaridade” (IBASE, 2008, p.137).

Para Mazzarotto (2019), muitos são os marcadores que atravessam os beneficiários do Programa Bolsa Família, sejam marcadores de geração, classe, raça, etnia, religião, que estão imbricados na construção das relações de gênero. Segundo a autora, as sociedades e os indivíduos são atravessados por discursos de normatização

do sexo e do gênero, no entanto, produzem atos que realocam ou ressignificam os discursos e as relações de poder de cada época. Isto posto, deve-se pensar como os homens, inseridos nas famílias monoparentais chefiadas por eles, se percebem num programa que majoritariamente atendem às mulheres em condição de pobreza.

Para o funcionamento do Programa Bolsa Família, o Governo fiscaliza e controla sua operacionalização, ao passo que também chama a família e a sociedade ao controle dessa política pública. Diante disso, o homem beneficiário do Programa Bolsa Família, ao ser o titular/beneficiário/responsável pelo núcleo familiar, deve cumprir as condicionalidades do programa, ou seja, no tocante à frequência escolar e a saúde da prole, levando os filhos menores de 6 anos para pesagem e filhas maiores de 14 anos para acompanhamento da saúde.

Nesse cenário traçado, como o homem desenvolve essa atribuição dos cuidados e educação dos filhos? Há uma ressignificação dos discursos relativos ao poder exercido na família? A paternidade e a formação das masculinidades, como se estabelecem nessa relação?

2.5 AS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS COM CHEFIA MASCULINA E O AUXÍLIO EMERGENCIAL EM 2020

No tópico anterior, abordaram-se as particularidades das famílias monoparentais com chefia masculina, em condição de pobreza. Neste tópico, abordar-se-á sobre essas famílias e o auxílio emergencial disponibilizado pelo governo Federal, frente à pandemia da Covid-19¹⁷.

Destaca-se que o ano de 2020 foi marcado pelo surto de uma variação do vírus Corona¹⁸. A propagação acelerada do vírus trouxe uma preocupação generalizada e um alerta mundial. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde - OMS declarou a Covid-19 como pandemia, estabelecendo medidas essenciais para o enfrentamento e prevenção da doença, indicando a manutenção do distanciamento social, e que a população evitasse aglomerações (OLIVEIRA; LUCAS; IQUIAPAZA, 2020).

¹⁷ COVID-19 é a doença causada pelo coronavírus denominado SARS-CoV-2 (OLIVEIRA *et al.*, 2020).

¹⁸ O primeiro caso registrado da doença foi em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na China. As altas taxas de contaminação na cidade de Wuhan culminaram em medidas de combate à doença, como a suspensão de transporte público, fechamento de locais de entretenimento, proibição de reuniões públicas, restrição domiciliar compulsória, bem como, outras medidas restritivas, como a suspensão das atividades escolares e de serviços (OLIVEIRA; LUCAS; IQUIAPAZA, 2020).

Com base nos estudos de Werneck e Carvalho (2020), a resposta à pandemia pode ser subdividida em quatro fases: contenção, mitigação, supressão e recuperação. A contenção inicia-se antes do primeiro registro de caso em uma região, envolve rastreamento de passageiros vindos do exterior, objetivando adiar a transmissão comunitária.

A segunda fase é iniciada quando a transmissão já está instalada no país, objetivando diminuir os níveis de transmissão da doença para os grupos com maior risco. Essas medidas são denominadas “isolamento vertical”, iniciando-se com cancelamento de grandes eventos, suspensão de atividades escolares, fechamento de cinemas, redução da circulação de pessoas (WENECK; CARVALHO, 2020).

A terceira fase, denominada supressão, se dá quando as medidas anteriores não foram efetivas. Nessa fase, são implantadas medidas mais radicais de distanciamento social, objetivando adiar ao máximo o aumento do número de casos até a estabilização dos serviços de saúde (denominado isolamento horizontal). A quarta fase se dá quando não há a evolução da epidemia e o número de casos baixa consideravelmente ao ponto residual.

Com relação ao Brasil, o país também tomou providências quanto ao enfrentamento da situação epidemiológica. No mês de janeiro de 2020, houve mobilização de vários setores do governo na elaboração de um plano de contingência. Através da Portaria 188 do Ministério da Saúde, datada de 03 de fevereiro de 2020, declarou-se emergência em Saúde pública de importância nacional, sendo o primeiro caso notificado no Brasil em 26 de fevereiro de 2020, na cidade de São Paulo. (OLIVEIRA; LUCAS; IQUIAPAZA, 2020).

Medidas começaram a ser tomadas pelo Governo Federal e, posteriormente, por cada ente federado, os quais tiveram autonomia para decretar suas próprias medidas de contenção da doença. As realidades locais muito diversas e num país de dimensões continentais exigiu conhecer e avaliar dados locais para subsidiar a tomada de decisões, revendo constantemente as estratégias adotadas (OLIVEIRA *et al.*, 2020).

Uma das controvérsias a respeito das fases de resposta dos governantes à disseminação da doença concerne nas repercussões econômicas, sociais e psicológicas para a população. Para Werneck e Carvalho (2020), pouco se sabia como a epidemia iria se propagar e como afetaria as comunidades de baixa renda no Brasil, tendo em vista um panorama novo para todos. As particularidades do país, em

decorrência da extrema desigualdade social, devido às condições precárias de habitação, saneamento básico, acesso à água, dentre outros fatores, criou desafios ainda maiores que nos países da Europa. As taxas de desemprego e profundos cortes nas políticas sociais, principalmente com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, no que diz respeito ao teto de gastos públicos, foram fatos que causaram incertezas e inseguranças para toda a população.

Segundo Moreira *et al.* (2020), a pandemia ocasionada pelo novo coronavírus intensificou crises, no atual cenário revelaria dinâmicas do sistema capitalista neoliberal mostrando facetas de desigualdades, especificamente em países como o Brasil. Em nível nacional, as medidas tomadas pelo governo procuraram evitar que o sistema de saúde entrasse em colapso, o que poderia levar ao aumento da letalidade por falta de leitos e de cuidados intensivos.

Tais ações incluíram medidas restritivas de funcionamento de escolas, universidades, teatros, cinemas, locais com aglomeração de pessoas, eventos sociais, esportivos, estabelecimentos comerciais (OLIVEIRA *et al.*, 2020). A Lei 13.979 de 6 de fevereiro de 2020 estabeleceu medidas para o enfrentamento à doença, dentre elas, o isolamento e a quarentena. A partir do mês de abril, o Ministério da Saúde orientou a população para o uso de máscaras de pano como barreira à propagação do SARS-CoV-2 (OLIVEIRA *et al.*, 2020).

Frente à crise sanitária recomendava-se o isolamento social, com diversas recomendações e medidas de higienização, colocando a casa como espaço de proteção (MOREIRA *et al.*, 2020). No entanto, como alertam Moreira *et al.* (2020), a estratégia “fique em casa” intensifica desigualdades e acentua outros riscos, frente à limitação de políticas sociais de educação, saúde e assistência social. Significados vinculados ao espaço doméstico precisam ser desnaturalizados, problematizando o contexto doméstico, não ignorando as diversas formações familiares.

Dentre outras medidas, o Governo Federal definiu, em 20 de março de 2020, através do Decreto 10.282/2020, a saúde e a assistência social, enquanto serviços essenciais, não podendo suspender suas atividades diárias, a fim de atender a população. Especificamente no art. 3º §1º, inc. II, a assistência social e o atendimento à população em estado de vulnerabilidade social ganham destaque como indispensáveis ao acolhimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

Diante dessas incertezas e à paralisação de alguns serviços, o Governo Federal estabeleceu medidas de proteção social diante do quadro de pandemia,

instituindo a Lei 13.982 de 02 de abril de 2020. Na área social, regulamentou o auxílio emergencial, através do Decreto 10.316 de 07/04/2020, o qual estabelecia o repasse monetário às famílias de baixa renda, bem como aos desempregados, aos autônomos, microempreendedores, com renda per capita de $\frac{1}{2}$ salário-mínimo ou renda familiar de até 3 salários-mínimos mensais, dentre outros critérios de elegibilidade determinados pelo aparato legal (SETENTA, 2020).

Por conseguinte, a Assistência Social passa a responder à nova demanda, auxiliando as famílias no cadastramento do auxílio emergencial, tendo em vista a prioridade do Governo Federal em atender as famílias do CADÚNICO e do Programa Bolsa Família. Nesse momento, intensificou-se o atendimento aos autônomos, desempregados, microempreendedores com renda insuficiente ou nenhuma renda para a sobrevivência, diante do agravamento do desemprego e da pandemia.

A Lei 13.982/2020 fixou parâmetros e objetivos para a concessão do Auxílio Emergencial, sendo estabelecido, no parágrafo 3º, o recebimento de cota dupla em favor da mulher provedora de família monoparental que tivesse, pelo menos, uma pessoa menor de 18 anos de idade no domicílio. Nesse sentido, a possibilidade de o homem chefe de família monoparental ser beneficiário da cota dupla ficou à margem do estabelecido pela Lei, não havendo previsão normativa à destinação do benefício aos homens nas mesmas condições postas às mulheres (SETENTA, 2020).

O direito a duas cotas do auxílio emergencial, previsto no art. 2º, § 3º, da Lei nº 13.982/2020 exige o preenchimento de três requisitos: (a) que a requerente seja mulher; (b) que essa mulher não tenha cônjuge ou companheiro; (c) que sua família tenha ao menos um integrante com idade inferior a 18 anos (SETENTA, 2020, p. 2).

Segundo Setenta (2020), a previsão normativa atentou para o cenário global de desigualdade de gênero, identificando as mulheres como sendo a maior parte dos pobres no mundo, como a maior parte dos analfabetos, as maiores vítimas de crimes sexuais, traficadas e exploradas sexualmente, dentre outras violações dos direitos humanos. A autora menciona que, no CENSO de 2010, 5 milhões de jovens sequer tinham o nome do pai no documento de identidade. Para Setenta (2020), a cota dupla atendeu a realidade de inúmeros lares brasileiros, em que as mulheres assumem a responsabilidade integral pelo cuidado da casa e dos filhos. Por outro lado, o auxílio emergencial devia ser igualmente assegurado ao homem chefe de família monoparental, sob pena de violação ao princípio da igualdade e da isonomia.

Não obstante alguns artigos apontarem para a lacuna ao atendimento de duas cotas as famílias monoparentais com chefia masculina, os homens nessas condições receberam somente uma cota por mês, não havendo retificação do Decreto para o recebimento. Destaca-se que o contexto da pandemia trouxe à luz múltiplas vulnerabilidades vivenciadas pelas camadas populares. Segundo Freitas (2021), em matéria publicada ao site TERRA, quase 20 milhões de brasileiros solicitaram o Auxílio Emergencial e o Governo Federal desconhecia suas condições de vulnerabilidade. Com a diminuição brusca da renda ou a sua ausência, aliada à dificuldade de contar com a rede de apoio em face das medidas de distanciamento social, alargou-se a desigualdade social.

Constata-se, dessa forma, a importância de se compreender como a desproporcionalidade que a realidade imposta pelo vírus atingiu diferentemente a população, que, atravessada pelas desigualdades de classe, raça e gênero, acentuou ainda mais suas vulnerabilidades. Como bem menciona Butler (2020), o vírus não discrimina, ele trata a todos com igualdade, diante do risco de adoecer e de perder um ente próximo. A pandemia paralisa a vida cotidiana, intensificando a precariedade dos sem-teto, dos não assegurados e dos pobres.

Em vista disso, o recorte de gênero traçado pela Política Pública possibilitou às mulheres chefes de família o recebimento de duas cotas do Auxílio Emergencial, em contrapartida, deixou à margem os homens nas mesmas condições, não havendo uma análise da classe, nem da raça, nem de gênero para uma maior aproximação da realidade vivenciada por essas famílias.

Diante do quadro traçado neste Capítulo sobre a pobreza e as estratégias de sobrevivência das camadas populares, no Capítulo seguinte se adentrará propriamente ao *locus* da pesquisa, ou seja, conhecer os municípios dos Campos Gerais - PR que foram selecionados para a pesquisa empírica, para, posteriormente, se adentrar às famílias monoparentais com chefia masculina e às entrevistas com os sujeitos significativos, havendo, assim, aproximações sucessivas ao objeto de pesquisa.

CAPÍTULO 3

CONHECENDO O *LÓCUS* DA PESQUISA: MUNICÍPIOS DOS CAMPOS GERAIS - PR E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Nos capítulos anteriores, trabalhou-se com categorias que compuseram o arcabouço teórico da tese. O aprofundamento teórico possibilitou maior compreensão sobre a formação da família de modo geral, especificamente as famílias com chefia masculina em tipologia monoparental, bem como possibilitou a compreensão da multidimensionalidade da pobreza. Ao estudar essas categorias, podem-se adentrar diferentes variáveis intrinsecamente ligadas ao objeto de pesquisa.

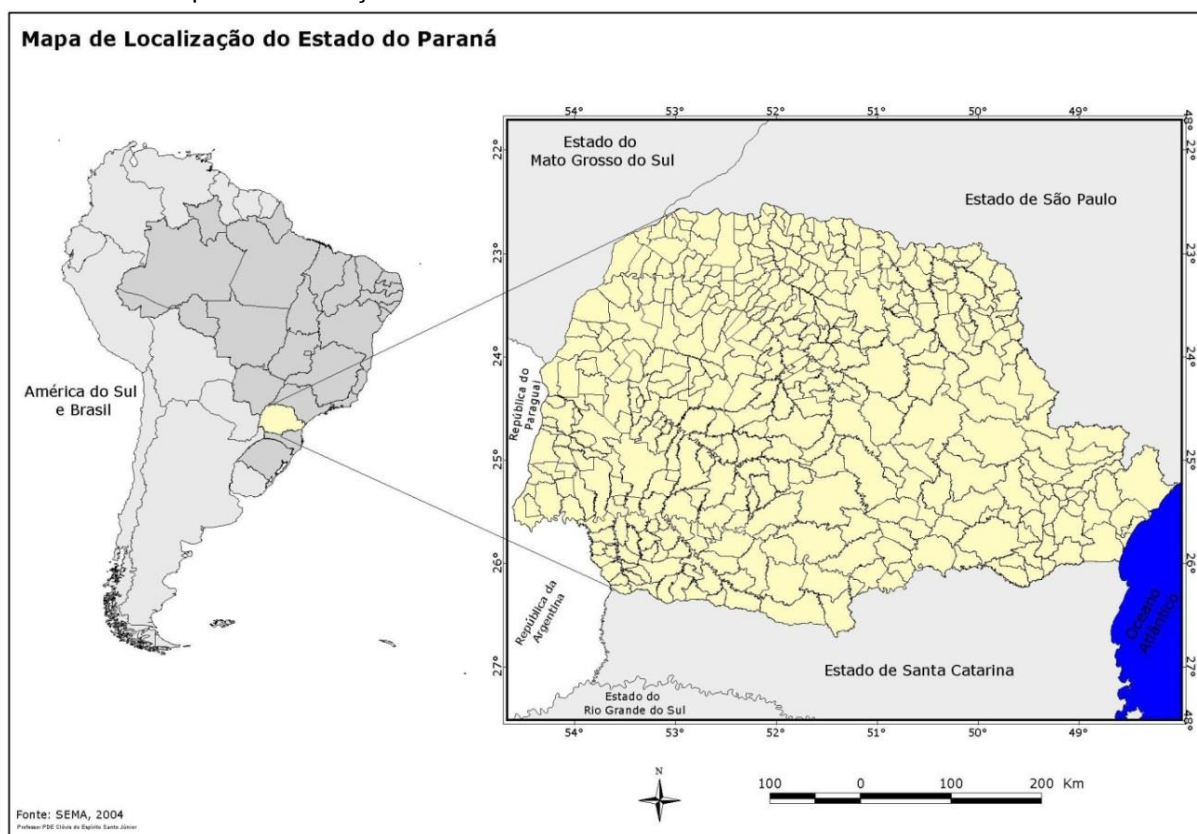
Deu-se enfoque à formação das masculinidades tendo em vista que as famílias com chefia masculina, em tipologia monoparental, constituem o objeto de pesquisa e discutir a formação das masculinidades deu-nos um olhar diferenciado às famílias chefiadas por homens. Entende-se que formação da masculinidade como também da virilidade não são atributos naturais dos homens, mas fruto de um conjunto de processos educativos e sociais, que visam à perpetuação da dominação dos homens sobre as mulheres, e também dos homens sobre outros homens, como bem coloca Müller (2013).

Neste Capítulo, pretende-se adentrar ao *lócus* de pesquisa e caracterizar os municípios da região dos Campos Gerais - PR, realizando-se aproximações sucessivas ao objeto proposto. Num primeiro momento, apresentaram-se as características históricas, geográficas e econômicas dos municípios dos Campos Gerais - PR, para, num segundo momento, realizar uma breve contextualização do Programa Bolsa Família e do CADÚNICO, os quais forneceram dados relevantes sobre os beneficiários do Programa Federal, bem como das famílias chefiadas por homens a serem entrevistados na sequência da pesquisa.

3.1 A REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS - PR

Para situar o *lócus* de pesquisa, buscaram-se características formativas da Região dos Campos Gerais - PR, entendendo ser necessário esse processo, a fim de se conhecerem as particularidades da região, a qual faz parte da pesquisa aqui proposta.

FIGURA 1 - Mapa de localização do Estado do Paraná



Fonte: Paraná (2020a).

A região dos Campos Gerais está localizada no Centro Oriental do Paraná, situada sobre o segundo Planalto Paranaense. Apresenta formação de campos, matas de araucárias, rios, cachoeiras e furnas. Segundo Martins e Vieira (2014), a região dos Campos Gerais se estende por 19,060km², a qual apresenta características geológicas e geomorfológicas peculiares, exibindo gramíneas baixas descontínuas com bosques de mata de araucária e matas de galeria, identificadas como Floresta Ombrófila Mista. Apresentam também formações tipo cerrado (savanas), as quais têm origem relacionada às condições climáticas, ocorrendo em pequenas manchas na porção norte dos Campos Gerais e em menor dimensão nas zonas de florestas próximas ao Rio Ivaí.

Na área dos Campos Gerais, há ocorrência de cânions formados pelo rompimento do “front” da chamada Escarpa Devoniana, como o Cânion do Guartelá, formada por rios encaixados em fraturas que permitem o desenvolvimento de mata densa (Cânion do Rio São Jorge). Destacam-se os poços de desabamento ocorrido na formação das furnas, como as Furnas Gêmeas, Dolina e buraco do Padre. Esses

fenômenos se originam pela contínua infiltração da água desagregando o arenito, que ocorre no interior da rocha em áreas de cavidade (MARTINS; VIEIRA, 2014).

A região denominada Campos Gerais teve início no século XVIII, devido às atividades do tropeirismo. Segundo Oliveira (2014), o caminho que ligava Sorocaba (interior de São Paulo) à província de São Pedro do Rio Grande do Sul fazia parte das rotas e trilhas que foram criadas para cruzarem o interior do Brasil, o qual ligava o Sul com o Sudeste da colônia, sendo que os Campos Gerais se encontravam em meio a essa rota.

Para a autora, mais do que uma parada, os Campos Gerais eram ponto de criação e de comércio, onde muitas pessoas fixavam moradia devido à possibilidade de crescimento. A Vila de Castro foi considerada a primeira região a ser habitada nos Campos Gerais, por conta do rio Iapó. Vilas e povoados foram se formando ao longo desse caminho. A maior força de trabalho, nos Campos Gerais, situava-se no setor primário, sendo a agricultura e a pecuária as atividades de destaque (OLIVEIRA, 2014).

Com relação ao aspecto populacional, nas primeiras décadas do século XIX, a Região Sul abrigava um contingente significativo de pessoas escravizadas, na região dos Campos Gerais, o índice da população escravizada somava mais de 20%. Os cativos dos Campos Gerais atuavam em diversos serviços, seja na pecuária, na agricultura ou nos serviços domésticos (OLIVEIRA, 2019).

A região de Ponta Grossa apresentava grande quantidade de pessoas escravizadas, em meados do século XIX, sendo registrada a tentativa de reescravização de libertos, conforme registros extraídos de jornais locais. Segundo Leandro (2019a), na Comarca de Castro se faziam “vistas grossas” à reescravização de libertos. A reescravização se dava, por vezes, quando a pessoa escravizada alforriada era requisitada pelos herdeiros, por conta do falecimento do patriarca.

Na passagem de Saint Hilaire¹⁹ por Castro, Tibagi e Ponta Grossa - PR, identificou-se, em suas narrativas, relato da presença de mulheres mais abastadas, esposas e filhas de fazendeiros. O viajante francês refere-se também às casas de

¹⁹ “O francês Auguste de Saint Hilaire (1779-1853) chegou ao Brasil em 1816. Integrava grupo de artistas e cientistas europeus que vieram realizar diversos estudos, num momento de abertura comercial e cultural com a transferência da corte portuguesa para o então criado Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Como botânico, a prioridade do viajante foi produzir conhecimentos descritivos da flora brasileira. Entretanto, em suas viagens pelo país, os povoados, as habitações e as pessoas que compunham a sociedade daquele momento também foram objeto do interesse narrativo do francês” (GAIOSKI; MEIRA, 2019, p.1).

prostituição nos Campos Gerais, mencionando inclusive ausências noturnas de seus guias, sugerindo a frequência em algum bordel existente na região (GAIOSKI; MEIRA, 2019).

Conforme Leandro (2019b), a partir das últimas décadas do século XIX registra-se a presença dos primeiros grupos de imigrantes europeus na cidade de Castro: poloneses, ucranianos, italianos, alemães. Em meados de 1880, tem-se registro dos primeiros grupos de alemães, os quais se estabeleceram na Colônia Santa Clara e Santa Leopoldina. No município de Castro, um dos marcos de referência cultural, foi a criação de um clube recreativo em 1890, da Sociedade União Alemão (LEANDRO, 2019b).

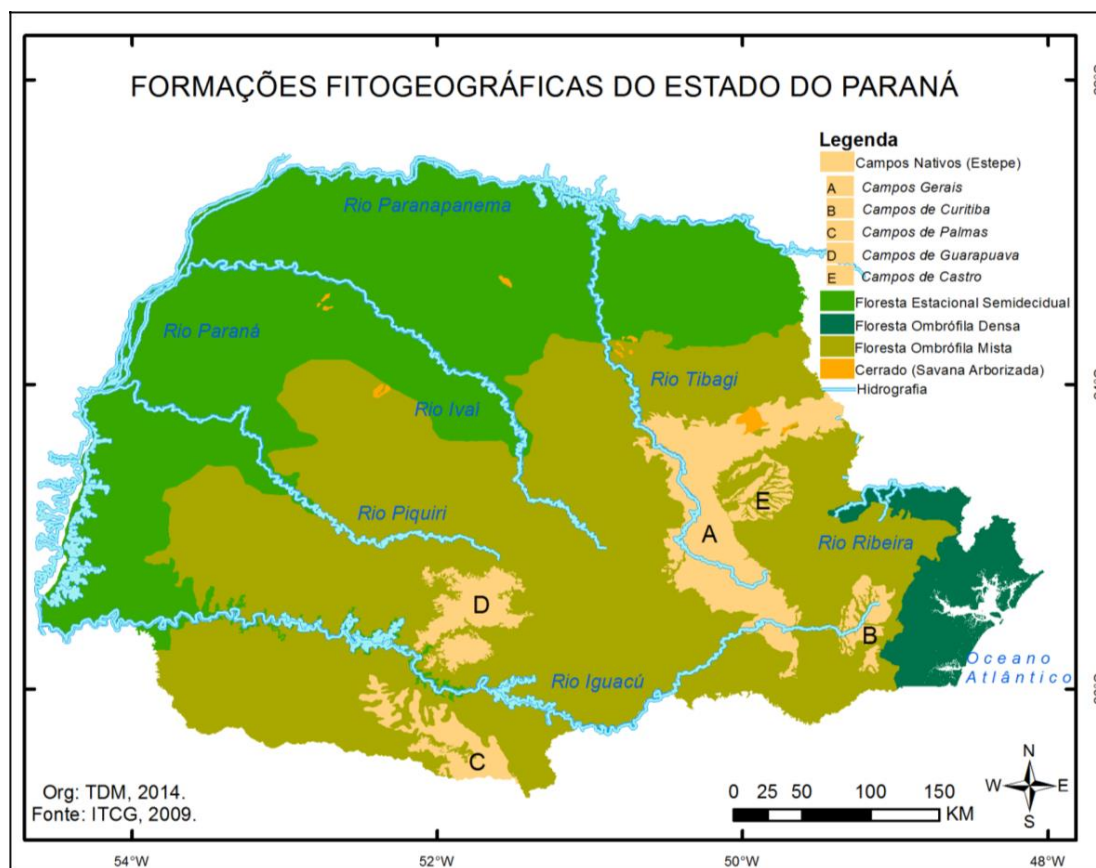
Boamorte (2018) registra que os primeiros holandeses chegaram a Irati em 1905, os quais instalaram a Colônia Gonçalves Junior. A Colônia de Carambeí foi composta, a princípio, pelas famílias Verschoor e Vrisman em 1911. No ano de 1925, os imigrantes holandeses fundaram a Cooperativa Batavo e, em 1952, organizou-se a Cooperativa Central, que reunia a produção de leite de Carambeí e Castrolanda.

Na ocasião, para suprir a ausência de escolas para seus filhos, os imigrantes criaram as escolas étnicas, ou escolas de imigrantes. Essas escolas tinham como características o gerenciamento pelas próprias comunidades, objetivando o letramento, a preservação dos ritos, costumes da língua e da cultura estrangeira (KLÜPPEL, 2018).

Quanto aos aspectos geográficos, a Região dos Campos Gerais está localizada no centro-leste do Paraná. Nadalin (2001) destaca que, para designar a região, levam-se em consideração critérios históricos, culturais, econômicos e sociopolíticos, que une municípios com uma dinâmica territorial sem limitação única, possuindo uma superfície de 21.812,024km². A expressão Campos Gerais foi consagrada por Reinaldo Maack, que a definiu originariamente como uma zona fitogeográfica natural, com campos limpos e matas ou capões isolados de floresta ambrófila mista.

A região é ainda limitada à área de ocorrência de vegetação que a caracteriza, situada sobre o segundo Planalto Paranaense, no reverso da Escarpa Devoniana, a qual separa o Primeiro Planalto. Outras definições têm sido adotadas para os Campos Gerais, atendendo a objetivos e interesses diversos, resultando em delimitações também diferentes (NADALIN, 2001).

FIGURA 2 - Mapa do Estado do Paraná e Formações Fitogeográficas.



Fonte: Martins e Vieira (2014)

Dentre as divisões territoriais dos Campos Gerais, tem-se o denominado “Território Caminhos do Tibagi”, composto por nove municípios: Curiúva, Figueira, Imbaú, Ortigueira, Reserva, Telêmaco Borba, Tibagi, Ventania e Tamarana. Para Mazer e Christoffoli (2020), esse Território localiza-se no Segundo Planalto Paranaense e tem uma área de 10.664,14km², suas atividades econômicas têm sido fomentadas pela indústria papeleira alocada principalmente no município de Telêmaco Borba.

O “Território Caminhos do Tibagi” está inserido no Bioma da Mata Atlântica, a qual vem sofrendo com a pressão para o desenvolvimento das monoculturas. O plantio de eucalipto foi responsável pela devastação de parte da vegetação nativa, e, nos últimos anos, surgiram conflitos intensos entre os interesses do agronegócio florestal e a preservação da Região dos Campos Gerais (MAZER; CHRISTOFFOLI, 2020).

Um exemplo que se pode destacar diz respeito à Indústria Klabin, localizada no município de Telêmaco Borba, responsável por grande parte da produção de papel

e celulose. A indústria está localizada na antiga Fazenda Monte Alegre, que foi concedida através das sesmarias a José Felix da Silva, o qual recebeu da Coroa 65 mil alqueires de terra, devido ao massacre de indígenas da etnia Kaigangue. Essa fazenda, em 1932, foi tomada pelo Banco do Estado do Paraná, como garantia de dívidas, sendo repassada à Klabin, em 1934 (MAZER; CHRISTOFFOLI, 2020).

Na borda leste do “Território do Tibagi” se encontra uma unidade de conservação, a Área de Preservação Ambiental da Escarpa Devoniana. Setores ligados ao agronegócio exercem forte pressão na área, a fim de legalizar a exploração de atividades agrícolas no Território. Segundo Mazer e Christoffoli (2020), a situação social dos moradores desse Território muitas vezes é ocultada e escamoteada pelos índices de crescimento econômico, objetivando impor um modelo “ideal” de desenvolvimento.

Mazer e Christoffoli (2020) destacam que, diante da expansão do reflorestamento, o êxodo rural se apresenta como uma alternativa para os pequenos produtores. À medida que o reflorestamento avança no território, os agricultores estão indo embora do meio rural. No município de Imbaú, especificamente no ano de 1991, tinha-se 52,86% da população no meio rural, o que, para o ano de 2000, foi reduzido para 42,13%, e no ano de 2010, tinha-se 37,38% da população na área rural. Outro exemplo seria o município de Ortigueira, que no ano de 1991 apresentava 80,32% da população no meio rural, e para os anos seguintes houve também uma diminuição. No ano de 2000, teve-se 66,83% no meio rural e, em 2010, diminuiu para 58,99% (MAZER; CHRISTOFFOLI, 2020).

Para Mazer e Christoffoli (2020), não se pode afirmar que o agronegócio florestal seja o único responsável pelo êxodo rural do “Território Caminhos do Tibagi”, mas como modelo hegemônico de geração e concentração de riqueza, constitui-se um dos maiores responsáveis por esse fenômeno.

Dentre as situações de conflitos encontradas nas comunidades estão: nascentes secas; diminuição de água do rio; envenenamento da água, diminuição de animais silvestres, retirada de mata nativa; diminuição dos peixes, substituição de plantio de alimentos por madeira, impedimentos da luz solar; empobrecimento da terra; confinamento de famílias/comunidades; canos na fiação elétrica; êxodo rural/casas abandonadas; estrago e perigo nas estradas; desaparecimento/morte de abelhas (MAZER; CHRISTOFFOLI, 2020, p.363).

A partir destes estudos, observa-se que a Região dos Campos Gerais apresenta uma dinâmica territorial diversa, sem uma única limitação geográfica, dependendo dos critérios estabelecidos, com várias divisões territoriais. Para a pesquisa aqui empreendida, utilizou-se a divisão territorial descrita pelo Escritório Regional de Ponta Grossa - PR²⁰, o qual classifica os Campos Gerais em 18 municípios: Arapoti, Carambeí, Castro, Imbaú, Ipiranga, Ivaí, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Reserva, São João do Triunfo, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi, Ventania. Dentre os 18 (municípios, 7 foram eleitos para participarem da pesquisa, os quais apresentaram maior IVS - Índice de Vulnerabilidade Social.

Segundo o Atlas da Vulnerabilidade Social, disponibilizado pelo IPEA (2017a), o IVS constitui-se de um índice sintético que reúne indicadores do bloco de vulnerabilidade social complementar ao IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. O IVS traz 16 indicadores estruturados em três dimensões: infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho. Essas dimensões apresentam um conjunto de ativos, recursos ou estruturas cujo acesso, ausência ou insuficiência indicam o padrão de vida das famílias, ou seja, caso este indicador se encontre alto, sugere-se a observância do não acesso aos direitos sociais, por parte da população.

O índice possui uma escala de 0 a 1, isto é, quanto maior a proximidade ao número 1, maior o índice de vulnerabilidade social do município, estando classificado da seguinte forma: 0 a 0,20 (nível de vulnerabilidade muito baixo); de 0,21 a 0,30 (baixo), de 0,31 a 0,40 (médio), de 0,41 a 0,50 (alto); de 0,51 a 1 (muito alto).

Na Tabela 4, a seguir, se classificam os municípios dos Campos Gerais - PR, dentre os quais os municípios participantes da pesquisa, selecionados pelo Índice de Vulnerabilidade Social:

²⁰ O Governo do Estado do Paraná, eleito 2019-2022, está sob a administração do Governador Carlos Roberto Massa Junior (Ratinho Jr.), o qual realiza sua administração comandando 10 Secretarias: Administração e Previdência, Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas, Secretaria da Fazenda, Desenvolvimento Sustentável e Turismo, Infraestrutura e Logística, Educação e Esporte, Segurança Pública, Agricultura e Abastecimento, Saúde e Justiça, Família e Trabalho. Especificamente a Secretaria de Justiça, Família e Trabalho está subdividida em 22 Escritórios Regionais: Escritório Regional de Apucarana, Jacarezinho, Campo Mourão, Laranjeiras do Sul, Cascavel, Londrina, Cianorte, Maringá, Cornélio Procópio, Paranaguá, Curitiba, Paranaguá, Foz do Iguaçu, Pato Branco, Francisco Beltrão, Guarapuava, Toledo, Irati, Umuarama, Ivaiporã, União da Vitória e Ponta Grossa. A Regional de Ponta Grossa conta com uma área de abrangência composta por 18 municípios: Arapoti, Carambeí, Castro, Imbaú, Ipiranga, Ivaí, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Reserva, São João do Triunfo, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi, Ventania (PARANÁ, 2020d).

TABELA 4 - Municípios que compõem a Regional Ponta Grossa – PR

Municípios	Habitantes	IDHM	Índice de Gini	IVS
Ortigueira	23.200	0,609	0,5121	0,462*
Reserva	26.763	0,618	0,5091	0,395*
Imbaú	12.697	0,622	0,4330	0,385*
Sengés	19.443	0,663	0,5238	0,376*
Ventania	11.407	0,650	0,4386	0,376*
Piraí do Sul	25.277	0,708	0,5609	0,316*
Ivaí	13.797	0,651	0,5090	0,315*
Tibagi	20.562	0,664	0,5565	0,298
Jaguariaíva	34.822	0,743	0,5167	0,289
Palmeira	34.023	0,718	0,5864	0,277
Arapoti	27.906	0,723	0,5783	0,273
Ponta Grossa	358.838	0,763	0,5437	0,267
Telêmaco Borba	77.276	0,734	0,4958	0,267
São João do Triunfo	14.927	0,629	0,5000	0,266
Castro	71.501	0,703	0,5456	0,263
Ipiranga	15.092	0,652	0,5360	0,254
Porto Amazonas	4.835	0,700	0,5116	0,225
Carambeí	22.282	0,728	0,5444	0,186

Fonte: Adaptado de dados do IPARDES (2019) e IPEA (2017).

Nota: * Municípios selecionados a partir do IVS para participarem da pesquisa de campo

Dos 18 municípios pertencentes à abrangência do Escritório Regional de Ponta Grossa – PR, chegou-se aos municípios de: Ortigueira (0,462), Reserva (0,395), Imbaú (0,385), Sengés (0,376) e Ventania (0,376), Piraí do Sul (0,316) e Ivaí (0,315). Os demais municípios dos Campos Gerais apresentaram IVS baixo ou muito baixo, não exibindo o critério para participação na pesquisa.

No que diz respeito à pesquisa aqui empreendida, ao se elegerem os municípios participantes, houve contato com as Prefeituras Municipais, especificamente as Secretarias Municipais de Assistência Social, com os gestores do Programa Bolsa Família, a fim de se obterem dados referentes às famílias monoparentais.

Realizado esse processo, foi agendada uma entrevista com os possíveis sujeitos que possuíam o perfil para as entrevistas, ou seja, as famílias monoparentais, com chefia masculina. A abordagem dos participantes foi realizada de diferentes formas, dependendo da disponibilidade de cada participante, ora no domicílio ou no espaço do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS de cada município. Após a concordância dos sujeitos, foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo A). O material empírico foi produzido por meio da técnica de entrevista, tendo um roteiro semiestruturado, o qual continha questões norteadoras.

No que diz respeito ao acesso aos dados, à quantidade de beneficiários do Programa Federal Bolsa Família de cada município, esses dados estão disponíveis no site do Ministério da Cidadania (BRASIL, 2020), ou mesmo no Portal de Transparência de cada município, no entanto, o número de beneficiários em tipologia monoparental foi adquirido através do CADÚNICO, que é disponibilizado no site da Caixa Econômica Federal, com acesso restrito, através de senha específica (CADÚNICO, 2020).

O sistema CADÚNICO não possui filtros para designar as tipologias familiares, diante disso, utilizou-se o NIS - Número de Identificação Social de cada beneficiário para visualizar a composição familiar e, desta forma, realizar a classificação das tipologias, ou seja, foi realizado levantamento, um a um, dos beneficiários do programa Bolsa Família de cada município.

A classificação das tipologias das famílias (nucleares, monoparentais, recompostas, unipessoal, dentre outras) foi estabelecida a partir dos estudos de Segalen (1999), não sendo uma forma de restringir a composição familiar a partir de um padrão ou modelo, mas uma forma didática de entender as dinâmicas familiares e favorecer o estudo aqui empreendido.

Para se chegar aos sujeitos significativos representantes das famílias monoparentais com chefia masculina, estabeleceram-se como critérios aquelas que tivessem a maior quantidade de filhos. Caso houvesse empate na seleção dos beneficiários, elegeu-se quem estivesse há mais tempo no Programa Bolsa Família. Este dado está disponível no CADÚNICO (BRASIL, 2020). No total, foram 14 sujeitos significativos participantes das entrevistas.

A seguir, na Tabela 5, destacam-se os municípios selecionados, com a quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família, apresentando-se também as famílias monoparentais em números absolutos e relativos.

TABELA 5 - Municípios participantes da pesquisa – Beneficiários do Programa Bolsa Família e famílias monoparentais

Municípios	Beneficiários do Programa Bolsa Família	Famílias monoparentais N° absoluto	Famílias monoparentais N° relativo
Imbaú	943	385	41%
Ivaí	1.020	288	28%
Ortigueira	1.837	744	41%
Piraí do Sul	1.215	479	39%
Reserva	1929	868	46%
Sengés	965	462	46%
Ventania	701	699	40%

Fonte: A autora, adaptado de Ministério da Cidadania (BRASIL, 2020).

Observa-se, na Tabela 5, que os municípios que apresentaram maior porcentagem de famílias monoparentais, para o ano 2020, foram: Sengés e Reserva com 46%, e os municípios de Imbaú e Ortigueira, com 41% do total de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. O menor percentual de famílias monoparentais se deu no município de Ivaí, com 28% do total de famílias beneficiárias do Programa Federal.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Com o objetivo de desvelar a realidade vivenciada pelos sujeitos que participaram da pesquisa, neste tópico buscou-se caracterizar os municípios apresentando-se os aspectos históricos, demográficos, como também as tipologias familiares dos beneficiários do Programa Bolsa Família, a fim de se chegar às famílias chefiadas por homens em tipologia monoparental, separando-se os municípios por ordem alfabética.

3.2.1 Aspectos gerais do Município de Imbaú

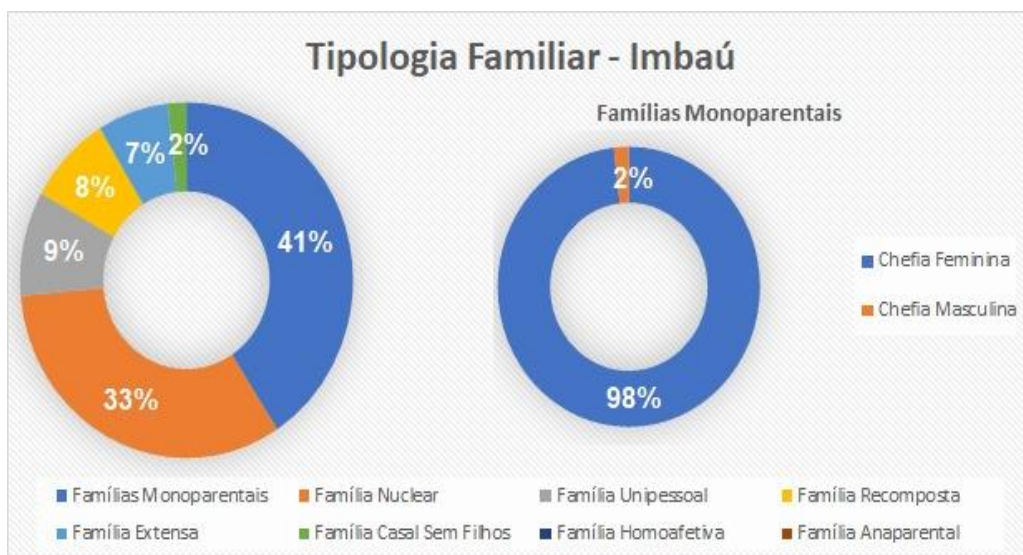
O município de Imbaú está localizado a 222 km da capital do estado e é também conhecido como Cirol. O nome originou-se de uma empresa de pavimentação asfáltica que se instalou na região em meados da década de sessenta. A denominação Imbaú foi instituída devido a uma bica d'água localizada na estrada, conhecida como Rodovia

do Café. Sobre a emancipação do município, Imbaú foi criado através da Lei Estadual n.º 11.220, de 08 de dezembro de 1995 (PARANÁ, 2020a).

A economia de Imbaú é baseada na agricultura, pecuária, apicultura, silvicultura e exploração florestal, com tendência à exploração madeireira. O município é privilegiado por estar dentro do corredor econômico do Paraná através da BR 376, que corta o município. Possui área de 331,662Km², está localizado na mesorregião Centro Oriental Paranaense. Para o ano de 2020, estima-se a população de 13.282 habitantes (PARANÁ, 2021).

Com base nos dados fornecidos pelo Ministério da Cidadania (BRASIL, 2020) a respeito do Programa Federal Bolsa Família, o município de Imbaú contou com 943 famílias beneficiárias, para o mês de agosto de 2020. A cobertura do programa é de 105% em relação à estimativa de famílias pobres no município (BRASIL, 2020). No que diz respeito à classificação das tipologias familiares que compõem o Programa Federal no município, apresenta-se o Gráfico 1, com base nos dados do Portal Transparência (GOVERNO FEDERAL, 2020).

GRÁFICO 1 - Classificação por Tipologia Familiar - Município de Imbaú



FONTE: Adaptado de Portal Transparência - Programa Bolsa Família - Município de Imbaú (GOVERNO FEDERAL, 2020), associado aos dados do CADÚNICO (BRASIL, 2020).

Ao analisarem-se os dados contidos no CADÚNICO (BRASIL, 2020), especificamente na relação dos beneficiários do Programa Bolsa Família, observa-se que as famílias que apresentam maior porcentagem no que diz respeito às demais

tipologias no município de Imbaú são as famílias monoparentais, com 41% do total de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. A segunda maior porcentagem tem a tipologia nuclear com 33% dos domicílios. Ressalta-se que o Programa Bolsa Família considera a instituição “família” a partir do domicílio, para cálculo do *per capita*. Por sua vez, as famílias homoafetivas e anaparentais não foram encontradas no cadastro do Programa Bolsa Família no município de Imbaú.

De modo geral, quando analisadas somente as famílias monoparentais, as famílias com chefia feminina apresentam um número elevado (98%) se comparadas às famílias com chefia masculina (2%). O universo das famílias monoparentais com chefia feminina tem sido amplamente pesquisado em outros estudos, no entanto, a pesquisa aqui empreendida tem como foco as famílias monoparentais com chefia masculina.

Segundo o Ministério da Cidadania (BRASIL, 2020), os grupos prioritários com alto grau de vulnerabilidade social e considerados prioritários no processo de ingresso ao Programa Bolsa Família são: indígenas, quilombolas, situação de trabalho infantil, pessoas libertas de situação análoga à de trabalho escravo e catadores de material reciclável.

Com base no Relatório Geral do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2020) observa-se que o município de Imbaú, no mês de junho de 2020, 10 famílias beneficiárias pertenciam ao grupo prioritário do Programa, totalizando 1,1%, sendo essas famílias classificadas como pessoas catadoras de material reciclado. Esses dados são relevantes na medida em que se analisa a vulnerabilidade da população atendida pelo programa federal.

3.2.2 Aspectos gerais do Município de Ivaí

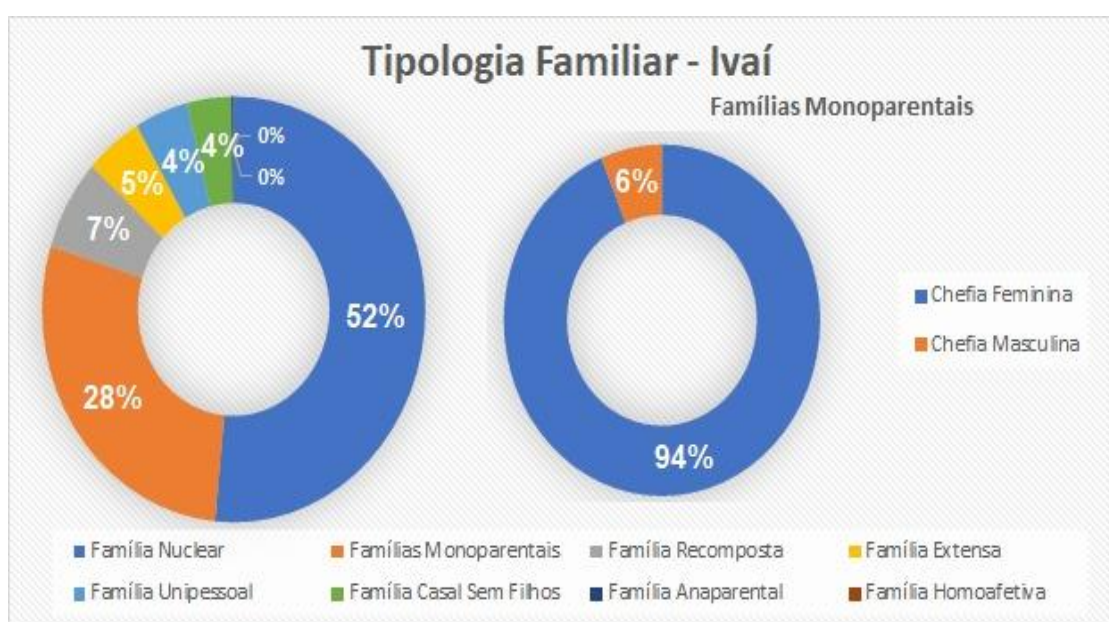
O município de Ivaí foi criado através da Lei 4.382 de 10 de junho de 1961 e instalado oficialmente em dezembro de 1961. Os primeiros imigrantes europeus a se estabelecerem no território de Ivaí foram, principalmente, os poloneses, alemães e holandeses, por volta de 1850. A economia do município atualmente baseia-se no setor primário, com destaque para a agropecuária. A extração da erva-mate é uma atividade significativa, representando uma das importantes fontes de renda do município (IPARDES, 2020).

A extensão territorial de Ivaí é de 601,648 km². Para o ano de 2020, estima-se a população de 13.879 habitantes. O município está localizado na Mesorregião Sudeste paranaense, a 205 km da capital Curitiba (IPARDES, 2020).

Com base nos dados fornecidos pelo Ministério da Cidadania (BRASIL, 2020), Ivaí contou com 1.020 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família para o mês de junho de 2020. No mês de março de 2020, com relação à estimativa de famílias pobres, a cobertura do programa foi de 83% para o mês de março de 2020 (BRASIL, 2020).

. No que diz respeito à classificação das tipologias familiares que compõem o Programa Federal no município, apresenta-se o Gráfico 2, a partir dos dados contidos no CADÚNICO.

GRÁFICO 2 - Classificação por Tipologia Familiar- Município de Ivaí



Fonte: Adaptado de Portal Transparência - Programa Bolsa Família - Município de Ivaí – 2020 (GOVERNO FEDERAL, 2020), associado aos dados do CADÚNICO (BRASIL, 2020).

Com respeito às tipologias familiares, observa-se que as famílias que apresentaram maior porcentagem no total de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família foram as famílias nucleares, com 52% do total, diferentemente dos demais municípios pesquisados, sendo um número representativo se comparado aos demais. Como segunda maior porcentagem tem-se a tipologia monoparental, com 28% dos domicílios.

Em números absolutos, do total de 288 domicílios que são constituídos por tipologia monoparental, tem-se 94% com chefia feminina e 6% com chefia masculina.

No mês de agosto de 2020, 45 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Ivaí pertenciam a um dos grupos denominados prioritários do programa, sendo 4,8% do total de famílias beneficiárias.

Desse total, 4,4% pertenciam à comunidade quilombola; 0,2% a famílias com pessoas libertas de situação análoga à de trabalho escravo e 0,2% de famílias com pessoas em situação de trabalho infantil (BRASIL, 2020).

3.2.3 Aspectos gerais do Município de Ortigueira

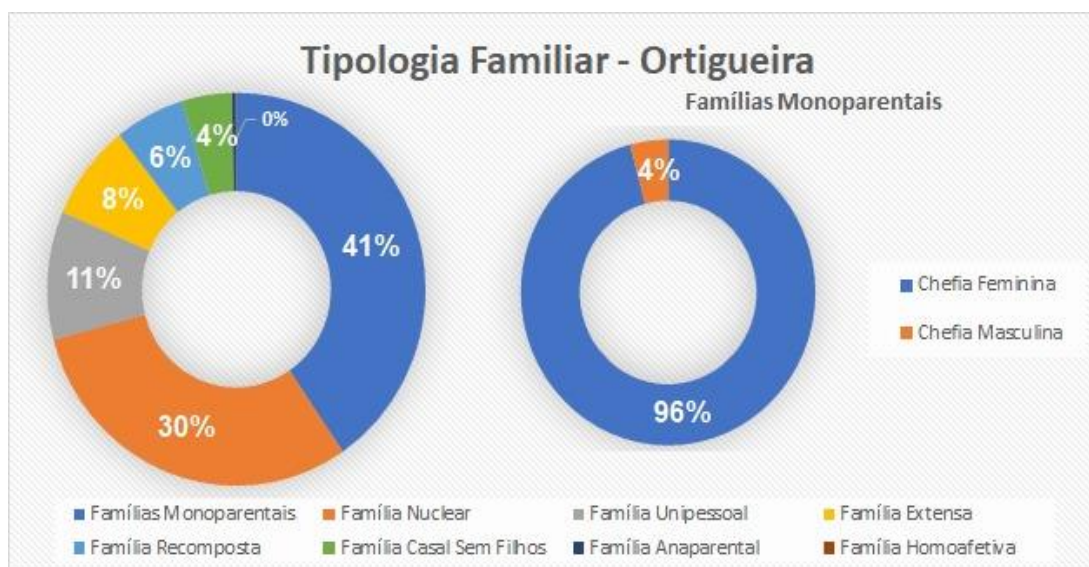
O nome inicial dado ao município de Ortigueira foi “Queimadas”, isto devido a uma queimada num taquaral seco, o qual dificultava a travessia dos desbravadores. Alguns homens, procedentes do Distrito de Socavão, município de Castro, por volta de 1900, instalaram-se num outeiro chamado Monjolinho, formando ali um pequeno povoado, em terras então pertencentes ao Município de Tibagi (IPARDES, 2020).

Ortigueira passou a município, com o território desmembrado de Tibagi e acrescido de parte do território do Município de Reserva, em 1951, através da Lei Estadual 790, instalado em 14 de dezembro de 1952. A origem do nome do município deve-se à existência em grande quantidade, na região, de plantas conhecidas pelo nome de 'Urtiga', as quais têm as folhas cobertas de pelos finos, que, em contato com a pele, produzem um ardor irritante. O município possui área de 2.432.083Km², para o ano de 2020 estima-se uma população de 22.141 habitantes (IPARDES, 2020).

Com base nos dados fornecidos pelo Ministério da Cidadania (BRASIL, 2020) sobre o Programa Federal Bolsa Família, Ortigueira contou com 1.837 famílias beneficiárias, no mês de janeiro de 2020. No mês de março de 2020 a cobertura do programa foi de 74% em relação à estimativa de famílias pobres no município.

No que diz respeito à classificação das tipologias familiares que compõem o Programa Federal no município, apresenta-se o Gráfico 3, a partir dos dados contidos no CADÚNICO (BRASIL, 2020).

GRÁFICO 3 - Classificação por Tipologia Familiar- Município de Ortigueira



Fonte: Adaptado de Portal Transparência - Programa Bolsa Família - Município de Ortigueira – 2020 (GOVERNO FEDERAL, 2020), associado aos dados do CADÚNICO (BRASIL, 2020).

Observa-se que as famílias que apresentam maior porcentagem em relação às demais são as famílias em tipologia monoparental, com 41% do total de famílias beneficiárias do Programa, semelhante à porcentagem do município de Imbaú. A segunda maior porcentagem tem-se a tipologia nuclear com 30% dos domicílios.

Quando analisado o universo das famílias monoparentais tem-se a porcentagem de 96% dos domicílios com chefia feminina e 4% dos domicílios com chefia masculina. Não foram detectadas famílias homoafetivas, nem famílias anaparentais no Programa Bolsa Família, no município de Ortigueira.

No mês de agosto de 2020, 199 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, pertenciam ao grupo denominado prioritário ao PBF (10,1% do total de famílias beneficiárias), sendo: 9,4% indígenas; 0,1% famílias com pessoas libertas de situação análoga à de trabalho escravo; 0,4% famílias com pessoas catadoras de material reciclável e 0,2% famílias com pessoas em situação de trabalho infantil (BRASIL, 2020).

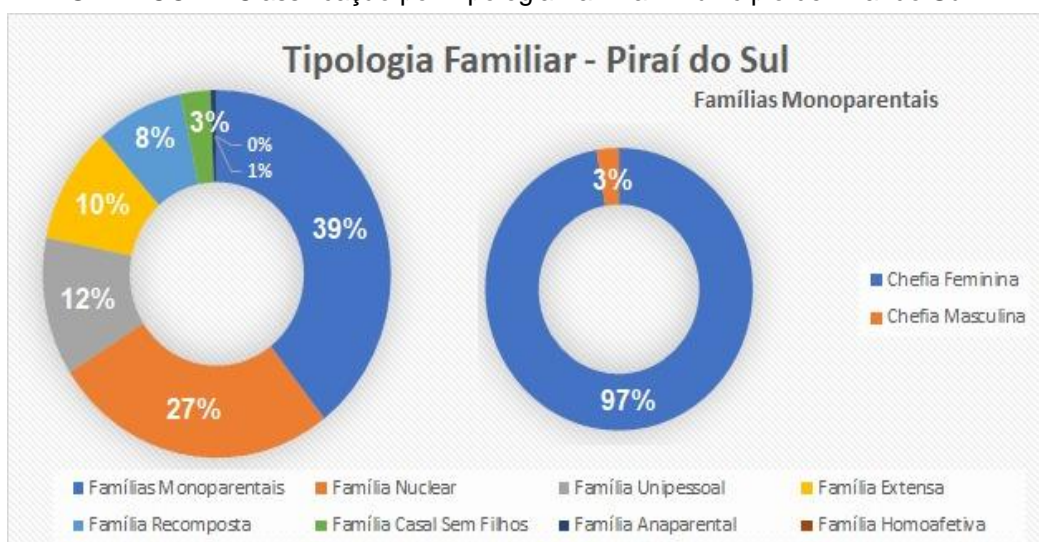
3.2.4 Aspectos gerais do Município de Piráí do Sul

O povoamento da cidade de Piráí foi iniciado no início do século XVII, numa das propriedades do Padre Rodrigues França. O primeiro nome dado à localidade foi de Bairro da Lança. Em 1872 foi criada a Freguesia de Pirahy sendo elevada à

categoria de Vila em 1881. O município foi criado pela Lei 631 de 05/03/1881, instalado oficialmente em 24/07/1882, sendo desmembrado do município de Castro. Possui área de 1.343,948 Km², para o ano de 2020 estima-se uma população de 25.463 habitantes (IPARDES, 2020).

Com base nos dados fornecidos pelo Ministério da Cidadania (BRASIL, 2020) no que diz respeito ao Programa Federal Bolsa Família, Piraí do Sul contou com 1.215 famílias beneficiárias, no mês de junho de 2020. Para o mês de março, a cobertura do programa foi de 73% em relação à estimativa de famílias pobres no município (BRASIL, 2020). No que diz respeito à classificação das tipologias familiares que compõem o Programa Federal no município, apresenta-se o Gráfico 4, a partir dos dados contidos no CADÚNICO e classificados manualmente pela pesquisadora.

GRÁFICO 4 - Classificação por Tipologia Familiar- Município de Piraí do Sul



FONTE: Adaptado de Portal Transparência - Programa Bolsa Família - Município de Piraí do Sul – 2020 (GOVERNO FEDERAL, 2020), associado aos dados do CADÚNICO (BRASIL, 2020)

Do total de famílias do Programa Bolsa Família, o município de Piraí do Sul apresenta 39% de famílias monoparentais, seguido das famílias nucleares, com 27% do total. Quando analisadas particularmente as famílias monoparentais, 97% são constituídas de chefia feminina e 3% de famílias com chefia masculina.

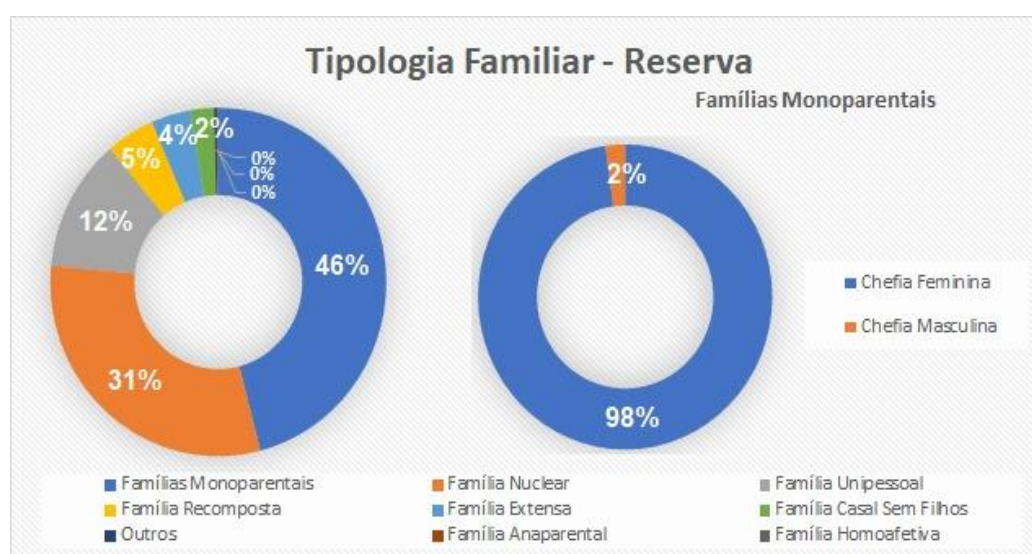
No mês de agosto de 2020, 19 famílias do município pertenciam ao grupo denominado prioritário ao Programa (1,6% do total de famílias beneficiárias), sendo 0,4% famílias com pessoas libertas de situação análoga à de trabalho escravo; 1,2% famílias com pessoas catadoras de material reciclável (BRASIL, 2020).

3.2.5 Aspectos gerais do Município de Reserva

Na primeira metade do século XIX, chegaram à localidade os primeiros povoadores do município de Reserva. Por volta do ano de 1845, garimpeiros procuravam ouro, que constava existir nas margens do Rio Tibagi. Entretanto, existiam terras que não tinham sido tocadas e que constituíam reserva, por pertencerem a uma tribo de índios denominada 'Caingangueras'. Aquela área de terras era Reserva dos Silvícolas, de onde surgiu o nome que, muitos anos mais tarde, foi dado à localidade. Em 1906, houve a criação do Distrito de Reserva que, em 1921, foi elevado à categoria do município. O município foi criado através da Lei Estadual 2.038 de 3 de janeiro de 1921, sendo instalado oficialmente em 26 de março de 1921, desmembrado do município de Tibagi. Possui área de 1.634.575 Km². Para o ano de 2020, estima-se uma população de 26.715 habitantes (IPARDES, 2020).

No que diz respeito ao Programa Federal Bolsa Família, com base nos dados fornecidos pelo Ministério da Cidadania, em outubro de 2020 o município de Sengés contou com 1.929 famílias beneficiárias do Programa Federal. Quanto à classificação das tipologias familiares que compõem o Programa Federal no município, apresenta-se o Gráfico 5, a partir dos dados contidos no CADÚNICO (BRASIL, 2020).

GRÁFICO 5 - Classificação por Tipologia Familiar- Município de Reserva



FONTE: Adaptado de Portal Transparência - Programa Bolsa Família - Município de Reserva – 2020 (GOVERNO FEDERAL, 2020), associado aos dados do CADÚNICO (BRASIL, 2020).

Dentre as 1929 famílias beneficiárias do Programa Federal, têm-se: 46% em tipologia monoparental, 31% na tipologia nuclear, e 12% famílias unipessoal. Com relação ao total de famílias monoparentais: 98% apresentam chefia feminina e 2% com chefia masculina. No mês de agosto de 2020, 11 famílias beneficiárias do município pertenciam ao grupo denominado prioritário do PBF, ou seja, 0,4% de famílias com pessoas libertas de situação análoga à de trabalho escravo (7 famílias) e 0,2% de famílias com pessoas catadoras de material reciclável (4 famílias) (BRASIL, 2020).

3.2.6 Aspectos gerais do Município de Sengés

Os primeiros moradores do território de Sengés chegaram por volta de 1893, fascinados pela produtividade do solo e riquezas naturais existentes. Os pioneiros estabeleceram-se às margens do Rio Jaguaricatú, iniciando a plantação de milho e criação de gado suíno. Em 1908, com a inauguração da estação da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, novos residentes se instalaram na localidade, aspirando trabalho numa serraria recém-construída para exploração de imensas florestas de pinheiros que cobriam toda a região (IBGE, 2017).

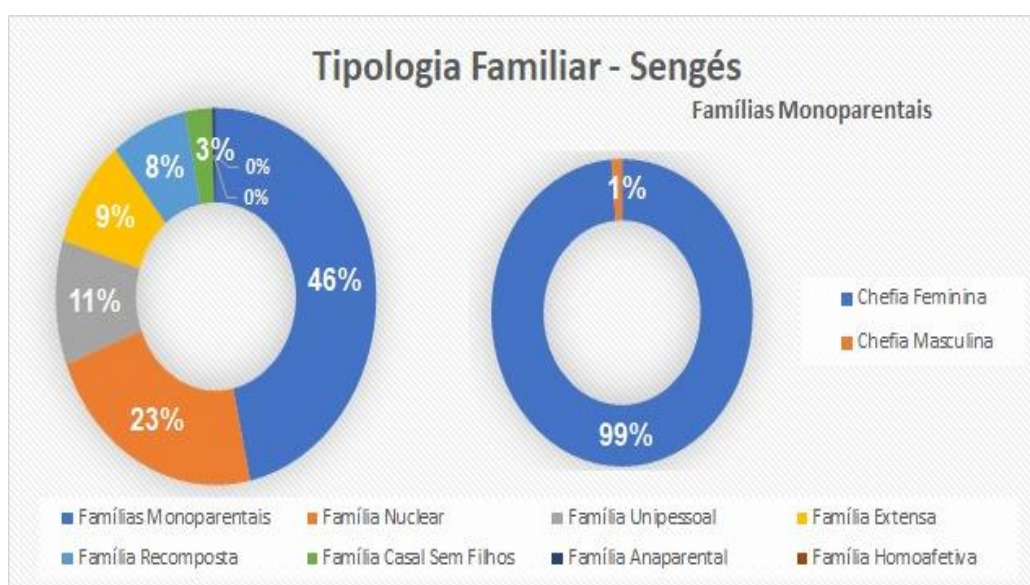
Outro fator determinante para a formação do município de Sengés foi um trânsito intenso de tropas de muares que, saindo do Rio Grande do Sul, faziam paradas às margens do Jaguaricatú, onde os tropeiros buscavam alimento. Em 24 de dezembro de 1915, foi cunhado o Distrito Policial de Sengés e elevado a Distrito Judiciário, no ano de 1917. Em decorrência de uma petição de seus habitantes, pelo Decreto-Lei Estadual 269, de 8 de fevereiro de 1934, cria-se o Município de Sengés, sendo instalado em 1º de março daquele ano. O município possui área de 1.490.489 Km². Para o ano de 2020, estima-se uma população de 19.327 habitantes (IPARDES, 2020).

Segundo Maciel, Grigolato e Strachulski (2017), na divisão territorial do município foram constituídos três distritos: Sengés, Ouro Verde e Reianópolis. A partir de 1968, foram inseridos os monocultivos com pinus no entorno do bairro Ouro Verde. Essa nova dinâmica gerou oportunidades de emprego e garantia de renda, aumentando consideravelmente a população local. No entanto, gerou grande pressão sobre as terras, pois as empresas começaram a se apoderar das terras dos agricultores, comprando, trocando lotes, rodeando o bairro de pinus. Em tempos remotos, havia uma floresta nativa, com vários sítios de pequenos agricultores, gado e roça. Atualmente, segundo os autores, o bairro é rodeado de floresta exótica.

Para Maciel, Grigolato e Strachulski (2017), a floresta nativa que havia nas regiões do bairro Ouro Verde, Pinhalzinho, São Domingos, Caçador, Palmeirinha e Rio Claro foi destruída, a qual mudou completamente a dinâmica da comunidade, pois quem tinha sua propriedade e possuía lavoura e criações submeteu-se ao trabalho assalariado com o plantio de pinus. Segundo os autores, a inserção do monocultivo de pinus causou impactos sociais e ambientais. O desmatamento diminuiu as águas dos rios, acabou com as áreas de roças e fez diminuir a criação de gado suíno, caprino, ovino e aves. Com a retirada da vegetação nativa, ocorreram processos erosivos, há pouca porcentagem de mata ciliar, sendo considerada uma das causas de perda de biodiversidade.

Além desses agravantes, a inserção do reflorestamento com pinus, as práticas agrícolas tradicionais foram deixadas de lado, por conta da falta de terras, como também as práticas sociais como procissões, bailes, promovidos pela realização de mutirões (MACIEL; GRIGOLATO; STRACHULSKI, 2017). No que diz respeito ao Programa Federal Bolsa Família, com base nos dados fornecidos pelo Ministério da Cidadania (BRASIL, 2020), em junho de 2020 o município de Sengés contou com 992 famílias beneficiárias. Desse total de famílias do Programa, observam-se diversas tipologias familiares, as quais são demonstradas no Gráfico 6, a seguir classificado:

GRÁFICO 6 - Classificação por Tipologia Familiar- Município de Sengés



Fonte: Adaptado de Portal Transparência - Programa Bolsa Família - Município de Sengés – 2020 (GOVERNO FEDERAL, 2020), associado aos dados do CADÚNICO (BRASIL, 2020).

No município de Sengés, dentre as 992 famílias beneficiárias do Programa Federal, têm-se: 46% em tipologia monoparental, 23% na tipologia nuclear e 11% famílias unipessoais. Sobre o total de famílias monoparentais: 99% apresentam chefia feminina e 1% chefia masculina.

No mês de março de 2020, o número de pessoas beneficiárias do Programa Federal equivalia, aproximadamente, a 16% da população total do município. A cobertura do programa foi de 51% em relação à estimativa de famílias pobres no município. No mês de agosto, 4 famílias beneficiárias pertenciam ao grupo denominado prioritário no Programa, ou seja, 0,1% oriunda de comunidades quilombolas e 0,3% de famílias com pessoas catadoras de material reciclável (BRASIL, 2020).

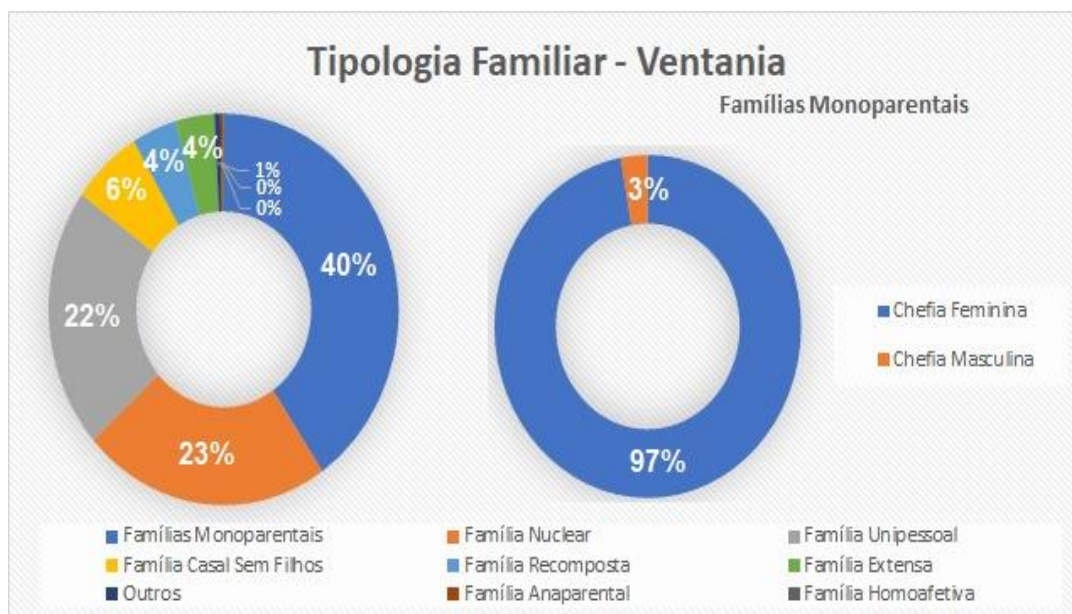
3.2.7 Aspectos gerais do Município de Ventania

Em 1892, foi obtida a antiga Fazenda Fortaleza, no período chamado de Invernada da Ventania, em vista do grande tufão ocorrido em meados de 1870. O povoado de Ventania começou a receber consistência devido à edificação da Estação Ferroviária de Ventania. Em 1948, fundou-se o Distrito Administrativo, pela Lei Estadual n.º 93, de 14 de setembro de 1948. Em 13 de outubro de 1964, pela Lei Estadual n.º 371, o lugar transformou-se em Distrito Judiciário, com Termo na Comarca de Tibagi. Ventania tornou-se município emancipado apenas em 14 de maio de 1990, pela Lei Estadual n.º 9.244, com território desconectado de Tibagi. A instalação oficial ocorreu no dia 1º de janeiro de 1993, sendo a posse do primeiro prefeito municipal eleito, Sr. Antônio Helly Santiago, contendo uma área de 817,870 Km². Para o ano de 2020, estima-se uma população de 11.892 habitantes (IPARDES, 2020).

Com base nos dados fornecidos pelo Ministério da Cidadania (BRASIL, 2020), em setembro de 2020, sobre o Programa Federal Bolsa Família, Ventania contou com 699 famílias beneficiárias. Essas famílias equivalem a 14% da população do município. A cobertura do programa é de 77% em relação à estimativa de famílias pobres no município (BRASIL, 2020).

Do total de 699 famílias no Programa, observam-se diversas tipologias familiares, as quais são descritas no Gráfico 7, a seguir classificado.

GRÁFICO 7 - Classificação por Tipologia Familiar- Município de Ventania



Fonte: Adaptado de Portal Transparência - Programa Bolsa Família - Município de Ventania – 2020 (GOVERNO FEDERAL, 2020), associado aos dados do CADÚNICO (BRASIL 2020).

Dentre as 699 famílias beneficiárias do Programa Federal, no município de Ventania têm-se: 40% em tipologia monoparental, 23% na tipologia nuclear e 22% famílias unipessoais. Quanto ao total de famílias monoparentais: 97% apresentam chefia feminina e 3% chefia masculina. Um destaque para o município de Ventania seria a proximidade das porcentagens entre a tipologia nuclear e a tipologia unipessoal.

Conforme dados do Ministério da Cidadania (BRASIL, 2020), no mês de setembro de 2020 o número de pessoas beneficiárias do Programa Federal. A cobertura do programa foi de 77% em relação à estimativa de famílias pobres no município de Ventania. No mês de setembro, 11 famílias beneficiárias pertenciam ao grupo denominado prioritário no Programa, ou seja, 1,6% do total de famílias beneficiárias, sendo 0,9% famílias com pessoas libertas de situação análoga à de trabalho escravo; 0,7% famílias com pessoas catadoras de material reciclável.

A partir dos dados dos municípios e a caracterização dos aspectos históricos e geográficos, destacou-se também as tipologias das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. No próximo tópico, adentrar-se-á às particularidades da Região dos Campos Gerais - PR frente à pandemia da Covid-19, a qual também impactou significativamente no cotidiano das famílias dos municípios participantes da pesquisa.

3.3 REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS - PR E A PANDEMIA DA COVID-19

Ao longo do ano de 2020, a pandemia da Covid-19, causada pelo vírus Sars-Cov-2, apresentou alta taxa de fatalidade em relação aos casos infectados, conforme abordado anteriormente. Segundo o IPEA (2020, p.9), “[...] trata-se de uma pandemia com alta transmissibilidade e severidade nas fatalidades, em que a estratégia disponível é a contenção social que tem implicações profundas para a atividade econômica dos países com transmissão comunitária.

Para o IPEA (2020), vários canais afetaram a economia diante da crise sanitária. Dentre eles, o Instituto de Pesquisa aponta a redução de pessoal ocupado e de horas trabalhadas, associado à produtividade do trabalho, bem como os efeitos físicos da doença, os impactos psicológicos por conta do isolamento social, a redução do nível de atividade econômica, o consumo das famílias diante da perda de renda e isolamento social, a queda na rentabilidade imediata, a alteração do comércio exterior, dentre outros fatores, como as medidas sanitárias para a redução da taxa de transmissão do vírus, as quais ocasionaram impactos significativos, afetando vários setores da economia.

De modo geral, alguns ramos de atividades foram mais severamente afetados que outros, inclusive com o fechamento de algumas atividades, como o segmento de turismo, de viagens e daqueles que demandam contatos pessoais, principalmente. O IPEA (2020) também destaca o comércio varejista e atividades de entretenimento como cinemas, restaurantes e teatros. A Região dos Campos Gerais, que possui muitos pontos turísticos, restaurantes e atividades de serviços também sofreu impacto da crise sanitária e econômica gerados pela Covid-19.

Raiher (2020b), ao analisar os impactos das medidas restritivas referentes à Covid-19, no município de Irati, na Região dos Campos Gerais - PR, com base nas variáveis faturamento e emprego, observa que 40% das empresas no município tiveram queda no faturamento no período de junho de 2020. Na média, segunda Raiher (2020b, p.4), “[...] a perda no faturamento para os estabelecimentos não essenciais foi de 42%, contra 35% de queda dos essenciais. Ainda, de acordo com a autora, na média, os microempreendedores (MEIs) tiveram 52% de perda de faturamento, seguidos pelas microempresas com 43%. As empresas de pequeno porte tiveram perda de 36% do faturamento, seguidas das empresas de médio porte, com 22% e empresas grandes com 11%. Outros segmentos como os

estabelecimentos de hotelaria, a área de turismo e atrativos e transporte de pessoas tiveram 80% (ou mais) no faturamento (RAIHER, 2020b).

Na Região dos Campos Gerais - PR, os municípios de Castro, Ponta Grossa e Telêmaco Borba foram os primeiros municípios a apresentar, em março de 2020, casos de Covid-19, tendo, ao longo do ano, aumentos significativos no número de casos de contágio e óbitos por conta da doença (SILVA *et al.*, 2021). Outros municípios circunvizinhos também tiveram notificações de Covid-19, inclusive os participantes desta pesquisa.

Ao analisar os impactos da pandemia na economia local, Raiher (2020a) destaca que os municípios dos Campos Gerais foram atingidos por fatores exógenos e endógenos. O fator exógeno refere-se à queda da demanda internacional, com a retração de alguns bens intermediários importados, os quais são empregados na produção de bens finais e o fator endógeno se dá pela queda da demanda local devido ao distanciamento social. Ainda, segundo a autora, percebe-se um saldo negativo de emprego formal em abril de 2020, na Região dos Campos Gerais, havendo a perda de 2.254 de vagas de emprego. Porém, se comparado aos dados do Brasil e do Paraná, o efeito na região não foi tão expressivo.

De modo geral, todos os municípios da Região tiveram queda de postos de trabalho no mês de abril de 2020, demonstrando a chegada da crise na região. O município de Ponta Grossa foi responsável por mais de 50% dos empregos perdidos, o que significa um dado relevante, pois o município constitui-se o centro da dinâmica econômica nos Campos Gerais, sendo seu enfraquecimento uma perda do dinamismo para toda região (RAIHER, 2020a).

Silva *et al.* (2021) destacam que, ao longo do ano de 2020 até abril de 2021, houve um aumento de 192,81% no número de contágios e 183,03% no número de óbitos na Região dos Campos Gerais - PR. No contexto da pandemia, houve aumento considerável da demanda à Política da Assistência Social, especificamente nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, devido às restrições sanitárias e ao isolamento social, que desencadearam insegurança de renda e procura por serviços essenciais.

Nos CRAS, as demandas se diversificaram, incluindo pessoas que anteriormente não buscavam os serviços socioassistenciais. Para os pesquisadores da UEPG, “[...] muitos que dependiam dos trabalhos não protegidos em setores que sofreram com as restrições sanitárias foram os primeiros a terem sua renda afetada”

(SILVA *et al.*, 2021, p. 29), aumentando consideravelmente a busca por Benefícios Eventuais e demais serviços disponibilizados pela Política da Assistência Social.

Os dados da pesquisa apontam que, na faixa etária de 25 a 35 anos, houve aumento dos atendimentos nos CRAS, de pessoas que anteriormente à pandemia não procuravam os serviços nesses equipamentos sociais, havendo uma representatividade dessa faixa etária na margem de 57% dos atendimentos. Os dados ainda apontam a faixa etária de 36 a 50 anos com 32% dos atendimentos, e jovens de 18 a 24 anos com 11% da demanda. A pesquisa destaca que não houve aumento de procura pelos serviços na faixa etária acima de 50 anos. A maior parte dos atendimentos no CRAS foi a famílias chefiadas por mulheres, representando 60% da demanda (SILVA *et al.*, 2021).

Segundo Silva *et al.* (2021), 60% dos novos casos demandados aos CRAS possuíam renda de 1 a 2 salários-mínimos; 30% possuíam renda entre 2 e 3 salários e 5% eram pertencentes ao estrato de 3 a 4 salários-mínimos.

Nos municípios pesquisados, os primeiros casos de Covid-19 ocorreram quase na mesma época, havendo diferença de dias ou poucos meses. No município de Imbaú, por exemplo, o primeiro caso foi registrado em 18 de abril de 2020; no município de Ivaí, em 30 de abril; Reserva, em 17 de maio; Ortigueira, em 25 de maio; Piraí do Sul em 05 de junho; Sengés, em 06 de junho; e Ventania, em 09 de julho de 2020 (SILVA *et al.*, 2021).

Quanto ao número de casos infectados e registro de óbitos, até 6 de abril de 2021 tem-se: Imbaú 993 casos e 15 óbitos; Ivaí 419 casos e 12 óbitos; Ortigueira 1315 casos e 17 óbitos; Piraí do Sul 1685 casos e 34 óbitos; Reserva 1.298 casos e 24 óbitos; Sengés 1.198 casos e 21 óbitos e Ventania 512 casos e 20 óbitos. Infere-se com esses dados que, proporcionalmente, entre os casos infectados e número de óbitos, o município de Ventania apresenta uma porcentagem maior que os demais, ou seja, 3,9%, seguido de Ivaí com 2,8% e Piraí do Sul com 2% de óbitos por Covid-19. Esses dados foram analisados a partir do Relatório final da Pesquisa empreendida pelo Departamento de Serviço Social da UEPG, em 2021 (SILVA *et al.*, 2021).

No que diz respeito às ajudas governamentais tomadas pelos empresários, segundo Raiher (2020b), evidencia-se baixa correlação entre o acesso às medidas governamentais e o faturamento dos estabelecimentos. Das empresas que tiveram queda de 100% do faturamento, 56% não acessaram a nenhuma medida governamental; dos que tiveram queda de 80% de suas receitas, 62% não acessou a

nenhuma medida. Os que elevaram suas receitas, neste período, todas acessaram a alguma ajuda do Governo Federal e estadual (RAIHER, 2020b). Segundo Raiher (2020b), dos estabelecimentos que tentaram acessar alguma das medidas governamentais, 72% receberam negativa em seus pedidos de empréstimos.

A partir dos dados dos municípios e a caracterização dos aspectos históricos, econômicos e geográficos, bem como do panorama da pandemia da Covid-19 nos municípios pesquisados, no próximo tópico adentrar-se-á à caracterização do Programa Federal, *locus* da pesquisa aqui empreendida.

3.4 CARACTERIZANDO O PROGRAMA FEDERAL BOLSA FAMÍLIA

Como mencionado nos capítulos anteriores, no que diz respeito aos programas de combate à pobreza, a primeira discussão sobre renda mínima no Brasil foi observada em 1975, quando Antônio Maria Siqueira teve seu artigo publicado na *Revista Brasileira de Economia*. A ideia inicial estava baseada no entendimento do Imposto de Renda Negativo, que, em linhas gerais, objetivava a redução da pobreza, por intervenção de órgãos governamentais. No ano de 1991, o senador Eduardo Suplicy apresentou o projeto de Lei nº 80/91, que propunha a instituição de um Programa de Garantia de Renda Mínima (SILVA *et al.*, 2008).

No Governo de Fernando Henrique Cardoso- FHC, especificamente no ano de 1997, foi aprovada a Lei que concedia apoio financeiro aos municípios que instituíssem programas de renda mínima, além de ações socioeducativas. A Lei nº 9.533/97 consistia no cofinanciamento de até 50% dos programas instituídos nos municípios. Essas primeiras experiências exigiam contrapartida das famílias beneficiárias, como por exemplo a frequência escolar. Segundo Bichir (2010, p. 117),

o primeiro programa de garantia de renda mínima nacional consistia no apoio às iniciativas municipais, por meio de convênios formalizados com o governo federal [...], sendo utilizados recursos oriundos do Fundo de Combate à Pobreza.

Mas somente a partir de 2001 vê-se a iniciativa de programas nacionais de transferência de renda no Governo FHC (1995-2002), sendo os Programas: Bolsa Escola - PBE, Programa Bolsa Alimentação, o Vale gás e o Cartão Alimentação (SILVA *et al.*, 2008).

Implementado em março de 2001, o PBE foi pensado dentro da lógica da universalização da educação fundamental, fornecendo para tanto, bolsas para crianças de 7 a 14 anos a partir do critério da renda familiar e visando, ainda o desenvolvimento de ações socioeducativas e a promoção da cidadania por meio dos conselhos de controle social do programa (BICHIR, 2010, p.118).

Na tentativa de solucionar problemas de coordenação e sobreposição de ações, instituiu-se, ainda no governo de FHC, o Cadastro Único de Programas Sociais - CADUNICO. Segundo Bichir (2010), o CADUNICO constitui-se um instrumento utilizado para identificação das famílias em situação de pobreza, o qual visa armazenar informações cadastrais sobre as famílias e, desta forma, melhorar a focalização nos mais pobres. No entanto, segundo a autora, a gestão FHC não teve como aprimorar o cadastro e corrigir problemas de sobreposição de beneficiários dos programas similares.

No primeiro mandato do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), unificaram-se os programas sociais vinculados ao MDS, no âmbito do Programa Fome Zero (SILVA *et al.*, 2008). Segundo Bichir (2010), no governo Lula ampliou-se consideravelmente os gastos em programas de transferência de renda; as políticas sociais visavam aumentar a eficácia do gasto social e a efetividade dos programas, tendo a focalização nos grupos de menor renda.

Para Zimmermann (2006), a unificação dos programas sociais objetivava a redução dos gastos administrativos a partir de uma gestão coordenada e integrada intersetorialmente. Para o autor, essa unificação foi um avanço, pois centralizou em um único programa os benefícios, evitando a fragmentação, permitindo maior clareza em relação aos órgãos públicos responsáveis pela implementação. Dessa maneira, houve uma maior facilidade em definir qual órgão os interessados deveriam recorrer em caso de solicitação do Programa, facilitando assim o acesso dos grupos sociais mais vulneráveis (ZIMMERMANN, 2006).

Conforme abordado no Capítulo 2, o Programa Federal Bolsa Família, foi criado pela Lei 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto 5.209/2004, possui viés de análise pelo recorte de renda, sendo o valor mudado de tempos em tempos, conforme determinação do Ministério da Cidadania. (BRASIL, 2020).

Segundo Campos (2016), o conceito de família para operacionalização do programa, estipula a unidade nuclear que eventualmente seja ampliada por outros indivíduos que possuam laços de parentesco ou afinidade, no qual forme um grupo

doméstico, desde que vivam sob o mesmo teto e que haja contribuição entre seus membros. Segundo o autor, com essa concepção de família ampliam-se os usuários do programa, não havendo somente famílias com filhos, gestantes ou nutrizes, beneficiários do Programa Federal.

Operacionalmente, o Programa Bolsa Família possui ações de transferência de renda às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, está sujeito a critérios para ingresso e de condicionalidades para permanência. Caracteriza-se por ser um programa executado de forma descentralizada, com atribuições para estados e municípios (BRASIL, 2015).

Os municípios e o Distrito Federal são responsáveis pelo cadastramento das famílias utilizando o CADÚNICO. A inscrição no CADÚNICO não garante a entrada imediata no Programa Bolsa Família, pois a seleção das famílias é feita por um sistema informatizado e a concessão do benefício depende de quantas famílias já foram atendidas no Município em relação à estimativa de famílias pobres. Além disso, o Governo Federal deve respeitar o limite orçamentário do programa (BRASIL, 2015). Segundo Bichir (2010), os municípios controlam a porta de entrada no Programa, identificando as famílias que farão parte do Cadastro Único, mas a inclusão efetiva é centrada no plano federal, o qual analisa as informações do cadastro e seleciona as famílias com base nas metas de atendimento, que são definidas a partir de linha de pobreza.

Com relação aos benefícios pagos pelo Programa Bolsa Família, eles são variáveis, conforme dados fornecidos ao CADÚNICO. O Programa possui os benefícios: Benefício Básico R\$ 89,00 (oitenta e nove reais) concedido apenas às famílias extremamente pobres, com renda mensal *per capita* de até 89,00. Benefício Variável de 0 a 15 anos R\$ 41,00 (quarenta e um reais), concedido às famílias com crianças e adolescentes de 0 a 15 anos; Benefício Variável à Gestante (BVG) R\$ 41,00 (quarenta e um reais) concedido às famílias que tenham gestantes em sua composição, sendo o pagamento feito em nove parcelas consecutivas (identificação feita pela Saúde); Benefício Variável Nutriz (BVN) R\$ 41,00 (quarenta e um reais) concedido às famílias que tenham crianças entre 0 e 6 meses em sua composição, sendo pago em seis parcelas mensais consecutivas, desde que a criança tenha sido identificada até o sexto mês de vida; Benefício Variável Jovem (BVJ) R\$ 48,00 (quarenta e oito reais) concedido a famílias que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos, mas limitado a dois benefícios por família; e o Benefício da Superação da

Extrema Pobreza (BSP), para famílias que continuam em situação de extrema pobreza, sendo calculado pela média *per capita* de cada família (BRASIL, 2015).

Segundo Bichir (2010), o controle das condicionalidades ou contrapartidas existentes no Programa Bolsa Família constituem motivos de controvérsias entre alguns autores da temática. No que diz respeito às condicionalidades, na área da educação, as famílias devem manter crianças e adolescentes frequentando a escola, e na saúde, devem seguir o calendário de vacinação para crianças de 0 a 6 anos e as gestantes e mães em amamentação devem seguir a agenda pré e pós-Natal. As principais contrapartidas do Programa Bolsa Família estão associadas à área da educação e da saúde.

Para Bichir (2010), exigir cumprimento de contrapartida alude uma negação do direito de receber parte da riqueza produzida socialmente, apesar das condicionalidades implicarem no acesso a outros direitos, como saúde e educação. Porém, segundo a autora, há muitos que defendem o controle mais rígido das condicionalidades, baseados na ideia de que os pobres não podem receber dinheiro do Estado sem “o suor de seu trabalho”.

Para Zimmermann (2006), o Programa Bolsa Família não garante acesso irrestrito ao benefício. Quando a quota de cada município é atingida, fica impossibilitada a inserção de novas famílias, mesmo que apresentem extrema vulnerabilidade. Para o autor, “[...] o Bolsa Família não é concebido com base na concepção de garantir o benefício a todos que dele necessitem. Adota, ao contrário, uma seletividade por vezes excludente” (ZIMMERMANN, 2006, p. 152).

Vê-se, então, que diferentes posicionamentos contribuem para a uma discussão que mistura argumentos morais, políticos, de operacionalização, bem como justificativas econômicas e críticas ao assistencialismo.

Outro ponto que se discute ao abordar sobre o Programa Bolsa Família diz respeito ao acesso dos homens ao Programa Federal, visto que o foco do programa reside no de mãe-filhos, havendo uma “invisibilidade” no acesso dos homens a este programa social. Segundo Campos (2016), faz-se necessário problematizar por que o desenho do Programa Bolsa Família determina o pagamento dos benefícios preferencialmente à mulher. Segundo o autor, tal prerrogativa reforça o “papel feminino” na sociedade, sobre a responsabilidade da mulher no cuidado com a prole, no controle sobre crianças e adolescentes, no cumprimento das condicionalidades, na participação em reuniões e demais atividades atribuídas ao Programa. Nesse sentido,

“as políticas sociais brasileiras insistem em reproduzir, um papel paternalista e de tutela sobre os sujeitos, estigmatizando e afirmando lugares já conhecidos nas relações sociais que institui feminilidades e masculinidades.” (CAMPOS, 2016, p.43).

Para Campos (2016), ao mesmo tempo em que as políticas sociais valorizam as mulheres, centralizando as ações junto a elas, acabam por responsabilizá-las pelo sucesso e efetividade das famílias, tendendo também a idealizar o papel feminino do cuidado como algo natural, tornando os homens pouco comprometidos com as dinâmicas propostas pelos programas, tornando-os invisibilizados nas ações desenvolvidas. Para o autor, quando as políticas públicas colocam a mulher como figura central no processo, isso não significa necessariamente que estejam firmadas por uma perspectiva de gênero. A perspectiva de gênero implica ações que modifiquem as desigualdades de gênero e não apenas elejam as mulheres como “porta” de relação e parceria, tornando os programas, dessa forma, um equívoco (CAMPOS, 2016).

Apesar dos programas, em geral, contemplar a discussão sobre desigualdades entre homens e mulheres, contribuem para a segmentação e perpetuação da cultura patriarcal de fragilidade e subalternidade da mulher, não favorecendo necessariamente uma cultura emancipatória (CAMPOS, 2016).

Nesse ponto se destacam os estudos das relações de gênero. Segundo Campos (2016), os estudos sobre as relações de gênero possuem o objetivo de enfrentar relações desiguais, questionando a “[...] rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação” (CAMPOS, 2016, p. 47).

Como abordado anteriormente, há diferença entre sexo e gênero. Sexo está vinculado ao caráter físico, biológico do ser humano, ao passo que gênero está calcado na cultura, do significado em ser homem e ser mulher na sociedade, uma construção social. Na discussão de gênero, argumenta-se a desconstrução da “naturalização” das desigualdades entre os sexos. Para Campos (2016, p. 47), “[...] nessa demarcação vão sendo construídos os papéis de gênero, ou seja, aquilo que compete ao homem, forjando a sua masculinidade, e o que é da instância da mulher e da feminilidade”. Portanto, discutir sobre gênero é também discutir sobre a formação das masculinidades e como isso pode implicar no cotidiano das famílias.

Segundo Campos (2016), a masculinidade, situada no âmbito do gênero, se relaciona a um conjunto de atributos, valores e condutas que estruturam a identidade

de ser homem, a qual varia ao longo do tempo e, especificamente, entre as classes e os segmentos sociais. Nessa direção, discutir sobre as famílias monoparentais com chefia masculina, no Programa Bolsa Família, possibilita aprofundar sobre as especificidades das masculinidades voltadas para a visibilidade masculina, a partir de uma perspectiva relacional de gênero, bem como descortinar as múltiplas vulnerabilidades apresentadas por essa tipologia de família.

Para Campos (2016, p.46), “[...] uma situação de vulnerabilidade social pode se formar vindo a requerer políticas diferenciadas que considerem a complexidade dessas famílias e seus membros, respeitando suas identidades e diferenças”.

Tendo em vista a caracterização sobre o CADÚNICO e o Programa Bolsa Família, na Tabela 6, a seguir, demonstra-se numericamente a participação dos homens e das mulheres no cadastro dos programas sociais.

TABELA 6 - Quantidade de pessoas do sexo masculino e feminino no CADÚNICO

Faixa etária	Masculino	Feminino	% etária total
Entre 0 e 4	51,04%	48,96%	8,82%
Entre 5 e 6	51,10%	48,90%	4,32%
Entre 7 e 15	51,08%	48,92%	18,94%
Entre 16 e 17	50,76%	49,24%	4,16%
Entre 18 e 24	44,64%	55,36%	12,58%
Entre 25 e 34	34,93%	65,07%	13,60%
Entre 35 e 39	34,64%	65,36%	6,73%
Entre 40 e 44	36,61%	63,39%	6,12%
Entre 45 e 49	38,82%	61,18%	5,15%
Entre 50 e 54	40,25%	59,75%	4,68%
Entre 55 e 59	42,30%	57,70%	3,96%
Entre 60 e 64	42,95%	57,70%	3,31%
Maiores que 65	44,11%	55,89%	7,63%
Total	43,78%	56,22%	100,00%

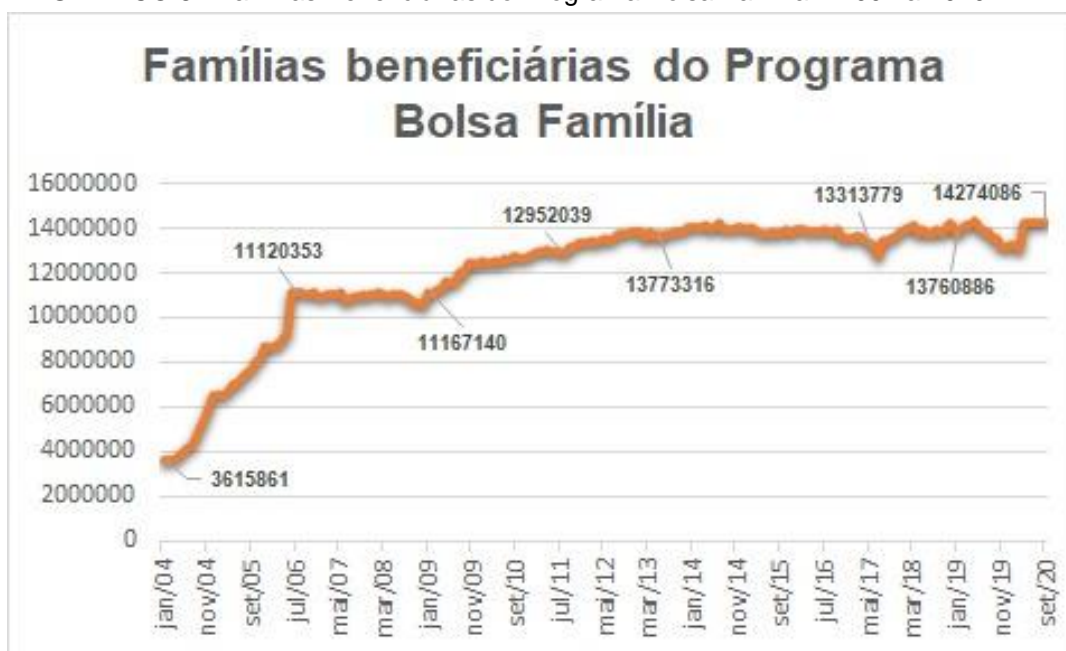
Fonte: Adaptado de CECAD (BRASIL, 2020a).

No CADÚNICO, observam-se majoritariamente as mulheres compondo o cadastro dos programas sociais. No que concerne às porcentagens correspondentes às faixas-etárias, há uma diminuição da quantidade de pessoas do sexo masculino entre as idades de 18 e 39 anos, com ligeiro aumento a partir dos 40 anos, chegando a 44,11% na faixa etária dos maiores de 65 anos de idade. Ou seja, na faixa etária

que mais está presente no CADÚNICO, a presença de pessoas do sexo masculino é mitigada, demonstrando a representação feminina. No total de pessoas compondo o CADÚNICO, em agosto de 2020, tem-se cadastrados 43,78% do sexo masculino e 56,22% do sexo feminino, reforçando o que se vem discutindo teoricamente sobre a representatividade maior das mulheres nos programas sociais. Observa-se também que, no total de cadastrados no CADÚNICO, as faixas-etárias de 7 a 15 anos, 18 a 24 e 25 a 39 anos correspondem ao número maior de pessoas beneficiárias do Programa.

Retomando-se a abordagem sobre o Programa Bolsa Família, os dados a seguir apresentam a quantidade de famílias beneficiárias de 2004 a 2020.

GRÁFICO 8 - Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família – 2004 a 2020



Fonte: VIS DATA 3 beta Sistemas - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAG I - (BRASIL, 2020b)

Ao analisar o Gráfico 8, observa-se uma evolução na quantidade de famílias beneficiárias pelo Programa Bolsa Família, de 3.616.861, em janeiro de 2004, para 11.120.353 em julho de 2006. Vê-se um aumento de 7.504.492 beneficiários no Programa, ou seja, 67,4% de aumento, entre os anos de 2004 e 2006. Quando analisado o cenário político e econômico desse período observa-se que o Brasil estava sob a administração do Governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2007).

Segundo Fagnani (2011), nos primeiros anos do Governo Lula havia tensões entre paradigmas, acerca dos rumos da estratégia social a ser seguida, ou seja, entre

a “focalização” das políticas públicas e a “universalização”. Na análise de Fagnani (2011) havia “[...] o pronto acolhimento de pontos da agenda liberalizante no campo social por segmentos do núcleo dirigente do governo, com destaque para o Ministério da Fazenda, que defendia claramente a opção pelo “Estado mínimo” (FAGNANI, 2011, p.4). No entanto, a partir de 2004 ocorreram importantes modificações institucionais.

O Ministério da Assistência Social passou a ser denominado Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome com a competência de articular as ações no campo da Assistência Social, Segurança Alimentar e de Transferência de Renda. Mesmo com a centralidade do Programa Bolsa família, essa decisão recolocava as políticas de assistência social e de segurança alimentar nos rumos que vinham sendo trilhados desde 1988 (FAGNANI, 2011, p. 12).

A partir dessas ações governamentais, o Programa Bolsa Família consolidou-se, houve a unificação dos vários programas de transferência de renda criados no Governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC, como o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás, e o Cartão Alimentação, criado no âmbito do Fome Zero, no Governo de Luís Inácio Lula da Silva (FAGNANI, 2011). O cenário político, junto aos fatores de unificação dos programas, pode ter contribuído para o aumento da quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família, como apresentados no Gráfico 8.

Para Cremonese (2019), o Governo Lula foi marcado pela boa gestão na área social, especialmente se analisada a ampliação do Programa Bolsa Família. Segundo o autor, mais de 28 milhões de pessoas foram retiradas da pobreza, a média *per capita* da população brasileira aumentou 40%, no entanto, constituía-se um governo dúbio, pois “[...] por um lado beneficiou os pobres, mas, por outro, não deixou de contemplar os interesses do mercado” (CREMONESE, 2019, p. 74).

Retornando à análise do Gráfico 8, observa-se que, entre março de 2013 e julho de 2016, houve estabilidade na quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família, período de governança da presidente Dilma Rousseff. Porém, com queda na quantidade de beneficiários em maio de 2017, no Governo Temer. Segundo Cremonese (2019), a presidente Dilma Rousseff não revelou grande habilidade política se comparada com seu antecessor, o presidente Luís Inácio Lula da Silva. Em seu mandato, apresentou baixo crescimento econômico nos primeiros anos de governo, tendo enfrentado, no ano de 2013, forte rejeição da classe média, com manifestação de

protestos por todo o país. Ainda, a presidente Dilma Rousseff “[...] conseguiu terminar o seu primeiro mandato a duras penas” (CREMONESE, 2019, p. 79).

Em 2014, com sua reeleição, em vitória apertada contra seu oponente, Aécio Neves, a polarização no Brasil aumentou ainda mais, devido à disputa acirrada entre partidos de direita e de esquerda. Cremonese (2019, p. 81) ressalta que “[...] a fragilidade econômica, o aumento da inflação e a perda do apoio no Congresso Nacional pré-anunciavam dias nebulosos para o segundo mandato do governo Dilma”.

Com relação à economia interna, no governo da presidente Dilma, sua administração se viu atingida pelo cenário econômico externo, culminando no aumento da taxa de juros, que freou ainda mais a competitividade da indústria brasileira, gerando desemprego à população. Nesse período, houve mudanças no seguro-desemprego, aumento de impostos sobre crédito ao consumidor, mudanças no IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados, dentre outras medidas, a fim de controlar a economia interna. No entanto, mesmo com essas medidas, o governo de Dilma Rousseff teve dificuldades no controle da inflação. Em termos políticos, a presidente perdeu o apoio da base aliada no Congresso Nacional, culminando no seu afastamento da Presidência da República no ano de 2016 (CREMONESE, 2019).

Para Cohn (2020), a cassação da presidente Dilma Rousseff significou a quebra do projeto de inclusão social e de políticas de combate à fome que vinham sendo desenvolvidos desde 2002, que proporcionaram ao Brasil a saída do país do Mapa da Fome. Diante do quadro de instabilidade política e econômica, a proteção social ficou em segundo plano, por conta de disputas acirradas de projetos políticos opostos. A análise do Gráfico 8 mostra que, nesse período, houve estabilidade na entrada e saída de beneficiários do Programa Bolsa Família.

Com o impedimento de Dilma Rousseff, quem ocupou o cargo de Presidente da República foi Michel Temer. Segundo Cremonese (2019), tudo indicava que o país teria novos rumos diante da mudança de governo, porém, no âmbito econômico e social, o Brasil estava longe de apresentar sinais de recuperação. No governo de Temer, houve denúncias de recebimento de propina, sendo o presidente acusado de corrupção passiva. Acertos políticos, bem como generosas negociações de débitos, regularização fundiária, flexibilização das regras de financiamento ambiental e avanços na reforma trabalhista, com regulamentação da terceirização, foram concessões a um grupo específico, ligados ao setor empresarial, ruralista e

segmentos conservadores, que se beneficiaram com as medidas, sendo as concessões convertidas em apoio político a Temer (CREMONESE, 2019).

Esse cenário político e econômico, de alianças e de interesses diversos, culminou no enfraquecimento da rede de proteção social que vinha sendo implantada e desenvolvida, ao longo dos anos. Segundo Cohn (2020, p.153), “[..] asfixia-se a área social com o congelamento de recursos para seu financiamento, e promove-se o empreendedorismo individual como substituto do trabalho com estabilidade”. No ano de 2019, no início do Governo de Jair Bolsonaro, observa-se no Gráfico 8 um total de 14.274.086 beneficiários. Registra-se uma queda no ano de 2020, por conta da suspensão dos valores do Programa Federal Bolsa Família, para dar lugar à concessão do auxílio emergencial, devido à pandemia da Covid-19.

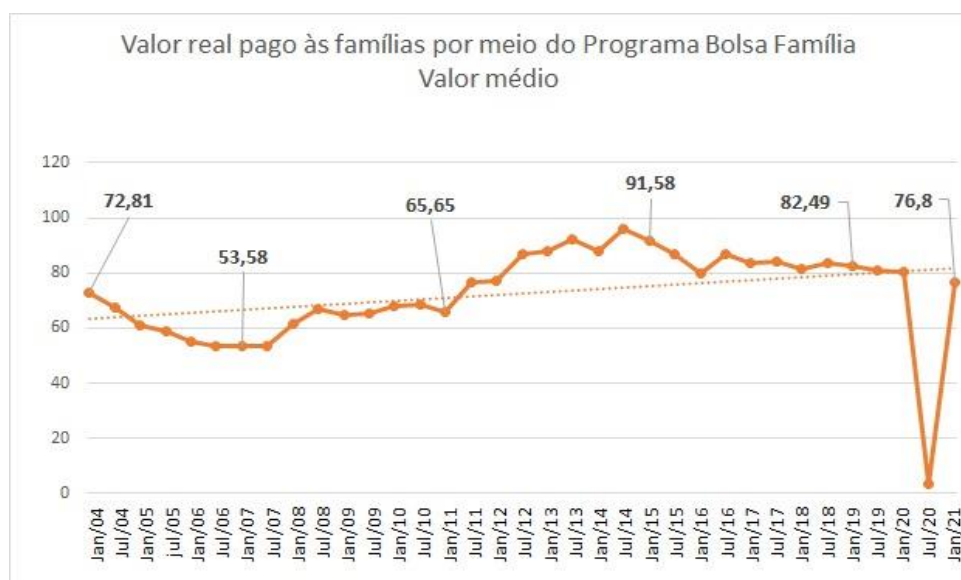
De modo geral, segundo Cohn (2020), a partir de 2019 inicia-se um processo de desmoronamento do arcabouço social da rede de proteção social no Brasil. Para a autora, não se trata mais de focalização e universalização das políticas públicas e dos programas sociais, mas de destruição de todo aparato social conquistado ao longo do tempo. Vê-se uma operação “pente fino” na previdência, assistência e no Programa Bolsa Família, “[...] voltam as filas de espera para a concessão dos benefícios (3,5 milhões de famílias no caso do PBF), os prazos para respostas de pedidos são indeterminados, entre 2015 e 2019” (COHN, 2020, p.154), ou seja, ações excludentes que penalizam a camada mais empobrecida da população.

Quando se analisa o cenário brasileiro quanto às políticas e aos programas sociais, principalmente o Programa Federal Bolsa Família, que é destinado as famílias em condição de pobreza e extrema pobreza, o quadro é preocupante, pois sabe-se que, uma vez expulso do sistema, dificilmente se retorna a ele, como bem menciona Cohn (2020), e quando se consegue retornar, leva-se muito tempo para isso. Para Cohn (2020, p. 157),

se entre 1995-2002, no período de FHC, ocorreu a expansão fracionada de benefícios sociais como não direitos; se de 2003 a 2010, no período Lula, ocorreu uma expansão agressiva das políticas sociais e da implementação dos direitos sociais (e dos ‘quase direitos’, no caso do PBF) com incentivo da participação social; se de 2011 a 2016, no período Dilma, ocorreram a consolidação das políticas e programas sociais e a instituição do Sistema Nacional de Participação Social em 2014, embora no segundo mandato da presidente tenha havido um distanciamento do governo com relação à sociedade; se entre os anos de 2016 e 2018 assiste-se à desconstrução do aparato social até então construído, no período que se inaugura com Bolsonaro tem início a destruição de toda e qualquer política de proteção social no país (COHN, 2020, p.157).

Tendo em vista que projeções não muito favoráveis à proteção social e aos programas nessa área, no Gráfico 9, a seguir, analisam-se os valores repassados aos beneficiários do Programa Bolsa Família, entre 2004 e 2020.

GRÁFICO 9 - Valor médio pago às famílias por meio do programa Bolsa Família – 2004 a 2020- Valores Deflacionados



Fonte: Adaptado de Fonte: VIS DATA 3 beta Sistemas - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI - (BRASIL, 2020b).

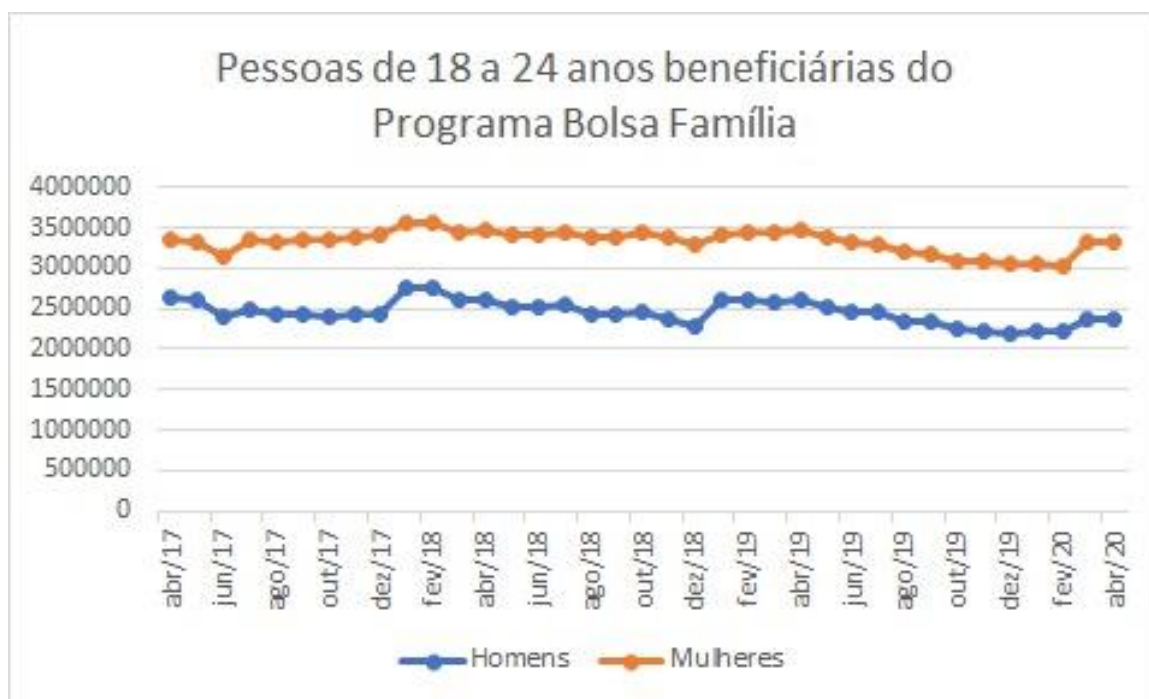
Em análise do Gráfico 9, observa-se que, em janeiro de 2004, havia o valor médio, repassado pelo Programa Bolsa Família, de R\$ 72,81, aos beneficiários do programa. Na ocasião o Brasil estava sob o primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, o qual unificou os programas sociais da gestão de FHC. Ao longo da gestão do presidente Lula observa-se queda no ganho real, dos valores repassados pelo Programa Federal. No ano de 2007, o valor teve queda para R\$ 53,58 na média de ganho. Para o ano de 2011, houve uma elevação nos valores para R\$ 65,65, no entanto, se comparado ao ano de 2004, quando da unificação dos programas, não conseguiu alcançar o patamar do início do Governo Lula.

No ano de 2015, observa-se um ganho nos valores. Na ocasião o Brasil estava sob a presidência de Dilma Rousseff, em seu segundo mandato. Em janeiro de 2019, observa-se queda, sendo este período registrado como transição do Governo Temer para o Governo de Jair Bolsonaro. De 2019 a 2021, nova queda no ganho real com relação à média de valores repassados aos beneficiários, sendo registrado em janeiro de 2021 o valor de R\$ 76,80. Ou seja, o ganho quase aproximado do ano de 2004, quando o Programa Bolsa Família foi unificado, no governo Lula.

Entre o ano de 2020 e o ano de 2021, observa-se no Gráfico 9 uma queda abrupta, que se deu devido à suspensão dos valores repassados pelo Programa Bolsa Família para substituição do repasse pelo auxílio emergencial, devido à Covid-19. Em janeiro de 2021, mesmo havendo a retomada dos valores repassados aos beneficiários do Programa Bolsa Família, o ganho real médio do repasse aos beneficiários girou entorno de R\$ 76,80.

Voltando à análise sobre a representatividade de homens e mulheres no Programa Federal Bolsa Família, o Gráfico 10, abaixo, apresenta esta comparação na faixa etária de 18 a 24 anos, entre abril de 2017 e abril de 2020, em que a quantidade de pessoas do sexo masculino é bem inferior se comparado à quantidade de pessoas do sexo feminino no Programa Federal. Para o mês de abril de 2017, tem-se a quantidade de 2.641.726 beneficiários do sexo masculino, observando-se queda no mês de abril de 2018 para 2.620.257, com queda também em 2019 para 2.595.317 e, novamente, em 2020 nova queda, para 2.207.815 beneficiários do sexo masculino.

GRÁFICO 10 - Pessoas de 18 a 24 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família Homens e Mulheres²¹



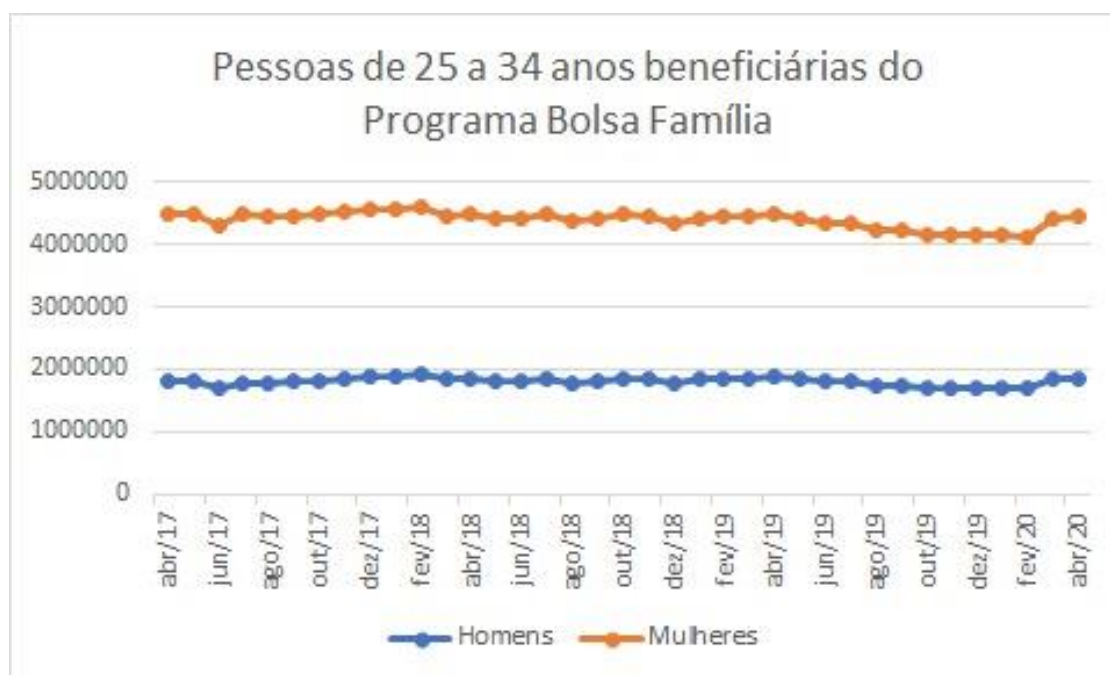
Fonte: VIS DATA 3 beta Sistemas - Secretaria de Avaliação e Gestão da informação - SAGI- (BRASIL, 2020b)

²¹ O Gráfico 10 apresenta dados referentes ao mês de abril de 2017 a abril de 2020, por conta de estar disponível no site somente a partir de 2017, diferentemente dos gráficos apresentados anteriormente, que apresentam dados a partir de 2004.

No que diz respeito a pessoas do sexo feminino, em abril de 2017 tem-se um total de 3.366.339 pessoas beneficiárias do Programa Federal; 3.461.624 no mês de abril de 2018; 3.471.155 no mês de abril de 2019, e 3.033.970 no mês de abril de 2020. Mesmo havendo uma diminuição da quantidade de pessoas do sexo feminino, no Programa Federal, a quantidade de mulheres ainda é bem superior se comparada à quantidade de homens no Programa Federal.

No Gráfico 11, tem-se a representatividade de pessoas de 25 a 34 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família. Observa-se, pelo gráfico, um distanciamento maior entre o traçado azul, com dados de pessoas do sexo masculino, e o traçado laranja, com dados de pessoas do sexo feminino. Na faixa etária entre 25 e 34 anos, a quantidade de homens mostra-se bem inferior à quantidade de mulheres, o distanciamento entre a quantidade de homens e de mulheres é visivelmente maior do que, na faixa etária entre 18 e 24 anos, como observado no Gráfico 10.

GRÁFICO 11 - Representatividade de pessoas de 25 a 34 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família²²



Fonte: VIS DATA 3 beta Sistemas - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI- (BRASIL, 2020b).

²² O Gráfico 11 apresenta dados referentes ao mês de abril de 2017 a abril de 2020, por conta da disponibilidade no site, diferentemente dos gráficos apresentados anteriormente, que apresentam dados a partir de 2004.

Para o mês de abril de 2017, havia 1.809.388 pessoas do sexo masculino e 4.497.075 pessoas do sexo feminino. Em abril de 2018, tinha-se 1.855.051 pessoas do sexo masculino e 4.494.045 pessoas do sexo feminino. Em abril de 2019, tinha-se 1.880.999 pessoas do sexo masculino e 4.444.639 pessoas do sexo feminino. Em abril de 2020, tinha-se 1.688.775 pessoas do sexo masculino e 4.125.204 pessoas do sexo feminino como beneficiários do Programa Federal Bolsa Família. Conclui-se que, quantitativamente, o número de mulheres apresenta-se superior se comparado ao número de homens beneficiários do programa.

Como abordado anteriormente, o Programa Bolsa Família possui algumas regras de elegibilidade para ingresso no Programa, além de regras de condicionalidades para permanência. Segundo Marins (2017), o programa estabelece preferencialmente que as mulheres devam ser responsáveis no cadastramento, por conta da alegação de que elas se dedicam mais aos filhos que os homens, assim cumpririam com mais “facilidade e eficácia os objetivos do programa (especialmente no que se refere à saúde e à educação das crianças)” (MARINS, 2017, p. 132). Diante disso, tem-se majoritariamente mulheres como titulares no cadastro. Na Tabela 7, a seguir, tem-se o perfil do responsável legal das famílias beneficiárias, com base nos escritos de Marins (2017).

TABELA 7 - Perfil do responsável legal das famílias beneficiárias (em % de número de pessoas)

Sexo	Brasil	N	NE	SE	Sul	CO
Feminino	92,5	90,9	91,9	93,9	93,5	93,5
Masculino	7,5	9,1	8,1	6,1	6,5	6,5
Cor/raça	Brasil	N	NE	SE	Sul	CO
Branca	26,9	10,3	17,2	38,2	74,2	27,6
Negra	10,0	6,0	9,6	13,8	7,3	8,7
Parda	62,1	81,3	72,4	--	--	60,8
Amarela	0,3	0,3	0,4	0,3	0,1	0,6
Indígena	0,7	2,2	0,4	0,2	0,7	2,3
Nível de Instrução	Brasil	N	NE	SE	Sul	CO
Analfabeto	12,3	12,6	15,8	6,9	7,0	9,0
Ens.fund.incompleto	65,1	63,6	62,9	67,6	71,8	66,8
Ens.fund.completo	3,4	2,6	2,6	4,8	5,7	3,0
Ens.médio incompleto	7,9	9,1	7,3	8,7	7,2	9,2
Ens.médio completo	11,1	11,8	11,1	11,7	7,8	11,5

Fonte: CADÚNICO, 2010 (MARINS, 2017, p.138)

Ao analisar a Tabela 7, como base nos dados fornecidos por Marins (2017), vê-se que majoritariamente se tem pessoas do sexo feminino no Bolsa Família, como já apontado anteriormente. Com relação à cor/raça, tem-se maior porcentagem de pessoas pardas majoritariamente no Norte/Nordeste e Centro-Oeste, dado diferenciado no Sul e Sudeste, em que aparece uma representatividade maior de pessoas brancas.

Quanto ao nível de instrução, tem-se o Ensino Fundamental Incompleto com maior quantidade de pessoas, sendo representativa essa escolaridade no País. A quantidade de analfabetos é maior no Norte e Nordeste do País e o Ensino Fundamental Incompleto, com maior porcentagem de escolaridade em todo o Brasil.

No geral, isso demonstra um perfil de representatividade feminina no Programa Bolsa Família, com baixa escolaridade, ou seja, Ensino Fundamental Incompleto e pessoas de cor/raça parda.

Neste Capítulo, caracterizaram-se os municípios participantes da pesquisa em seus aspectos geográficos, históricos e, em alguns momentos, econômicos. Apresentou-se quantitativamente os beneficiários do Programa Bolsa família de cada município e a representatividade das famílias monoparentais nesse cenário.

A dinâmica proposta no Capítulo foi relevante na medida em que realizou aproximações sucessivas ao *locus* da pesquisa, conhecendo-se a realidade local e, dessa maneira, possibilitou a aproximação dos sujeitos significativos, os quais serão caracterizados e conhecidos no Capítulo 4, a seguir.

CAPÍTULO 4

CONHECENDO OS SUJEITOS SIGNIFICATIVOS DA PESQUISA: EM BUSCA DE UMA REALIDADE DESCONHECIDA

Nos capítulos anteriores, pôde-se adentrar teoricamente categorias que possibilitaram maior aproximação ao objeto de pesquisa desta tese. No primeiro Capítulo, abordou-se sobre a categoria família, no qual resgatou-se o processo histórico de formação da família ocidental, enfocando a família brasileira em suas particularidades, desde a colonização até a contemporaneidade.

Posteriormente, no segundo Capítulo, aprofundou-se sobre a categoria pobreza, estabelecendo um paralelo entre o entendimento da pobreza unidimensional e a pobreza multidimensional.

No terceiro Capítulo, abordaram-se aspectos históricos dos municípios selecionados para participar da pesquisa empírica, utilizando-se para análise o Índice de Vulnerabilidade Social dos municípios, localizados na Região dos Campos Gerais - PR.

Neste Capítulo, pretende-se conhecer com mais profundidade o conteúdo proposto, adentrando-se ao cotidiano dos sujeitos significativos residentes em cada município selecionado, compreendendo-se as particularidades das famílias chefiadas por homens que estão sozinhos com os filhos, no que diz respeito à manutenção, educação e proteção dos filhos e a interface da masculinidade no cotidiano familiar.

No primeiro tópico deste Capítulo, será exposto o perfil das famílias monoparentais brasileiras, a partir da PNAD-2015. Num segundo momento, caracterizar-se-ão os sujeitos participantes da pesquisa empreendida nesta tese, tendo em vista os critérios estabelecidos para a seleção das famílias.

Especificamente no item 4.2.1, será traçado o perfil dos homens responsáveis por seus domicílios que estão sozinhos com os filhos, os quais foram entrevistados e colaboraram com a compreensão do objeto de pesquisa aqui analisado.

Num terceiro momento, realizar-se-á a análise do conteúdo produzido a partir dos depoimentos dos sujeitos, destacando-se as categorias teóricas estudadas nos capítulos anteriores e categorias empíricas que surgiram nos depoimentos dos entrevistados.

4.1 PERFIL DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS BRASILEIRAS A PARTIR DA PNAD/2015

Segundo Bhering e Fontes (2017), baseados nos dados do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios- 2015), 45,64% das pessoas residem em unidades domésticas formadas por casal com filhos, e a menor proporção, 2,44%, reside em domicílios formados por pessoas sem laços de sangue.

Os domicílios monoparentais representam 11,76% do total de domicílios no país, destes, 87,36% são domicílios monoparentais femininos e 12,63% são de domicílios monoparentais masculinos.

Comparando-se os domicílios chefiados por mulheres com os chefiados por homens, o percentual das chefias masculinas, proporcionalmente, é menor do que as chefias femininas.

No entanto, muitos homens estão quebrando os padrões estabelecidos pela sociedade em relação aos padrões de gênero, de modo que se percebem novas formas de exercer a paternidade e os cuidados com a prole (BHERING; FONTES, 2017).

Como abordado por Abade e Romanelli (2018), observa-se um novo desenho das atribuições paternas, no qual os pais são levados a uma maior aproximação afetiva entre eles e os filhos, diante das mudanças ocorridas na família e na sociedade.

Segundo Priore (2013b), no final do século XIX, os pais já não são chamados de “senhor pai”, mas de papai, de paizinho.

No que diz respeito ao número de filhos, a pesquisa de Bhering e Fontes (2017) aponta que 27,10% das famílias monoparentais possuem 1 filho menor de 16 anos, seguido pelos domicílios com 2 filhos, 13,02%, com idade inferior a 16 anos. Há a predominância dos domicílios com filhos maiores de 16 anos, ou seja, 53,56%. Destes, 57,93% domicílios apresentam chefia masculina e 52,92% apresentam chefia feminina.

Para Bhering e Fontes (2017), essa situação é de extrema importância para se analisar a renda total do domicílio monoparental. Segundo os autores, quando reportam as famílias com filhos maiores de 16 anos, acrescentam que

com a ajuda financeira dos filhos as famílias estariam menos vulneráveis às dificuldades financeiras, diferente daquelas em que os filhos ainda são crianças e possui apenas uma pessoa como principal provedora da renda familiar (BHERING; FONTES, 2017, p. 8).

No que diz respeito à escolaridade, as famílias chefiadas por mulheres apresentam anos a mais de estudo. Neste aspecto, constatou-se que 4 a 7 anos de estudo somam-se 56,31% de famílias chefiadas por mulheres. Com relação à escolaridade dos homens chefes de família, identificou-se que equivale de 1 a 3 anos de estudo, o que totaliza 43,68% das famílias monoparentais com chefia masculina. A partir desses resultados, é possível identificar a baixa escolaridade dos homens em famílias monoparentais.

A pesquisa de Bhering e Fontes (2017), com base na PNAD/ 2015, concluiu que as famílias monoparentais femininas representam o maior número dos domicílios investigados. Com relação aos filhos, as famílias monoparentais femininas apresentam 1 ou 2 crianças menores de 16 anos. As mulheres possuem maior escolaridade, no entanto, as famílias monoparentais masculinas possuem maior rendimento financeiro do que as femininas (BHERING; FONTES, 2017).

Portanto, conhecer o perfil das famílias monoparentais, de modo geral, bem como aquelas chefiadas por homens, com foco na formação das masculinidades, da pobreza e de estratégias de sobrevivência são fatores que permitem uma maior aproximação ao objeto de pesquisa desta tese. Entende-se que esta trajetória possibilita adentrar ao objeto de forma a se compreender o vivenciado por essas famílias, trazendo-as para a visibilidade acadêmica e profissional.

No que concerne à pesquisa empreendida, foram realizadas entrevistas com 14 sujeitos significativos, os quais apresentaram os critérios estabelecidos no início do processo, residentes em 7 municípios da Região dos Campos Gerais - PR.

A seguir, no Quadro 1, são caracterizados esses sujeitos, com os dados sobre escolaridade, idade, ocupação, quantidade de filhos, renda e, ainda, município onde residem.

No item 4.2.1, apresenta-se o perfil dos sujeitos entrevistados, sendo, posteriormente, realizada a análise de conteúdo, a partir dos depoimentos dos homens responsáveis pelos domicílios.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DE PESQUISA: FAMÍLIAS MONOPARENTAIS COM CHEFIA MASCULINA- BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

QUADRO 1 - Caracterização dos Sujeitos de pesquisa

Sujeito	Nome	Idade	Escolaridade	Ocupação	Quantidade de filhos	Renda	Município
1	IG	49 anos	Ensino Fundamental Incompleto	Autônomo (serviços gerais)	6 filhos: 14 anos (F); 8 anos (F); 6 anos (F); 5 anos (M); 4 anos (M); 1 ano (F)	Sem renda fixa	Piraí do Sul- Sujeito 1 (separado)
2	JJC	27 anos	Ensino Fundamental Incompleto	Autônomo (corte de madeira)	1 filho: 8 anos (M)	Sem renda fixa	Piraí do Sul Sujeito 2 (separado)
3	LR	50 anos	Ensino Fundamental Incompleto	Autônomo	3 filhos: 16 anos (F); 14 anos (M); 10 anos (M)	Sem renda fixa	Reserva- Sujeito 3 (separado)
4	AM	40 anos	Ensino Fundamental Incompleto	Beneficiário BPC	2 filhos: 10 anos (F) e 9 anos (M)	R\$ 1.100,00 (BPC)	Reserva- Sujeito 4 (separado)
5	JC	54 anos	Ensino Fundamental Incompleto	Desempregado. (bicos)	1 filha: 19 anos (F)	Sem renda fixa	Sengés- Sujeito 5
6	CC	49 anos	Ensino Fundamental Incompleto	Desempregado	2 Filhos: 11 (M) anos e 7 anos (M)	Sem renda	Sengés- Sujeito 6 (separado)
7	D.M	36 anos	Ensino Fundamental Incompleto	Pensionista INSS	2 filhos: 17 anos (M); 12 anos (M)	R\$ 1.100,00	Ivaí Sujeito 7 (viúvo)
8	VG	42 anos	Ensino Fundamental Incompleto	Servente de pedreiro	1 filho: 11 anos (M)	R\$ 60,00 por dia	Ivaí- Sujeito 8 (separado)
9	VM	40 anos	Ensino Fundamental Incompleto	Autônomo- serv. pedreiro	1 filho: 12 anos	R\$ 100,00 por dia	Imbaú- Sujeito 9 (separado)
10	AM	45 anos	Ensino Fundamental Incompleto	Trabalho Formal (ajudante de asfalto)	2 filhas: 13 anos (F); 6 anos (F)	R\$ 1.500,00	Imbaú – Sujeito 10 (viúvo)
11	VVM	46 anos	Ensino Fundamental Incompleto	Trabalho informal	2 filhos: 18 anos (M); 14 anos (F)	s/renda fixa	Ortigueira Sujeito 11 (separado)
12	GPS	58 anos	Ensino Médio Completo- (EJA)	Autônomo	1 filho: 6 anos	s/renda fixa	Ortigueira Sujeito 12 (separado)
13	AG	40 anos	Ensino Fundamental Incompleto	Desempregado (BPC- filho)	2 filhos: 18 anos (M); 6 anos (M)	R\$ 1.100,00 (BPC)	Ventania Sujeito 13 (viúvo)
14	JRS	43 anos	Ensino Médio Incompleto	Trabalho Informal	3 filhos: 15 anos (F); 14 anos (M); 7 anos (F)	R\$ 60,00 por dia	Ventania Sujeito 14 (separado)

Fonte: A autora (2021)

No Quadro 1, visualizam-se algumas características dos sujeitos entrevistados na pesquisa, observa-se que as idades dos participantes são variadas, porém com maior relevância a partir dos 40 anos, apresentam baixa escolaridade e renda inferior a 1 salário-mínimo vigente no país, dados a serem abordados no tópico seguinte, em que se realiza o perfil dos entrevistados.

4.2.1 Perfil dos participantes significativos da pesquisa

Como abordado anteriormente, os sujeitos participantes da pesquisa foram selecionados a partir do CADÚNICO. Com base nos dados fornecidos no Cadastro Único, destaca-se que a média de idade dos participantes da pesquisa é de 44,2 anos, sendo o participante do município de Piraí o que apresentou menor idade, 27 anos, e o de Ortigueira com maior idade, 58 anos. Com relação à escolarização, tem-se: 85,6% apresentam ensino fundamental incompleto, 7,2% ensino médio incompleto e 7,2% com ensino médio completo.

No que diz respeito à atividade remunerada, os participantes apresentaram: 7,2% com trabalho formal, sendo-lhes garantidos os direitos trabalhistas, conforme legislação vigente; 7,2% dos participantes recebem benefício previdenciário e 14,2% recebem benefício assistencial – BPC; 14,2% estão desempregados e 57,2% trabalham como autônomos, em serviços considerados “bicos”, como o corte de madeira e a construção civil, atividades que não garantem os direitos trabalhistas vigentes no Brasil.

No que diz respeito à renda, tem-se 21,4% que recebem 1 salário-mínimo por mês (R\$ 1.100,00); 7,2% recebem mais de 1 salário-mínimo e $\frac{1}{2}$ por mês (R\$1.500,00); 14,2% estão sem renda, e 57,2% não possuem renda fixa, por conta da realização de “bicos”, tendo ganho esporádico de R\$ 60,00 a R\$ 100,00 por dia.

No que diz respeito à quantidade de filhos no domicílio, as famílias com chefia masculina apresentam: 42,8% com 2 filhos, 35,8% possuem 1 filho, 14,2% possuem 3 filhos e 7,2% com 6 filhos, no mesmo domicílio.

Quanto ao estado civil dos homens, chefes de família monoparental, declaram: 78,6% são separados e 21,4% são viúvos. O destaque para esse dado será abordado na análise dos depoimentos dos sujeitos, tendo em vista que a monoparentalidade em decorrência da viuvez apresenta um discurso de comoção dos participantes, tanto pelos filhos que ficaram órfãos como pelas adversidades

enfrentadas. Pela monoparentalidade em decorrência da separação observa-se certa indignação, por não haver políticas públicas para o atendimento às suas demandas e um discurso a partir da formação da masculinidade, a qual coloca em descrédito a atitude feminina, por permitir os filhos ficarem com os pais.

Ressalta-se que os sujeitos participantes da pesquisa foram selecionados a partir dos critérios estabelecidos no início do processo de pesquisa. Por conta da pandemia da Covid-19, procurou-se acrescentar outro critério de seleção, ou seja, pessoas que aceitassem participar das entrevistas via aplicativo, devido às restrições sanitárias e a não participação em entrevista presencial. De certa forma, a pandemia inviabilizou o contato presencial com os sujeitos de pesquisa, dificultando, por parte de alguns, o aceite dos “sujeitos” em nova modalidade, via aplicativo.

Realizada a etapa da entrevista, na qual utilizou-se um roteiro preestabelecido, fez-se a escuta dos áudios e transcrição dos depoimentos dos sujeitos, a fim de materializar o que fora verbalizado pelos participantes. Com os dados coletados, passou-se para a fase seguinte, a análise do conteúdo produzido, analisando-se os depoimentos a partir das categorias trabalhadas anteriormente, trazendo novos conteúdos destacados pelos sujeitos.

Diante do material produzido, na sequência apregoam-se os trechos dos depoimentos que foram discutidos por tópicos.

4.2.2 Famílias monoparentais com chefia masculina: significados sobre Família e os papéis sociais

Conforme discutido no Capítulo 1, a sociedade contemporânea possui utilizações metafóricas do termo família, ao mesmo tempo que o termo pode significar parentela, também significa linhagem ou reputação. Família pode designar os indivíduos ligados por sangue, aliança, designar a partilha da unidade familiar, ou mesmo linhagem nobre, ou conjunto de parentes vivos ou mortos que partilham a mesma história, ou seja, o termo família é considerado polissêmico (SEGALEN, 1999).

Para Staudt e Wagner (2008), a família está diretamente ligada aos processos de transformação da sociedade. Ao se discutir sobre o tema família, deve-se respeitar e compreender suas nuances. “[...] É preciso ter um olhar cuidadoso sobre diversos aspectos que permeiam este fenômeno” (STAUDT; WAGNER, 2008, p.181). Portanto,

é preciso identificar as nuances da contemporaneidade que tornam as relações cada vez menos generalizáveis, bem como compreender o contexto sócio-histórico-cultural.

No que diz respeito às entrevistas com os sujeitos participantes da pesquisa que compõem as famílias com chefia masculina, quando abordado sobre o tema família, os entrevistados, por vezes, não conseguiram definir, de forma clara, o que seria essa instituição para eles.

[...] Família é estar presente, é ter filho, é amor e carinho (Sujeito 2 - Piraí do Sul).

[...] família, eu acho, é tudo na vida da gente. Toda pessoa tem que ter uma família, viver sozinho é impossível (Sujeito 3 – Reserva).

[...] família, pra mim, é tudo! [...] Tudo o que eu fiz e faço é por eles, entendeu? E isso eu já botei na cabeça desde quando eu fiquei com eles, então pra mim, nunca mudou [...]: família pra mim é tudo! Eu não tenho palavras pra definir isso, na verdade [...] tudo que eu fiz e faço é por eles, entendeu? [...] pra falar a verdade pra você, eu nem penso muito em mim, eu penso neles até hoje, entendeu? (Sujeito 11 - Ortigueira).

Segundo Vares (2016), nascemos num mundo já constituído que possui um conjunto de valores, crenças, normas, modos e usos. Para se desfrutar da “[...] condição de ser social deve-se internalizar um sistema de signos que já está dado” (VARES, 2016, p. 107), ou seja, no processo de socialização incorpora-se essas representações culturais. Para o autor, a educação enquanto instrumento social converte essas representações coletivas em algo interior, primeiramente através da instância familiar e, posteriormente, pela instância escolar. Infere-se com isso que, por mais que os sujeitos entrevistados não consigam definir o que seja a família, observa-se a internalização dos signos, quando mencionam que a “[...] família significa tudo pra eles” (*sic*), ou mesmo, “[...] que toda pessoa tem que ter uma família” (*sic*). São valores, ações, usos e costumes que extrapolam os indivíduos e suas consciências, são ações repetidas porque não decorrem das ações ou vontades individuais, mas de um passado que antecede a todos eles.

Para os sujeitos 3 e 11, família engloba todas as áreas de suas vidas, e a dedicação dos entrevistados a essa instituição fez com que eles substituíssem outras áreas de suas vidas pelo empenho aos filhos. A vida amorosa, dentre outras áreas, foi “deixada de lado” para o atendimento ao seu núcleo familiar composto com os filhos. Por outro lado, para o Sujeito 6, do município de Sengés, família engloba as pessoas juntas e de várias gerações: “[...] família, eu acho, é ter meus filhos, embora ela (*ex-esposa*), não esteja junto. É também meu pai, minha mãe” (*sic*) (Sujeito 6 - Sengés). Em alguns momentos, os sujeitos designaram família como sendo um

conjunto de parentes que partilham a mesma história, ou mesmo uma linhagem. Isso leva a crer que essa definição seja pela polissemia do termo, como abordado por Segalen (1999).

[...] Minha família era só com a mãe dele, hoje eu moro sozinho, cuido dele, não tive mais família, você entende? Hoje é só eu e ele e Deus (Sujeito 9 - Imbaú).

Para o Sujeito 9, do município de Imbaú, família é constituída de pai, mãe e filhos, e residir somente com o filho não significa ter uma família. Como abordado por Samara (2002), mencionado no Capítulo 1, muitos valores morais e religiosos advindos da crença católica, com base judaico-cristã, influenciaram consideravelmente a formação da família brasileira no que diz respeito à união entre homens e mulheres. Infere-se que, no imaginário coletivo, a dimensão estrutural construída a partir do “padrão” pai, mãe e filhos seja considerada família, e as demais tornam-se irrelevantes, não tendo a mesma conotação de família.

Observa-se no depoimento do Sujeito 4, do município de Reserva, que família para ele significa responsabilidade. Para o Sujeito 5, do município de Sengés, e Sujeito 9, de Imbaú, família significa respeito. Basicamente, os depoimentos englobam os valores repassados pela instituição.

[...] família significa tudo [...]. Família é ensinamento, para um homem ter uma responsabilidade maior. Eu digo: quando o homem é solteiro é uma coisa, e a vida com a família é outra, completamente diferente [...], no modo de agir, no modo da gente pensar (Sujeito 4 - Reserva).

[...] família pra mim é a mulher e os filhos, mas já que não deu pra mim, daí continua a filha e o neto [...]. Quando é família mesmo, é respeito um com o outro (Sujeito 5 - Sengés).

[...] família na realidade seria respeito e educação (Sujeito 9 - Imbaú).

No município de Piraí do Sul, o Sujeito 1, verbaliza que família para ele, significa cuidado e proteção.

[...] Pra mim, família seria tudo na vida [...]. Nas coisas do mundo, qualquer coisa que a gente consiga, a gente consegue de novo [...], mas um filho, a gente não consegue mais, perdeu... só a saudade depois. Pra mim, família é cuidado é zelo é tudo (Sujeito 1 - Piraí do Sul).

Considerando-se que, para o Sujeito 1, de Piraí do Sul, família significa tudo, tal definição engloba o que os demais sujeitos já mencionaram: respeito,

responsabilidade, cuidado, proteção, educação. O Sujeito 7, de Ivaí, complementa com o elemento união, ou seja, os membros da família estarem sempre ajudando uns aos outros “[...] Ah! Família, na verdade, tá tudo unido, né? [...] União, é o mais importante” (sic) (Sujeito 7 - Ivaí). De modo geral, para os sujeitos entrevistados, a família em si não constitui uma instituição criada pelos homens em suas relações, mas um local onde se estabelecem valores como respeito, responsabilidades e sentimentos. Ou seja, há muitas significações dadas a instituição família.

Com base na abordagem feita por Amaro (2014), já discutida no Capítulo 1, observa-se que nos depoimentos foram destacadas três dimensões da família: a dimensão funcional, que diz respeito à proteção, satisfação das necessidades e socialização; a dimensão relacional, que diz respeito às relações afetivas entre os membros da família; e a dimensão simbólica, que são os valores, atitudes e o ideal de vida de seus membros. De modo geral, para os entrevistados família significa *lócus* de proteção, união e afeto.

Por outro lado, nota-se contradições no discurso dos entrevistados quando se aborda a categoria família. Ao mesmo tempo que pode significar um local de proteção e de agregação de valores e sentimentos, pode significar um local de violação de direitos e de desproteção social. Segundo o Sujeito 12, do município de Ortigueira, e os Sujeitos 9 e 10, de Imbaú, na família de origem não tiveram apoio, carinho ou proteção. Segundo o entrevistado 12, não se sentia valorizado:

Eu me criei dentro de uma caixa, na roça, trabalhando. Eu tenho sete irmãos. A hora que nós conseguia sair de dentro da caixa tinha uma enxada esperando nós pra trabalhar. Meu pai dava muito mais valor pra um cavalo e um revólver, do que pra uma fazenda. Eu me criei desse jeito. [...] Então, a maior parte das famílias só entende quando os pais morrem. Agora, uma coisa eu tenho orgulho, eu fiz tudo pela minha família, e vou fazer até o final da minha vida. A família é tudo na vida da gente. Só que não tem explicação, dizer o quê? Como vou falar alguma coisa, se eu estou aqui vivendo sozinho com meu piá de 6 anos de idade? Meu filho não tem ninguém por ele e daí acho que os outros filhos são de mal comigo. Eu não tenho o que falar sobre família, eu tenho que aprender, desculpa. Esse meu ‘causo’ não tem explicação (Sujeito 12 - Ortigueira).

Nos relatos dos Sujeitos 9 e 10, nota-se um discurso de desproteção e violência:

Eu apanhava se não trabalhasse [...] eu trabalho desde os 8 anos de idade, eu trabalhava na zona rural. Comecei a trabalhar em serviço leve com 7 anos, com 8 anos era serviço pesado, já com arado velho (Sujeito 9 - Imbaú).

[...] meu pai tomava uns gole e a gente tinha que dormir no mato, daí eu pegava e saía né? eu morava no sitio, fazia um servicinho, ganhava meu dinheirinho, assim a gente foi aprendendo a trabalhar, a ter educação. A gente foi aprendendo na casa dos outros, e não com a família da gente[...] por exemplo, eu chegava na casa da pessoa, ele dava serviço, eu ficava trabalhando, eu tratava de galinha, tratava de um porco, as vezes não podia fazer o serviço pesado, daí fazia o serviço leviano, daí ficava lá, quem me dava o que comer e beber eu ficava, isso foi a partir dos meus 10 anos (Sujeito 10- Imbau).

Com base na legislação vigente, especificamente o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, a família deve ser um local de apoio e proteção. Quando isso não ocorre, a sociedade e o Estado devem intervir, a fim de fornecer proteção social aos membros mais vulneráveis, que no caso do ECA estabelece essa proteção às crianças e adolescentes. No entanto, essa legislação é recente, o ECA foi sancionado em 1990, pela Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990).

Pelo relato do Sujeito 12, de Ortigueira, em sua infância não havia proteção familiar, nem da sociedade, nem do Estado, o que pode ter contribuído para certa decepção no seu depoimento, bem como sobre a indefinição da instituição família. Em certos momentos, o Sujeito 12 relata situações de violência na infância recebidas do pai, porém almeja fazer diferente com seu filho, por vezes mencionando:

[...] eu fui criança, eu não tive carinho, eu sofri, eu sei o que já passei [...] vejo maldades com criança, eu choro [...] eu vivia dentro de um caminhão com meu piá [...] quem vai acreditar que tem um homem cuidando de uma criança? [...] eu não tenho condições, mas eu cuido do meu filho [...] quero que ele me tenha como herói (Sujeito 12 - Ortigueira).

Diante disso, observa-se um depoimento de autossuperação vivenciada na história do Sujeito 12, que procura tirar forças de algum lugar para superar o vivido na infância e fazer diferente com seu filho. Possivelmente, por isso não consegue definir o que seja família, mas internamente sabe o que não quer que seja. No decorrer do depoimento, o Sujeito 12 procura esclarecer: “[...] eu preciso aprender sobre família” (*sic*). Talvez, por essa vivência, enquanto muitos não assumem a proteção, manutenção e cuidados com os filhos, o Sujeito 12 e os demais quiseram permanecer.

Outra categoria que emergiu nos depoimentos dos sujeitos diz respeito aos papéis sexuais. Segundo Heller (1989, p. 94), “[...] quanto mais se estereotipam as funções de ‘papéis’, tanto menos pode ‘crescer’ o homem até a altura de sua missão histórica, tanto mais infantil permanece” Para a autora, o papel social não nasce casualmente, mas é resultado de numerosos fatores da vida cotidiana, em todos os estágios do desenvolvimento social, o homem nasce num mundo já estabelecido,

numa estrutura consuetudinária já feita, ou seja, os homens aprendem os usos, os costumes daquela sociedade.

A pessoa intimamente vinculada com as normas em que está inserida sente a presença da sociedade mesmo quando a sociedade, em si, não está presente. Por conta disso, o sujeito comporta-se conforme o papel estereotipado pela sociedade. As reflexões de Durkheim (2007) sobre o “fato social” possibilitam um melhor entendimento sobre esse fenômeno. Para Durkheim (2007), o fato social possui três traços: a exterioridade, coercitividade e generalidade.

A coercitividade presente nos depoimentos dos sujeitos “[...] remete ao caráter impositivo dos fatos sociais [...] como pressão exercida pelo grupo organizado sobre o indivíduo isolado” (VARES, 2016, p. 108). Segundo Vares (2016), a coerção vem acompanhada de sanções difusas ou institucionalizadas, gerando constrangimento direto ou indireto. Direto quando da violação das regras sociais desencadeia sanções; indireto quando o indivíduo necessita se submeter a certos procedimentos para obter êxito em determinadas atividades sociais. Para o autor, a coerção não se dá somente de fora para dentro, tem o caráter intersubjetivo, existe uma pressão interior de cunho eminentemente psíquico que se impõe pelo processo de socialização do indivíduo, denominado internalização das normas.

Como observado por Durkheim (2007, p.3):

Se não me submeto às convenções do mundo, se, ao vestir-me, não levo em conta os costumes observados em meu país e minha classe, o riso que provoço, o afastamento em relação a mim produzem, embora de maneira mais atenuada, os mesmos efeitos que uma pena propriamente dita. Ademais, a coerção, mesmo sendo apenas indireta, continua eficaz. Não sou obrigado a falar francês com meus compatriotas, nem a empregar as moedas legais; mas é impossível agir de outro modo.

Portanto, os estereótipos descrevem detalhadamente o que o sujeito deve fazer, ou seja, converter-se ao dever, numa exigência externa e a atitude será uma internalização dos valores e normas daquela sociedade.

Para Staudt e Wagner (2008), a família constitui-se um dos segmentos em que as atribuições destinadas a cada membro servem com um recurso para organizar o grupo humano e mantê-lo dentro de determinada ordem, portanto, a família exerce certos tipos de controle social e subordinação. Para os autores “[...] isto se reflete na definição, por exemplo, do que é ser mãe, filho, pai, criança, homem, mulher, sem que

essas formas de relação, muitas vezes, sejam questionadas, garantindo o desempenho previsto de cada papel” (STAUDT; WAGNER, 2008, p. 177).

Nos depoimentos dos sujeitos entrevistados observa-se a presença do “papel” estereotipado pela sociedade.

[...] quando você está em um relacionamento, a maioria das coisas da casa é de praxe da mãe, não que eu estou sendo machista. Tipo assim, o homem fica fora de casa o dia inteiro, trabalha o dia inteiro, quem está participando de tudo, o dia inteiro com eles (filhos) é a mãe (Sujeito 4 - Reserva).

[...] eu me lembro que minhas irmãs ajudavam a minha mãe a lavar roupa, na verdade, você nem sabe! Você nem faz ideia do que eu tô falando, lavava roupa no rio, assim, em cima da tábua, sabe? A minha mãe levava as minhas irmãs junto, eu me lembro. Eu e meus irmãos não, meus irmãos ajudavam meu pai, trabalhava na roça [...] meu pai levava meus irmãos na roça e a minha mãe ficava lá com as meninas né? Minhas irmãs ali, cuidando da cozinha, lavando roupa, limpando a casa né? a casa nem tinha, né? Chão batido, então, paiol que falavam. O que eu posso dizer é que isso acontecia, o respeito cem por cento, isso toda vida, educação toda vida em primeiro lugar (Sujeito 8 - Ivaí).

Segundo Amaro (2014) a lógica capitalista de produção assente na divisão sexual do trabalho. A mulher ocupa-se preferencialmente das tarefas domésticas, contribuindo para que o homem tenha maior disponibilidade para a produção. Por mais que as mulheres tenham conquistado espaço no mercado de trabalho, ainda perpetua, no imaginário coletivo, que as tarefas domésticas são atribuições femininas. Neste caso específico, da família monoparental, mesmo sem a presença da figura feminina, a lógica capitalista ainda permanece no imaginário do depoente, o qual argumenta que, “de praxe”, a maioria das coisas de casa são atribuições da mulher.

[...] O que tiver pra fazer a gente faz, faço a parte muitas vezes da mulher, que não tem. A parte da mulher é cuidar da casa. Como não tem ela, daí sou eu. Daí a limpeza e algo pra comer (Sujeito 6 - Sengés).

[...] Eu sou o homem e a mulher na casa. Trago o sustento e faço os cuidados da casa. Eu me vejo nos dois papéis (Sujeito 2 - Piraí do Sul).

[...] porque agora eu tenho que ser pai e mãe, eu tenho que cuidar deles, fazer o que eu puder (Sujeito 10- Imbaú)

A partir dos depoimentos apresentados, infere-se que há um esforço dos pais nos cuidados com a casa e com a prole, porém, essa tarefa é considerada por eles uma atribuição feminina. Um dos entrevistados menciona não ser machista, mas como a mulher fica o dia inteiro na casa, a incumbência das atividades da casa e com os

filhos seria dela. Na ausência da companheira, ele faz o serviço, no entanto, reforça que seria atividade praticamente feminina.

Sabe-se que não é um processo fácil romper com os “papéis” instituídos social e historicamente, enquanto modelos de identificação. Segundo Staudt e Wagner (2008, p. 178), “[...] o pai ocidental, que vem se desenvolvendo em um sistema capitalista com fortes heranças do patriarcado em sua forma mais arcaica, certamente possui características que correspondem às exigências e pressupostos deste cenário”.

Scott (1989), quando aborda os estudos de gênero, aponta para a questão de as relações sociais serem baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, os conceitos normativos das instituições colocam a oposição binária entre os sexos, como abordado no Capítulo 1 desta tese. Por outro lado, nas famílias monoparentais com chefia masculina, existe a demanda de um pai envolvido na criação dos filhos, uma vez que se encontra sozinho nos cuidados, manutenção e sua proteção. Neste cotidiano, paulatinamente, veem-se algumas modificações relativas ao papel feminino e masculino.

No depoimento do Sujeito 1, do município de Piraí do Sul, o Sr. IG relata que auxilia os filhos na rotina da casa. Quando da necessidade do banho diário, no entanto, separa as meninas para a filha adolescente e os meninos ficam por sua conta, ou seja, realiza a separação na intimidade do banho. O Sujeito 10, do município de Imbaú, também acrescenta essa dificuldade nos cuidados com o banho da filha mais nova.

[...] e assim eu vou encaminhando um por um e vendo a roupa deles. As meninas, eu digo pra menina mais velha, as três irmãzinhas você dê o banho, você troca elas. Os piázinhos (meninos) deixa que eu me viro (Sujeito 1 - Piraí do Sul).

O depoimento do Sujeito 10, do município de Imbaú, refere que:

[...] Quem se fosse homem, a gente poderia levar numa banheira, dar um banho, agora menina, como a gente vai dar um banho? Não pode dar um banho. Quando for pequena, e quando crescer? Agora tem a grande (filha maior) prá dar banho na pequenininha, cuidar dela. A minha dificuldade é grande! (Sujeito 10- Imbaú).

Na realidade, ainda há uma primazia feminina no cuidado e proteção das crianças e adolescentes em comparação aos homens. Para Staudt e Wagner (2008) “[...] os aspectos legais também contribuem para a manutenção de um modelo mais

tradicional de parentalidade, pois se encontram ainda fortemente atrelados às dicotomias diante dos gêneros masculino e feminino” (STAUDT; WAGNER, 2008, p. 180).

No que diz respeito aos depoimentos, um dos destaques é do Sujeito 7, do município de Ivaí, segundo o qual não há diferença nas tarefas para homens e mulheres, bem como do Sujeito 11, o qual acrescenta que, desde a infância, aprendeu a fazer “de tudo”, o que o favoreceu quando se viu sozinho nos cuidados com os filhos e afazeres domésticos.

[...] porque daí nós nos ajudamos, um tá fazendo uma coisa, o outro tá fazendo a outra [...] todo mundo tem que se ajudar por causa que um vai fazendo uma coisa, outro vai fazendo a outra [...] (Sujeito 7 - Ivaí).

[...] Não tinha diferença, porque tudo tinha que fazer [...] eu acho que tudo que eu aprendi foi positivo porque eu aprendi a fazer tanto faz coisa de menina ou menino. [...] cozinhar mesmo, eu sempre aprendi e já aprendi desde que era pequeno e eu queria fazer [...] ajudou bastante, porque depois que eu fiquei sozinho não tive dificuldades porque quando eu conheci ela (esposa), eu já sabia fazer as coisas (Sujeito 11 - Ortigueira).

O Sujeito 11 acrescenta também que, para o filho de 18 anos e a filha de 14 anos, procura repassar esses valores, ou seja, todos devem ajudar, independentemente de ser atribuição de um ou do outro: “[...] *Eles fazem tudo na casa, entendeu? limpam, fazem o serviço da casa [...] já aprenderam assim e cresceram assim*” (sic) (Sujeito 11 - Ortigueira).

Até mesmo quando abordado sobre a presença da companheira, o Sujeito 7 menciona que um auxiliava ao outro quando conviviam no mesmo domicílio.

[...] Sempre que eu tivesse em casa, ajudava, assim como os piá, os dois né? [...] Mesma coisa, sempre se ajudando, um fazia uma coisa, o outro ia fazendo outra (Sujeito 7 - Ivaí).

Observa-se que o Sujeito 7 menciona o verbo “ajudar”, que significa “auxiliar”, contudo não refere as tarefas como sendo parte de suas atribuições enquanto pertencente àquela casa – limpar, organizar, arrumar, cozinhar, lavar –, dentre outras atribuições consideradas pela sociedade como femininas.

Interessante mencionar que o Sujeito 11, de Ortigueira, e o Sujeito 13, de Ventania, comentam que desde a infância fazem “de tudo”, ou seja, tarefas da casa e de fora do domicílio, não havendo, na infância, a distribuição de tarefas conforme a separação biológica. No entanto, quando se aborda a questão das brincadeiras na

infância, o Sujeito 11 menciona que havia diferença entre o que seria próprio para meninos e para meninas.

[...] Era tudo meio igual, todo mundo tinha que trabalhar na roça, se virar. Ir com chinelo de dedo pra escola e um pacote de arroz tipo mala. [...] todo mundo fazia tudo ao mesmo tempo, tinha que trabalhar pra ganhar o pão de cada dia [...] essa parte todo mundo se ajudava (Sujeito 13 - Ventania).

[...] tinha diferença nas brincadeiras, os meninos não brincavam junto com as meninas [...] os meninos brincavam de carrinho, de bola, entendeu? E as meninas já gostavam ...brincavam de bonecas, fazer casinha, comidinha, que naquela época faziam muito, hoje as crianças não fazem mais isso né? (Sujeito 11 - Ortigueira).

Ao mesmo tempo que o Sujeito 11 menciona que havia brincadeiras separadas pelo sexo biológico, as atribuições no trabalho doméstico e na roça eram tarefas realizadas por todas as pessoas da casa, como já abordado anteriormente.

Outro ponto a ser destacado diz respeito aos homens na atribuição de pais. Nota-se que, na contemporaneidade, eles enfrentam diversas contradições, seja no cotidiano familiar e também no âmbito legal, quanto aos direitos vigentes. Segundo Staudt e Wagner (2008), a Consolidação das Leis do Trabalho- CLT estabelece uma disparidade em relação às licenças-maternidade e paternidade, a qual disponibiliza 120 dias de licença às mulheres e 5 dias de licença aos homens, reforçando-se, assim, a separação entre o direito masculino e direito feminino. Para Staudt e Wagner (2008, p. 180), “[...] a mulher está amparada pela lei e respaldada pelo senso comum de que a ela compete a tarefa de educação na família”. Nesse aspecto, a Lei reforça a dicotomia existente na sociedade, que estabelece ao homem ser forte e viril e à mulher frágil e cuidadora do lar.

Observam-se também, no decorrer dos depoimentos, as contradições dos sujeitos entrevistados, as quais surgem com alguma frequência, pois, ao mesmo tempo que os homens verbalizam não haver diferenças entre as atribuições femininas e masculinas, contradizem em outros momentos com algumas particularidades de esse agir, no que diz respeito às atribuições de homens e mulheres.

[...] depois a gente começa a se adaptar bem, só no começo foi difícil. Eu tinha muita coisa que eu tinha vergonha de fazer... lavar roupa, tinha vergonha, mas as pessoas vão conhecendo a gente, daí você acaba perdendo aquela vergonha e o tempo vai passando e eles (filhos) também foram crescendo, me ajudando e passou, entendeu? (Sujeito 11 - Ortigueira).

Esse depoimento reforça o que já foi discutido anteriormente sobre a interiorização em relação aos papéis sociais. Por vezes, se tenta romper com o que está estabelecido na sociedade e encontra resistências em si mesmo, há uma negação e, da mesma forma, um reforço quanto a determinadas atribuições para os homens e para as mulheres.

[...] se você está sozinho, você não vai fazer só a sua função de pai, mas de pai e mãe, entendeu? Você vai fazer duas funções em uma só, por isso é tão difícil [...] porque você tem que dar carinho [...] fazer isso, ter que dar aquilo, fazer duas coisas em uma só, entendeu? (Sujeito 11 - Ortigueira).

Ao mesmo tempo que se avança nos discursos, na prática cotidiana, por vezes, reforça-se o que está interiorizado pelo sujeito.

Neste tópico, pode-se discutir sobre a categoria família e os papéis sociais atribuídos aos homens e mulheres na lógica da família ocidental capitalista. Nos depoimentos, observa-se a dificuldade dos entrevistados em verbalizar o significado desta instituição, no entanto, certa internalização dos signos, valores, modos de vida, que por vezes não decorrem de ações e vontades do indivíduo, devido às construções que antecedem ao próprio sujeito. Há significações dadas à instituição, principalmente em relação aos valores, os quais exercem certos tipos de controle social e subordinação dos indivíduos.

Nota-se contradições nos discursos, em certos momentos a família significa proteção e agregação de valores, e, em alguns momentos, significa local de violação de direitos e desproteção social. Os papéis sociais surgem significativamente nos depoimentos dos entrevistados, como resultado da vida cotidiana, em que são repassados atribuições e comportamentos designados para o masculino e para o feminino, no espaço público e no espaço privado.

Na lógica capitalista, a mulher ocupa-se preferencialmente das tarefas domésticas e atribuições no espaço privado do lar, contribuindo para que o homem tenha maior disponibilidade para o trabalho e para a produção. No caso da família monoparental masculina, mesmo sem a presença da figura feminina, a lógica capitalista e a forte herança do patriarcado ainda permanece no imaginário dos depoentes.

4.2.3 Famílias monoparentais com chefia masculina: vulnerabilidades e estratégias de sobrevivência em meio à pobreza

No decorrer das entrevistas, os homens chefes de famílias monoparentais verbalizaram algumas vulnerabilidades apresentadas no cotidiano familiar.

[...] o homem cuidar sozinho de um filho é difícil [...]. Tem os dois lados, porque tem mulher cuidando dos filhos sozinha também... é difícil. Na realidade, as mulheres, pelo menos, ganham pensão, eu não tive pensão da mãe das crianças. [...] se a gente tivesse condições de não precisar trabalhar fora e cuidar deles, ou poder contratar uma empregada e cuidar deles, enquanto trabalha (Sujeito 3 - Reserva).

A princípio, a maior dificuldade abordada pelo Sujeito 3, do município de Reserva, seria a questão financeira, alegando não receber pensão da ex-companheira, que poderia ajudar nas despesas. Argumenta que se tivesse condições, contrataria uma empregada para cuidar dos filhos, verbalizando que a condição financeira favorável poderia suprir a falta de uma outra pessoa adulta, nos cuidados diários com os filhos.

Para os Sujeitos 5 e 6, do município de Sengés; os Sujeitos: 8, de Ivaí, e o Sujeito 10 de Imbaú, essa situação também apareceu como relevante:

[...] se o homem tem condição melhor, ele tem outros tipos (formas) de cuidar; outras pessoas pra cuidar [...]. Dificuldade, sentia um pouco... tinha que levar na escola, buscar, reunião de pais. Bastante dificuldade (Sujeito 5 - Sengés).

[...] Deixar nas mãos de outros pra trabalhar, sabe, eu tenho que dividir o quê? Vou ter que dividir metade do que eu ganho praticamente, pra alguém cuidar dos dois meninos, ninguém faz nada de graça! (Sujeito 6 - Sengés).

[...] Eu trabalho cedo pra comer a tarde, então, se fosse pra mim pagar pra cuidar do meu filho, jamais eu ia conseguir né? Ai daí eu não sei o que eu ia fazer com ele. Eu agradeço muito a minha irmã cuidar bem dele, porque ficar com outra pessoa, tipo uma diarista, eu nunca tive condições. Isso é a pura verdade, não tenho! (Sujeito 8 - Ivaí).

[...] Se a pessoa é rica ela tem condições de pagar pra cuidar dos filhos, e a gente que é pobre não. Se a gente for pagar pra uma pessoa, não vai sobrar nada, no preço que está as coisas, o salário é pouco. A gente acaba tendo que deixar as crianças pra ir atras do ganha pão (Sujeito 10 - Imbaú).

No caso específico, do Sujeito 3, do município de Reserva, o Sr. L.R., surge uma outra situação, no qual verbaliza:

[...] Minha atual esposa ... ajuda a cuidar das crianças e na parte financeira, tudo ela ajuda [...] antes da segunda mulher eu que fazia tudo. Tinha vez que ela (filha) queria aprender a cozinhar, mas era pequena, eu não deixava, tinha medo por causa do fogão. No finalzinho, um ano que tinha arrumado minha mulher, ela começou a cozinhar (Sujeito 3 - Reserva).

Observa-se, por meio do depoimento do Sujeito 3, que a monoparentalidade apresenta algumas vulnerabilidades, a exemplo dos filhos pequenos, que exigem uma atenção especial diante dos perigos existentes no cotidiano. Por não ter outro adulto na divisão dos cuidados dos filhos, estabelece-se uma fragilidade familiar. Isto é demonstrado pelo Sujeito 3, quando verbaliza que tinha receio de a filha manusear o fogão, em virtude de ser pequena e, assim, correr algum tipo de risco. Porém, quando ele conseguiu outra companheira, sentiu-se mais seguro, pois haveria uma pessoa adulta auxiliando a criança.

Na ocasião da entrevista, o Sr. L.R, de Reserva, encontrava-se com outra companheira, que o auxiliava financeiramente e nos cuidados com os filhos, situação que tem amparado a família, em vários aspectos. No entanto, a composição familiar apresentada no CADÚNICO aponta a composição familiar monoparental, constituída por somente um responsável adulto e os filhos. Neste caso específico, por não acrescentar a atual companheira no CADÚNICO, observa-se essa atitude como uma estratégia de sobrevivência em meio à adversidade, ou seja, a renda da atual companheira poderia comprometer a análise da renda familiar e a família ser excluída do programa social.

Especificamente o caso do Sr. L.R, ao ter outro adulto na família para auxiliar nos os afazeres da casa, nos cuidados com os filhos e na questão financeira, a situação ameniza as dificuldades familiares, porém, o fato de ter uma nova companheira no domicílio não foi informado ao entrevistador do Cadastro Único.

Outro ponto destacado no depoimento do Sujeito 3, de Reserva, seria a dificuldade do depoente quanto ao relacionamento pai-filhos, a partir do momento que os filhos cresceram. Enquanto os filhos eram pequenos, segundo o entrevistado, ele conseguia exercer sua autoridade, ao passo que, a partir de certa idade, com o crescimento dos filhos, isso tornou-se um empecilho.

[...] A maior dificuldade é quando as crianças crescem. Quando são pequenas a gente dominava, levava junto trabalhar, depois que eles cresceram, querem ser 'donos do nariz' deles [...] A mãe ficou longe, nunca deu nada pra eles, quando vinha visitar era a cada três anos. A maior dificuldade foram as crianças crescerem e ir embora com a mãe, que nunca deu nada pra eles [...]. Minha família de origem deu uma boa base. No meu ponto de vista ajudou, no ponto de vista dos filhos atrapalhou. Os pais antigamente eram rígidos, os filhos hoje querem liberdade. Os filhos não aceitam muito, acharam que com a mãe seria diferente (Sujeito 3 - Reserva).

Após oito anos de convivência com os filhos, em família monoparental, no final do ano de 2020 os filhos do Sujeito 3, do município de Reserva, optaram por morar com a mãe, situação em que o entrevistado alega ter sido por conta de os filhos terem crescido e começarem a fazer suas próprias escolhas. Semelhantemente à situação de conflitos familiares, o Sujeito 5, do município de Sengés, relata que na adolescência da filha as dificuldades aumentaram:

[...] Tive dificuldade em ter que estar cuidando quando ela ficava andando pra cima e pra baixo, em vez de ficar em casa (Sujeito 5 - Sengés).

Amaro (2014) afirma que a família possui algumas dimensões, como abordado no Capítulo 1. Particularmente, o Sujeito 5, do município de Sengés, menciona dificuldades com a filha na fase da adolescência, em que a dimensão funcional no que se refere à proteção ficou fragilizada, bem como a dimensão relacional quanto às relações afetivas entre pai e filha. Essa situação desencadeou conflitos. Posteriormente, com a gravidez da filha, outra situação dificultou o relacionamento familiar, em que houve a judicialização do processo de pensão alimentícia para conseguir a pensão para o neto.

[...] quando ela (filha) teve o neto, recebeu pensão, um pouco [...]. O pai da criança parou de dar pensão, daí foi para o Fórum, daí o advogado disse que não consegue receber nada. Daí ele (neto) está sem receber pensão (Sujeito 5 - Sengés).

No depoimento do Sujeito 4, de Reserva, observa-se o relato da dificuldade na parte emocional, independentemente da situação financeira.

[...] eu tenho um caso na família do meu cunhado, os pais se separaram, ele ficou com duas meninas, então ele é empresário, a dificuldade psicológica tanto dele e das crianças é semelhante da minha família. Tem a mesma dificuldade (Sujeito 4 - Reserva).

Por meio do depoimento do Sujeito 4, quando comparada a sua situação de monoparentalidade com a de outra família na mesma tipologia, argumenta que as dificuldades são semelhantes, independentemente da questão financeira. Exemplifica com o caso de um empresário conhecido dele, em condição social mais elevada, o qual também enfrenta dificuldades de ordem emocional, tanto o adulto quanto das crianças. Para o Sujeito 4, a questão emocional dos componentes da família torna-se um fator mais preocupante do que a questão financeira.

Outro ponto destacado pelos entrevistados são as dificuldades em repassar valores morais transmitidos pela família.

[...] Essa dificuldade de explicar as coisas pra eles. Você não pode ficar olhando sua irmã, a sua irmã vai ao banheiro, vai tomar banho, se trocando, você não pode entrar no quarto [...]. Ele, a mesma coisa, você tá tomando banho, está se trocando no quarto, ela não pode entrar lá, tem que bater (na porta). Esses detalhezinhos, que parece não fazer diferença, mas faz muita diferença (Sujeito 4 - Reserva).

Para o Sujeito 4, do município de Reserva, sua maior dificuldade é estabelecer para os filhos parâmetros do que pode e o que não se pode fazer no relacionamento de irmãos, ou seja, a privacidade entre eles deve ser respeitada, demonstrando, com isso, parâmetros sociais preestabelecidos.

No município de Ortigueira, para o entrevistado 11, sua maior dificuldade foi quando teve que contratar uma pessoa para cuidar dos filhos quando eram pequenos, e em meio à situação, por vezes, a pessoa contratada não comparecia para realizar os cuidados com seus filhos, o que culminava em faltas constantes ao trabalho.

[...] eu tinha dificuldade muita, porque um dia a empregada chegava e vinha, e tinha dia que não vinha, aí tinha que ficar em casa porque não tinha condições de deixar sozinhos (filhos), entendeu? (Sujeito 11 - Ortigueira).

Observa-se, pelo depoimento, que por mais que o Sujeito 11 conseguisse pagar uma pessoa adulta para desempenhar os cuidados com os filhos, por vezes, a pessoa não honrava o compromisso e o Sr. VVM tinha que faltar ao serviço, comprometendo assim sua renda e o vínculo no trabalho.

Por outro lado, num outro momento da entrevista, o Sujeito 11 ao mencionar que o poder aquisitivo auxilia a família nos cuidados básicos com os filhos, para ele, isso acaba delegando para outra pessoa uma atribuição que seria dele.

[...] Eu acho que a pessoa mais simples ele se apega melhor pra cuidar, do que a pessoa que tem mais condições, entendeu? [...] Porquê se você tem condições você não vai cuidar, você vai dar pra outra pessoa cuidar, entendeu? (Sujeito 11 - Ortigueira).

No entendimento do Sujeito 11, o poder aquisitivo favorece, no entanto, a proximidade com o filho fica comprometida, sendo delegada a outros a atribuição do cuidar. Para o entrevistado 11, do mesmo modo que isso favorece, também atrapalha no cotidiano familiar.

Como abordado no Capítulo 1, em meio às dificuldades enfrentadas, as famílias das camadas populares criam mecanismos de enfrentamento no contexto da pobreza, ou seja, as famílias utilizam estratégias de sobrevivência que se centram no campo das necessidades. A partir dos depoimentos dos sujeitos entrevistados, pode-se identificar algumas estratégias utilizadas pelas famílias chefiadas por homens.

Para Balsa *et al.* (2000), dentre as estratégias utilizadas pelas camadas mais empobrecidas, pode-se classificar os recursos normativos, que são regulados por instâncias externas às famílias. Ao longo dos depoimentos, identificaram-se algumas estratégias utilizadas pelos sujeitos entrevistados.

[...] antes eu tinha um ganho, depois que cortou o benefício, faço 'biquinhos', mas não posso trabalhar, tive câncer no braço, tratei no Erasto Gardner; um tempo ficou com o advogado, recebi mais um ano. Hoje não tenho renda fixa [...] minha filha tem 19 anos, recebemos R\$ 130,00 do Bolsa Família, para o neto; baixa renda da água e da luz (Sujeito 5 - Sengés).

[...] O CRAS deu cesta, a escola também andou dando cestinha... ajuda de alguma forma (Sujeito 6 - Sengés).

Constata-se, no depoimento dos entrevistados, a presença dos recursos normativos com a utilização das Políticas Sociais de Educação e de Assistência Social. Para Silva (2011, p. 104), “[...] os recursos normativos estão vinculados às formas idôneas de se garantir a sobrevivência, normas pré-estabelecidas na sociedade, onde o sujeito ao aplicar suas habilidades não fira a legislação”. Um dos recursos normativos identificado em todas as famílias monoparentais participantes da pesquisa foi a utilização do Programa Bolsa Família.

Todos os participantes são cadastrados no CADÚNICO e beneficiários do Programa Federal; identificou-se também beneficiários do BPC - Benefício da Prestação Continuada. Os participantes mencionam a inserção da escola no cotidiano familiar, com a presença da Política de Educação.

A atividade de trabalho informal também foi um dos recursos utilizados pelas famílias, constituindo-se um “espaço de ação” acionado pelas famílias chefiadas por homens. Destaca-se que essa estratégia não garante direitos trabalhista já conquistados pela classe trabalhadora, constatando-se o não estabelecimento de direitos conquistados legalmente.

[...] eu trabalho autônomo, tem flexibilidade no horário. Eu pedia para o patrão, ele me liberava (Sujeito 3 - Reserva).

[...] depois que cortou o benefício, faço 'biquinhos', mas não posso trabalhar. [...] Hoje não tenho renda fixa (Sujeito 5 - Sengés).

[...] se caso der certo de trabalhar, sim, mas não empregado, faço 'bico', se aparecer (Sujeito 6 - Sengés).

Especificamente no depoimento do Sujeito 6, de Sengés, ele relata sua dificuldade em trabalhar formalmente, com registro em carteira. Para Silva (2011, p. 22), “[...] as estratégias de sobrevivência passam a ser compreendidas enquanto espaço de ação concreta que demonstram fragilidades e riscos em que estão expostas as famílias em extrema pobreza”. Os “bicos” constituem-se como recursos alternativos, pois não se requer uma habilidade ou formação para determinado serviço, tendo o horário flexível (SILVA, 2011), o que facilita o cotidiano das famílias chefiadas por homens.

Destaca-se que a estratégia do trabalho informal, por vezes, não significa uma opção da classe trabalhadora, pois há uma crescente redução dos postos de trabalho formal. Observa-se uma reestruturação produtiva que ocasiona flexibilização nas relações de trabalho que tende a debilitar o mundo do trabalho (MUNIZ, 2019).

Segundo Muniz (2019), é no setor industrial que ocorre a reestruturação produtiva de modo mais intenso. Para a autora, a reestruturação produtiva ocasiona reordenamentos das relações de trabalho com outras práticas gerenciais, com desenvolvimento de novas tecnologias e descentralização produtiva. Neste emaranhado de mudanças, observam-se subcontratações, que permitem ao empregador transferir responsabilidades e riscos para empresas menores, bem como a flexibilização de leis trabalhistas e redução dos postos de trabalho. Portanto,

as transformações na estrutura organizacional das indústrias, os processos de reestruturação, movidos pela incorporação de tecnologias, contribuíram para aumentar o nível de desemprego, sendo esta uma de suas consequências sociais (MUNIZ, 2019, p.10).

Desse modo, pensar sobre o trabalho informal dos participantes diz respeito a destacar as estratégias de sobrevivência dos homens chefes de família, para suprirem a necessidade do cuidado, manutenção e proteção dos filhos, mas também refletir sobre uma dimensão estrutural, que diz respeito à reestruturação produtiva que os exclui do trabalho formal, como parte da passagem do capitalismo industrial para o capitalismo financeiro.

Outro ponto de destaque em relação aos recursos alternativos diz respeito à ajuda mútua. Para Silva (2011), no mundo dos pobres os vínculos são necessários para o estabelecimento da ajuda mútua. Sposati (1985) e Carvalho (1997) classificam a ajuda mútua como solidariedade conterrânea e parental, sendo utilizada como estratégia de sobrevivência em meio às vulnerabilidades. As famílias pobres possuem uma rede que as auxilia em momentos de adversidade, participando na ajuda financeira ou na educação das crianças (CARVALHO, 1997). Este fato é demonstrado nos depoimentos dos entrevistados.

[...] Tive o apoio dos meus pais, muito grande o apoio deles, tanto apoio mental, quanto apoio financeiro e no apoio psicológico. O apoio psicológico, que eu quero dizer, é que tipo assim, na realidade, minha mãe e meu pai praticamente foram pais deles (filhos). Na ausência da mãe, então minha mãe, no lugar de ser avó, em vez dela curtir os netos, teve a responsabilidade de mãe, e meu pai teve, como avô, que ter a responsabilidade de pai também (Sujeito 4 - Reserva).

[...] Meu pai e minha mãe moram pertinho de mim. Meus filhos, na mesma hora que estão em casa, estão com eles (avós), só que o responsável, na verdade sou eu, meus pais são de idade. Minha mãe ajuda um pouquinho. Se eu não estiver em casa, ela ajuda. Se não tem com quem deixar, deixo com ela. Deixar com pessoa estranha, não é conveniente [...] eu acho importante que eles morem perto, podem estar com as crianças pra mim (Sujeito 6 - Sengés).

[...] Daí a vizinha dá uma olhada neles, ajudando a cuidar, está dando uma força [...] a vizinha que mora de frente, do outro lado da rua, em frente do portão, sempre está olhando as crianças, conversando com as crianças, manda mensagem perguntando se estão bom, como que está (Sujeito 10 – Imbaú).

[...] Agora, assim, aqui tem meus vizinhos que conhece eu, que sabe da minha vida, assim, eles aqui me dão apoio, mas é minha rua aqui, eles me dão apoio. Agora, o mais, em vez de me ajudar, só querem saber de tirar, denunciar (Sujeito 12 - Ortigueira).

Observa-se, nos depoimentos dos sujeitos, que eles utilizam estratégias para minimizar as vulnerabilidades apresentadas pelas famílias, sejam os recursos normativos (políticas sociais), sejam recursos alternativos (trabalho informal e a ajuda mútua).

Por outro lado, o Sujeito 3, do município de Reserva, relata que não teve ajuda da família, ou da comunidade, quando se viu sozinho cuidando dos filhos.

[...] não tive ajuda nem da minha mãe, nem da minha sogra [...]. Na época da separação o mais novo ainda estava com minha sogra, daí eu fiquei com dois. Quando minha sogra resolveu pedir pensão pra mim, pra cuidar (do filho mais novo), eu pensei comigo: a mãe que abandonou e eu tenho que pagar pensão? Quando ela pediu a pensão pra cuidar do menor, eu fui lá e peguei meu filho e fiquei com os três (Sujeito 3 - Reserva).

Segundo o entrevistado, a alternativa foi matricular o filho mais novo na creche, em período integral, e os dois mais velhos levar pela manhã na escola e após o almoço levar para o trabalho, com ele.

[...] daí eu coloquei o mais novo em período integral na creche, os dois mais velhos eu levava de manhã na escola, e ia trabalhar. No horário das 12h25 da escola, pegava, dava almoço e levava os dois maiorzinhos comigo trabalhar. Ficavam brincando e eu ficava trabalhando. Eu sempre procurei colocar os três de manhã na aula para ter acesso e pegar no mesmo horário, daí eu conseguia cuidar [...] tive que trabalhar, lavar, limpar a casa, cozinhar, fazer tudo. Não tive apoio da família (Sujeito 3 - Reserva).

Constata-se, com esse depoimento, que a Política Pública da Educação se fez presente não somente para com a educação formal das crianças, como também como local seguro para as crianças enquanto o pai estivesse trabalhando. Na ausência da ajuda familiar e comunitária, a Política Pública foi utilizada como estratégia diante das vulnerabilidades apresentadas pela família monoparental com chefia masculina.

Quanto ao Sujeito 10, de Imbaú:

[...] a dona Ana traz as coisas pra mim, traz leite pra pequena, traz comida, sempre estão me ajudando. A dona Ana é da APAE, a pequena estuda na APAE [...] Daí eu conversei com a dona Ana, ela falou que a pequenininha pode ir pra APAE cedo, e daí fica o dia inteiro lá e daí a grande pode ir na escola e depois da escola pode ir também na APAE ficar junto com a outra. A APAE vai dar uma força pra mim (Sujeito 10- Imbaú).

O Sujeito 10, do município de Imbaú, relata também o auxílio da Política Pública da Educação, no entanto, na utilização do “jeitinho brasileiro”, para dar conta das lacunas existentes na rede de atendimento à população mais vulnerável, pois a instituição mencionada não possui, em suas atividades, o contraturno escolar.

Na sequência, o Sujeito 11, do município de Ortigueira, por residir distante dos parentes, relata que não teve ajuda da família, que morava em outra cidade, e também não recebeu auxílio das Políticas Públicas. A alternativa foi contratar alguém para os cuidados básicos com os filhos, uma vez que, na época, eram 4 filhos, tendo a menor apenas 1 ano e 4 meses, e precisava de cuidados específicos. Então, ele se viu obrigado a contratar uma pessoa para realizar essa atividade.

[...] na época, bem no começo, eu pagava gente pra cuidar da menina, porque minha filha era novinha, na época, entendeu? [...] Porque eles eram pequenos né? Daí não tinha como deixar eles sozinhos também, porque eles tinham, o mais velho tinha 14 anos e a menina tinha 1 ano e 4 meses, tinha que ter alguém para poder cuidar né? É bom deixar explicado... [...] eu acho que ficou uns 3 anos, ou um pouco mais, até ela pegar um tamanho bom, né? [...] Não

tive apoio de ninguém, então eu tive que fazer as coisas tudo só, entendeu? [...] Eu acho que é por isso que eu sou muito apegado com eles, entendeu? E hoje eles estão grandes, pra mim é a mesma coisa que fosse criança (Sujeito 11 - Ortigueira).

O Sujeito 7, do município de Ivaí, diz não ter dificuldades quanto aos cuidados, manutenção e educação dos filhos. Para ele, não se deve pensar muito nisso. Ainda que o Sujeito 7 relate não ter dificuldades em estar sozinho com os filhos, sem a presença de outro adulto – no caso de sua companheira –, por outro lado, fala em deixar os filhos sozinhos em casa e da responsabilidade de não saber o que está ocorrendo no tempo em que se encontra fora da residência. De certa forma, o discurso traz uma contradição.

[...] Não, basicamente não tem...[...] só que a gente não pode pensar também esse lado, né? Mas do tipo: você tem uma responsabilidade, você vai trabalhar, você não sabe como tá em casa [...]. (Sujeito 7 - Ivaí).

Quanto às Políticas Públicas, o Sujeito 7 relata utilizar alimentos disponibilizados pela escola, onde os filhos estudam e a pensão por morte da esposa, que auxilia nas despesas da casa.

[...] Vem uma cesta da escola e eu recebo, tô pegando pensão, porque os piá são de menor[...] mas é só, porque nós vive dos braço, temo nota de produtor (Sujeito 7 - Ivaí).

Segundo o depoimento do Sujeito 7, por ser produtor rural, vive de seu próprio esforço, não necessitando de Políticas Públicas para suprir suas necessidades básicas.

[...] Olha, graças a Deus, nunca precisemos disso na verdade! (Sujeito 7 - Ivaí).

Outro participante da pesquisa, o Sujeito 9, de Imbaú, descreve situação em meio às vulnerabilidades. Segundo o entrevistado, o filho de 11 anos o auxilia no trabalho como autônomo, que exerce na construção civil. Porém, essa estratégia de sobrevivência em meio às vulnerabilidades é classificada como trabalho infantil, forma não lícita de estratégia utilizada, por vezes, diante das adversidades.

[...] Ele trabalha junto comigo. Mesmo com 10 anos ele aprendeu a trabalhar comigo, até hoje, o que eu faço ele faz também. Quando ele não pode fazer, as vezes ele está cansado, ele vai pra vó dele, uma semana, duas semanas, na casa da vó dele (Sujeito 9 – Imbaú).

Historicamente, o Brasil possui uma longa trajetória de exploração do trabalho infantil. A exploração do trabalho infantil constitui-se um problema mundial com graves consequências sociais (AGUIAR JUNIOR; VASCONCELLOS, 2020). Documentos da época do Brasil Colônia e do Brasil Império fazem referência a ocupação de crianças escravas desde a mais tenra idade. Segundo Carvalho (2008, p.552) “[...] a experiência da escravidão mostrou que [a criança] era uma mão-de-obra dócil, mais barata e adaptável ao trabalho”. A autora ressalta que, após a abolição e no período da República havia iniciativas tanto públicas como privadas para disciplinar e incorporar os pequenos à agricultura e a indústria, no início da industrialização, como também, nas unidades domésticas de produção, as crianças pobres sempre trabalharam no país (CARVALHO, 2008).

Como abordado no Capítulo 1 desta tese, Dreher (2014) menciona sobre as famílias constituídas no Sul do país, as quais desde cedo participavam da lavoura ou eram criadas como aprendizes de artesão, não sendo dispensadas do trabalho. As famílias de imigrantes que se instalavam no Sul do país apresentavam condições sociais distintas, baseadas na pequena propriedade, na livre iniciativa e no trabalho familiar (DREHER, 2014).

Para Carvalho (2008), certa parcela da população infanto-juvenil permanece com atividades laborativas em diversos setores, principalmente como parte integrante da força de trabalho familiar. Esse tipo de trabalho, por vezes, é visto como natural por grande parte da população, sendo na maioria dos casos desenvolvido entre os membros da unidade familiar.

Mesmo com a constante redução nos índices de trabalho infantil no país, o Brasil voltou apresentar um aumento em 2014. Segundo Aguiar Junior e Vasconcellos (2020), em 2014, o Brasil chegou a cerca de 3,3 milhões de crianças entre 5 e 17 anos trabalhando no país, com queda em 2016. Entretanto, “[...] enquanto o número de adolescentes entre 15 anos e 17 anos caiu substancialmente, impactando nos números gerais, houve um aumento de crianças entre 5 anos e 9 anos em situação de trabalho no Brasil” (AGUIAR JUNIOR; VASCONCELLOS, 2020, p. 2).

Carvalho (2008, p. 558) aponta que “[...] a inserção prematura no mundo do trabalho obriga muitas crianças e adolescentes a conjugarem a escola com o trabalho, ou, até mesmo, a se dedicarem exclusivamente às atividades laborais”. Isso tem consequências significativas sobre o desenvolvimento, educação e saúde dessas

crianças e adolescentes, tanto no momento de sua ocorrência como, também para seu futuro profissional e familiar e social.

Em outro depoimento coletado, do Sujeito 10, do município de Imbaú, observa-se a presença de outra faceta do trabalho infantil, ou seja, o trabalho doméstico. A filha dele, de 13 anos de idade, abarca atividades da casa, como afazeres domésticos e cuidados com a irmã de 6 anos.

[...] Fiquei com as duas meninas [...] fica as duas sozinhas, é que uma é maior. Daí eu saio cedo, deixo as coisas pra elas aqui, daí vou trabalhar cedo e volto a tarde. A mais velha tem treze anos e a mais nova seis. Sempre que estou trabalhando, estou ligando pra elas, conversando e orientando elas. [...] Durante o dia a maior faz o serviço da casa e quando chego a tarde ajudo ela a fazer janta, lavar louça, daí roupa ela lava. E quando chego a tarde, as vezes as coisas que ela não pode fazer eu faço [...] ela limpa a casa, toca a janta (Sujeito 10- Imbaú).

Segundo Patriota e Alberto (2014), o trabalho doméstico no próprio domicílio, realizado por crianças e adolescentes, nem sempre é considerado trabalho, mas sim, um elemento socializador e formador, havendo a necessidade de compreendê-lo a fim de dar visibilidade ao Trabalho Infantil Doméstico (TID). Patriota e Alberto (2014) fazem uma discussão a respeito do tema, destacando a utilização do termo “serviço doméstico” para abranger todos os serviços do cuidar, seja em relação à casa, à alimentação, ao cuidado com pessoas, animais, realizados no âmbito doméstico.

Conforme Patriota e Alberto (2014), deve-se levar em consideração, na análise do TID, vários elementos, como a jornada e carga de trabalho, o tempo para as brincadeiras e para as tarefas escolares, o grau de responsabilidade da tarefa, pois esses elementos podem esconder a violação de um direito. A alta incidência do trabalho infantil doméstico reside em várias causas conhecidas como a pobreza, a cultura ou imaginário social de que o trabalho é positivo em qualquer idade, considerando o trabalho como disciplinador. Não se pode desconsiderar que esse imaginário em relação ao trabalho precoce foi construído socialmente, sendo baseado na concepção de que as classes mais pobres são perigosas e, através do trabalho, da ocupação, da atividade, evita-se a marginalidade (PATRIOTA; ALBERTO, 2014).

Órgãos internacionais e nacionais enfrentam dificuldades em definir as fronteiras entre o que é considerado trabalho e o que é considerado uma prática aceitável tendo em vista que para algumas famílias o trabalho pode ser percebido como uma regra moral, um princípio de socialização, de cooperação, de troca em suas

relações familiares. No entanto, essa prática naturalizada, por vezes, chega ao ponto de se tornar invisível (PATRIOTA; ALBERTO, 2014).

Segundo Aguiar Junior e Vasconcellos (2020, p. 3), quando abordam sobre a exploração do trabalho infantil no Brasil ressaltam que, “[...] as políticas públicas não são efetivas o suficiente para erradicar a situação de exploração, nem para atender às demandas de saúde relacionadas ao trabalho”. Aliado a isso, como efeito colateral da proibição do trabalho infantil destacam um processo de invisibilidade desse tipo de trabalho, em nossa sociedade.

Como destacado, ao longo das páginas anteriores, o trabalho infantil e o trabalho doméstico acabam sendo utilizados como estratégia de sobrevivência, não lícitas, utilizada pelas camadas mais empobrecidas da sociedade, se apresentando também nas famílias monoparentais com chefia masculina.

Outra estratégia que emergiu nos depoimentos dos sujeitos diz respeito à religiosidade, ou seja, crença em um “ser superior”. Em alguns momentos a crença em um ser superior apareceu nos depoimentos dos sujeitos, a fim de minimizar as dificuldades enfrentadas no cotidiano familiar. Dentre as famílias participantes da pesquisa, 21,4% verbalizaram a crença e que possibilita forças em momentos de fragilidade.

[...] Eu falo a verdade pra senhora, eu não sinto mais do que ninguém, nem menos, uma coisa que sinto no meu coração, que Deus está me dando força pra isso, porque eu estou conseguindo batalhar os dois (atribuição de pai e atribuição de mãe) (Sujeito 1 - Piraí do Sul).

[...] é raro eles (sociedade) verem um pai de família com 27 anos cuidando de um filho. Eu nem ligo, meu pensamento é focado em Deus. Essa força é de Deus (Sujeito 2 - Piraí do Sul).

[...] a gente tem que ir na igreja, pedir pra Deus dar força né? Tem que pedir muito pra Deus, pra dar saúde, força, porque a gente não pode desanimar. É melhor a gente ir para uma igreja do que sair pra rua. As vezes a gente sai pra rua, do jeito que tá, pode sair uma briga, um tiro. Estando na igreja não, lá não tem perigo nenhum (Sujeito 10- Imbaú).

Segundo Melo *et al.* (2015), a religiosidade por muito tempo foi vista no meio científico com olhares críticos, no entanto, estudos recentes na área da saúde, principalmente na área de psicologia vem apontando para a religiosidade e a espiritualidade em sua relação com a qualidade de vida do indivíduo, repercutindo no enfrentamento de situações adversas. Para Melo *et al.* (2015, p. 449),

pesquisas recentes apontam a religiosidade e a espiritualidade com alguns dos aspectos mais significativos da subjetividade humana, observando que

eles se relacionam com a construção de sentido e ordenação de vida dos indivíduos, influenciando também a sua saúde de forma positiva.

As pesquisas, segundo Almeida (2009), têm demonstrado que a religiosidade influencia na qualidade de vida dos sujeitos, ressaltando a importância de se compreender tal fenômeno. Menciona que as manifestações religiosas acompanham a humanidade desde os primórdios de sua existência, permanecendo na vida da maioria das pessoas.

A religiosidade consiste na busca do transcendental, sendo um dos meios pelo qual o homem vivencia a sua espiritualidade. Através da espiritualidade o homem reflete sobre si mesmo e suas relações, procurando significados para sua existência (ANGERAMI-CAMON, 2008).

Melo *et al.* (2015), com base nos estudos de Muraki e Campos (2012), diferenciam religiosidade de espiritualidade. Para os autores, a espiritualidade “[...] busca pelo sentido de viver e estar no mundo e que não necessariamente vai estar ligado à crença em algo maior, como um Deus” (MELO *et al.*, 2015, p. 452), e a religiosidade se constitui de “[...] um conjunto de crenças e práticas pertencentes a uma doutrina, que são compartilhadas e seguidas por um grupo de pessoas [...] que envolvem a noção de fé” (MELO *et al.*, 2015, p. 452).

Nos depoimentos dos sujeitos pesquisados, observou-se o envolvimento com a fé, a busca por um “ser superior” que lhes concede força em meio às adversidades. Melo *et al.* (2015), baseados em pesquisa bibliográfica sobre as categorias religiosidade e espiritualidade, concluem que,

a religiosidade/espiritualidade aparece como uma das estratégias utilizadas para o enfrentamento de situações adversas, como doenças físicas, transtornos mentais ou o luto, mostra-se, portanto, como um auxílio para o *coping*, de conforto e bem-estar, um mecanismo de defesa, ou até mesmo de resignação (MELO *et al.*, 2015, p. 459).

Realizando-se uma análise dos depoimentos dos sujeitos participantes, vê-se que a religiosidade traz, de alguma forma, serenidade, ao passo que fortalece as famílias nos momentos difíceis relatados pelos participantes. Reportam-se a Deus, como apoio às adversidades.

Os autores que discutem a temática sobre estratégias de sobrevivência, como Balsa *et al.* (2000), Sposati (1985) e Silva (2011), não mencionaram a religiosidade como estratégia de sobrevivência das famílias mais empobrecidas, no entanto, na pesquisa empreendida, as famílias chefiadas por homens utilizam a religiosidade

enquanto forma de transpor as dificuldades, sendo entendida como estratégia de sobrevivência, para este segmento da sociedade.

Outro ponto de destaque para a religiosidade diz respeito à educação dos filhos. Segundo o depoimento do Sujeito 10, do município de Imbaú, a religião ensina princípios que auxiliam na educação dos filhos.

[...] Quem eu penso, é melhor eu levar uma filha minha pra igreja, pra amanhã ou depois ela ser uma pessoa educada, respeitar os outros do que sair pra rua e aprender o que não é preciso (Sujeito 10 - Imbaú).

Observa-se, pelo depoimento, que segundo o Sujeito 10, a religião repassa valores importantes para o convívio em comunidade/sociedade, o que favorece o relacionamento familiar no cotidiano da família monoparental com chefia masculina.

Neste tópico, pode-se discutir sobre a categoria estratégia de sobrevivência, utilizada pelas famílias monoparentais com chefia masculina, em meio às vulnerabilidades do cotidiano familiar. Adentrou-se a variáveis como a ausência de renda, que impossibilita a família de contratar outro adulto no desempenho dos cuidados com os filhos menores; dificuldades em não ter acesso a um local seguro para deixar os filhos enquanto desempenham atividades laborativas; relacionamento entre filhos adolescentes e os pais, no que diz respeito aos valores repassados nas relações familiares, bem como a questão emocional do adulto e da prole em meio à ausência da genitora.

Pode-se adentrar aos mecanismos de enfrentamento das famílias no contexto da pobreza, destacando-se a utilização do trabalho informal, devido à flexibilidade nos horários, utilização dos recursos normativos, como a Política de Educação e de Assistência Social, a ajuda mútua de vizinhos e parentes e os recursos não lícitos, como o trabalho infantil e o trabalho doméstico, em meio às vulnerabilidades no contexto da pobreza. A religiosidade também foi um dos pontos destacados pelos participantes, como forma de transpor as dificuldades.

4.2.4 Famílias monoparentais com chefia masculina: formação das masculinidades e sua interface no cotidiano familiar

Outra categoria que se pode destacar na pesquisa empírica diz respeito ao cotidiano dos sujeitos. Ressalta-se que, em nenhum momento, os sujeitos participantes da pesquisa mencionaram essa categoria, no entanto, na análise dos

depoimentos, observaram-se relatos do dia a dia de suas famílias, o que canaliza a análise para a categoria cotidiano.

Segundo Heller (1989), a vida cotidiana é a vida de todos os homens. Os homens nascem inseridos em uma cotidianidade, sendo o lugar onde adquirem todas as habilidades e assimilações das relações sociais. Para Heller (1989, p. 19), “[...] O homem aprende no grupo os elementos da cotidianidade (por exemplo, que deve levantar e agir por sua conta; ou o modo de cumprimentar, ou ainda como comportar-se em determinadas situações, etc.)”. Para a autora, “[...] a vida cotidiana não está fora da história, mas no centro do acontecer histórico.” (HELLER, 1989, p. 20).

Nota-se a categoria cotidiano nos depoimentos dos sujeitos, na rotina estabelecida no dia a dia, como também nos valores e habilidades assimiladas nas relações sociais.

[...] eu fazia tudo, tinha vez que ela (filha) queria aprender a cozinhar, mas era pequena, eu não deixava, tinha medo por causa do fogão [...] com 14 anos, começou a cozinhar [...]. Eu acho que a educação é a mesma, a educação tradicional. Eu acho que minha educação ajudou, nem tanto pelo meu pai, mas pela minha mãe [...] a maneira dela criar. Quando fazia algo errado ela repreendia (Sujeito 3 - Reserva).

[...] Com o problema da pandemia, que está numa das piores horas, não só pra gente, mas pra muita gente tá difícil, porque não está podendo ter o contato. Eu mesmo estou acompanhando as atividades dos dois meninos. Vou levar uma tarefa que esteja pronta e trago a outra pra fazer. Durante o dia estamos em casa, a noite chega a hora de dormir, daí vai dormir [...] o que é hoje, praticamente é estudar e brincar, não tem aquele costume do serviço de roça (Sujeito 6 -Sengés).

[...] a rotina mudou depois da pandemia. Aqui dividimos as tarefas, ela (filha) faz os serviços de almoço, janta, lava roupa, cuida do piazinho (neto), mas é tarefa dos dois (da filha e do pai) (Sujeito 5 - Sengés).

[...] Eu acordo as cinco horas da manhã, eu levanto, faço o café, arrumo minhas coisas. A outra menininha dorme comigo, não quer dormir com a outra (filha mais velha), eu acordo a grande, ela vai dormir com a pequena, eu saio trabalhar, deixo a lâmpada acesa pra não ter perigo, porque aqui é sossegado, não tem perigo nenhum (Sujeito 10- Imbaú).

[...] Eu levanto 6 horas da manhã, faço cafezinho pro meu filho e tudo, deixo tudo prontinho. Daí acordo ele e falo: filho, o pai vai trabalhar, nove horas o papai vem aqui dar o cafezinho pra você. Ele fica dormindo, deitado aqui na cama e daí meus vizinhos tudo sabe, aqui sabe, todo mundo cuida dele né? Daí nove horas eu venho, pego o pãozinho quentinho pra ele, dou o cafezinho, daí ele fica na rua, brincando com as crianças, todos os vizinhos dão apoio. Isso que eu fico revoltado as vezes, por que não tem escola pras crianças, pelo menos uma vez por semana? Tem muitas coisas na lei hoje, dessa epidemia, porque as escolas poderiam abrir pelo menos uma vez por semana. Eu não consigo nem passar as tarefas dele! (Sujeito 12 - Ortigueira).

Percebe-se nos depoimentos dos sujeitos muito da vida cotidiana, o que Heller (1989) denomina de imitação. Para a autora, não há vida cotidiana sem

imitação, sem mimese, nem trabalho, nem o intercâmbio seriam possíveis. Heller (1989) afirma que o problema reside se o sujeito é capaz de produzir um campo de liberdade individual no interior da mimese, se é capaz de deixar de lado completamente os costumes miméticos e ter novas atitudes.

Para Heller (1989), na vida cotidiana, as formas de estrutura e do pensamento da vida cotidiana não devem cristalizar em absolutos, mas deixar uma margem de movimento e possibilidades para o sujeito, do contrário, segundo a autora, “[...] encontramos-nos diante da alienação da vida cotidiana” (HELLER, 1989, p. 37). Para a autora, “[...] a vida cotidiana, de todas as esferas da realidade, é aquela que mais se presta à alienação” (HELLER, 1989, p. 37).

Destaca-se que a assimilação das normas dominantes pode converter-se em conformismo, ou seja, o sujeito pode orientar-se na cotidianidade através do cumprimento somente dos “papéis” que lhes são atribuídos. No entanto, Heller (1989) alerta que, ainda que a estrutura da vida cotidiana se constitua um terreno propício à alienação, não é necessariamente alienada. Para Heller (1989, p. 39),

a vida cotidiana não é alienada necessariamente, em consequência de sua estrutura, mas apenas em determinadas circunstâncias sociais. Em todas as épocas, existiram personalidades representativas que viveram numa cotidianidade não-alienada; e, dado que a estruturação científica da sociedade possibilita o final da alienação, essa possibilidade encontra-se aberta a qualquer ser humano (HELLER, 1989, p. 39).

A partir dos escritos de Heller (1989), pode-se inferir que, no decorrer da história da humanidade, criam-se relações e situações sociais que possibilitam o desenvolvimento do homem, no entanto, essas mesmas relações também impedem seu pleno desenvolvimento, de superação dialética.

No entanto, para Heller (1989), “[...] não é impossível empenhar-se na condução da vida mesmo enquanto as condições gerais econômico-sociais ainda favorecem a alienação” (HELLER, 1989, p. 41). Portanto, pensar no cotidiano das relações familiares das famílias chefiadas por homens é também descortinar sobre suas vidas, sobre a base material das famílias, suas estratégias e táticas para superação das vulnerabilidades e a subjetividade do sujeito que a vivencia no seu dia a dia, na cotidianidade.

Relacionando a análise de Heller (1989) com os depoimentos dos sujeitos entrevistados, observa-se que o Sujeito 9, do município de Imbaú, relata que, em sua

infância, as meninas eram aduladas e os meninos não, e que houve o lado bom e o lado ruim da educação recebida dos seus pais, principalmente no que diz respeito a trabalhar ainda na infância, no entanto, ele reproduz cotidianamente essa atitude com seu filho, sem refletir sobre a reprodução do que vivenciou.

[...] Na infância as irmãs eram mais aduladas e os meninos não [...] O que tive de ruim foi o trabalho, porque na minha época eu apanhava se não trabalhasse[...] trabalho desde os 8 anos de idade. Eu comecei a trabalhar em serviço leve com 7 anos, com 8 anos era serviço pesado, com arado velho [...] Ele trabalha junto comigo (filho), mesmo com dez anos ele aprendeu a trabalhar comigo, até hoje, o que eu faço ele faz também [...]. No lugar que eu tô é pessoa certa, que ajuda a cuidar dele, eu não trabalho em qualquer lugar, é pessoa que eu conheço, entende? (Sujeito 9 - Imbaú).

Observa-se, no depoimento do Sujeito 9, de Imbaú, que desde a tenra idade desempenha atividades fora de casa, trabalhando para outras pessoas, em serviço pesado, de adultos, comprometendo assim seu desenvolvimento infantil. Em outro depoimento, o Sujeito 10 de Imbaú, também relata uma infância de trabalho, quando desde os dez anos realizava pequenos serviços. Na fase adulta, tanto o Sujeito 9, como o Sujeito 10, reproduzem isso para com as filhas acrescentando que é importante aprender a trabalhar e fazer as atividades da casa.

[...] Olha, eu me criei pela casa dos outros, eu não me criei com a minha família. Quando eu tinha uns 10 anos de idade eu já fazia algum servicinho, pra eu ganhar algum dinheirinho, eu me criei pra casa dos outros, não me criei com a minha família. Eu tento ver sabe? [...] amanhã ou depois vai ter minha menina mais velha, que amanhã ou depois irá casar, que aprenda a fazer as coisas, pois o dia que casar, pelo menos sabe fazer as coisas, né? (Sujeito 10- Imbaú).

Observa-se, nos depoimentos dos Sujeitos 9 e 10, a interiorização dos papéis sociais preestabelecidos, com certa margem para mudanças no cotidiano familiar, no entanto, a mimese se faz presente. Como bem menciona Heller (1989), o problema reside se o sujeito é capaz de produzir um campo de liberdade individual, se é capaz de deixar de lado completamente os costumes miméticos e ter novas atitudes.

Como abordado no Capítulo 1, observa-se nos depoimentos dos entrevistados a constituição de comportamentos identificados para o homem e para a mulher. No cotidiano familiar, nota-se a forma de comportar-se, dentre outros atributos, para o masculino e para o feminino. Como apontado anteriormente, ao homem estabelece-se a obrigatoriedade de ser o sexo forte, e à mulher a delicadeza

e os cuidados com o outro, restringindo o ser humano ao papel social de acordo com sua identidade biológica.

Ao abordar sobre o cotidiano das famílias, vê-se também a importância de se discutir sobre a formação das masculinidades, sobre as interfaces da categoria gênero que são permeadas pelas relações de poder e hierarquizações. Para Scott (1989), a categoria gênero aborda quatro elementos relacionados entre si: símbolos culturalmente disponíveis; conceitos normativos das instituições religiosas, educativas, políticas e a identidade subjetiva. Esses elementos foram identificados nos depoimentos dos sujeitos entrevistados.

[...] Porque o homem é diferente da mulher. Porque a mulher não é igual ao homem, né? ela sempre muda (falando do ciclo menstrual). Ah! A mulher é diferente, né? ela não usa a mesma roupa... Que nem o homem é independente, a mulher não, a mulher se acontecer qualquer coisa, que nem ela precisa... (absorvente), eu nunca conversei com ela sobre esse tipo de coisa, minha mulher conversava, não carecia eu falar (Sujeito 10-Imbaú).

Observa-se, no depoimento do Sujeito 10, certa dificuldade em falar das mudanças ocorridas no corpo feminino, como a menstruação, por exemplo. Na entrevista, mostrou-se reticente e “medindo” as palavras para abordar sobre essa questão, demonstrando constrangimento.

Segundo Müller (2013), desde o berço, os pais esperam um comportamento dos meninos e outro das meninas. Isto é, incorporar definições preestabelecidas, como homem não chora, menina não diz palavrões, menino não brinca de boneca, meninas não sobem em árvores. Isso se mostra evidente nas colocações dos Sujeitos 3 e 4, do município de Reserva.

[...] Porque a menina, a gente como homem, tem situação que quando a menina vai ‘ser mocinha’, tem vergonha de conversar com a gente. Menino já é melhor, os meninos já se abrem mais [...] menina é mais complicado (Sujeito 3 - Reserva).

[...] um pouquinho tem de diferença na educação de um e de outro. Tipo, em relação ao que um pode fazer, o que o outro não pode fazer [...] as brincadeiras... muitas brincadeiras de piá eu já não deixo os dois fazerem, um faz a brincadeira de piá que é mais pesada, mais violenta... corrida, esse tipo de coisa. A menina é mais delicada, brincar de boneca, fazer casinha [...]. Eu tenho um piá e uma menina, o tratamento com piá é diferenciado. Ele por ser piá faz as ‘galinheza’ dele, a menina é mais delicada. Se fosse os dois do mesmo jeito era mais fácil de controlar [...]. A menina vai dividir uma boneca com o piá? Ou o menino vai dividir o carrinho ou outro brinquedo com a menina? Têm essa dificuldade. Se eu for comprar um carrinho pra ele, tenho que comprar uma boneca pra ela, se eu compro uma camiseta de piá pra ele, uma regata, tenho que comprar uma outra diferenciada pra ela (Sujeito 4 - Reserva).

Em outro depoimento, do Sujeito 10, do município de Imbaú, relata que, quando precisa de algo para a casa ele próprio faz a compra, caso a filha precise de algo que faz parte do uso pessoal dela, como um absorvente por exemplo, ele somente insinua, mas não entra no mérito de qual seria o material de uso pessoal da filha. O diálogo pai e filha se faz através de “códigos”, para não entrar no mérito da questão, que para ele, trata-se de assunto de mulher.

[...] Quem, uma comparação, qualquer coisa que ela usa, eu falo pra ela: filha, se precisar alguma coisa, vai lá e compra. Porque é diferente... se ela precisar de um absorvente eu não vou falar pra ela. Eu digo: se precisar de alguma coisa pra você, vai lá e compra. Daí ela já entende. Se precisa alguma coisa na casa, que eu vejo que falte, eu vou lá e compro (Sujeito 10- Imbaú).

Observa-se, neste depoimento, a dificuldade que alguns homens têm de abordar assuntos que para eles fazem parte do universo feminino, havendo algumas limitações quando o assunto tem que ser tratado com uma filha, por exemplo. A formação da masculinidade acaba colocando algumas barreiras que, de alguma forma, inviabilizam o diálogo pai e filha, devido à interiorização de que tal abordagem deva ser feita de mulher para outra mulher, restringindo o campo do homem nessa área.

Como mencionado no Capítulo 1, para Silva e Ornat (2011) a ordem de gênero instituída não oprime apenas as mulheres, mas também os homens que para manterem o poder como homens oprimem tanto mulheres como outros homens, inclusive a si mesmos.

Por outro lado, há outros dois depoimentos, no município de Sengés, que mudam parcialmente o discurso. Segundo os entrevistados, não há diferença na educação de meninas e meninos, ou seja, entre o feminino e o masculino. Acrescenta-se que um deles tem uma filha de 19 anos e o outro tem dois filhos do sexo masculino, ou seja, não tiveram a experiência do cuidado e educação de ambos os sexos no mesmo domicílio. Possivelmente, por esse diferencial, não estabelecem a comparação. Porém, a fase da adolescência parece preocupar um pouco mais os entrevistados no que concerne à educação das meninas.

[...] Eu cuido do meu jeito, não tenho dificuldades, com piá seria o mesmo cuidado [...]. Somente senti dificuldade de cuidar, dar conselho, na adolescência [...] quando ela (filha) ficava andando pra cima e pra baixo, de não querer ficar em casa (Sujeito 5 - Sengés).

[...] se tivesse menina, a gente ia preocupar a mesma coisa. Enquanto criança, não teria diferença, com a idade maior acho que a gente se preocuparia mais. Então...muitos têm uma menina de menor que chega uma certa altura quer ser mãe, uma coisa inconveniente...aí a gente tem a preocupação (Sujeito 6 - Sengés).

Para Kimmel (1998), as masculinidades são engendradas em dois campos inter-relacionados de poder: nas relações entre os homens e as mulheres e nas relações dos homens com outros homens. A masculinidade hegemônica é tida como uma referência a ser seguida, no entanto, a imagem hegemônica não apresenta uma generalização na vida concreta de todos os homens, havendo grupos subordinados de homens, que não correspondem à imagem hegemônica (NOGUEIRA; MIRANDA, 2017).

Segundo Connell e Messerschmidt (2013), as masculinidades hegemônicas podem não corresponder à vida de nenhum homem real “[...] mesmo assim esses modelos expressam, em vários sentidos, ideais, fantasias e desejos muito difundidos” (CONNELL; MESSERSCHMIDT 2013, p. 253). Nesse sentido, ao analisar os depoimentos dos entrevistados observa-se, com alguma frequência, o discurso da masculinidade hegemônica permeando o cotidiano familiar.

[...] meu pai me ensinou a ser um homem de verdade, uma pessoa honesta, uma pessoa íntegra [...]. Meu pai e minha mãe são verdadeiros exemplos pra mim [...]. Com meu pai eu tenho mais liberdade de conversar, de me abrir, do que com a minha mãe. Tem coisa que eu posso falar com meu pai, entre pai e filho que se resolve, fico constrangido, uma situação de homem conversar com a mãe... por ser mulher (Sujeito 4 - Reserva).

Como abordado no Capítulo 1, em relação à paternidade, ela é exercida sob referenciais de masculinidade e de feminilidade que orientam as representações ideológicas hierarquizantes dos papéis sociais de homens e mulheres (FREITAS *et al.*, 2007). Tanto o Sujeito 4, de Reserva, como o Sujeito 12, de Ortigueira, apontam:

[...] o orgulho de homem é assim, pedir ajuda é difícil (Sujeito 4 - Reserva).

[...] O problema do homem é que ele tem muita vergonha, assim, de estar se queixando, até pode ser machismo meu [...]. Assim, as mulheres têm mais facilidade, uma mulher até chora pra condenar uma pessoa e os homens têm mais dificuldade pra esse tipo de coisa (Sujeito 12 - Ortigueira).

Outro ponto importante, nos depoimentos, diz respeito ao relacionamento pai e filho. Com relação ao Sujeito 6, do município de Sengés, observa-se algo discutido

anteriormente, ou seja, a mimese. A questão é se o sujeito é capaz de produzir algo diferente e ter novas atitudes diante da imitação dos costumes (HELLER, 1989).

[...] meu pai ensinava o serviço da roça, mas já ensinava desde pequeno, trabalhar enquanto criança. Meu pai não era bravo, ele tentava ensinar as coisas com paciência. Procuo seguir os passos do meu pai, ter paciência com as crianças (Sujeito 6 - Sengés).

Na Contemporaneidade, observa-se uma reconfiguração nos relacionamentos, em que o homem, na atribuição de pai, apresenta-se mais compreensivo, mais calmo, mais achegado aos filhos; há uma nova concepção do que é ser pai. Pensar em famílias chefiadas por homens traz elementos importantes de análise quanto à incorporação de comportamentos que fazem parte da construção das masculinidades, que, por vezes, dificultam as atribuições no cotidiano familiar; e, por outro lado, observam-se estratégias e reconfigurações nessas relações. Como se vê no depoimento do Sujeito 7, de Ivaí, quando depõe que não há diferença na família em que o homem cuida sozinho dos filhos.

[...] Não tem diferença, porque tipo, na família se a mulher cuida bem, o homem cuida bem também [...] O relacionamento é o mesmo (Sujeito 7 - Ivaí).

Conforme discutido no Capítulo 1 desta tese, Del Priore (2013b) destaca que, nos primeiros séculos de ocupação da Colônia, a figura do pai gozava de uma imagem muito forte, teoricamente cabia-lhe velar por tudo, comandar o trabalho e os castigos. O pai apresentava uma imagem austera a quem era atribuída à função de transmissão de valores culturais e patrimoniais. Havia um despotismo paternal.

Com a transição da vida rural para a vida urbana houve perda do prestígio do patriarca. Se anteriormente se pedia a benção, como respeito e quase medo, neste momento a situação vai tomando outro rumo. No final do século XIX, os pais já não são chamados de “senhor pai”, mas de papai, de paizinho (DEL PRIORE, 2013b).

Na Contemporaneidade, o “fazer-se pai” na família cujos homens estejam sozinhos com os filhos, de alguma forma, afasta-se do modelo tradicional de homem rígido, delineando um novo modelo de pai que rompe com os estereótipos patriarcais, porém, a masculinidade hegemônica continua a permear esse imaginário, que por vezes, o próprio sujeito entra em contradição entre o que “deveria ser”, a partir da masculinidade hegemônica, e como realmente se vive no real.

Segundo o depoimento do Sujeito 7, de Ivaí, nessa nova formação familiar, ele consegue ter mais diálogo com os filhos.

[...] Ah! A gente tem mais diálogo na verdade [...] com mais diálogo eles conseguem, eles vão mais pra frente, né? (Sujeito 7 - Ivaí.).

Conforme Abade e Romanelli (2018), assim como a maternagem²³ constitui algo aprendido socialmente, não ancorando em um suposto instinto materno, os homens também podem aprender a paternar, não obstante as representações do senso comum, difundidas pelas instituições, atribuem ao pai a falta de habilidades para cuidar dos filhos. Para os autores, nas famílias chefiadas por homens, “[...] as atribuições paternas ganham novo desenho” (ABADE; ROMANELLI, 2018, p.3) com a ausência da mãe e, nesse contexto, os pais são levados a exercer a paternagem, propiciando maior aproximação afetiva entre eles e os filhos. Os autores corroboram que os sentimentos afetivos de proximidade e de solidariedade são construídos socialmente, ao passo que a paternidade parece estar ganhando novos sentidos, possibilitando exercitar novas formas de paternagem, mais amorosas.

Por outro lado, Connell e Messerschmidt (2013) destacam que a masculinidade hegemônica se adapta às transformações históricas, ou seja, há uma hibridização em que elementos diversos são apropriados e reconfigurados adaptando às especificidades de novas conjecturas históricas, sendo observada essa colocação nos depoimentos dos sujeitos.

Outro ponto de destaque de alguns sujeitos diz respeito ao relacionamento homem-mulher. Por vezes, observa-se o discurso hegemônico que, ao abordar sobre a ex-companheira que rompeu o relacionamento, o homem tenta difamar a imagem dessa mulher, dando a conotação de “mulher que não vale nada”.

[...] começou a me trair muito né? só que eu não sabia, segundo os vizinhos falavam que ela surrava meu piá pra ir dormir, fazia coisas erradas, eu não sabia, depois que ela foi embora, daí que todo mundo me contou, daí era tarde. Então, a mulher, ela não valia nada. Me desculpe isso, falar assim, mas é o que acontece aqui, na minha vida, então eu fui muito traído (Sujeito 8 - Ivaí).

²³ Segundo Abade e Romanelli (2018, p. 11), “[...] a maternagem é algo lentamente construído e aprendido mediante o processo socializador que incute nas mulheres a necessidade de aprenderem a cuidar das crianças. Sinuosa e complexa, tal aprendizagem está inscrita não apenas na socialização familiar, mas impregna as atividades lúdicas de meninas e o manuseio de brinquedos diversos e é transmitida através de outras agências socializadoras, como escola, igrejas de variadas denominações e pelos meios de comunicação”.

[...] água e luz eu sempre paguei bem certinho, e tudo no meu nome. Comida sempre tinha, né? a gente é pobre, uma hora ou outra vai faltar uma carne, mas um ovo, uma outra coisa pra comer tem..., mas por causa disso não foi que o relacionamento acabou, foi porque, me perdoe falar, ela é uma mulher que não queria ser feliz, né? pra abandonar um filho aí e ir embora com outro homem. (Sujeito 8 - Ivaí).

Observa-se, pelo depoimento, que sendo o relacionamento rompido por parte da mulher, o termo “valia nada” é presente no discurso, como se o rompimento amoroso pudesse vir somente por parte do homem e não da mulher. Em vários momentos, observam-se nas falas do Sujeito 8 dizeres como: “[...] a mulher não valia nada” (sic); ou mesmo “[...] abandonou o filho e foi com outro homem” (sic). Esse discurso reiterado por alguns depoentes leva as discussões para outra análise, o discurso da masculinidade tóxica.

Para Rosostolato (2018), a masculinidade tóxica é uma definição estreita e repressiva da masculinidade, é o ideal cultural da masculinidade, em que a força é primordial, enquanto as emoções são uma fraqueza (CONFORT, 2017 *apud* ROSOSTOLATO, 2018). Segundo o autor, para alguns homens, esse lugar imposto pela cultura hegemônica, de ser forte, viril e não demonstrar sentimentos, constitui-se um lugar de sofrimento e de dor, pois aniquilam-se através do silenciamento do próprio sentimento, por conta de expor suas vulnerabilidades. Infere-se que, ao depreciar a imagem da mulher quando do rompimento amoroso, o homem demonstra virilidade e masculinidade para a comunidade em seu entorno, não verbalizando sobre sua fragilidade emocional por conta do rompimento afetivo (ROSOSTOLATO, 2018).

Outro ponto de destaque nos depoimentos dos sujeitos diz respeito à autoridade exercida do homem para com a mulher, como se ela constituísse sua posse. Ao abordar sobre a rotina familiar quando da presença de uma mulher na residência, o Sujeito 10 de Imbaú declarou:

[...] quando eu casei com ela, ela tinha 17 anos, daí agora ela tava com trinta e três anos. Daí tivemos duas filhas. Na verdade, eu não deixava ela trabalhar pra ficar cuidando das crianças, né? Porque não dá pra você trabalhar e porhar outra pessoa pra ficar com as crianças, porque as vezes a outra pessoa não cuida quemem você. Então eu preferi eu trabalhar e ela ficar cuidando das crianças, eu não deixava ela trabalhar [...] Na verdade, eu nem queria que minha mulher fosse trabalhar né? Daí eu tava devendo umas contas meio alta, daí ela foi trabalhar pra me ajudar pra pagar as contas. Não sei se ela trabalhou uns trinta dias, daí ela pegou a doença (Covid-19), daí ela foi a óbito, deu pneumonia e diabete. Ela não tava fichada ainda (Sujeito 10- Imbaú).

Observa-se, no depoimento do Sujeito 10, que por duas vezes menciona não deixar a esposa trabalhar com sua permissão, porque tinha algumas dívidas altas,

abrindo um precedente para que a esposa pudesse ter atividade remunerada fora de casa. No entanto, acabou ocorrendo a morte da esposa, culminando em sua atual condição de monoparentalidade. Observa-se o discurso da masculinidade hegemônica de sua autoridade para com a mulher ao não permitir o exercício do trabalho fora de casa.

O Sujeito 12, do município de Ortigueira, relata uma situação com sua filha, do primeiro relacionamento, em que lhe impõe a importância de estudar, trabalhar, para não se sujeitar a algum homem. No entanto, no decorrer do depoimento, menciona que as mulheres educam os filhos para a homossexualidade, reforçando o discurso da masculinidade hegemônica, homofóbica e misógina.

[...] Quando ela namorava algum piá eu começava a brigar pra ela desmanchar o namoro. Eu falava, não quero que você namore. O que o papai quer? Eu quero que você estude, que você se forme, pra você não depender de homem, eu não quero que você dependa de homem. Você não vai arrumar homem enquanto você não se formar. Ela se formou daí, levei ela pra Curitiba, graças a Deus hoje ela trabalha em enfermagem [...] hoje ela me agradece muito. [...] (Sujeito 12 - Ortigueira).

Em outro momento, o Sujeito 12, de Ortigueira, ressalta:

[...] ultimamente a maior parte das mulheres tá ensinando muita coisa errada para as crianças, tá ensinando muitas vezes até, como vou dizer, tá incentivando as crianças a coisa complicado, principal pra negócio de mulher lésbica, homem gay, sabe, né? As mulheres incentivam esse tipo de coisa e os homens são mais machistas pra esse tipo de coisa né? Então o único ponto errado que eu acho das mulheres que muitas vezes elas incentivam os piá a ser gay, menina pra ser lésbica. Eu acredito nessas coisas, como vou dizer, não sei explicar, não tenho estudo, sou burro. Só que tem muitas vezes que aceita esse tipo de coisa e incentiva. Eu tenho um sobrinho que é gay, e uma sobrinha que é lésbica. Então a gente convive com esse tipo de coisa. Só que tem pessoas na escola que incentiva esse tipo de coisa pras crianças. Tem muitos piá que são gay e não sabem, muitas meninas que são lésbicas e não sabem. Eu não aceito esse tipo de incentivo. (Sujeito 12 - Ortigueira).

Segundo Rosostolato (2018, p.60), a heterossexualidade compulsória “[...] consiste na exigência de que todos os sujeitos sejam heterossexuais e se enquadrem em um heteronormatividade”. sendo importante destacar que o homem homofóbico é também misógino, pois atribui à mulher a condição de inferioridade e considera o feminino como lugar de submissão e subalternidade. Rosotolato (2018) reforça que o conceito de masculinidade hegemônica constitui uma violência social intransigente na constituição do sujeito e das subjetividades, determinando o que é diferente, minoria e transgressor e, assim, possui como característica a punição ao que julga abjeto.

Para Góes (2020), a heteronormatividade objetiva uma padronização da vida, de acordo com o “modelo coerente” da sociedade marcadamente hétero. Nesse

sentido, há uma imposição de um “modelo” dessas relações, expressando-se de forma indireta, utilizando imagens apenas de casais heterossexuais.

Isso posto, infere-se que, por mais que o discurso do Sujeito 12, de Ortigueira, tente se desvencilhar de concepções “machistas”, como colocado por ele mesmo, observa-se, no decorrer da entrevista, o discurso da masculinidade hegemônica no que diz respeito à educação dos filhos e à dualidade feminino-masculino dos papéis sociais.

Como abordado no Capítulo 1, o mundo social possui divisões arbitrárias e, dentro dessas divisões, o masculino e o feminino. Incorporamos sob formas de esquemas inconscientes de percepção as estruturas históricas da ordem masculina, em que se dispensa qualquer justificção, impondo a visão androcêntrica como neutra (BOURDIEU, 2012).

Nota-se, nos depoimentos dos entrevistados, uma “grade” de leitura do indivíduo para com o mundo, em que se internaliza e se reproduz nos comportamentos valores, normas, o que é classificado por Bourdieu de *habitus*. Como destacado anteriormente, o *habitus* constituiu-se como mediador entre a subjetividade do sujeito e a objetividade do mundo real, como um produto da experiência biográfica individual, da história coletiva e da interação entre essas experiências. Identifica-se, no depoimento dos sujeitos entrevistados, o *eidós*, o modo de pensar, a apreensão intelectual da realidade desses sujeitos, quando verbalizam o que seja “aceitável” para o homem ou para a mulher, reproduzindo, assim, as estruturas estruturantes estruturadas abordadas por Bourdieu (2012).

Identifica-se também o *ethos*, que são valores em estado prático que regem a moral no cotidiano dos entrevistados, quando destacam a “mulher que não valia nada”, ou “[...] ultimamente a maior parte das mulheres tá ensinando muita coisa errada para as crianças, tá ensinando muitas vezes até, como vou dizer, tá incentivando as crianças a coisa complicado, principal pra negócio de mulher lésbica, homem gay” (Sujeito 12). Destaca-se, como abordado por Bourdieu (2012), a família como principal guardiã desse capital simbólico.

Neste tópico, podem-se identificar as categorias masculinidades e cotidiano. Nota-se a categoria cotidiano no relato da rotina estabelecida no dia a dia dos sujeitos entrevistados, como também nos valores e habilidades assimiladas nas relações sociais. Nos depoimentos, observa-se muito da vida cotidiana denominada por Heller como mimese. Há certo ressentimento, por parte de alguns participantes, em relação

ao trabalho árduo na infância, no entanto, alguns reproduzem esse feito nas relações com os filhos, naturalizando a importância do trabalho infantil e doméstico.

Nota-se a dificuldade de alguns homens em abordar sobre as mudanças ocorridas no corpo feminino, demonstrando constrangimento ao falar sobre esse assunto com as filhas, por vezes, utilizando “códigos” para se comunicar com elas. A formação das masculinidades acaba colocando algumas barreiras no cotidiano, inviabilizando o diálogo pai e filha, em vista de que tal abordagem deva ser feita de mulher para mulher.

Notou-se que, nas famílias chefiadas por homens, as atribuições paternas ganham novo desenho, em que os pais são levados a exercer a paternagem, propiciando maior aproximação afetiva entre eles e os filhos. No entanto, não se pode deixar de mencionar que a masculinidade hegemônica se adapta às transformações históricas, há uma hibridização, com adaptações às novas conjecturas históricas.

Ao se discutir sobre masculinidade hegemônica, neste tópico, pode-se focar sobre a masculinidade tóxica presente em alguns discursos, em que os homens entrevistados depreciam a imagem feminina quando do rompimento do relacionamento homem-mulher, como se o rompimento amoroso pudesse vir somente por parte do homem. Observa-se, também, por vezes, um discurso homofóbico e misógino. A heteronormatividade aparece como padrão da vida de acordo com um “modelo coerente” da sociedade. Há certa imposição de um “modelo” dessas relações, como uma “grade” de leitura do indivíduo para com o mundo, em que se internaliza e se reproduz comportamentos, valores e normas.

4.2.5 Famílias monoparentais com chefia masculina: mudanças a partir da monoparentalidade

Staudt e Wagner (2008) asseveram que, assim como as mulheres enfrentam dificuldades em se mostrarem capazes no mundo profissional, os homens também enfrentam muitas barreiras para obterem credibilidade na esfera doméstica. Segundo as autoras, para os homens conseguirem espaços igualitários, precisam lutar diariamente para reafirmarem essa conquista, pois sempre foram vistos com descrédito quanto às suas possibilidades neste campo.

Com relação à pesquisa aqui empreendida, segundo os participantes, algumas preocupações e sobrecargas se fizeram presentes quando se viram sozinhos cuidando dos filhos:

[...] Se tivesse com ela, eu acho que seria mais dividido, pelo lado do pai e lado da mãe. Daí fica só pelo lado da gente. A gente se preocupa mais. Sente sobrecarregado, fico assim, um pouco preocupado [...].

Mudou por causa disso, eu sinto mais preocupação, de quando eu estava com a mulher [...] a gente fica preocupado de cuidar, de fazer coisas que não seja certo fazer[...] sinto sozinho só com os filhos. Eu acho difícil, preocupa mais a gente [...].

Eu continuo sendo a mesma pessoa, mas, mais preocupado com meus filhos, sem a mãe estar junto, somente eu pra cuidar deles.

Qualquer motivo que seja preciso, quando estão 'danando' a mãe está dando aquela força, atende mais deles (Sujeito 6 - Sengés).

No depoimento do Sujeito 6, do município de Sengés, observa-se que o Sr. CC pontua a preocupação em cuidar sozinho dos filhos, o receio de errar, sentindo-se sobrecarregado. Há certa preocupação em não saber se realmente está fazendo da forma correta, possivelmente por não haver outro adulto com quem possa discutir sobre a relação pai-filhos. Tendo outra pessoa para trocar informações a respeito de um determinado assunto, possivelmente se sentiria mais seguro em tomar certas decisões.

Em outro depoimento, o Sujeito 5, do município de Sengés, pontua a não divisão da responsabilidade como algo que sofreu mudança a partir da monoparentalidade.

[...] diferença era que era responsabilidade dela, também em cuidar. Agora a responsabilidade é só minha. Me sinto sobrecarregado (Sujeito 5 - Sengés).

Tendo em vista a divisão dos papéis sexuais no interior da família e na sociedade ocidental, observa-se que, no imaginário coletivo, permanece a atribuição do cuidado com os filhos uma incumbência feminina. O homem, quando se vê sozinho com tal atribuição, acaba sentindo-se sobrecarregado, uma vez que a atribuição do cuidado era reservada à mulher, quando em família nuclear. Neste momento, em tipologia monoparental com chefia masculina, o Sujeito 5, do município de Sengés, vê-se sobrecarregado por ter que assumir a responsabilidade antes designada à mãe das crianças.

O Sujeito 10, do município de Imbaú, também faz colocações a esse respeito:

[...] Tem muita diferença, porque a gente chega tarde na casa, a gente sabe que não vai ver, não vai estar lá, só os filhos. Daí a gente chega, é diferente, porque a menina mesmo, tem coisa que não tem como apresentar pra ela (filha) [...] quando eu tinha minha esposa, que nem, eu nem conversava sobre namorado, sobre casamento, ela podia conversar com minha filha. Agora eu não posso, tem muita coisa que eu não posso perguntar pra ela (filha) [...] eu acho que é mais responsabilidade. (Sujeito 10- Imbaú).

Como abordado por Abade e Romanelli (2018), a maternagem é assimilada gradativamente, nas brincadeiras destinadas às meninas, nos cuidados com os irmãos menores, porém a paternagem não passa por esse processo. Para os autores, a paternagem é aprendida pelos homens no cotidiano, na dureza da prática do cuidar do outro. Abade e Romanelli (2018) argumentam que não se trata de incompetência dos homens para com os cuidados com os filhos, “[...] mas da ausência de uma modalidade de competência que não foi aprendida nem incorporada pelos homens” (ABADE; ROMANELLI, 2018, p. 12). No entanto, na tipologia monoparental os homens lutam tenazmente para adquirir essa habilidade, segundo os autores.

Por outro lado, o Sujeito 3, do município de Reserva, sente-se enobrecido ao cuidar sozinho dos filhos:

[...] Me sentia superior aos outros homens, conseguia dar conta da casa, roupa lavada, louça lavada, casa limpa. Eu acho que isso ‘enobrece’[...] Tem diferença, a responsabilidade dobra. O relacionamento com os filhos é normal (Sujeito 3 - Reserva).

O posicionamento do Sujeito 3, de Reserva, revela que alguns homens em tipologia monoparental, quando sozinhos nos cuidados com os filhos, veem sua atribuição para além do que seria próprio do homem, havendo sentimento de superioridade em relação aos demais homens, por assumir o que ele entende por atribuição da mulher para com os filhos.

Para o Sujeito 11, do município de Ortigueira, a fase mais difícil teria passado quando a ex-companheira quis sair de casa, devido aos problemas com o álcool. Ele relata o momento ocorrido, em que verbaliza para a ex-companheira: “[...] se você quiser sair, saia, mas as crianças ficam” (sic). Naquele momento, não deixou que a companheira levasse os filhos. Segundo o Sujeito 11: “[...] tudo que eu fiz valeu a pena”, ressaltando sentir-se recompensado ao ver os filhos já crescidos e independentes, acrescentando: “[...] eu jamais ia abandonar eles” (sic), demonstrando certo alento com sua decisão.

O Sujeito 2, de Piraí do Sul, relata outra situação, o preconceito, por estar sozinho com o filho, a partir da monoparentalidade masculina.

[...] Eu senti preconceito, porque a turma fala: ...é pai solteiro, cuidando de um filho [...], ficam olhando de canto, essas coisas (Sujeito 2 - Piraí do Sul).

Para o Sujeito 9, caso tivesse uma filha menina, teria receio do julgamento de outras pessoas, por conta de ser um homem cuidando e uma pessoa do sexo feminino.

[...] eu acho que se fosse uma menina, hoje, eu pediria pra uma cunhada minha, uma parente, pra me ajudar porque é mulher. Tem diferença [...] ah! Tipo assim, muda a situação, tinha que ter uma pessoa na casa, pra ajudar, não tem como [...], tem diferença. A gente ser homem e ter uma menina na casa, o povo fala né? Tem gente que não vem quando precisa, daí fica ruim... alguém próximo à família, uma prima, pra ajudar a gente (Sujeito 9 - Imbaú).

Nesse depoimento, observa-se um discurso permeado pela masculinidade hegemônica, em que atribui o cuidado como pertencente ao universo feminino. Observa-se, pelo discurso, que o Sujeito 9 não se sente capaz de desempenhar o cuidado com uma filha, de certa forma, “sexualiza-se” a atribuição do cuidado direcionado a ela. No dizer do depoente: “[...] o povo fala né?” (*sic*). No caso, nota-se que não seria um pai cuidando de uma filha, mas um homem cuidando de uma mulher. Não seria um ser humano cuidando de outro ser humano, como se evidencia na educação da mulher desde a mais tenra idade, no tocante à maternagem. A paternagem, historicamente, não se vivencia na educação dos meninos.

Por outro lado, o Sujeito 10, do município de Imbaú, relata a responsabilidade maior quanto aos cuidados com uma filha.

[...] uma comparação, se eu largo minha filha pra rua, pra depois o povo vê, não... a mulher dele faleceu, agora a filha dele anda pra rua, abandonada, então não! Eu tenho que cuidar. Até se eu pudesse cuidar mais do que antes, eu cuidaria, dar apoio pra elas (Sujeito 10- Imbaú).

Por conseguinte, o receio do julgamento da comunidade se faz presente no cotidiano das famílias chefiadas por homens. No depoimento do Sujeito 10 há o medo de que a comunidade onde reside o julgue como incompetente por não dar conta dos cuidados com a filha diante da ausência da mãe.

O Sujeito 10, do município de Imbaú, ficou viúvo há 2 meses e, segundo ele, vem enfrentando dificuldades das mais diversas, dentre as quais a de deixar as filhas sozinhas para ter que trabalhar. Menciona que tem receio de a comunidade achar que a filha está abandonada por conta da perda da mãe e isso o incomoda, de alguma

forma. O julgamento da comunidade à qual a família está inserida torna-se relevante no cotidiano da vida familiar.

Para o Sujeito 12, do município de Ortigueira, há dificuldades quanto aos cuidados com seu filho de 6 anos, reportando-se à família que tinha anteriormente. Destaca que não imaginava ser tão difícil cuidar de filhos. Na condição de monoparentalidade, reconhece o desafio enfrentado pela ex-companheira, do primeiro relacionamento, no entanto, o discurso de ser o provedor da casa traz um alento e certo orgulho de dever cumprido.

[...] Eu estava pensando...eu tive 5 filhos com uma mulher, muitas vezes as crianças choravam de madrugada, minha ex-mulher falava: Nino, pelo amor de Deus, me ajude, eu não aguento mais a criança chorando! Eu virava pro canto, ela dormia na beirada e eu no canto. Eu virava pro canto e falava pra ela: Se vira, eu não deixo faltar nada em casa, pelo menos preste pra cuidar dos filhos. Se precisar levar no médico, chame, que eu levo no médico; se precisar levar para o hospital eu levo, senão, se vire! Ela levantava e cuidava. E era desse jeito. Eu só fui entender agora, agora cuidando do pequeno. Veja o quanto ela sofria com as crianças. Só que uma coisa eu tenho orgulho, eu nunca deixei faltar nada em casa. Eu lutei pela minha família, fiz tudo pela minha família. Eu pensava, quem cuida de filho tem que cuidar de filho, minha mulher nunca trabalhou, toda vida cuidou de casa, nunca deixei faltar nada, dei o sustento (Sujeito 12- Ortigueira).

Nota-se, nesse depoimento, a fala do homem provedor ressaltando a masculinidade hegemônica ao mencionar sobre o papel a ser desempenhado pela mulher. Em outro ponto, o Sujeito 4, do município de Reserva, sente-se mais próximo dos filhos a partir do momento em que se viu sozinho cuidando da prole. Observa-se, com os depoimentos, que o exercício da paternagem possibilita uma proximidade maior entre as partes envolvidas, auxiliando no desenvolvimento de uma relação mais íntima e com vínculos mais fortalecidos. A relação dos cuidados básicos, que, por vezes, parecem insignificantes, supérfluos, acaba possibilitando vivências que estruturam memórias afetivas tanto dos pais quanto dos filhos.

[...] Estão bem mais próximos de mim [...] até as coisas insignificantes eu falo: pode falar...não corto, pode falar... Coisas supérfluas eu procuro escutar, pra ver o desenvolvimento deles [...] isso muda o modo da gente pensar e o modo de agir (Sujeito 4 - Reserva).

Vale destacar que um dos sujeitos entrevistados, o Sujeito 13, de Ventania, mencionou sobre as dificuldades no cotidiano familiar por conta da falta de sua companheira. Ele relata sentir falta de sua companheira, não por sua atribuição nas atividades da casa, mas por ambos realizarem em conjunto as atividades. Segundo o Sujeito 13: “[...] não tem nenhuma facilidade sem ela, só dificuldade. Se tivesse

alguma coisa pra fazer, a gente fazia junto [...] ela ficava me ajudando, e eu ajudava ela. Ela faz uma falta imensa! Sinto falta dela como ser humano, as coisas da casa eu faço, sem problemas” (sic).

Para ele, a divisão de papéis não é significativa, isto é, tanto homens como mulheres devem ter as mesmas atribuições, pois desde criança foi ensinado a fazer “de tudo um pouco”, não tendo dificuldades nas atividades diárias da casa. A falta que sente, na constituição da tipologia monoparental, é do companheirismo da mãe de seus filhos, não necessariamente de sua utilidade nas atividades diárias e cuidados com os filhos.

Avançando-se um pouco mais no processo de análise dos depoimentos, identificou-se uma variável relacionada aos componentes das famílias, o que as vulnerabiliza ainda mais. A partir de sucessivas repetições por parte dos entrevistados, eles revelaram um indicador relativo à família de origem ou mesmo àquela constituída com a ex-companheira e a atual família, composta pelo sujeito entrevistado e seus filhos. Aponta-se um percentual de 42,8% de famílias que apresentaram esse indicador.

No relato do Sujeito 9, por exemplo, do município de Imbaú, o Sr. VM menciona não ter sido “criado” pela família, por vezes, tendo que ficar escondido “no mato” à procura de abrigo, por conta do alcoolismo do pai, que ficava violento ao consumir bebida alcoólica. Segundo o Sr. VM, essa situação e as fugas constantes culminou em seu trabalho precoce na infância, aos 8 anos de idade. Salienta-se que, no dia da entrevista o Sujeito 9 também apresentou comportamentos indicadores de uso de bebida alcóolica, sendo a entrevista reduzida em sua duração, devido à dificuldade do entrevistado em conseguir responder, com coerência, o roteiro preestabelecido e dar andamento ao processo.

Outro caso identificado sobre a saúde mental diz respeito à família do Sujeito 12, do município de Ortigueira, sendo verbalizado pelo Sr. GPS que sua ex-companheira, mãe de seu filho, estaria internada em função da dependência de substância psicoativa (crack). Ao longo da entrevista, o Sr. GPS relatou sobre o processo judicial, em que foi requisitado exame toxicológico dele e da ex-companheira, o que culminou no deferimento da guarda da criança a seu favor.

No município de Piraí, identificou-se essa variável na família do Sujeito 1, que verbalizou dificuldades da ex-companheira nos cuidados com os filhos, sendo o Conselho Tutelar acionado em vários momentos, devido aos surtos (esquizofrenia) da

esposa, o que inviabilizou a permanência das crianças sob os cuidados da mãe das crianças, permanecendo o Sr. IG responsável pelos filhos.

Outra família identificada ao longo do processo foi a do Sujeito 11, do município de Ortigueira, o qual informou que sua ex-companheira tinha problemas com álcool, culminando em separação e permanência das crianças sob seus cuidados. O Sujeito 3, do município de Reserva, ao adentrar questões sobre o cotidiano, verbalizou que o relacionamento era conturbado e que ele tinha problemas com álcool, informando ter deixado de beber após a separação. O Sujeito 13, do município de Ventania, também apresentou fortes indícios de uso de substância psicoativa. A primeira entrevista agendada teve que ser adiada, pois no dia marcado o Sr. AG não conseguia se fazer entender e participar do processo de pesquisa.

Ressalta-se que, na pesquisa empreendida, esta variável não foi aprofundada, o que interfere de alguma forma no cotidiano das famílias, porém faz-se necessário registrar tal observação, tendo em vista que ela vulnerabiliza as famílias. Esse apontamento poderá instigar outros pesquisadores a esse campo ainda não explorado.

Neste tópico, abordou-se sobre as mudanças a partir da monoparentalidade. Segundo os participantes, algumas preocupações e sobrecargas se fizeram presentes quando se viram sozinhos cuidando dos filhos. Há certa preocupação dos participantes em saber se realmente fazem de forma correta, possivelmente por não haver outro adulto com quem possam discutir sobre a relação pai-filhos. Outro ponto destacado pelos sujeitos diz respeito ao preconceito e ao julgamento das pessoas em relação a estarem sozinhos nos cuidados com a prole.

De certa forma, sexualiza-se a atribuição do cuidado de um pai para com filhos do sexo feminino. Porém, a atribuição de provedor da casa traz certo alento e orgulho aos homens participantes da pesquisa. A atribuição dos cuidados básicos que passam a exercer após a monoparentalidade, que, por vezes, parece insignificante e supérfluo, acaba possibilitando vivências que estruturam afetos entre pais e filhos.

De modo geral, este Capítulo procurou compreender as particularidades das famílias com chefia masculina, apresentando, em sua análise, a formação das masculinidades e sua interface no cotidiano de famílias cujos homens estão sozinhos com os filhos, sem a presença de uma figura feminina.

As categorias teóricas e empíricas destacadas no decorrer da tese enriqueceram as discussões propostas, quando abordado sobre a formação da família

brasileira, costumes, valores, trabalho, mestiçagem e formação das masculinidades. A pobreza também se fez presente nas análises, quando se abordou sobre as vulnerabilidades apresentadas pelas famílias e as estratégias de sobrevivência utilizadas para minimizar a precariedade e/ou ausência de Políticas Públicas. Pode-se mencionar ainda as categorias: masculinidade hegemônica, estratégias de sobrevivência e cotidiano.

No decorrer do processo, exibiu-se como hipótese que, nas relações cotidianas das famílias com chefia masculina, a formação das masculinidades apresenta interfaces, reproduzindo cotidianamente regras e normas preestabelecidas de uma sociedade que reforça a divisão de papéis e hierarquizações.

Considerando o proposto, à luz do conteúdo trabalhado ao longo dos capítulos, realiza-se aqui alguns apontamentos. Infere-se que, quando do relacionamento rompido por parte da mulher, o termo “valia nada” se faz presente nos depoimentos. Nota-se que, quando isso ocorre, deprecia-se a imagem feminina. Ao depreciar a imagem da mulher, o homem demonstra virilidade e masculinidade para a comunidade, sua família, seus amigos e para a sociedade em geral, ocultando, por vezes, sua fragilidade diante da recusa da mulher em permanecer no relacionamento. No “ideal cultural” de masculinidade, a força é tudo, enquanto as emoções seriam uma fraqueza.

As discussões sobre a masculinidade hegemônica trouxeram elementos significativos para se compreender o discurso verbalizado pelos sujeitos entrevistados e as interfaces da formação das masculinidades. Nota-se, nos depoimentos, que os homens procuraram se desvencilhar de concepções “machistas”, como colocado em uma das entrevistas; no entanto, o discurso a partir da masculinidade hegemônica quanto à hierarquização e à dualidade feminino-masculino dos papéis sociais se fez presente. O receio da homossexualidade também foi observado, quando mencionada a não autorização de uma determinada atividade escolar para a criança, pelo receio de se induzir os meninos em áreas consideradas de atribuições femininas.

Nesse ponto, as reflexões baseadas em Connell e Messerschmidt (2013) e Bourdieu (2014) propiciaram um arcabouço teórico relevante nas discussões sobre masculinidades. A grade de leitura do indivíduo para com o mundo, que se internaliza e se reproduz nos comportamentos, valores e normas, denominado por Bourdieu (2014) como *habitus*, se fez presente nos depoimentos, identificando-se o “*eidos*”, no modo de pensar e a apreensão da realidade dos sujeitos entrevistados, como também

o “*ethos*”, que são os valores que regem a moral no cotidiano dos entrevistados, quando mencionam que sentem vergonha em realizar alguma atividade, como lavar roupa, por exemplo, considerando-a uma atividade feminina.

Outro ponto de destaque na pesquisa empreendida diz respeito à vida cotidiana das famílias, o que Heller (1989) denomina de imitação. Em alguns momentos, os sujeitos participantes relatam uma infância de trabalho, porém reproduzem cotidianamente essa atitude com os filhos, sem refletir sobre a reprodução do que vivenciaram. Há a utilização do trabalho infantil enquanto estratégia de sobrevivência, em meio à ausência de Políticas Públicas, porém, estratégia considerada juridicamente como ilícita.

Considera-se que certa parcela da população infanto-juvenil permanece com atividades laborativas em diversos setores, principalmente como parte integrante da força de trabalho familiar. Esse tipo de trabalho, por vezes, é visto como natural por grande parte da população. A inserção precoce no trabalho tem consequências significativas sobre o desenvolvimento, educação e saúde de crianças e adolescentes, tanto no momento que ocorre o fato, como também para o futuro profissional, familiar e social.

Outra face do trabalho infantil, que também surgiu nos depoimentos das famílias monoparentais com chefia masculina foi o trabalho doméstico, o qual reside em causas conhecidas como a pobreza, a cultura ou no imaginário social de que o trabalho é positivo em qualquer idade, considerando o trabalho como disciplinador.

Um outro destaque da pesquisa diz respeito religiosidade. A crença em um ser superior aparece nos depoimentos dos sujeitos, como atitude para minimizar as dificuldades enfrentadas no cotidiano familiar.

Destaca-se que a formação das masculinidades coloca certas barreiras nas relações familiares, por vezes, inviabilizando o diálogo entre pai e filha. Devido à interiorização de que certas abordagens devam ser feitas de mulher para mulher, o campo do homem nessa área torna-se restrito. Observa-se, nos depoimentos, dificuldades na abordagem de assuntos que enfocam a sexualidade e a parte biológica da mulher, estabelecendo-se códigos verbais entre o pai e a filha, a fim de não se entrar do mérito do assunto e criar constrangimentos mútuos.

Como abordado no decorrer do Capítulo, a relação com a paternidade é exercida sob referenciais de masculinidade e de feminilidade que orientam as representações ideológicas hierarquizantes dos papéis sociais, interferindo, de

alguma forma, nas relações familiares das famílias monoparentais com chefia masculina. Não se pode deixar de mencionar que o “fazer-se” pai, na família chefiada por homens em tipologia monoparental, afasta-se do modelo tradicional, delineando um novo modelo de pai, que rompe com os estereótipos patriarcais, porém com algumas contradições internas.

Como visto anteriormente, assim como a maternagem é algo aprendido socialmente, os homens também aprendem a paternagem, não obstante as representações do senso comum atribuam ao pai a falta de habilidade para cuidar dos filhos. Assim como as mulheres, por vezes, enfrentam dificuldades em se mostrar capazes no mundo profissional, os homens enfrentam muitas barreiras para obterem credibilidade na esfera doméstica.

Infere-se, com a pesquisa, que há um esforço dos pais nos cuidados com a casa e a prole, no entanto, uma parte considerável ainda considera se tratar de uma atribuição feminina. Há algumas limitações quanto a assuntos pertinentes ao corpo e sexualidade feminina de suas filhas.

Muitos homens vêm rompendo com os padrões estabelecidos pela sociedade em relação ao padrão de gênero, ou seja, notam-se novas formas de exercer a paternidade e os cuidados com a prole. Na tipologia monoparental masculina, os pais são levados a exercer a paternagem com afinco, propiciando maior aproximação afetiva entre eles e os filhos. Portanto, no processo de socialização, os homens podem aprender a paternar, como as mulheres aprendem a maternar desde a mais tenra idade.

Discutir sobre a formação da família brasileira, seus valores, costumes, cultura, trabalho, formação das masculinidades, possibilitou aprofundar questões sobre os valores judaico-cristãos que influenciaram consideravelmente a formação da família brasileira, observando-se, na pesquisa, essa “grade” de estruturas estruturadas estruturantes que constituem o princípio gerador de prática e de ideologias presentes no cotidiano dos sujeitos. Por vezes, se tenta romper com o que está estabelecido na sociedade, porém, encontram-se resistências em si mesmo, como destacado nos depoimentos dos sujeitos entrevistados. Há uma negação e ao mesmo tempo um reforço, dos homens entrevistados, quanto a determinadas atribuições para homens e para mulheres.

Destaca-se que, diante das vulnerabilidades das famílias monoparentais masculinas em condição de pobreza, os homens utilizam as estratégias de

sobrevivência como a rede de apoio parental e comunitária, o trabalho informal, como também a utilização do trabalho infantil e doméstico de crianças e adolescentes.

Vê-se que, no campo das necessidades, utiliza-se o “jeitinho” para se conseguir contornar as situações de vulnerabilidades. Na ausência ou fragilidades das Políticas Públicas, como mencionado por um dos entrevistados, determinada instituição autorizou suas filhas a permanecerem no local até seu retorno do trabalho. Há também situações em que os filhos acompanham os pais em seus trabalhos.

Desse modo, identifica-se lacunas em relação ao contraturno escolar para crianças e adolescentes, que, por vezes, permanecem sozinhos em seus domicílios, ficam em locais improvisados para o contraturno escolar, ou mesmo acompanham seus pais em atividades laborativas.

Portanto, dar visibilidade às famílias com chefia masculina, em tipologia monoparental, cujos pais estão sozinhos nos cuidados, proteção e manutenção de seus filhos, trouxe à luz questões sobre as interfaces da formação das masculinidades, bem como as lacunas de Políticas Públicas no atendimento às camadas mais empobrecidas da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciam-se as considerações finais destacando que um estudo acerca de determinado fenômeno da realidade não se esgota em uma tese ou dissertação. De modo algum se quer concluir algo sobre o estudo proposto, mas, sim, apontar alguns avanços e descobertas quanto ao objeto de pesquisa. As considerações finais objetivam expor como se construiu a pesquisa e quais avanços se puderam contemplar.

Tendo em vista o rigor científico a que se propôs seguir, objetiva também realizar alguns apontamentos para que novos pesquisadores possam, a partir do que foi construído, realizar avanços para o conhecimento científico. Ressalta-se que não houve o esgotamento ou ponto final de compreensão da realidade, mas a apreensão do conhecimento em espiral ascendente, no qual o ponto de chegada significa um novo ponto de partida para novos conhecimentos.

Discorrer sobre as famílias monoparentais com chefia masculina, o qual constituiu o tema de pesquisa, não foi uma tarefa fácil. Primeiramente, por centrar-se nas discussões sobre a instituição família, a qual possui vasta produção acadêmica e teórica, bem como discorrer sobre as categorias pobreza e masculinidades, o que se mostrou um grande desafio.

Outrossim, dar visibilidade às famílias cujos pais estivessem sozinhos cuidando de seus filhos, em condição de pobreza, exigiu empenho e rigor teórico-metodológico; para tanto, o percurso não foi fácil, houve dificuldades tanto no processo de construção teórica como no processo de coleta e análise do material produzido. Durante a experiência, muitas angústias se fizeram presentes, seja pela dificuldade de acesso aos sujeitos significativos, seja pela dificuldade em decorrência do isolamento social por conta da pandemia da Covid-19, ou, ainda, por desbravar uma área pouco conhecida, em que se observaram lacunas teóricas e ausência de Políticas Públicas no atendimento a essa demanda populacional.

Ao relatar sobre a pesquisa, ressaltam-se muitos empecilhos, no entanto, a busca pelo conhecimento e as inquietações sobre a realidade vivenciada no cotidiano da prática profissional deram forças para se chegar a alguns apontamentos interessantes sobre o cotidiano das famílias com chefia masculina em condição de pobreza, até então desconhecidos.

Ao resgatar os objetivos propostos para a construção da tese, observou-se que, na elaboração de cada capítulo, pôde-se realizar aproximações sucessivas ao objeto de pesquisa, as quais contribuíram para o entendimento e a compreensão da realidade. Primeiramente, aprofundando sobre a categoria família, adentrou-se às particularidades da família brasileira no que diz respeito às diversas tipologias familiares e aos papéis sociais ao longo do processo histórico da família brasileira.

Destaca-se que ao homem era reservada a prova de coragem e virilidade, sendo difícil para ele a partilha do medo, o modelo tradicional de virilidade estava relacionado à bravura. Na passagem para a modernidade, a virilidade agrega outros valores como a sagacidade. De modo geral, constata-se que a virilidade não constitui um atributo natural dos homens, mas fruto de um conjunto de processos educativos e sociais que visam a perpetuação da dominação masculina.

Pode-se também adentrar às nuances da categoria gênero quando se aprofundou sobre a formação das masculinidades, utilizando-se conceitos da masculinidade hegemônica trazida por Connell e Messerschmidt (2013) e sobre o *habitus* estudado por Bourdieu (2014).

Ao direcionar a análise sobre a categoria pobreza, adentrou-se às particularidades do Programa Bolsa Família, trazendo tanto dados quantitativos como qualitativos no que diz respeito às tipologias existentes e aos conceitos sobre pobreza e extrema pobreza, a fim de se chegar aos sujeitos significativos da pesquisa. No ir e vir dos conceitos, aprofundou-se nas singularidades das famílias chefiadas por homens.

Na pesquisa empreendida constatou-se que, ao mesmo tempo que a família pode significar local de proteção e de agregação de valores e sentimentos, pode significar um local de violação de direitos e desproteção social. Nas famílias chefiadas por homens, a lógica capitalista da divisão dos papéis ainda permanece no imaginário familiar, sendo, por vezes, argumentado ser “de praxe” as coisas da casa serem atribuições femininas.

As relações sociais continuam baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, havendo uma primazia feminina no cuidado e proteção das crianças, sendo essa atividade realizada por uma vizinha, uma filha mais velha, uma irmã, mãe ou mesmo uma pessoa contratada para esse fim. Destaca-se que os aspectos legais também contribuem para a manutenção de um modelo mais tradicional de

parentalidade, nos quais encontram-se ainda atrelados às dicotomias diante do gênero masculino e feminino.

Na contemporaneidade, os pais enfrentam diversas contradições, seja no cotidiano familiar ou também jurídico, quanto aos direitos vigentes. Há uma disparidade em relação às licenças-maternidade e paternidade, a qual estabelece 120 dias de licença às mulheres e 5 dias de licença aos homens, reforçando-se, assim, a separação entre o direito masculino e o direito feminino.

Nesse aspecto, a Lei reforça a dicotomia existente na sociedade, a qual estabelece ao homem ser forte, viril e provedor, e à mulher ser delicada, frágil, cuidadora e responsável pela prole. Observa-se esse aspecto também quando analisado o Auxílio Emergencial no ano de 2020, em virtude da Covid-19, em que foram designadas duas cotas para as famílias monoparentais com chefia feminina, excluindo-se os homens nas mesmas condições.

Discutir sobre a formação da masculinidade trouxe elementos significativos no entendimento da divisão de papéis sexuais. No decorrer do processo, pode-se adentrar ao conceito de masculinidade hegemônica que, por vezes, serve de modelo, sentidos e ideais difundidos na sociedade. Vê-se que a divisão entre os sexos parece estar na ordem das coisas, sendo a instituição familiar local onde se incorporam as estruturas históricas da ordem masculina.

Nesse sentido, entende-se que houve contribuição significativa da pesquisa aqui empreendida, por adentrar ao cotidiano das famílias com chefia masculina, em tipologia monoparental, dando visibilidade para essa camada da população, discutindo-se sobre a formação das masculinidades e em que medida essa formação apresenta interfaces no cotidiano familiar, na divisão de papéis sexuais, nas relações de poder e nas hierarquizações.

Em contrapartida, apontou para a existência da demanda de um pai envolvido na criação dos filhos, com algumas limitações quanto a assuntos pertinentes ao corpo e à sexualidade feminina. Por outro lado, esses homens estão quebrando os padrões estabelecidos pela sociedade em relação ao padrão de gênero, com novas formas de exercer a paternidade e os cuidados com a prole.

Ressalta-se que as considerações aqui apontadas não são conclusivas, pois são decorrentes de participação de 14 sujeitos beneficiários do Programa Bolsa Família. Destaca-se que o trabalho produziu um arcabouço teórico e discussões relevantes para o entendimento sobre a formação das masculinidades, focando as

discussões nas famílias com chefia masculina, da camada mais empobrecida, logo, inovou nas análises e na descoberta de lacunas das Políticas Públicas, para o atendimento de crianças e adolescentes, além de que deu visibilidade aos homens que se encontram sozinhos com os filhos, em meio às múltiplas vulnerabilidades em decorrência da pobreza.

Evidencia-se que a pesquisa empreendida teve como *lócus* o Programa Federal Bolsa Família, que a partir do mês de novembro de 2021 passará por reconfigurações, sendo, a princípio, denominado “Auxílio Brasil”²⁴, abrindo-se um leque de possibilidades a pesquisadores que, instigados por novas descobertas, possam adentrar a discussões sobre a identidade masculina, bem como sobre o novo Programa Federal de transferência de renda.

²⁴ O Auxílio Brasil, segundo o site governamental, substituirá o Programa Bolsa Família a partir do mês de novembro de 2021, sendo o número de beneficiários ampliado de 14,7 milhões de famílias para 16,9 milhões. Contará com 9 modalidades diferentes de benefícios, havendo apoio financeiro a gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes (BRASIL, 2021).

REFERÊNCIAS

ABADE, Flávia; ROMANELLI, Geraldo. Paternidade e paternagem em famílias patrifocais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/9DmZ9XcQNZbvtQVQN8nqnsz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 3 set. 2021.

AGUIAR JUNIOR, Valdinei Santos; VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel. Reflexões sobre a relação trabalho-saúde de crianças e adolescentes: um espaço de intervenção na formação em Saúde do trabalhador. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/8qHrSg5LGQBvjdBWbKN6zp/?lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2021.

ALBUQUERQUE, Marcela Ribeiro; CUNHA, Marina Silva. Uma análise da pobreza sob o enfoque multidimensional no Parana. **Revista de Economia**, v.38. n.3, set./dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/26181>. Acesso em: 24 jan. 2022.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e Vida Doméstica. In: MELLO e SOUZA, Laura (org.). **História da vida privada no Brasil 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. 1. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2018.

ALMEIDA, Mauro Willian Barbosa. Lewis Morgan: 140 anos dos sistemas de consanguinidade e afinidade da família humana (1871-2011). **Cadernos de Campo**, n.19, p.1-384, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/45193>. Acesso em: 10 out. 2021.

ALMEIDA, Ronaldo de. **A Igreja Universal e seus demônios**. São Paulo: Terceiro Nome, 2009.

AMANTINO, Marcia; FREIRE, Jonis. Ser homem... Ser escravo. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (org.). **História dos homens no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Unesp, 2013.

AMARO, Fausto. **Sociologia da Família**. Lisboa: Pactor, 2014.

AMORIN, Helder Remigio de. A Geopolítica da Fome: Josué de Castro e um livro que viajou o mundo em tempos de Guerra Fria. In: RÜCKERT, Fabiano Quadros *et al.* (org.). **Histórias da Pobreza no Brasil**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2019. Disponível em: https://ppghistoria.furg.br/images/Cardozo2019_Pobreza.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

ANDRADE, Manuel Correia. Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.11, n. 29, 1997. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000100009. Acesso em: 8 set. 2019.

ANDREAZZA, Maria Luiza. **Paraiso das Delícias**: estudo de um grupo imigrante ucraniano 1895-1995. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, 1996. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/26994/T%20-%20ANDREAZZA,%20MARIA%20LUIZA.pdf?sequence=1>. Acesso em: 9 set. 2021.

ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto. **Psicologia e Religião**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2008.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. “Cisgênero” nos discursos feministas: uma palavra “tão defendida; tão atacada; tão pouco entendida”. Campinas, SP: UNICAMP/IEL/Setor de Publicações, 2018. Disponível em: <https://www.iel.unicamp.br/arquivos/publicacao/Cisgenero-nos-discursos-feministas-uma-palavra-tao-defendida-tao-atacada-tao-pouco-entendida.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2022.

BALSA, Casimiro; CAEIRO, Ana; BARRETO, J. **Trajetórias e estratégias face a precariedade e à exclusão no âmbito do processo de metropolização de Lisboa**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa/CEOS, 2000.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iracy; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Psicologia social e racismo**: estudos sobre a branquitude no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p.25-58. Disponível em: <http://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>. Acesso em: 18 out. 2021.

BEZERRA, Mirthyani. Uma nação se faz na cama? **Site Uol**, 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/reportagens-especiais/dados-do-genoma-de-brasileiros-revelaram-violento-processo-miscigenacao/>. Acesso em: 21 jan. 2022.

BHERING, Leiliane Souza; FONTES, Márcia Barroso. Famílias monoparentais: um enfoque demográfico a partir da PNAD 2015. In: **I Seminário Nacional: Família e Políticas Sociais no Brasil-UFV**, 2017. Disponível em: <http://www.ppged.ufv.br/seminariofamiliapoliticassociais/wp-content/uploads/Fam%C3%ADlias-monoparentais-um-enfoque-demogr%C3%A1fico-a-partir-dos-dados-da-PNAD-2015.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2019.

BICHIR, Renata Mirandola. O Bolsa família na Berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. **Novos Estudos CEBRAP**, n.87, jul. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000200007. Acesso em: 5 dez. 2020.

BILLERBECK, Luana Márcia de Oliveira. **Subjetividades masculinas - identidades dos homens que praticaram violência doméstica e familiar no contexto do Paraná**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018. Disponível em: <http://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/2495/1/Luana%20Marcia.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2019.

BOAMORTE, Lucas Otávio. Imigração holandesa e a fundação de cooperativas nos Campos Gerais. In: **Dicionário Histórico dos Campos Gerais**. Projeto de Extensão. Departamento de História. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2018. Disponível em: https://www2.uepg.br/dicion/?fbclid=IwAR3MxEizF9hCrQKJp5JUZHthyfq3lbaVLMDu1a7umy2xTXqOpYVAfu1_5E. Acesso em: 20 set. 2020.

BOTTON, Fernando Bagiotto. Considerações críticas acerca das teorias de Raewen Connell e Judith Butler para o estudo das masculinidades. **Revista Crítica Histórica**. Ano XI, n. 22, v.11, 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/11245>. Acesso em: 28. jan. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Tradução de Maria Helena Kühner. 1.ed. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2014.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o historiador**. Tradução de João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BRANDÃO, André Augusto. Conceitos e coisas: Robert Castel, a “desfiliação” e a pobreza urbana no Brasil. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p.141-157, 2002. Disponível em: [/www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/34](http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/34) Acesso em: 4 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Assuntos**. 2020c. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 set. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 3 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. **Relatório Completo do Bolsa Família**. Bolsa Família e Cadastro Único no seu município. Municípios, 2020. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/relatorio-completo.html>. Acesso em: 02 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação-SAGI. **CECAD 2.0**. 2020a. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php>. Acesso em: 12 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI. **VIS-DATA 3 beta**. 2020b. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/data-explorer.php>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, 2015. **Benefícios**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/beneficios>. Acesso em: 5 jan. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência da Assistência Social-CRAS**. 1. ed. Brasília, 2009.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, 2006. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriançasAdolescentes%20.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Governo Federal anuncia Auxílio Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/10/governo-federal-anuncia-o-auxilio-brasil>. Acesso em: 29 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF, 2022. Disponível em: <https://www2.cbpf.br/pt-br/coloquios/o-projeto-dna-do-brasil>. Acesso em: 21 jan. 2022.

BUTLER, Judith. Judith Butler sobre o COVID-19: O capitalismo tem seus limites. Tradução de Arthur Renzo. 2020. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1144>. Acesso em 29. out. 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e Subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CADÚNICO. **Cadastro Único dos Programas Sociais**. 2020. Disponível em: https://login.caixa.gov.br/auth/realms/internet/protocol/openid-connect/auth?response_type=code&client_id=cli-web-dun&redirect_uri=https%3A%2F%2Fwww.cadastrounico.caixa.gov.br%2Fcadun%2F

abrirAplicacao.do&state=1377bb58-94fa-4545-a677-89626867c1c7&login=true&scope=openid#. Acesso em: 12 jan. 2021.

CAMPOS, Daniel de Souza. O lugar dos homens no programa Bolsa Família: desafios e percepções para a inclusão. **[SYS] THESIS. Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, v.9, n.1, p.41-50, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/synthesis/article/view/42253>. Acesso em: 8 dez. 2020.

CAMPOS, Daniel de Souza; CAVALCANTI, Ludmila Fontenele; NASCIMENTO, Marcos Antonio Ferreira. Homens e Proteção Social: desafios para a Política Nacional de Assistência Social. **Revista O Social em Questão**, Ano XXII, n.43, jan./abr. 2019. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_43_art_10.pdf. Acesso em: 26 out. 2019.

CAPES. **Catálogo de Dissertações e Teses**. 2022. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 22 jan.2022.

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. Concepções sobre pobreza e alguns desafios para a intervenção social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Ano XXV, n. 84, p. 66-90, 2005.

CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. Feminismo-Feminismos. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (org.). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados: Ed. UFGD, 2019. Disponível em: <https://omp.ufgd.edu.br/omp/index.php/livrosabertos/catalog/view/2/2/29-1>. Acesso em: 6 out. 2021.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira. O trabalho infantil no Brasil contemporâneo. **Caderno CRH**, v. 21, n. 54, p. 551-569, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/Brjv4rnw8DvyYYKHFjJsnK/?lang=pt>. Acesso em: 22 set. 2021.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant (org.). **A família contemporânea em debate**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

CHAMBERS, Robert. What is Poverty? Who asks? Who answers? **Poverty in Focus**, dec. 2006. Disponível em: <http://ipcig.org/sites/default/files/pub/en/IPCPovertyInFocus9.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2020.

COHN, Amélia. As políticas de abate social no Brasil contemporâneo. **Revista Lua Nova**, n. 109, p.129-160, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452020000100129&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 5 mar. 2021.

COLLING, Ana Maria. TEDESCHI; Losandro Antonio (org.). **Dicionário Crítico de Gênero**. 2. ed. Dourados, MS: Editora UFGD, 2019. 748p.

CONFORT, Maria. Você sabe o que é masculinidade tóxica? In: **Portal Geledés**, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/?s=m masculinidade+t%C3%B3xica>. Acesso em: 12 set. 2021.

CONNELL, R.; MESSERSCHMIDT. James W. Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 242-275, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014/24650>. Acesso em: 15. jan. 2021.

CONNELL, R. Políticas da Masculinidade. **Educação e Sociedade**. v.20, n.2, p. 187-206, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoe realidade/article/view/71725/40671>. Acesso em: 9 jul. 2020.

COSTA, Lucia Cortes. O dilema brasileiro da desigualdade social. In: COSTA, Lucia Cortes; SOUZA, Maria Antônia (org.). **Sociedade e cidadania: desafios para o século XXI**. 2. ed. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2010. p.176-204.

CREMONESE, Dejalma. A crise política no Brasil e o impeachment de Dilma Rousseff em 2016. **Campos Neutrais Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, v.1, n. 3, p.70-87, set./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/cn/article/view/9677>. Acesso em: 3 mar. 2021.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2015.

DAIBERT JR., Robert. Entre homens e anjos: padres e celibato no período colonial no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia. **História dos homens no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Unesp, 2013.

DALMÁS, Giovana; MÉNDEZ, Natalia Pietra. Beauvoir Simone. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (org.). **Dicionário Crítico de Gênero**. 2. ed. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2019. p.68-74.

DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2015.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias e Conversas de mulher**. 1. ed. São Paulo: Planeta, 2013a. 312p.

DEL PRIORE, Mary. Pais de ontem: transformações da paternidade no século XIX. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (org.). **Histórias dos Homens no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013b.

DEL PRIORE, Mary. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed. 4. reimp. São Paulo: Contexto, 2018.

DRAIBE, Sônia Miriam. Por um reforço da proteção à família: contribuição à reforma dos programas de assistência social no Brasil. In: KALOUSTIAN, Silvio Manoug (org.). **Família Brasileira a base de tudo**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

DREHER, Martin Norberto. Considerações sobre a História da Família Imigrante no Rio Grande do Sul. In: SCOTT, Ana Sílvia Volpi *et al.* (org.). **História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas**. v. 2. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014. Disponível em: <http://oikoseditora.com.br/files/Ehila2.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

DUPUIS, Jacques. **Em nome do pai: uma história da paternidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

DURKHEIM, Emile. **As Regras do Método Sociológico**. 3.ed. Traduzido por Paulo Neves. São Paulo: Martin Fontes, 2007.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FAGNANI, Eduardo. A política social do governo Lula (2003-2010): perspectiva a histórica. In: **Texto para Discussão, IE/UNICAMP**, n. 192, jun. 2011. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3105/TD192.pdf>. Acesso em: 2 mar.2021.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10.ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2015.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2012.

FERREIRA, Felisberto Santana. Família monoparental feminina: fenômeno da contemporaneidade? **Questões Contemporâneas**, v.13, n. 2, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/10618/8518>. Acesso em: 5 mar. 2019.

FERREIRA, Paulo Alexandre Milheiro Gaspar. **Audição de crianças e jovens na mediação familiar nos casos de separação e divórcio: um estudo do ponto de vista dos mediadores familiares da região autônoma da Madeira**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais e Políticas) – Universidade Técnica de Lisboa. v.1. 2013. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/5438/1/Tese%20Definitiva%20-%20Volume%20I%20e%20II.pdf>. Acesso em:5 jan. 2020.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary (org.). 10 ed. 3. reimp. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

FREITAS, Jheniffer. **Estes brasileiros foram excluídos do pagamento do auxílio emergencial 2021**. 2021. Disponível em: <https://fdr.com.br/2021/04/03/estes-brasileiros-foram-excluidos-do-pagamento-do-auxilio-emergencial-2021/>. Acesso em 8 out. 2021.

FREITAS, Waglânia de Mendonça Fautino; COELHO, Edméia de Almeida Cardoso; SILVA, Ana Tereza Medeiros Cavalcanti. Sentir-se pai: a vivência masculina sob o olhar de gênero. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, p. 137-145, jan. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/9gbMg3rrCrCZmY6BywKLMzP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 31 ago. 2020.

FUKUDA-PARR, Sakiko. The human poverty index: a multidimensional measure. **Poverty in Focus**, p. 7-9, dec. 2006. Disponível em: <http://ipcig.org/sites/default/files/pub/en/IPCPovertyInFocus9.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2020.

GAIOSKI, Elisângela F.B.; MEIRA, Janaine. Mulheres dos Campos Gerais no relato de Saint Hilaire. In: **Dicionário Histórico dos Campos Gerais**. Projeto de Extensão. Departamento de História. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2019. Disponível em: https://www2.uepg.br/dicion/?fbclid=IwAR3MxEizF9hCrQKJp5JUZHthyfq3lbaVLMDu1a7umy2xTXqOpYVAfu1_5E. Acesso em: 20 set. 2020.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve Histórico do Feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

GÓES, Fernanda Karla Fernandes da Silva. **O quarto excluído**: gêneros não binários e formação universitária. Dissertação (Mestrado em Gestão nas Organizações Aprendentes) – Universidade Federal da Paraíba, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/19692/1/FernandaKarlaFernandesDaSilvaG%C3%B3es_Dissert.pdf. Acesso em: 26 out. 2021.

GOMES, Karol. Brasil é nação construída em estupro de mulheres negras e indígenas por brancos europeus, aponta estudo. **HYPENESS**, 2020. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2020/10/brasil-e-nacao-construida-em-estupro-de-mulheres-negras-e-indigenas-por-brancos-europeus-aponta-estudo/>. Acesso em: 21 jan.2022.

GOMES, Monica Araujo; PEREIRA, Maria Lucia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, p. 357-363, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n2/a13v10n2>. Acesso em: 21 set. 2019.

RIOS, Flávia; LIMA, Marcia (org.). **Lélia Gonzalez**: Por um feminismo agro-latino-americano – Ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Ed. Schwarcz S.A, 2020. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp->

content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf. Acesso em: 14 jan. 2022.

GOVERNO FEDERAL. Controladoria Geral da União. Portal Transparência. **Detalhamento do Benefício Bolsa Família**. 2020. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/beneficios/bolsa-familia?ordenarPor=beneficiario&direcao=asc>. Acesso em: 12 jan. 2020.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

HERÉDIA, Vania. Família italiana no Rio Grande do Sul. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi *et al.* (org.). **História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas**. v. 2. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014. Disponível em: <http://oikoseditora.com.br/files/Ehila2.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Relatório Técnico. Repercussões do programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiárias. jun. 2008. Disponível em: https://ibase.br/userimages/ibase_bf_sintese_site.pdf. Acesso em: 26 out. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010: Famílias e domicílios; Resultados da Amostra. **Censo demogr.**, Rio de Janeiro, p.1-203, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr>. Acesso em: 11 jan. 2019.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. In: **Cadernos dos Municípios**, 2020. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/>. Acesso em: 9 jan. 2020.

IPEA. **Atlas de Vulnerabilidade Social**. 2017a. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso em: 10 out. 2019.

IPEA. **Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça**. 5. ed. 2017b. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/creditos.html> Acesso em: 29 out. 2019.

IPEA. Medidas de enfrentamento dos efeitos econômicos da pandemia Covid-19: panorama internacional e análise dos casos dos Estados Unidos, do Reino Unido e da Espanha. **Texto para discussão IPEA-2559**, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2559.pdf. Acesso em: 12 set. 2021.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. **Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012)**. 1.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2017. 480p.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. **O Estado do bem-estar social na idade da razão: a reinvenção do Estado Social no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p.103-117, out. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v4n9/0104-7183-ha-4-9-0103.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2019.

KLÜPPEL, Giuvane de Souza. Escolas Étnicas. In: **Dicionário Histórico dos Campos Gerais**. Projeto de Extensão. Departamento de História. Universidade Estadual de Ponta Grossa. 2018. Disponível em: https://www2.uepg.br/dicion/?fbclid=IwAR3MxEizF9hCrQKJp5JUZYhyf3lbaVLMDu1a7umy2xTXqOpYVAfu1_5E. Acesso em: 20 set. 2020.

LACERDA, Carmen Silvia Mauricio de. **Monoparentalidade: um fenômeno em expansão**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2006. Disponível em: [/repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4660](http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4660). Acesso em: 18 jan. 2019.

LAVINAS, Lena. Estratégias femininas para conciliar trabalho remunerado e trabalho doméstico no século XXI. **Revista ABET**, v. 10, n. 2, jul./dez. 2011.

LEANDRO, José Augusto. Reescravização de Libertos em Ponta Grossa: o caso de Francisca Placidina, 1854-1855. In: **Dicionário Histórico dos Campos Gerais**. Projeto de Extensão. Departamento de História. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2019a. Disponível em: https://www2.uepg.br/dicion/?fbclid=IwAR3MxEizF9hCrQKJp5JUZYhyf3lbaVLMDu1a7umy2xTXqOpYVAfu1_5E. Acesso em: 20 set. 2020.

LEANDRO, José Augusto. Imigrantes em Castro, primeiros grupos. In: **Dicionário Histórico dos Campos Gerais**. Projeto de Extensão. Departamento de História. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2019b. Disponível em: https://www2.uepg.br/dicion/?fbclid=IwAR3MxEizF9hCrQKJp5JUZYhyf3lbaVLMDu1a7umy2xTXqOpYVAfu1_5E. Acesso em: 20 set. 2020.

LOBO, Paulo Luiz Netto. Entidades familiares constitucionalizadas: para além dos *númerus clausus*. **Revista Brasileira de Direito de Família**, Porto Alegre, v.3, n. 12, jan./fev./mar. 2000. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/9408-9407-1-PB.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2019.

LYRA, Jorge *et al.* Homens e cuidado: uma outra família? In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 3. ed. 2007. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais PUC/SP. p.79-91.

MACHADO, Ana Flávia; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto C. de; WAJNMAN, Simone. **Sexo frágil? Evidências sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro**. Gelre, 2005.

MACIEL, Carlos Alberto; GRIGOLATO, José Francisco; STRACHULSKI, Juliano. Impactos socioambientais causados pelo monocultivo de pinus no bairro Ouro Verde, Sengés- PR, Brasil. In: **Observatório de la Economía Latinoamericana**. 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/329904942>. Acesso em: 12 out. 2020.

MARINS, Mani Tebet A. **Bolsa Família: questões de gênero e moralidades**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ; Faperj, 2017.

MARTINS, Tiago Damas; VIEIRA, Bianca Carvalho. Os Campos Gerais do Paraná e a contribuição da geomorfologia climática. **Revista do Departamento de Geografia-USP**, v.28, p. 221-235, 2014. DOI: 10.11606/rdg.v28i0.543. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/90013>. Acesso em: 10 out. 2020.

MAZER, Guilherme Pedrollo; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. Impactos do agronegócio no território caminhos do Tibagi- PR. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 15, n. 35, p. 343-371, abr. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343462944_Impactos_do_agronegocio_flor_estal_no_territorio_caminhos_do_Tibagi_-_PR. Acesso em: 30 out. 2020.

MAZZAROTTO, Rosilene. **Quero ser um pai como a minha mãe: produção de masculinidades e o Programa Bolsa Família**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/189578/001090100.pdf;jsessionid=4B0D2E5A502FB1D3957E6B76F1463856?sequence=1>. Acesso em: 15 maio 2020.

MELLO, Cyntia de Freitas; SAMPAIO, Israel Silva; SOUZA, Deborah Leite de Abreu; PINTO, Nilberto dos Santos. Correlação entre religiosidade, espiritualidade e qualidade de vida: uma revisão de literatura. **Estudos e Pesquisas em Psicologia** [online], v. 15, n. 2, p. 447-464, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812015000200002 Acesso em: 20 jul. 2019.

MELO, Victor Andrade de. Novas performances públicas masculinas: o esporte, a ginástica, a educação física (século XIX). In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (org.). **História dos homens no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Unesp, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MOREIRA, Lisandra Espíndula; ALVES, Julia Somberg; OLIVEIRA, Renata Ghisleni; NATIVIDADE, Cláudia. Mulheres em tempos de pandemia: um ensaio teórico-político sobre a casa e a guerra. **Psicologia e Sociedade**, v. 32, 2020. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822020000100413. Acesso em: 29 out. 2020.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; GARCIA, Natália Pinto. Negro não se casa: um balanço da historiografia sobre família escrava no Rio Grande do Sul. In: SCOTT Ana Silvia Volpi *et al.* (org.). **História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas**. v. 2. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014. Disponível em: <http://oikoseditora.com.br/files/Ehila2.pdf>. Acesso em: 20. abr. 2020.

MÜLLER, Angélica. Não se nasce viril, torna-se: juventude e virilidade nos “anos 1968”. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (org.). **História dos homens do Brasil**. 1.ed. São Paulo: Unesp, 2013.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista USP**, São Paulo, n.68 p.46-57, dez./fev. 2005-2006. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/13482-Texto%20do%20artigo-16456-1-10-20120517%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/13482-Texto%20do%20artigo-16456-1-10-20120517%20(1).pdf). Acesso em: 14 jan. 2022.

MUNIZ, Alexandra M. Vieira. Reestruturação produtiva industrial e as consequências sociais e espaciais. **Espaço e Economia - Revista Brasileira de Geografia Econômica**, ano VIII, n. 16, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/9500>. Acesso em: 25 jan. 2022.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Ed. Curitiba: SEED/Dom Bosco, 2001.

NOGUEIRA, Christina Gladys de Mingareli; MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves de. A (re) produção das masculinidades hegemônicas: homens, famílias populares e violações dos direitos. **Revista Intertérios - Revista de Educação**, Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, v.3, n.5, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/intertorios/article/view/234444>. Acesso em: 12 jul. 2020.

NOVAIS, Fernando. Condição da privacidade na colônia. In: MELLO e SOUZA, Laura de (org.). **História da vida privada no Brasil, 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. 1. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2018.

OLIVEIRA, Adriana Cristina; LUCAS, Thabata Coaglio; IQUIAPAZA, Robert Aldo. O que a pandemia da Covid-19 tem nos ensinado sobre a adoção de medidas de precaução? **Texto e Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v.19, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072020000100201&script=sci_arttext&tIng=pt. Acesso em: 15 jul. 2020.

OLIVEIRA, José Sebastião. Aspectos da evolução do conceito de família, sob a perspectiva da sociedade brasileira, nos períodos colonial e imperial, no tocante à ordem social e política. **Revista Jurídica Cesumar**, v.4, n.1, 2004. Disponível em:

<http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/viewFile/361/424>. Acesso em: 25. out. 2019.

OLIVEIRA, Mariani Bandeira Cruz. Escravos dos Campos Gerais na primeira metade do século XIX, a presença e a resistência. In: **Dicionário Histórico dos Campos Gerais**. Projeto de Extensão. Departamento de História. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2019. Disponível em: https://www2.uepg.br/dicion/?fbclid=IwAR3MxEizF9hCrQKJp5JUZThyf3lbaVLMDu1a7umy2xTXqOpYVAfu1_5E. Acesso em: 20. set. 2020.

OLIVEIRA, Mariani Bandeira Cruz. Terra, gado e escravo: fortunas escravistas nos Campos Gerais Paranaense, 1826-1850. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, CULTURA, SOCIEDADE E PODER, 4., 2014. Disponível em: [http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20\(185\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20(185).pdf). Acesso em: 25 out. 2019.

OLIVEIRA, Wanderson Kleber; DUARTE, Elisete; FRANÇA, Giovanny Vinicius Araujo; GARCIA, Leila Posenato. Como o Brasil pode deter a COVID-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 29, n. 2, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2237-96222020000200200&script=sci_arttext. Acesso em: 25 out. 2020.

PARANÁ. **Portal da Associação dos Municípios dos Campos Gerais - AMCG**. Disponível em: <https://www.amcg.com.br/municipios>. Acesso em: 14 jun. 2020.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Mapa do Estado do Paraná**. 2020a. Disponível em: <http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/fotos.php?evento=5>. Acesso em: 8 jun. 2020.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Municípios Paranaenses**. 2020b. Disponível em: <http://www.comunidade.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1334>. Acesso em: 3 jun. 2019.

PARANÁ. Secretaria da Justiça, Família e Trabalho - SEJUF. Unidades. **Escritórios Regionais**, 2020d. Disponível em: <http://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Escritorios-Regionais>. Acesso em: 29 mar. 2020.

PATRIOTA, Gabriela Fernandes Rocha; ALBERTO, Maria de Fatima Pereira. Trabalho infantil doméstico no interior dos lares: as faces da invisibilidade. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**, v. 14, n. 3, p. 893-913, 2014. DOI: <https://doi.org/10.12957/epp.2014.13890>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/13890>. Acesso em: 15 jun. 2021.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2015.

PESSI, Bruno Stelmach. A família escrava e a reprodução endógena nos plantéis pelotenses na segunda metade do século XIX. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi *et al.* (org.). **História da Família no Brasil Meridional**: temas e perspectivas. v. 2. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014. Disponível em: <http://oikoseditora.com.br/files/Ehila2.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

PETIZ, Silmei de Sant'Ana. Famílias em cativo: parentesco e estratégias sociais entre senhores e escravos na Fronteira Oeste do Rio Grande. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi *et al.* (org.). **História da Família no Brasil Meridional**: temas e perspectivas vol. 2. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014. Disponível em: <http://oikoseditora.com.br/files/Ehila2.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

RAHNEMA, Majid. Pobreza. In: SACHS, Wofgtant (ed.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Tradução de Vera Lucia M. Joscelyne, Susana de Gyalay e Jaime A Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 229-250.

RAIHER, Augusta Pelinski. **Relatório dos impactos da Covi-19 na estrutura econômica de Irati**, 2020a. Disponível em: <https://www2.uepg.br/nerepp/wp-content/uploads/sites/2/2020/06/RELATORIO-MUNIC%c3%8dPIO-Irati-final.pdf>. Acesso em 12 set.2021.

RAIHER, Augusta Pelinski. **O mercado de trabalho dos Campos Gerais nos meses de janeiro a abril de 2020**: Impactos iniciais da Covid-19. 2020b. Disponível em: https://www2.uepg.br/nerepp/wp-content/uploads/sites/2/2020/05/06-2020_Mercado-Trabalho-jan-converted.pdf. Acesso em: 12 set. 2021.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. 11. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? 1. reimpr. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 244 p.

ROHDEN, Fabíola. Ensaio bibliográfico: o corpo fazendo a diferença. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000200007. Acesso em: 23. out. 2019.

ROSOSTOLATO, Breno. O homem cansado: uma breve leitura das masculinidades hegemônicas e a decadência patriarcal. **Revista Brasileira de Sexualidade**. [S. l.], v. 29, n. 1, p. 57–70, 2018. DOI: 10.35919/rbsh.v29i1.42. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/42 . Acesso em: 1 jul. 2021.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. Olhares sobre a pobreza e a urbanização no Brasil na transição do século XIX para o XX uma prospecção bibliográfica. In: RÜCKERT, Fabiano Quadros *et al.* (org.). **Histórias da pobreza no Brasil**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2019. Disponível em: https://ppghistoria.furg.br/images/Cardozo2019_Pobreza.pdf. Acesso em: 19. out. 2020.

SALAS, Minor Mora; SAINZ, Juan Pablo Pérez. De la vulnerabilidad social al riesgo de empobrecimiento de los sectores médios: um giro conceptual y metodológico. **Estúdios Sociológicos**, v. XXIV, n. 1, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/Virginia/Downloads/384-384-1-PB.pdf>. Acesso em: 19 out. 2020.

SAMARA, Eni de Mesquita. O que mudou na família brasileira? (da Colônia à Atualidade). **Revista Psicologia USP [on line]**, v.13, n. 2, p. 27-48, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65642002000200004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 9 jan. 2019.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. Masculinidade e virilidade entre a Belle Époque e a República. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (org.). **História dos homens no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Unesp, 2013.

SANTANA, Edith Lícia Ferreira Felisberto. Família monoparental feminina: fenômeno da contemporaneidade? **Questões Contemporâneas**, v.13, n. 2, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/10618/8518>. Acesso em: 12 jan. 2019.

SARTI, Cyntia A. Família enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller (org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais - PUC/SP, 2007. p. 21-36.

SCARANO, Julita. Crianças esquecida das Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed. 4. reimp. São Paulo: Contexto, 2018.

SCHIMANSKI, Edina. Tópicos especiais em assistência social I – Ciclos de vida e políticas específicas para juventude, idosos, mulher, deficientes, negros, índios e orientações sexuais diversas. In: SCHIMANSKI, Edina (org.). **Tópicos Especiais em Assistência Social**. Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2014. p. 7-52.

SCHNOOR, Eduardo. “Riscando o chão”: masculinidade e o mundo rural entre a Colônia e o Império. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (org.). **História dos homens no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulista. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.ammapsique.org.br/baixencardido-branco-branquissimo.pdf>. Acesso em: 6 out. 2021.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. “Descobrimo” as famílias no passado brasileiro: uma reflexão sobre a produção historiográfica recente. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi *et al.* (org.). **História da Família no Brasil Meridional**: temas e perspectivas. v. 2. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014. Disponível em: <http://oikoseditora.com.br/files/Ehila2.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânica Ávila, 1989. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 22 jan. 2019.

SEGALEN, Martine. **Sociologia da família**. Tradução de Ana Santos Silva. Lisboa: Terramar, 1999.

SEN, Amartya. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SETENTA, Maria do Carmo Goulart Martins. Auxílio emergencial: homem chefe da família monoparenal tem direito à cota dupla? In: **Conteúdo Jurídico**. 2020. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/55015/auxilio-emergencial-homem-chefe-de-familia-monoparental-tem-direito-cota-dupla>. Acesso em: 29 out. 2020.

SILVA, Andrea Ferreira; ARAUJO, Jair Andrade; SOBRAL, Eryka Fernanda Miranda; SOUSA, Janaildo Soares. **A pobreza no Rio Grande do Sul**: evidências a partir de uma análise multidimensional no período de 2007 a 2014. PUC. Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: https://www.pucrs.br/face/wp-content/uploads/sites/6/2016/03/105_ANDREA-FERREIRA-DA-SILVA.pdf. Acesso em: 11 set. 2020.

SILVA, Jefferson Chaves. **Pobreza Multidimensional nas mesorregiões catarinenses**: um estudo a partir da abordagem das necessidades básicas. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/188568/Monografia%20Jefferson%20Chaves.pdf?sequence=1>. Acesso em: 7 set. 2020.

SILVA, Jonathan Fachini. Quando os Anjos batem em sua porta: o fenômeno da exposição de crianças na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1810). In: SCOTT, Ana Silvia Volpi *et al.* (org.). **História da Família no Brasil Meridional**: temas e perspectivas. v. 2. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014. Disponível em: <http://oikoseditora.com.br/files/Ehila2.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José. Espaço e múltiplas masculinidades: um desafio para o conhecimento científico geográfico brasileiro. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; CHIMIN Junior (org.). **Espaço, Gênero e Masculinidades Plurais**. Ponta Grossa: Todapalavra editora, 2011. p.23-53.

SILVA, Leandro Nunes Soares; BORGES, Murilo José; PARRÉ, José Luiz. Distribuição Espacial da Pobreza no Paraná. **Revista de Economia**, v 39, n.3, p. 35-38, set./dez. 2014a. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/273171051_Distribuicao_Espacial_da_Pobreza_no_Parana. Acesso em: 20 mar. 2020.

SILVA, Leni Maria Pereira; RODRIGUES, Luciene; SILVA, Luciney Sebastião. **Estratégias de Sobrevivência no cotidiano das famílias pobres**. 2014b. Disponível em: http://www.congressods.com.br/terceiro/images/trabalhos/GT3/pdfs/leni_maria_pereira_silva_2.pdf. Acesso em: 21 jan. 2019.

SILVA, Leni. **Um estudo das estratégias de sobrevivência das famílias em extrema pobreza**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2011. 181p.

SILVA, Sergio Gomes. Masculinidade na História: a construção cultural da diferença entre os sexos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 20, n. 3. p.8-15, set. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-9893200000300003. Acesso em: 3 jan. 2019.

SILVA, Silmara Carneiro *et al.* **Relatório final da Pesquisa: a Prática Profissional das (os) Assistentes Sociais Frente às Demandas da Proteção Social Básica no Contexto da Pandemia da Covid-19**. Ponta Grossa, 2021. Disponível em: https://254d2546-bb1e-4924-bfa5-9cb8f45f5774.filesusr.com/ugd/6b69f3_47c57a0371004ee4ae383515436bc359.pdf. Acesso em: 12 set. 2021.

SILVEIRA, Claudia da. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. In: **Conteúdo Jurídico**, Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/31845/a-origem-da-familia-da-Propriedade-PRivada-e-do-estado>. Acesso em: 24 jan. 2020.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: **História das mulheres no Brasil**. DEL PRIORE, Mary (org). 10 ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

SOUZA e MELLO, Laura de (org.). **História da vida privada no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2018.

SOUZA, Virginia; ANDRADE JR., Carlos Gustavo Cordeiro; SCHIMANSKI, Edina. Avanço legislativo e ampliação do conceito de família pós Constituição de 1988. **Revista O Social em Questão**, Ano XXII, n. 43, jan./abr. 2019. Disponível em: https://redib.org/Record/oai_articulo2037508-avan%C3%A7o-legislativo-e-amplia%C3%A7%C3%A3o-do-conceito-de-fam%C3%ADlia-p%C3%B3s-constitui%C3%A7%C3%A3o-de-1988. Acesso em: 17 out. 2021.

SPOSATI, Aldaiza. II Encontro Latino-Americano de Trabalho Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 17, p. 138-144, 1985.

STAUDT, Ana Cristina Pontello; WAGNER, Adriana. Paternidade em tempos de mudança. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 10, n. 1, p. 174-185, 2008.

SULLEROT, Evelyne. **Que pais? Que filhos?** Lisboa: Relógio D'Água, 1993.

TAVARES, Luma Lopes; FRINHANI, Fernanda de Magalhães. Estatuto da família: retrocesso na ampliação do conceito de família. **Revista de Estudos e Comunicações da Universidade Católica de Santos**. ano 43, n. 121, p. 125-149, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/leopoldianum/article/view/760>. Acesso em: 13 jul. 2020.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **RAP**, Rio de Janeiro, p. 27-55. jan./fev. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v40n1/v40n1a03.pdf>. Acesso em: 9 maio 2020.

TOWNSEND, Peter. What is Poverty? Na historical perspective. In: **Poverty in Focus**. p. 5-6, dec. 2006. Disponível em: <http://ipcig.org/sites/default/files/pub/en/IPCPovertyInFocus9.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2020.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.175p.

VARES, Sidnei Ferreira. Os fatos e as coisas: Émile Durkheim e a controversa noção de fato social. **Revista Ponto e Vírgula**, São Paulo, n. 20, p.104-121, 2. sem. 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/31168>. Acesso em: 26 set. 2021.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes. Fome, solidariedade e ética: uma análise do discurso da ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos [on line], Rio de Janeiro, p. 259-274, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702004000200003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 4 mar. 2020.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes. Josué de Castro e a Geografia da fome no Brasil. **Caderno de Saúde Pública** [on line], Rio de Janeiro, v. 24, nov. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2008001100027&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 18 set. 2019.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil: direito de família**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

VIGARELLO, Georges. A virilidade moderna: convicções e questionamentos. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean Jacques; VIGARELLO, Georges (org.). **História da**

virilidade - A invenção da virilidade da antiguidade às luzes. Tradução de Francisco Morais. Petrópolis. RJ: Vozes, 2013.

WERNECK, Guilherme Loureiro; CARVALHO, Marília Sá. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. **Cadernos de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2020000500101: Acesso em: 15 out. 2020.

WITT, Marcos Antônio. Família(s) no âmbito da imigração alemã. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi *et al.* (org.). **História da Família no Brasil Meridional**: temas e perspectivas. v. 2. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014. Disponível em: <http://oikoseditora.com.br/files/Ehila2.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do Governo Lula no Brasil. **SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos**, n. 4, ano 3, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1806-64452006000100009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 11 dez. 2020.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA – 2021**1-IDENTIFICAÇÃO**

Data: ____/____/____

Nome:_____

Município:_____

Faixa etária () 20-30; () 31-40; () 41-50; () 51-60; () acima de 61 anos

2- COM RELAÇÃO AOS FILHOS:

Quantos filhos? _____

Idade dos filhos: () 0 A 6 anos; () 7 A 11 anos () 12 A 17 anos () Acima 18 anos

Sexo dos filhos: () Feminino () Masculino () Outros _____

3- COM RELAÇÃO AO VÍNCULO FAMILIAR

Quanto tempo de relacionamento você teve com a mãe dos seus filhos? _____

Quanto tempo de separação/rompimento/viuvez? _____

Motivo do rompimento: _____

4- COM RELAÇÃO À FAMÍLIA

- A. Você poderia relatar como era constituída sua família antes da atual formação familiar?
- B. A família constituída anteriormente passou por alguma adversidade ou dificuldade? Caso a resposta seja positiva, poderia relatar? Como superaram esse momento?
- C. Como vocês organizavam a rotina familiar, com relação aos cuidados, manutenção e educação dos filhos?
- D. Poderia relatar o porquê dos filhos ficaram sob sua responsabilidade?
- E. Com relação a instituição família, você poderia falar qual o significado que essa instituição tem para você?

- F. No que diz respeito à atual formação familiar, você percebe na sua comunidade ou na sociedade em geral algum apoio ou ajuda? Por outro lado, você percebe algum tipo de preconceito ou discriminação?
- G. Você poderia falar como se dá a rotina familiar de sua atual família? Como vocês se organizam?
- H. Você poderia falar sobre as facilidades e ou dificuldades enfrentadas por sua família? Em caso de dificuldades, poderia relatar o que vocês fazem para superá-las?
- I. A família atual que está sob sua responsabilidade, tem algo de semelhante ou de diferente com relação a sua família de origem, na qual você nasceu? Explique.
- J. Os valores/educação repassados pela sua família de origem, constituída a partir de seus pais, influenciou ou influencia sua forma de se relacionar com a atual família que você constitui? Em que aspectos?
- K. Com relação a sua atual família, como vocês têm se organizado internamente, diante da pandemia da Covid-19?
- L. Você acha que a condição social da sua família influenciou de alguma maneira nas situações vivenciadas por você e seus filhos? Pode explicar?
- M. Quais as semelhanças e diferenças da atual família, com relação a família anterior? Nas dificuldades e nas facilidades, há algo em comum? Poderia explicar?
- N. Como é ser cuidador dos filhos, nessa nova formação familiar?
- O. Como é ser pai para seus filhos, nessa nova formação familiar? Há diferenças e semelhanças com a formação familiar anterior?
- P. Houve mudanças no relacionamento pai e filhos após a separação/viuvez com a mãe deles? Explique.
- Q. Alguém ou alguma instituição auxilia ou auxiliou sua família na rotina familiar? Relate.
- R. No que diz respeito a ser o “**Homem**” na família, há semelhanças e/ou diferenças na família constituída anteriormente e a atual família? Explique.

ANEXO A – TERMO DE DEPOIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

TERMO DE DEPOIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente documento, eu _____, portador do RG/CPF _____, Residente _____, declaro ceder entrevista ao pesquisador _____, portador do RG/CPF _____, residente _____, aluna do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR, o qual desenvolverá a pesquisa sobre as **famílias monoparentais com chefia masculina, beneficiárias do Programa Federal Bolsa Família.**

Estou ciente que a pesquisa desenvolvida tem por objetivo compreender o cotidiano das famílias monoparentais com chefia masculina, com relação a manutenção, educação e cuidados com os filhos, residentes na Região dos Campos Gerais - PR. Fui informado que a qualquer momento poderei obter informações e esclarecimentos sobre os assuntos relacionados à pesquisa e que as informações aqui declaradas são de caráter confidencial, sendo minha identificação mantida em sigilo.

Aceito que o conteúdo aqui exposto seja divulgado, publicado e editado para fins acadêmicos, culturais e educacionais, respeitando o caráter histórico e documental da pesquisa.

A pesquisadora, responsável pelo projeto, está à disposição para esclarecer qualquer dúvida com relação a referida pesquisa, sendo contactada pelo telefone (42) 999257074, ou no Programa de Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas – UEPG (42) 3220-3153.

Por ser verdade, firmamos o presente documento,

(participante da pesquisa)


(pesquisador)

Ponta Grossa ____/____/____

Resoluções 466/2012 e 510/2016

Maiores informações: Comissão de Ética em Pesquisa da UEPG- Av. Carlos Cavalcanti, 4748- Bloco M, sala 12 - Uvaranas – Ponta Grossa – PR (42) 3220-3232 ou 3220-3108

ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG 

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Estratégias de sobrevivência das famílias monoparentais chefiadas por homens beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Pesquisador: VIRGINIA DE SOUZA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 08766419.0.0000.0105

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Ponta Grossa

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.184.344

Apresentação do Projeto:

Projeto de Pesquisa:

Estratégias de sobrevivência das famílias monoparentais chefiadas por homens beneficiárias do Programa Bolsa Família: uma análise sobre gênero e a formação da masculinidade.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender as múltiplas vulnerabilidades e as estratégias de sobrevivência das famílias monoparentais chefiadas por homens, beneficiárias do Programa Bolsa Família, a partir da formação das masculinidades.

Objetivo Secundário:

realizar levantamento quantitativo das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família especificamente as famílias monoparentais chefiadas por homens, residentes nos municípios dos Campos Gerais, os quais apresentam maior índice de vulnerabilidade social- (IVS);-identificar quais vulnerabilidades sociais se estabelecem no cotidiano das famílias monoparentais chefiadas por homens;- analisar as estratégias de sobrevivência utilizadas pelas famílias monoparentais, chefiadas por homens, quanto aos cuidados, manutenção

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco M, Sala 116-B
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3108 **E-mail:** coep@uepg.br

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG**



Contribuição do Pesquisador: 3.184.344

e educação dos filhos; compreender a formação da masculinidade e se esta interfere nas relações cotidianas das famílias monoparentais chefiadas por homens.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

não se aplica, desde que seja mantido o sigilo de informações

Benefícios:

compreender a realidade vivenciada pelas famílias monoparentais chefiadas por homens- suas vulnerabilidades e estratégias de sobrevivência.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa empreendida, a partir das famílias monoparentais chefiadas por homens, beneficiárias do Programa Federal Bolsa Família. Objetivo-**es**

compreender as vulnerabilidades sociais desta camada da população, bem como, as estratégias de sobrevivência estabelecidas pelas mesmas, com

relação aos cuidados, educação, proteção e manutenção de sua prole. Discuti-se-á sobre a formação das masculinidades e se esta categoria

influencia no cotidiano familiar, estabelecendo uma discussão de gênero.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Em anexo e de acordo com as normas 406/2012 e 510/2018

Recomendações:

Enviar o relatório final ao término do projeto de pesquisa por notificação via plataforma brasil

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais e critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PE_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P PROJETO_1283081.pdf	16/02/2018 21:35:37		Avalia

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748, UEPG, Campus Universitário, Bloco M, Sala 116-B
 Bairro: Universitário CEP: 84.030-900
 UF: PR Município: PONTA GROSSA
 Telefone: (41)3320-3198 E-mail: uepg@uepg.br

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG**



Continuação do Parecer: 3.184.344

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	18/02/2010 21:30:03	VIRGINIA DE SOUZA	Aceito
Outros	OFICIO.pdf	18/02/2010 21:25:07	VIRGINIA DE SOUZA	Aceito
Outros	ENTREVISTAS.pdf	18/02/2010 21:24:30	VIRGINIA DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	07/02/2010 17:21:03	VIRGINIA DE SOUZA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	07/02/2010 17:20:30	VIRGINIA DE SOUZA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA.pdf	07/02/2010 17:19:16	VIRGINIA DE SOUZA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PONTA GROSSA, 07 de Março de 2010

Assinado por:
ULISSES COELHO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748, UEPG, Campus Universitário, Bloco M, Sala 116-B
Bairro: Universitário CEP: 84.030-900
UF: PR Município: PONTA GROSSA
Telefone: (41)3320-3106 E-mail: upeg@uepg.br